

Fronteiras do Possível

Perspectivas Multidisciplinares sobre
os Desafios Contemporâneos



Organização:
Ivann Carlos Lago
Marjorie Bier
Odair Leandro K. Corrêa


EDITORA
SCHREIBEN

Ivann Carlos Lago
Marjorie Bier
Odair Leandro K. Corrêa
(Organizadores)

Fronteiras do Possível

Perspectivas Multidisciplinares sobre
os Desafios Contemporâneos



EDITORA
SCHREIBEN

2025

© Dos Organizadores - 2025
Editoração e capa: Marjorie Bier (imagem gerada por IA)
Revisão: Os autores
Livro publicado em: Julho/2025
Termo de publicação: TP0472025

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F935 Fronteiras do Possível : perspectivas multidisciplinares sobre os desafios contemporâneos / Ivann Carlos Lago, Marjorie Bier, Odair Leandro K. Corrêa. – Itapiranga, SC : Schreiben, 2025.
390 p. : il. ; e-book.
Inclui bibliografia e índice remissivo

E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-459-4
DOI: 10.29327/5600493

1. Desafios contemporâneos – Perspectivas multidisciplinares.
I. Lago, Ivann Carlos. II. Bier, Marjorie. III. Corrêa, Odair
Leandro K. IV. Título.

CDD 370

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
<i>Os organizadores</i>	
EDUCAÇÃO PARA O CORPO QUE SOMOS: CONHECER AS PRÓPRIAS FRONTEIRAS E AMPLIAR POSSIBILIDADES DE ESTAR NO MUNDO	11
<i>Manoela Freitas e Franco</i>	
A ESCOLA E A FORMAÇÃO DOCENTE EM MOVIMENTO: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR	26
<i>Aline Pelissari Kravos</i> <i>Beatriz Menegaz</i>	
AGERAÇÃO Z E O ENSINO POR ROTAÇÃO DE ESTAÇÕES	43
<i>Jéssica Medeiros</i>	
INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA NA GEOGRAFIA SOBRE VIOLÊNCIA DIGITAL EM BOSSOROCA/RS	61
<i>Airton Rosa Lucion Guites</i> <i>Luis Fernando Pesce Guarnaschelli</i>	
CRONOTOPO DO MERCADO EDITORIAL EM FICÇÃO AMERICANA, DE CORD JEFFERSON	82
<i>Kescy Jhony Alves Gomes</i> <i>Raimundo Expedito dos Santos Sousa</i>	
CONTENDA POR UMA LITERATURA AFR0-BRASILEIRA	101
<i>Any Karoliny Lopes de Souza</i> <i>Raimundo Expedito dos Santos Souza</i>	
O TRATADO BILATERAL NO TEATRO OPERACIONAL DE MOÇAMBIQUE: O PAPEL DE PAUL KAGAME E OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE	120
<i>Domingos Joaquim Vasco</i> <i>Adriano Silva da Rosa</i>	

MEMÓRIA E ACALENTO: O TEAR DAS AÇÕES-FEITIÇO DA MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ-AL	142
<i>Zoroastro Neto</i>	

REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE PARA A ETNIA KAINGANG E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	166
<i>Ivann Carlos Lago</i>	
<i>Juliani Borchardt da Silva</i>	
<i>Vera de Lurdes Gubiani</i>	

CRISE ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: PRINCIPAIS DESAFIOS	187
<i>Domingos Joaquim Vasco</i>	
<i>Adriano Silva da Rosa</i>	

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA	210
<i>Camili Khol</i>	
<i>Eduardo Anschau</i>	
<i>Marjorie Bier Krinski Corrêa</i>	
<i>Edemar Rotta</i>	
<i>Ivann Carlos Lago</i>	

O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS E AS AVERBAÇÕES IMOBILIÁRIAS ACAUTELATÓRIAS: MEDIDAS PARA CONCRETIZAR A SATISFAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES, PREVENINDO TERCEIROS DE BOA-FÉ	231
<i>Carlos Eugênio Lara Corrêa Brondani Guizolfi Espig Netto</i>	
<i>Thiago Marchionatti Uggeri</i>	

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO: DESAFIOS, ALTERNATIVAS E PROPOSTAS PARA O RIO GRANDE DO SUL	254
<i>Cristian Carmo Fontella</i>	
<i>Ivann Carlos Lago</i>	
<i>Marjorie Bier Krinski Corrêa</i>	
<i>Odair Leandro Krinski Corrêa</i>	

DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO À CIDADE: UMA UTOPIA CONCEITUAL	274
<i>Marina Antenow Mattioni</i>	
APRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: AVANÇOS, DESAFIOS E O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	292
<i>Camili Kohl</i>	
<i>Eduardo Anschau</i>	
<i>Marjorie Bier Krinski Corrêa</i>	
<i>Edemar Rotta</i>	
<i>Ivann Carlos Lago</i>	
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OUVINDO OS HOMENS AGRESSORES	313
<i>Adriano Silva da Rosa</i>	
<i>Domingos Joaquim Vasco</i>	
<i>Talita Preschadt</i>	
<i>Lizete Diegues Pieber</i>	
SENDO DE HUMOR E O RISO NECESSÁRIO	339
<i>Augusto Franke Bier</i>	
ANÁLISE DE REAÇÕES DE APOIO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	343
<i>Odair Leandro Krinski Corrêa</i>	
POLUIÇÃO INVISÍVEL: MICROPLÁSTICOS EM PEIXES E SEUS IMPACTOS ECOTOXICOLÓGICOS	363
<i>Jéssica Medeiros</i>	
POSFÁCIO	385
<i>Os organizadores</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES	387
ÍNDICE REMISSIVO	388

PREFÁCIO

Atravessar fronteiras é, por essência, um ato de criação e coragem. "Fronteiras do Possível: Perspectivas Multidisciplinares sobre os Desafios Contemporâneos" nasce dessa travessia – uma construção que, mesmo diante dos inevitáveis percalços, como os revezes de saúde, as pausas impostas pelas celebrações de fim de ano e a cadência própria de um país que pulsa em torno do carnaval, manteve-se fiel à sua vocação: congregar diferentes campos do saber em diálogo fecundo.

Organizado em três grandes áreas – Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e Tecnologias –, o livro reúne dezenove artigos que, ao entrelaçarem a Educação, Literatura, Linguística, Administração, Direito, Psicologia, História, Geografia, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação e Engenharia Ambiental, demonstram que os limites disciplinares não são barreiras, mas pontos de encontro para novas possibilidades epistemológicas.

Cada texto aqui apresentado é resultado não apenas do rigor metodológico e da dedicação intelectual de seus autores, mas também da resiliência frente aos desafios que acompanharam o processo editorial. Há, portanto, neste volume, mais do que conhecimento sistematizado: há a celebração da persistência, da colaboração e da crença inabalável no poder transformador da produção acadêmica.

O título "Fronteiras do Possível" é, assim, mais do que uma metáfora. Representa a aposta no saber como ferramenta para reimaginar o mundo, para interpelar as estruturas cristalizadas e para abrir caminhos frente às complexidades do presente. Cada artigo tensiona seu campo de estudo, propõe leituras inovadoras e reafirma o compromisso com uma ciência crítica, plural e generosa.

Aos leitores e leitoras, o convite que se faz é o de uma travessia compartilhada. Que possam encontrar, nas páginas que seguem, não apenas respostas, mas, sobretudo, novas perguntas e inquietações que alimentem a busca pelo conhecimento e pela transformação social. Desejamos uma leitura provocadora e inspiradora.

Ivann Carlos Lago

Marjorie Bier

Odair Leandro K. Corrêa

Organizadores

CIÊNCIAS HUMANAS



EDUCAÇÃO PARA O CORPO QUE SOMOS: CONHECER AS PRÓPRIAS FRONTEIRAS E AMPLIAR POSSIBILIDADES DE ESTAR NO MUNDO

Manoela Freitas e Franco¹

Resumo: A educação para o corpo pretende superar o equívoco cartesiano de que temos um corpo e de que a razão prescinde da corporeidade e do sentir através dela, um entendimento que restringe possibilidades e reduz modos de viver. Deixar de sentir restringe nossa percepção e cognição. A compreensão de que pensamos porque sentimos colabora para integrarmos nossas porções e amplia as possibilidades de estar no mundo, entendendo, principalmente, que somos, antes de tudo, natureza transpondo o obstáculo de ser humanidade, superior e apartada dos outros seres vivos. “Corpo é infinito com pele”², a pele é nossa fronteira entre dois infinitos: o universo e nós. Uma separação que não aparta, une e comporta arranjos de vida e “modos inventivos de viver contra todos os obstáculos”³.

Palavras-chave: Educação. Corpo. Autopercepção. Natureza. Vida.

EDUCAÇÃO PARA O CORPO

Ao acreditarmos que existimos porque pensamos, retiramos o corpo que somos da equação, e o corpo é, justamente, o que nos faz viva⁴; o corpo é nossa natureza, nossa porção no organismo maior que é a Terra (Franco, 2024a). Assim, não há pensamento que prescinda do corpo; a condição material para vivermos é o corpo; somos corpo (Araújo, 2008). “O meu corpo sou eu” (Bois, 2008, p. 31).

Paulo Freire (2011) nos ensinou que a leitura do mundo é anterior à leitura da palavra, ou seja, primeiro sentimos, existimos, e o pensamento é fruto do que captamos e percebemos. Entretanto,

¹ Manoela Freitas e Franco. Mestra em Educação pela Universidade Federal da (UFBA). E-mail: contatomanuelafranco@gmail.com.

² Frase atribuída a Rafael Vergara (Feitosa, 2014, p. 57).

³ Fala da personagem Kya Clark (interpretada por Daisy Edgar-Jones) no filme *Um lugar bem longe daqui* (2022).

⁴ O feminino no texto é uma escolha para se referir sempre à pessoa que somos, uma medida de romper com as dominâncias que se reproduzem na linguagem e na escrita.

engendramentos sociais conduzem para um contato restrito com a realidade, institucionalizam a disciplina e submetem o agora a um futuro determinado. E a educação não deveria ter a ver com futuro, “afinal ele é imaginário, e a educação é uma experiência que tem que ser real” (Krenak, 2022).

Atribuir a existência ao pensar, facilmente, pode nos conduzir à conclusão de que há algum tipo de pensar correto, o modo, a maneira, o padrão, o normal, afastando-nos da diversidade infinita e impermanência de formas que é a própria essência de ser natureza. A maneira como percebemos o que somos condiciona nosso agir no mundo e nossas ações também são natureza. Natureza é tudo, somos nós e tudo o que há no universo. O mundo que vivemos depende da maneira como o percebemos, como entendemos o que somos, se somos parte ou não da natureza (Castro, 2019).

Considerar que não somos natureza nos exige de estar no mundo como responsáveis. A ilusão de sermos humanidade apartada do que é o resto do universo cancela a dignidade das pedras, das plantas, da maioria dos bichos e da maioria das pessoas. Pleiteamos a posse de um saber único, fazemos uma ciência cuja ideologia é a “dessubjetivação absoluta da realidade” (Castro, 2023, p. 4).

Assim, agimos como se fossemos os únicos sujeitos neste universo e consumimos um mundo sem valia, como se fosse um produto ou um objeto do qual nossa vida, de fato, não dependesse. Numa tentativa de determinação que é contrária ao “jogo dançante do existir” (Araújo, 2008, p. 79).

A educação para o corpo pretende fomentar a percepção sobre essas tentativas de determinação a partir de uma autopercepção para que seja possível promover deslocamentos numa realidade que foi historicamente construída. As ideias, os pensamentos não são independentes, originam-se nos acontecimentos. São os fatos, a vida

que tornam as ideias compreensíveis e não o inverso como o sistema ideológico pretende (Chauí, 2008; Patto, 2022). A humanidade não é dominante por si, fez-se dominante pelo modo como se estabeleceu, como tem pisado a Terra: o planeta que é casa de todas as formas de vida e não objeto de consumo apenas nosso (Krenak, 2019).

O corpo (a realidade) está inventando o tempo inteiro, é a cabeça (sistema ideológico) que adora repetir⁵. Meu trabalho como educadora para o corpo, o qual exerço na concepção de ensinar e aprender concomitantemente, é uma forma de provocar deslocamentos a partir de uma reflexão da realidade histórica em favor de nós e de nossa existência como parte de um todo infinitamente maior para garantir o essencial: sentir. Para além de ter uma ideia do que é existir, atentar para o que, de fato, é a existência, podendo senti-la.

Assim, a educação para o corpo é uma ferramenta para retomar, revolver, recobrar, reconhecer o sentir oriundo de uma tomada de consciência que não é apenas um falar, um dizer ou um saber, mas algo que implica um engajar, um fazer, um exercitar constante, uma prática simples mais aliada e conectada à nossa complexidade, uma ação política e social sem a qual não transformamos a nossa percepção da realidade e de nós como porção dela (O Exílio, 2018).

Para mim, a educação para o corpo é uma maneira de manter a fé na educação libertadora (Freire, 1987) e transgressora (hooks, 2017) em que é possível ensinar-aprender, ao passo que se consegue não reproduzir sistemas de dominação existentes a partir de um processo irrestritamente ligado à autopercepção, bem como no questionamento constante da cisão entre corpo e mente, baseando o

⁵ Referência à frase “O corpo todo inventa; a cabeça adora repetir” (Serres, 2004, p. 17 apud Araújo 2008, p. 79).

conhecimento no sentir pelo corpo que somos (Bois; Rugira, 2006).

Um engajar que não subsiste apenas capacitando a aprendente, mas que carece visceralmente de um risco assumido pela ensinante de partilhar suas próprias narrativas e que sejam, na verdade, as primeiras a correr o risco, mostrando que a experiência ilumina e amplia a compreensão, ao passo que elimina a possibilidade de atuarmos reforçando cisões e opressões (Franco, 2024a).

Saber-se corpo, portanto, é saber-se pertencente pela pura existência e pela reconexão com o que é ser natureza também e não apenas humanidade antropocêntrica, reconhecendo o que nos estabeleceu através de moldes específicos para estar num mundo de ritos, silêncio e imobilidade, onde os papéis estão previamente determinados, sem levar em conta diferença ou diversidade (Harper *et al.*, 1980). É inquietar a segurança dos saberes estabelecidos em nome do poder e questionar as práticas institucionais com o brilho que surge com o novo em cada nascimento e que pretende escapar fatalmente de qualquer limite previamente determinado (Arendt, 1961).

De fato, o mundo não é uma coisa ou outra, nós somos tão esboço quanto podem ter esboços para o mundo. Assim, é necessário nos (des)educar para aprendermos que é aprendendo que nos fazemos e nos refazemos, porque podemos nos assumir como capazes de saber, de saber que sabemos, de saber que não sabemos, de saber melhor o que já sabemos, de saber o que ainda não sabemos. Precisamos estar sendo para que a educação possa ter um sentido real (Freire, 2000).

O mundo e nós estamos em fluxo. Cada estado é um arranjo temporário de fluxos de modos, “assim como um cubo de gelo é um arranjo temporário de fluxos de água” (Akomolafe, 2023). A vida é muito além do que as restritas expectativas que somos moldadas a ter dela. A vida é pulsação de possibilidade, é como uma flor que rompe o asfalto a despeito da aridez⁶. É como a água que suspende até mesmo

sua existência para seguir no seu curso de impermanência e, esplendorosamente, permanecer (Franco, 2024a).

A educação para o corpo é um modo de percebermos as possibilidades de arranjos de fluxos em nós e no mundo. Um processo de reconhecimento das armaduras que tentam nos determinar e nos restringem; de abertura para as tantas possibilidades de existir; de rompimento com o fazer que reproduz; e de realocação da estrutura que nos compõe.

CONHECENDO AS PRÓPRIAS FRONTEIRAS

A ciência e a educação, em suas muitas vertentes, cumprem sem constrangimentos a função de normatizar a vida de pessoas e de grupos sociais. “O que escapa às normas, o que não vai bem, o que não funciona como deveria”, consoante conceitos preconcebidos e instituídos como verdades, é transformado em um problema individual (Collares; Moysés, 2016, p. 75). Assim, estar adequada é uma questão de não ter problemas (ou não dar problemas?) e, mais ainda, pertencer à parcela aceita como normal, funcional, que *está bem*.

Dessa maneira, a educação para o corpo nos ajuda a reconhecer o pouco que somos e os muitos estados que podemos experimentar (Franco, 2025), inclusive o não *estar bem* diante do que nos é proposto como modo de vida e a indignação como recusa a nos submetemos às restrições e interdições às possibilidades de ser. Em vez de nos comprimirmos dentro das lógicas dominantes e fronteiras impostas que representam concepções que tomam o diverso como

⁶ Referência ao poema “A flor e a náusea”, de Carlos Drummond de Andrade (2012).

impossibilidade e, de fato, são interdições às experiências possíveis, podemos nos permitir descortinar nossos infinitos particulares, nosso saber próprio, lidos como menores, pois estão excluídos do que é considerado como conhecimento, ciência e filosofia (Matos-de-Souza, 2024).

Todo corpo é único e possui saber próprio. Toda pessoa, corpo que é, é artista e cientista de si. Se não exercemos, se não fizermos nossa arte nem nossa ciência, qualquer arte, qualquer ciência nos fará. A arte é o fazer, a ciência o saber. Só sabemos fazendo. Se apenas repetirmos o que já foi feito, estamos renunciando nosso saber e nosso fazer; recusando nossa ciência e nossa arte (Pordeus, 2010).

Recompor as cisões entre corpo, mente e emoções, entre o sentir e o pensar, é uma tarefa para reconhecer as nossas fronteiras com o mundo a partir do corpo que somos sem divisões e restrições. Precisamos romper com a organização que nos retira o saber sobre o corpo que somos e nos limita a que somente nos aconteça o que for conveniente aos possíveis estabelecidos (Kilomba *et al.*, 2022).

Contrapor o que nos rompe com uma ruptura contrária, de força ainda maior (porque não é imposta contra o fluxo da vida) é o próprio fluxo vital de seguir contra qualquer obstáculo. Como a água que derruba a barragem que pretendia interrompê-la. Retomar a força de se saber contra o que intentou anulá-la.

Um corpo comprimido e recalcado pelas normas institucionais, pelos estatutos dos dogmas morais, encavernado pelos espectros do medo, se encolhe e se impotencializa, se torna vítima da docilização e da subjugação. Um corpo disforme e domesticado se converte em objeto manejável pelos poderes instituídos. A pesura do siso, da sisudez que entrava,

enrijece o corpo em armaduras compressivas, ata-o em nós que aprisionam. Esses estados de compressão do corpo atrofiam sua própria respiração, seu sopro vital, forjam processos de desfiguração e de desvitalização. Dessa forma, o corpo tende a bloquear suas potencialidades criantes, a ficar confinado nos curtos-circuitos emocionais dos ressentimentos, das atitudes defensivas que o impotencializam e o impedem de se rebelar de modo altivo, de dançar e de expressar as intensidades de suas dimensões simbólicas e anímicas (Araújo, 2008, p. 77).

Um processo que requisita de nós sustentar o desconforto, a dor própria de estar vivendo porque há, de fato, um conforto em seguir nas determinadas configurações porque ela se sucede há várias gerações, “camadas de desejos, projeções, visões, períodos inteiros de ciclos de vida dos nossos ancestrais que herdamos e fomos burilando, retocando, até chegar à imagem com a qual nos sentimos identificados”, mas ela nos retira do envolvimento, do pertencimento e da responsabilidade com o que é estar consigo e no mundo (Krenak, 2019, p. 59).

Uma convocação a nos responsabilizarmos, tomando responsabilidade como capacidade de responder (Franco, 2024a), algo que se expande cada vez que nos dedicamos a nos saber a despeito do terror ou da beleza da vida, deixando tudo nos acontecer, sem atribuição de juízo de valor; decidindo apenas continuar; aprendendo, ensinando e vivendo (Rilke, 1997).

Romper com o que nos rompe, com o que nos fragmenta e nos fragiliza por impor a vulnerabilidade como fraqueza. Algo parecido com o enredo de uma série com esse nome: *Ruptura* (2022). Nela, pessoas incapazes de estar consigo mesmas e com o terror da vida submetem-se a trabalhar num local extremamente opressor, permitindo a instalação na cabeça de um dispositivo que separa as

memórias da vida pessoal e da vida como profissional naquele local, dividindo o ser em interno à empresa e externo a ela.

Os seres internos são desconsiderados como agentes, apenas cumprem o que lhe é determinado até que a saída de um deles e a chegada de uma nova funcionária remexe com a estrutura. O protagonista se percebe triste pela saída de um dos parceiros e provocado pela chegada da nova colega. Isso gera uma sequência de fatos que leva a um motim dentro e fora da empresa. Voltar a sentir, a se saber vivente, agente da vida e não apenas paciente dela é, justamente, o ponto de virada. Vulnerável à partida do colega, entra em contato com sua própria força para romper com o que antes o interrompia.

Sentir é caminho para nos saber, entender como fazemos contato com o mundo e como ele nos afeta. Sentir nos orienta aos caminhos mais coerentes com o desejo de conexão, de ser parte. Sentir nos dá sentido.

AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES DE ESTAR NO MUNDO

A minha prática como educadora tem compreendido um trinômio importante para qualquer mudança que pretendamos: saber-poder-fazer. Saber sobre si é um privilégio que precisa ser reconhecido como tal e usufruído em prol não apenas de si, mas também de quem não tem acesso a ele. Uma vez que sabemos e esse saber é um poder por si só, devemos fazer, fazer diferente e não mais reproduzir.

Um exemplo é quando sabemos que o significado de uma palavra está relacionado com algum preconceito ou alguma relação social de opressão. Podemos substituí-la? Por que não substituir? Quando conscientemente substituímos a expressão, estamos fazendo

e escolhendo nos posicionarmos numa nova forma de estar no mundo.

De fato, o que fazemos mais vezes e por mais tempo sem nos questionarmos vai, inevitavelmente, ter mais força. É o que eu chamo de ralo a nos convocar. Uma atitude atenciosa e questionadora diante dos acontecimentos nos permite sustentar uma presença que toma para si o que acontece em vez de ser tomada por ele (Franco, 2024b; 2025).

Assim, criamos maneiras de estar no mundo, experimentando possibilidades, inventando meios, firmando a existência em sua complexidade, diversidade e permanência.

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender céu é comum em muitas tradições. Suspende o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 32-33).

Resgatar a alegria de viver é um fazer necessário para quem sabe e pode, diante do conservadorismo de forças opressoras, do consumo que atribui valor financeiro ao essencial da vida e da

iniquidade de poucos que terem muito além do que se pode precisar, para não incorrermos em erro de não fazermos porque se pode apenas pouco. O pouco que se pode, sustentado pelo tanto que é possível, talvez seja suficiente para ampliarmos as possibilidades de estar no mundo.

Costumo dizer que o que vai acontecer, já está acontecendo.⁷ Então, é como ocupamos o agora que pode nos direcionar a algum futuro. O ponto que ocupamos no agora, de onde observamos o que nos afeta, interfere no que percebemos. Cada corpo que chega à existência é um novo desenho que pode transformar tudo ao redor. “Nada existe por si só, tudo existe porque há uma dança” (Flecha 6, 2022, p. 3), transformamo-nos, entre ordem e desordem, organização e desorganização, mas como percebemos tudo isso difere de acordo com a posição que ocupamos. Por isso, é necessário se deslocar para perceber, sentir de outras maneiras. Cada uma de nós que embarca na vida é uma colaboradora da mesma casa compartilhada: a Terra. Cada mover constrói e reconstrói o mesmo lugar.

Dessa maneira, o mundo é algo que nós construímos o tempo todo, a todo instante, a cada escolha, a cada fazer. Assim, podemos fazer de outros modos, não apenas reproduzindo lógicas implantadas que cindem, interditam e interrompem (Krenak, 1992; Graeber, 2024). Admitindo nossas subjetividades, a sinuosidade dos caminhos, a particularidade de nossos infinitos, frequentemente obnubiladas pelos espaços reduzidos e estabelecidos objetivamente, que suprimem os avessos, a contraluz, o lusco-fusco e principalmente nossas dores (Galeano, 2023).

A incapacidade de estar com a dor ou qualquer desconforto é o mal que ninguém quer enfrentar na contemporaneidade. Em razão

⁷ Referência à frase presente na arte de Laura Berbert (<https://lauraberbert.com/>).

disso, os absurdos se reeditam sob nosso calar. Estamos sendo cozidos em água que se esquentava lentamente, até que não sejamos capazes mais de pular da bacia, deixando de viver e permitindo que nosso tempo siga sendo especialista em criar ausências do sentido de viver. Estamos sendo convocadas a viver uma humanidade que não tolera nem verdadeira fruição de vida, nem a dor inerente à vida porque deriva de um processo de homogeneização, deseja um viver protocolar sem diversidade, sem alegria de viver e sem que haja tristeza também (Krenak, 2019).

Não sermos capazes de estar com nossas dores é também não estar com nossa força criadora. O desconforto impulsiona, tanto na ciência quanto na arte; gera criação (Alves, 2008). A humanidade homogeneizada busca por uma garantia que é contra impermanência e diversidade; beleza e terror, a essência da vida, sob a qual, absolutamente, nenhum estado e nenhuma forma são garantidos. Dessa maneira, o desejo de controlar cria neutralidade, permanência num lugar fixo e não se vai a lugar algum. O desejo de controlar, na verdade, é medo de se envolver com o tudo que é a vida, inclusive o desconforto. Queremos estar blindadas, protegidas de viver. Vamos nos acostumando a tantas coisas para não sofrer, mas não devemos, uma vez que sabemos (Colasanti, 1996; Rilke, 1997; Krenak, 2023).

Romper com o que nos limita é enfrentar o desafio de estar na vida com tudo e encontrar com as bases de nossa constituição como pessoa humana à medida que descobrimos e exercitamos o poder de nos saber. Inaugurarmo-nos como fonte de conhecimento; enquanto nos movemos, deslocamo-nos e experimentamos o saber como poder de agência do sentir, estabelecendo trocas, redes e pertencimento com a vida (Reis, 2011).

A educação para o corpo que somos contribui para superarmos a objetificação, alcançando os espaços de subjetividade

que, embora não acessados, seguem guardados para encontrar o novo, o desconhecido, o inesperado. Sentir o infinito que somos e estabelecer conexão com os infinitos existentes; envolvermo-nos com a vida através do corpo que somos e não a partir da interdição da única condição de vida: o corpo. Reconhecer as fronteiras para, além delas, admitir outros possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKOMOLAFE, Bayo. The lines that whisper us. **Bayo Akomolafe**, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.bayoakomolafe.net/post/the-lines-that-whisper-us-rethinking-agency-and-accountability-in-the-middle-east-through-the-more-than-human>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALVES, Rubem. **Ostra feliz não faz pérola**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. *In: A Rosa do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13-14.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. **Os sentidos da sensibilidade**: sua fruição no fenômeno do educar. Salvador: EDUFBA, 2008.

ARENDT, Hannah. The crisis in Education. *In: Between Past and Future*: Six Exercises in Political Thought, New York: Viking Press, 1961, p. 173-196.

BOIS, Danis. **O eu renovado**: Introdução à Somato-psicopedagogia. Aparecida, SP: Editora Ideias e Letras, 2008.

BOIS, Danis; RUGIRA, Jeanne-Marie. Relação com o corpo de narrativas de vida. *In: SOUZA, Eliseu Clementino (org.). Autobiografias, histórias de vida e formação*: pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CASTRO, Daniel Stella. Um Estudo Sobre o Conceito de Natureza. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 38, p. 17-30, 2019. DOI: 10.11606/rdg.v38i1.155804.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Subjetivação radical do mundo**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023. (Cadernos Selvagem)

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. 3. ed. Edição eletrônica: Ed. da autora, 2016.

FEITOSA, Maria Thereza Frota Leão. **Experiências em Eutonia**: interfaces de contato. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FLECHA 6. **Tempo e amor**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2022. (Cadernos Selvagem)

FRANCO, Manoela Freitas e. **Educação somática**: um caminho pelos estados de criança (fomos - estamos - cuidamos). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024a.

FRANCO, Manoela Freitas e. **Lições para lembrar da criança que somos e cuidar das crianças ao nosso redor**. 1. ed. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2024b.

FRANCO, Manoela Freitas e. **Oráculo Somático**: 31 perguntas para se desvendar da pele para dentro. 2. ed. rev. e atual. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. Campinas, SP: Autores Associados. Cortez, 2011.

GRAEBER, David. **The Ultimate Hidden Truth of the World**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2024.

HARPER, Babette *et al.* **Cuidado, Escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: A Educação como Prática da Liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada *et al.* **Coreografias do impossível**. In: BIENAL DE SÃO PAULO, 35., São Paulo, 2022. Disponível em: <http://35.bienal.org.br/sobre-a-35a/>. Acesso em: 15 set. 2024.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Um rio um pássaro**. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. Olvidar Larrosa. Orientaciones posoccidentales para leer la modernidad. **Praxis Pedagógica**, Bogotá (Colômbia), v. 24, n. 37, p. 49-71, 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **Exercícios de indignação**: escritos de educação e psicologia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/9786587596310.

PORDEUS, Vitor. Arte e Ciência. **Universidade Popular de Arte e Ciência**, 4 out. 2010. Disponível em: <https://universidadepopulararteciencia.blogspot.com/2010/10/arte-e-%20ciencia.html> Acesso em: 15 nov. 2024.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um Jovem Poeta**. Tradução de Paulo Rónai. 28. ed. São Paulo: Globo, 1997.

UM LUGAR bem longe daqui. Direção de Olivia Newman. Estados Unidos: Columbia Pictures / 3000 Pictures / Hello Sunshine, 2022. (125 min).

RUPTURA. Direção de Ben Stiller e Aoife McArdle. Seriado de televisão. EUA: Apple TV, 2022.

A ESCOLA E A FORMAÇÃO DOCENTE EM MOVIMENTO: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

Aline Pelissari Kravos⁸
Beatriz Menegaz⁹

Resumo: O presente estudo propõe realizar uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelas escolas e professores no contexto contemporâneo de educação, considerando a necessidade de formação contínua diante das demandas que emergem no cotidiano. Os professores, em diversos níveis de ensino, precisam estar em constante processo de formação para responder de maneira adequada às transformações e exigências do cotidiano escolar. A importância do trabalho do professor perante a sociedade é de transformação, sendo ele fundamental na concretização do pensamento crítico, autônomo e ético dos alunos. A formação inicial, que geralmente ocorre em cursos de Magistério ou Pedagogia, é o ponto de partida do processo de formação docente, porém ela é permanente, visto que os professores nunca estarão completamente preparados para todos os desafios que surgem em seu cotidiano. A formação contínua, portanto, é essencial para que os professores desenvolvam sua prática pedagógica e, ao mesmo tempo, se transformem enquanto profissionais. Os desafios enfrentados pelos docentes precisam ser vistos de forma crítica, diante das constantes mudanças, viabilizando um ambiente de formação mútua em lócus, avaliando a práxis. Assim, o processo formativo é contínuo, inacabado e exige reflexão constante para garantir a qualidade diante do cotidiano.

Palavras-chave: Formação Docente. Desafios. Formação de professores. Educação. Cotidiano.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atuação docente tem se tornado um desafio crescente diante das constantes transformações sociais. A escola, mais do que um espaço físico, desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade crítica e reflexiva, sendo o professor o principal mediador desse processo. Diante desse cenário, a formação continuada torna-se indispensável para que os educadores possam acompanhar as novas

⁸ Aline Pelissari Kravos. Mestre em Educação. E-mail: alinepkravos10@hotmail.com

⁹ Bianca Menegaz. Mestre em Educação. E-mail: beameegaz4@gmail.com

demandas do ensino e aprimorar suas práticas pedagógicas.

O professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um agente de transformação social, pois "Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo" (Freire, 2006, p. 51). Intervenção essa, necessária para que os alunos desenvolvam autonomia e pensamento crítico, e para que isso ocorra é preciso proteger, transformar e valorizar escolas e professores, garantindo que o ambiente educacional seja um espaço de aprendizado significativo e desenvolvimento integral.

Visto que a formação docente não se encerra na graduação, mas se estende ao longo de toda a carreira do professor, a constante busca pelo aprimoramento profissional permite não apenas a busca de soluções das demandas contemporâneas, mas também o papel de transformação da sociedade. Discutir a importância da formação continuada na construção da identidade docente e na qualificação do ensino, bem como aliar reflexões sobre os percalços encontrados no meio escolar, buscando a formação em *lócus*, é importante. Para que seja viável isto ocorrer, compreender os desafios contemporâneos que emergem no cotidiano é indispensável, e a formação docente é essencial para fortalecer a educação como ferramenta de transformação social.

FORMAÇÃO CONTINUADA NA CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

O ato de refletir é libertador porque instrumentaliza o educador no que ele tem de mais vital: o seu pensar. Educador algum é sujeito da sua prática se não tem apropriado a sua reflexão, o seu pensamento. Não existem ações reflexivas que não leva sempre a constatações, descobertas, reparos, aprofundamentos. E, portanto, que não nos leva a transformar algo em nós, nos outros, na realidade (Freire, 2011).

A formação docente surge como um tema amplamente abordado quando se discute sobre educação. A formação inicial dos professores pode ocorrer no Curso do Magistério, este em Nível Médio, o qual habilita os profissionais a atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, mas atualmente, é realizada principalmente no Ensino Superior, em diversos cursos de licenciatura, em instituições de todo país, sendo presenciais ou em modalidade de educação à distância. Essa formação inicial destinada à formação docente é importante na construção do sujeito professor e da identidade dele. Portanto, mesmo após anos de academia o professor ao se formar ainda não saberá tudo, o processo após a sua formação é inesgotável, ininterrupto e inacabado. Sendo assim, gostaríamos de reforçar a ideia da qual o professor nunca estará preparado para toda e qualquer situação que venha a surgir no cotidiano da escola.

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9.394/96, onde são explícitas as especificações da formação necessária dos professores atuantes em salas de aulas, a formação de professores tornou-se um grande objeto de estudo em diferentes espaços. Presente na LDB, os parâmetros básicos para a formação de professores originaram a constituição de Políticas Públicas para garantir a formação inicial e a obrigatoriedade da formação continuada desses profissionais, no âmbito legal. No ano de 2002, a resolução CNE/CP nº 1/02, que garantiu a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores/as para a Educação Básica, em nível superior. Em 2017, a Base Comum Curricular da Formação de Professores (BNC - Formação), emergiu após anos sem aporte legal na formação de professores.

Os autores Freitas e Molina (2020), discutem sobre a BNC – Formação, discorrendo sobre que ações políticas não agem de maneira estática, e sim conforme as demandas que surgem na sociedade

atualmente. Porém, diante da formulação desse documento, não foram levados em conta as necessidades históricas da sociedade e tampouco a valorização dos professores do país, sem diálogo e reflexão junto as escolas, tendo ainda uma visão de trabalho de caráter tecnocrático para os, na tentativa de ter o controle sobre o trabalho pedagógico, e alinhando-o com as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com base na educação capitalista, por influência de grandes poderes privados.

A formação de professores é um processo contínuo e gradual, ou seja, é constante e abrange diferentes momentos, espaços e temáticas, esses que conferem uma qualidade significativa à prática pedagógica do docente, caracterizando-se como uma experiência constante de aprendizado. A formação inicial é fundamental para a construção da identidade profissional do professor “[...] é ponto de partida e de chegada do professor de formação. Esse princípio implica também a necessária existência de uma relação entre formação inicial e continuada” (VEIGA; SILVA, 2012, p. 20), sendo um período em que suas limitações surgem, e por meio da aquisição de conhecimentos que o auxiliam a compreender e questionar a realidade que o rodeia. Assim, o profissional tem a oportunidade de refletir sobre sua prática e avaliá-la de forma crítica.

Como docentes, estamos sempre em constante formação e se retransformando na prática docente, a formação continuada dá amparo para as intervenções necessárias em nossa prática cotidiana, e ainda, dando suporte a reflexão e avaliação das mesmas. Veiga e Silva (2012) sustentam que o professor, é um permanente estudante ao longo de toda sua trajetória docente, ele é um leitor atento, um pesquisador inquieto, e está sempre em busca de conhecimento, que investiga e não se acomoda com o simples, com o fácil e o mais rápido. A formação continuada precisa de uma reflexão diante do contexto na qual emergem as demandas, ser pensada e planejada para se tornar efetiva no cotidiano, e a

partir dessas demandas do cotidiano, realizar-se a formação continuada em lócus com a escola.

A formação continuada deve ser principalmente focada nas peculiaridades que o professor percebe surgir diante dos alunos que ali estão consigo no cotidiano. Conhecer, discutir e refletir sobre as diferentes realidades é necessário, e a formação em lócus com a escola apresenta-se indispensável para que ocorram esses momentos de debate, pois é “da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador” (Freire, 2006, p. 14). A constituição do professor pesquisador, que estuda a partir de suas demandas é um processo e uma construção de identidade, não nascemos assim, mas aprendemos, e com o tempo, nos aprimoramos.

O professor em permanente formação é aquele que está sempre buscando, pesquisando, estudando, se formando e se transformando dentro da sua profissão, pois “o professor é, sobretudo, um estudante permanente, um leitor atento, um pesquisador inquieto” (VEIGA; SILVA, 2012, p. 37). A formação docente por meio da pesquisa é uma peça chave para que o futuro professor compreenda a realidade que o rodeia, possibilitando-lhe transformá-la quando necessário. Isso ocorre por meio de uma postura crítica e problematizadora do seu meio, mas também propositiva, em relação aos acontecimentos e desafios que surgem (VEIGA; SILVA, 2012).

Nóvoa (2002) destaca como a escola é importantíssima para o processo de formação docente, sendo entendida como um ambiente educativo, no qual o trabalho e a formação docente são atividades que se completam, sendo indissociáveis. Dessa forma, a formação continuada do professor pode ser vista como um processo permanente no ambiente escolar, principalmente integrado com o cotidiano e sua realidade, não apenas como obrigação por estar no Projeto Político Pedagógico (PPP)

por exemplo, mas para que o professor se torne cada vez mais um ser autônomo e que busque transformações da realidade de seus alunos, da sociedade e do meio onde todos estão inseridos.

A formação continuada precisa ser realizada principalmente no ambiente da escola, buscando refletir sobre as fragilidades daquele local e daqueles sujeitos, ela “[...] somente será efetiva se possibilitar mudanças na essência do/a ser professor/a e na própria escola” (Pinheiro, 2019, p.13), quando a formação é em lócus, a partir de situações reais do cotidiano e por meio da compreensão desse processo de reflexão acerca da práxis, permite ao professor ser reflexivo e pesquisador no seu próprio espaço de trabalho (Pinheiro, 2019), pois o cotidiano e o ambiente deve ser o objeto de pesquisa permanente.

A formação continuada de professores desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral da criança e na transformação social. Esse processo não se resume à simples atualização de conhecimentos pedagógicos, mas sim, à construção de uma prática docente mais reflexiva, crítica e adaptada às necessidades dos alunos e da sociedade como meio desse aluno.

O desenvolvimento de novos saberes que atendam às diversas necessidades dos alunos, e principalmente respeitando suas individualidades, seu conhecimento e contexto cultural, devem permear as formações. Pois, ao compreender melhor o estudante, o professor tem a chance de atuar de maneira mais eficaz em todos os âmbitos que compõem a escola, promovendo não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento emocional, social e moral dos alunos.

Professores bem preparados, estão mais habilitados a identificar e intervir em situações que podem afetar a vida e o aprendizado dos alunos, questões emocionais ou familiares, e buscar desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, que consideram as diferentes realidades. Isso contribui para uma educação mais humanizada,

equitativa e próxima a realidade dos alunos, buscando o seu desenvolvimento integral.

Estar em constante problematização da realidade que o rodeia e da prática que realiza, o ato de pesquisar e estudar, fazem parte da constante formação do professor. Cabe ressaltar as palavras de André (2016), as quais o autor salienta que por diversas vezes falamos sobre a formação de professores diante do processo, mas esquecemos a quem ela é destinada e porque ela existe. A formação continuada de professores, auxilia estejam o mais preparados possível para proporcionar condições de aprendizagem de maneira integral para os alunos, e tento subsídios para carências do cotidiano da escola.

Discutir a formação de professores, é compreender que eles estão cotidianamente em contato com outros seres humanos munidos de sentimentos, culturas e bagagens diferentes, com isso surgem novas divergências e situações no cotidiano que necessitam de uma atenção especial a todo momento. Sabemos que mesmo após longos anos dentro da academia, nenhum profissional estará definitivamente apto a resolver quaisquer situações que surjam, novos tempos, novas maneiras de agir e novas culturas, que precisam de atenção do professor, e as dificuldades surgem junto às essas situações cotidianas, por isto é essencialmente levar o professor a refletir sobre suas práxis.

A formação do professor não vem apenas da teoria lida e estudada nos cursos de formação inicial ou apenas da prática cotidiana que realiza na escola. Ela vem da práxis, principalmente da práxis em lócus com o ambiente escolar, a qual é precisa para a construção e o desenvolvimento desses profissionais. Freire (1986) nos convida a refletir sobre o papel fundamental da universidade na formação de professores, que vai muito além dos cursos de graduação. É necessário promover um esforço sério e rigoroso, com foco na formação contínua, que assegure o desenvolvimento do pensamento crítico em relação à

prática cotidiana, orientando-os teoricamente.

A orientação da formação em contexto para a práxis enquanto ação profissional situada, referenciada, ética, complexa requer tomadas de decisão, pois exige a conscientização sobre a identidade atual das práticas que a instituição e as salas de atividades desenvolvem [...] a compreensão daquilo que se entende, nessas práticas, como valor; a desconstrução do que é incompatível com a reconceptualização da visão do mundo que progressivamente se está a fazer [...] (Oliveira-Formosinho, 2016, p. 94).

A práxis docente se constitui além do trabalho entre teoria e prática em sala de aula, é um exercício de se constituir professor cotidianamente, buscar novos sentidos e pensamentos do ser professor, é viver a práxis docente, tendo consciência que é possível. A formação como um processo contínuo e, portanto, acompanhará o professor em toda a sua vida docente, e a práxis deve contribuir para enriquecer significativamente esse trabalho.

O professor, desempenha um papel complexo, sendo formador de sujeitos e um profissional dedicado a disseminar e gerar conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento humano e a transformação social. Seu papel torna-se essencial para a sociedade, promovendo maior criticidade, autonomia, reflexão, criticidade e consciência. Nesse contexto, a formação de professores surge como um tema constante, um campo de pesquisa ainda repleto de fragilidades, que exige investigação e reflexão sobre a própria práxis. É por meio da formação continuada que o professor tem a oportunidade de atender de forma mais adequada com as demandas e necessidades diversas que os alunos trazem atualmente para o ambiente escolar cotidianamente.

OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA: COTIDIANO ESCOLAR E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Cada vez mais, estar atuante em sala de aula torna-se um desafio aos professores, estes que precisam estar em formação permanente diante das demandas emergentes em suas turmas, seja Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, em todos esses espaços desafios vem a tona, e assim, necessitam de um docente que através de sua constante formação, refletir sobre tais, na busca de contribuir com a educação de seus alunos.

O papel do professor em uma sala de aula, é mais que o simples ato de transmitir conhecimentos a seus alunos. A escola tem um papel além de prédios e muros, tem o papel de transformar uma sociedade toda. Nóvoa já diz, que os professores e as escolas precisam ser protegidos, transformados e valorizados.

Proteger... porque as escolas são lugares únicos de aprendizagem e de socialização, de encontro e de trabalho, de relação humana, e precisam de ser protegidas para que os seres humanos se eduquem uns aos outros.

Transformar... porque as escolas precisam de mudanças profundas, nos seus modelos de organização e de funcionamento, nos seus ambientes educativos, para que alunos e professores possam construir juntos processos de aprendizagem e de educação.

Valorizar... porque as escolas são espaços imprescindíveis para a formação das novas gerações e nada substitui o trabalho de um bom professor, de uma boa professora, na capacidade de juntar o saber e o sentir, o conhecimento e as emoções, a cultura e as histórias pessoais (2022, p. 06, grifo nosso).

As escolas são locais de transformação de uma sociedade, a qual por muito tempo e muitas vezes ainda é, locais de pensar de maneira

escassa de questões que afetam diretamente a ela. O professor, surge neste contexto com o papel de mediar esses conhecimentos do meio ao qual o aluno está inserido, apresentando e entregando subsídios para que eles possam se desenvolver de maneira integral, compreendendo o seu papel como cidadão que faz parte de uma sociedade precisa ser vista e ouvida, sempre. A escola e o professor, são agentes transformadores da realidade.

Conforme as reflexões de Gadotti (2016), “Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde [...] Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”. Ser professor vai muito além de qualquer definição simplista; é ser um agente transformador da sociedade, um protagonista ativo na construção de si mesmo e daqueles que o rodeiam. O mais fascinante desse processo é que ninguém se torna professor de forma repentina ou mágica, mas sim por meio de uma jornada contínua, que se dá na prática e na reflexão constante sobre ela. Nesse movimento de transformação pessoal, o professor também desempenha um papel essencial na transformação escolar. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, tanto na formação quanto no exercício profissional, é justamente essa dinâmica de crescimento e adaptação que permite aos educadores manterem sua função crucial como agentes de mudança, moldando não apenas os alunos, mas a sociedade como um todo.

José Pacheco se alinha com essa reflexão ao sugerir que a formação dos educadores deve ser vista como um processo contínuo, constante e sem fim, no qual os momentos de ruptura se conectam diretamente com as inovações na prática pedagógica. Contudo, esse percurso nem sempre é simples; ao contrário, os educadores frequentemente se veem divididos entre a rígida obediência às normas e a necessidade de adaptá-las às especificidades de seu contexto, muitas

vezes esquecendo da importância de um religar essencial.

Discutir diante desse dilema, exige considerar uma ação ativa e possível: romper com o ciclo vicioso de dependências, afastando-se da lógica de dominação de um sistema que, por trás de suas normas, impõe uma seleção de conteúdos mercantilistas e uma abordagem que robotiza os indivíduos, em vez de humanizá-los e fomentar o desenvolvimento social. Isso envolve integrar saberes que ultrapassam as fronteiras da sociedade e que atendem às necessidades das pessoas que dela fazem parte.

Nada que diga respeito ao ser humano, à possibilidade de seu aperfeiçoamento físico e moral, de sua inteligência sendo produzida e desafiada, os obstáculos a seu crescimento, o que possa fazer em favor da boniteza do mundo como de seu enfeamento, a dominação a que esteja sujeito, a liberdade por que deve lutar, nada que diga respeito aos homens e às mulheres pode passar despercebido pelo educador progressista. Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora. O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir. Não sendo superior nem inferior a outra prática profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de responsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. (Freire, 2006, p.73-74).

A educação contemporânea, mais do que nunca, está submersa em uma visão completamente utilitarista, onde a educação é uma forma de atender as demandas que o capitalismo coloca como responsabilidade da escola. Porém, o papel da escola e do professor vem exatamente contrapondo isso, são eles que podem reverter essa história de

idealização de valores que favorecem apenas alguns, deixando de lado a formação do ser pensante. Buscando a centralização no desenvolvimento humano integral, possibilitando a transformação do sistema educacional.

Quando falamos de professores como agentes transformadores de uma sociedade inteira, temos ainda que refletir, nem que seja brevemente, sobre a questão conteudista e utilitarista e a cobranças que os professores recebem diariamente em relação a isto, e o aumento do quantitativo das turmas e cobranças pelo desempenho, seja em provas avaliativas ou entre turmas da própria escola. Professores a maioria das vezes sobrecarregados, que diante do seu papel de mediador do conhecimento, torna-se um refém de conteúdos programáticos, determinados e obrigatórios, apostilas e livros didáticos, onde perdem sua autonomia para cumprir demandas exigidas, que precisam ser vencidas ao final do ano letivo. Tudo isso, engessando-os de uma maneira involuntária, onde aquele professor pesquisador, reflexivo, crítico e transformador fica minimizado pela “hierarquia” de diferentes poderes, se o aluno está aprendendo não é o mais relevante, mas vencer o conteúdo sim!

Ter uma atenção crítica diante das práticas contemporâneas realizadas nas escolas, e proporcionar aos professores um conhecimento que valorize o conhecimento, a reflexão, a ética, a moral, o senso de democracia. O professor tem o dever de garantir de maneira primordial que a aula seja uma experiência significativa de aprendizagem, a partir da criação de possibilidades para que isso venha a ocorrer. Pensar apenas na aprendizagem e capacitação apenas instrumental da escola, professor e aluno, essas ações já não se encaixam mais nas demandas que a sociedade contemporânea, e não atende mais às demandas altamente complexas que os alunos trazem para o ambiente escolar, em vez de valorizar saberes, culturas e bagagens, acaba apenas por reproduzir

conhecimentos engessados.

A sociedade, imersa em um processo de auto decomposição é acelerada pela crise do imediatismo e dos desafios profissionais imersos no chão da escola, do cotidiano escolar, já não carrega um único sentido de mudança. Vivemos um tempo de intensos conflitos e transformações, onde as referências se diluem em meio aos lutos do fim de século. Nesse cenário, talvez esteja o professor inserido em coletivos auto-organizados, engajarem-se em práticas de formação dentro de grupos auto-organizados. Essa participação ativa, que favorece a construção coletiva de saberes e práticas, se reflete não apenas em suas metodologias pedagógicas, mas também na maneira como enfrentam os desafios diários da profissão, moldando uma visão mais crítica e inovadora sobre o papel do educador na sociedade contemporânea.

Discutir sobre o papel da escola e do professor no cotidiano contemporâneo, é pensar sobre os “[...] tempos dramáticos que estamos a viver, temos todos muitas dúvidas e hesitações. Não sabemos bem o que pensar, nem o que fazer, nem a melhor forma de agirmos enquanto docentes” (Nóvoa, 2022, p. 07), os dias dentro da escola são incertos, a única certeza que devemos ter neste espaço, é que ele é um agente transformador, capacitando os alunos serem éticos, conscientes da sua realidade e participativos em uma sociedade democrática.

[...] o trabalho docente competente é um trabalho que faz bem. É aquele em que o docente mobiliza todas as dimensões de sua ação com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade. Ele utiliza todos os recursos de que dispõe – recursos que estão presentes ou que se constroem nele mesmo e no entorno – e o faz de maneira crítica, consciente e comprometida com as necessidades concretas do contexto social em que vive e desenvolve seu ofício (Rios, 2010, p. 107).

É possível percebermos o impacto direto que o papel do professor tem na formação dos cidadãos. Freire (1991, p. 58), ao refletir sobre os conhecimentos essenciais para a prática docente, destaca em sua obra *Pedagogia da Autonomia* que "[...] ensinar é uma característica própria do ser humano [...] aquele que ensina deve compreender que a educação é uma maneira de transformar a realidade". Assim, pensar nos desafios do cenário contemporâneo emerge também pensar sobre o papel dos professores e a imprescindibilidade da docência na construção da sociedade. Dentre tais demandas e desafios, escolhemos deliberar sobre um dos principais pontos de estudo: a formação dos profissionais da educação como ação permanente e contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reflexão acerca da formação docente, é possível constatar que a problemática central reside muitas vezes no distanciamento entre a formação docente e a realidade escolar. A ausência de um espaço de formação em lócus, para a construção do ser professor, autônomo, crítico, reflexivo, faz com que inúmeros professores busquem na formação continuada uma solução prescritiva para os desafios do cotidiano, na tentativa de suprir as suas necessidades como transformador. Entretanto, a formação continuada não deve ser vista como um complemento que supre lacunas, mas como um processo dinâmico e colaborativo que promove a emancipação docente.

Quando os docentes encontram oportunidades na construção de uma prática pedagógica coletiva e intencional, para interagir, analisar e discutir suas práticas em conjunto, possibilitam a criação de um conhecimento mais sólido e enraizado na realidade educacional. Dessa forma, a formação continuada ganha um novo significado, deixando de

ser um mero processo de atualização para se tornar uma prática reflexiva e transformadora.

A formação do professor deve ir além da teoria adquirida na academia e da experiência vivida no ambiente escolar. Ela deve emergir da práxis, isto é, da reflexão crítica sobre a prática, permitindo que o docente compreenda sua função para além da mera transmissão de conhecimento. Como enfatiza Freire (1986) é necessário que haja um esforço contínuo para que o professor desenvolva um olhar crítico sobre sua atuação, ressignificando sua prática a partir de experiências concretas e das demandas reais da escola.

O professor, como formador de opiniões e agente de transformação, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais crítica, reflexiva e autônoma. No entanto, esse papel só se efetiva quando há espaços de diálogo e reflexão, para que o conhecimento possa ser construído coletivamente em *lócus*. Assim, torna-se fundamental investir em formações que respeitem a autoria do docente, que valorizem sua prática cotidiana e que possibilitem sua atuação com autonomia e intencionalidade.

Portanto, discutir a formação docente é compreender que o processo de aprendizagem do professor não se encerra na graduação, tampouco se resume a cursos pontuais de atualização. Ele deve ser contínuo, reflexivo e centralizado com a realidade escolar, promovendo um ensino significativo e transformador. Somente dessa forma que formar profissionais, que, além de mediar conhecimentos transformadores de realidades, que sejam capazes de questionar, inovar e contribuir para uma educação que realmente atenda às necessidades sociais e culturais de seus estudantes, e as demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M (Org.). **Práticas Inovadoras na formação de professores**. Campinas/SP: Papirus, 2016.

BRASIL. MEC. CNE. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002a. Seção 1, p. 31. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 mar. 2002a. Seção 1. P. 8. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: fev 2025.

FREITAS, S; MOLINA, A. Estado, políticas públicas educacionais e formação de professores: em discussão a nova resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Pedagogia em foco**, Iturama. v. 15. n. 13, p. 62 – 81, jan./jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.393/96**. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão**. Instrumentos metodológicos I. 2. ed. Espaços pedagógicos: São Paulo, 2011. Disponível em: http://issuu.com/ongavante/docs/observacao_registro_reflexao. Acesso em: fev 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire, a prática pedagógica e a formação de professores. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 837-854, jul./set. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0104-4060.46865>. Acesso em: fev 2025.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa 2002.

NÓVOA, António. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar.** Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil:** um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019

PACHECO, José; PACHECO, Maria de Fátima. **Escola da Ponte:** uma escola pública em debate. S. Paulo: Cortez, 2015.

PINHEIRO, A. P. **Ensino Médio - Curso Normal:** Desafios e Perspectivas Do Estágio Curricular para Formação Docente. UFFS: PPGPE, 2019 (Dissertação). Disponível em: <http://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3858/1/PINHEIRO.pdf>. Acesso em: fev 2025.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, I. A; SILVA, E (Orgs.). **A Escola mudou, que mude a formação de professores!** 3 ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

WEFFORT, M. F. et al. **Observação, registro e reflexão:** instrumentos metodológicos I. 2. ed. São Paulo: Pnd Produções Gráficas Ltda, 1996.

A GERAÇÃO Z E O ENSINO POR ROTAÇÃO DE ESTAÇÕES

Jéssica Medeiros¹⁰

Resumo: Este artigo explora a interseção entre a Geração Z, nascida na era digital, e o método de ensino por rotação de estações. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica qualitativa, que examina estudos e obras relevantes para compreender a aplicação e os impactos dessa abordagem educacional inovadora. A Geração Z caracteriza-se pelo uso ubíquo da tecnologia e pela necessidade de métodos de ensino adaptados ao seu perfil. O ensino por rotação de estações emerge como uma estratégia pedagógica capaz de oferecer uma aprendizagem personalizada e dinâmica, alinhada às expectativas e demandas desse grupo. A análise da literatura revela uma série de benefícios associados a essa abordagem, incluindo maior engajamento dos alunos, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e melhoria do desempenho acadêmico. No entanto, são identificados desafios e considerações importantes a serem levadas em conta na implementação eficaz desse método. Conclui-se com recomendações para educadores e gestores educacionais interessados em adotar o ensino por rotação de estações como uma ferramenta pedagógica eficaz para atender às necessidades da Geração Z.

Palavras-chave: Inovação no Ensino. Ferramenta Pedagógica. Educação. Aprendizagem personalizada. Metodologias.

INTRODUÇÃO

A geração Z, que cresceu imersa na cultura da internet, apresenta expectativas e abordagens únicas em relação ao ensino superior, demandando uma adaptação por parte das universidades. Essa geração, acostumada à comunicação instantânea e à autonomia comercial, espera que a educação se alinhe com seu estilo de vida tecnológico, oferecendo métodos de aprendizado ativos e colaborativos. Para compreender e atender às necessidades da geração Z, as universidades precisam adotar estratégias inovadoras que promovam a interação e o engajamento dos alunos. Métodos tradicionais, como palestras expositivas, não são eficazes para esse grupo, que valoriza a interatividade e a aplicação

¹⁰ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis – Mestrado, na UFFS, *Campus Cerro Largo*. E-mail: jessicamedeiros016@hotmail.com

prática do conhecimento.

No cenário em constante evolução da educação, onde as estruturas tradicionais estão a ser desafiadas pelo ritmo rápido do avanço tecnológico e da mudança social, está a emergir um novo paradigma: a Educação por Rotação de Temporada. Na sua essência, esta abordagem inovadora reconhece que a jornada de aprendizagem não é estática, mas sim dinâmica, espelhando o ritmo das estações. E na vanguarda da adoção desta filosofia educacional transformadora estão os nativos digitais da Geração Z.

A Geração Z, nascida num mundo caracterizado pela conectividade constante e pelo acesso sem precedentes à informação, navega num terreno muito diferente dos seus antecessores. Como tal, os modelos educativos tradicionais muitas vezes lutam para envolver e capacitar eficazmente estas mentes jovens. No entanto, o Ensino de Rotação por Estação apresenta uma solução atraente, alinhando-se perfeitamente com a fluidez e adaptabilidade inerentes à psique da Geração Z.

Neste artigo, investiga-se a intersecção da Geração Z e o Ensino de Rotação por Estação, explorando como esta relação simbiótica está remodelando o cenário da aprendizagem. Desde os princípios que sustentam a Educação por Rotação Sazonal até às suas aplicações práticas na promoção do desenvolvimento holístico e de competências preparadas para o futuro, descobrimos o potencial desta mudança de paradigma para revolucionar a educação para a geração digital.

A pesquisa proposta visa explorar como a metodologia híbrida, especificamente o modelo de rotação por estações, pode ser implementada em sala de aula para melhor engajar os alunos da geração Z. Para embasar essa investigação, será realizada uma revisão bibliográfica qualitativa, utilizando bases de dados como Scielo, Portal

CAPES e Google Acadêmico para identificar e analisar estudos relevantes publicados nos últimos 10 anos.

As palavras-chave utilizadas na busca incluirão "Geração Z", "Metodologias Ativas" e "Rotação das Estações", permitindo uma abordagem abrangente das questões relacionadas ao tema. A revisão de literatura será conduzida de acordo com os princípios definidos por Gil (2008), concentrando-se na análise crítica e reflexiva dos conceitos levantados nos textos selecionados.

Ao final da pesquisa, espera-se fornecer *insights* valiosos sobre a eficácia da metodologia híbrida, especificamente o modelo de rotação por estações, na promoção do engajamento e aprendizado dos alunos da geração Z no ensino superior. Esses resultados contribuirão para aprimorar as práticas educacionais e atender às expectativas de uma geração que demanda uma abordagem mais interativa e colaborativa no processo de aprendizagem.

GERAÇÃO Z

Apesar dos desafios em estabelecer fronteiras nítidas que permitam distinguir comportamentos ou hábitos que, dependendo da idade, verdadeiramente constituem uma geração, é inevitável buscar uma segmentação mínima. As gerações desde o final da Segunda Guerra Mundial são geralmente categorizadas com base em datas e designações específicas: baby boomers, nascidos entre 1946 e 1960; geração X, entre 1960 e 1980; geração Y, de 1980 a 1995; e geração Z, nascidos a partir de 1995 (Kämpf, 2011).

Os membros da geração Z são reconhecidos como cem por cento "nativos digitais", uma expressão cunhada por Mark Prensky (2012), que os descreve como indivíduos que cresceram na era digital e são

consumidores ávidos de tecnologias avançadas. Para eles, a ideia de um mundo desconectado ou de respostas que não estejam a um clique de distância é inconcebível. São atraídos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), pois estas satisfazem suas necessidades de entretenimento, comunicação, informação e até mesmo formação.

Criados em um ambiente em constante mutação, repleto de avanços tecnológicos, novas mídias e formas de consumo, acesso ilimitado a informações e conteúdos diversos, os jovens da geração Z encaram o trabalho, o aprendizado e o lazer de maneira distinta. Eles absorvem rapidamente informações multimídia, preferindo imagens e vídeos ao texto, e estão habituados a consumir dados de várias fontes, esperando respostas instantâneas (Quintanilha, 2017).

Essa geração foi imersa nas TICs desde cedo, o que os tornou proficientes na navegação digital. Dominam o uso de diferentes dispositivos, desde players de áudio e vídeo até a edição e compartilhamento de fotos e vídeos pessoais, criação de apresentações multimídia e produção musical (Faber, 2011).

Do ponto de vista psicológico, há argumentos que sugerem que o desenvolvimento em meio a esse ambiente tecnológico pode ter influenciado a evolução do cérebro (Prensky, 2012). Estudos têm explorado se os jogos eletrônicos afetaram algumas habilidades cognitivas, possivelmente reestruturando a atividade neuronal. Com sua habilidade de multitarefa, os membros da geração Z tendem a minimizar o tempo dedicado a uma tarefa específica e a abrir diversas frentes simultaneamente, resultando em perda de produtividade, falta de concentração e redução dos períodos de atenção, com mudanças rápidas de um tópico para outro.

No campo educacional, esses estudantes estão muito mais inclinados a utilizar tecnologias em suas atividades de estudo e

aprendizado do que as instituições acadêmicas frequentemente oferecem. Para eles, a educação não é vista como um meio de sobrevivência, mas sim a inteligência e o domínio da tecnologia. Isso muitas vezes resulta em um estado de descontentamento, ampliando a distância entre professores e alunos.

Os integrantes da geração "Z" possuem um estilo de aprendizado distinto das gerações anteriores, e várias teorias buscam explicar suas diferenças. Alguns estudos mencionam uma abordagem fisiológica, especialmente em relação ao cérebro, e discutem como isso influencia seu modo de pensar, sentir e agir. Embora haja pouca pesquisa a respeito, algumas evidências sugerem que a exposição contínua a estímulos digitais moldou o cérebro das novas gerações, preparando-os para absorver informações por meio de imagens visuais complexas, processar uma variedade de dados rapidamente e realizar múltiplas tarefas simultaneamente, especialmente em ambientes virtuais, como conversas online, navegação na web, compartilhamento de fotos e vídeos, compras online (Kämpf, 2011).

Os jovens desta geração estão constantemente imersos no mundo digital, desenvolvendo um pensamento não linear e uma capacidade de processamento de informações multicanal ou em rede, caracterizados por respostas rápidas e multitarefa. No entanto, Prensky (2012) questiona essa concepção, argumentando que o cérebro humano não executa verdadeiramente várias tarefas simultaneamente, mas sim alterna rapidamente entre elas, resultando em uma possível diminuição na capacidade de concentração. Ele também sugere que os estudantes da geração "Z" tendem a se beneficiar mais de métodos de ensino colaborativos, projetos em grupo e jogos interativos que proporcionem uma experiência de aprendizagem direta e cinestésica.

Esses jovens preferem aprender com professores que empregam métodos inovadores e envolventes, mesmo ao transmitir conceitos

complexos, particularmente apreciando atividades lúdicas com objetivos claros, desafiadores e recompensadores. Além disso, são proficientes no uso de tecnologia, navegando com facilidade em diferentes dispositivos, editando fotos e vídeos, criando apresentações multimídia e produzindo música (Faber, 2011). Prensky (2012) ainda sugere que o crescimento em um ambiente tecnológico pode ter influenciado o desenvolvimento cerebral desses jovens.

As redes sociais desempenham um papel significativo na vida dos jovens da geração "Z", sendo nativos digitais desde o início de suas jornadas. O constante uso de redes sociais e dispositivos móveis é uma característica marcante dessa geração (Quintanilha, 2017), sendo amplamente utilizados para comunicação, manter contato com amigos e familiares e consumir informações (Kämpf, 2011). Estas plataformas também desempenham um papel importante na educação, facilitando a publicação de informações, o aprendizado autônomo, o trabalho em equipe, a comunicação e o feedback entre alunos e professores, promovendo assim uma aprendizagem mais construtiva e colaborativa (Faber, 2011).

Além disso, a gamificação emerge como uma ferramenta educacional poderosa, utilizando o interesse dos alunos em jogos para promover maior engajamento e motivação. Os jogos sérios, que introduzem conceitos educacionais de forma lúdica, e a aprendizagem baseada em jogos, que utiliza jogos com propósitos educativos, são estratégias cada vez mais adotadas (Kämpf, 2011). Faber (2011) destaca que a gamificação visa tornar a aprendizagem mais envolvente, incorporando elementos como narrativa, desafios, feedback e recompensas.

Com as mudanças rápidas na sociedade contemporânea, novas gerações como a "Z" estão ingressando nas salas de aula, trazendo consigo uma visão de aprendizagem mais prática, flexível e orientada

para o mundo digital. Essa realidade demanda uma reinvenção dos métodos de ensino das universidades, que devem se adaptar a um cenário educacional em constante evolução. Professores precisam adquirir habilidades digitais para atender às necessidades de uma geração que valoriza uma educação menos convencional e mais alinhada com suas experiências digitais (Quintanilha, 2017).

ENSINO BASEADO EM METODOLOGIAS ATIVAS E HÍBRIDAS

O ensino fundamentado em metodologias ativas é caracterizado por colocar o aluno no centro do processo educacional, focando no desenvolvimento de competências específicas para a compreensão da disciplina. Essas abordagens concebem a aprendizagem como um processo construtivo, onde o aluno não é apenas receptáculo de informações, mas um participante ativo na construção do conhecimento (Bacich, Moran, 2018).

O enfoque das metodologias ativas no ensino está diretamente ligado ao currículo, ao ato de ensinar, ao contexto e, sobretudo, à aprendizagem, sendo todos eles intrinsecamente orientados à avaliação. As teorias cognitivas, como a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, têm orientado a pesquisa atual no campo do ensino-aprendizagem. Ausubel enfatiza a importância do conhecimento prévio na construção de aprendizagens significativas, ressaltando a necessidade de os alunos relacionarem o novo conhecimento de forma não arbitrária e não literal com suas experiências anteriores (Ausubel, 2012).

Outro elemento essencial das metodologias ativas é o estímulo ao aprendizado autodirigido, que promove o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e uma aprendizagem mais eficaz. Isso

envolve capacitar os alunos a avaliar a dificuldade dos problemas, identificar estratégias para compreender o conteúdo e monitorar seu próprio progresso. O trabalho em equipe é uma característica comum dessas metodologias, incentivando discussões e avaliações constantes do aprendizado (Paiva et al., 2016).

Além disso, as metodologias ativas ressaltam a importância do ensino contextualizado, apresentando situações próximas da realidade profissional do aluno. Isso não apenas promove uma atitude positiva em relação à aprendizagem, mas também permite que os alunos enfrentem desafios reais, desenvolvendo habilidades práticas relevantes para sua futura carreira (Lima, 2016).

No contexto das metodologias ativas, os alunos frequentemente trabalham em pequenos grupos, refletindo ambientes de trabalho reais e compartilhando responsabilidades pelo progresso do grupo e pelo desenvolvimento individual. Os problemas apresentados são geralmente complexos e exigem raciocínio e investigação, sem necessariamente ter uma única resposta correta. Isso encoraja os alunos a buscar novos conhecimentos e a pensar como profissionais desde cedo (Valente, Almeida, Geraldini, 2017).

Em suma, a adoção de metodologias ativas busca proporcionar aos alunos uma compreensão mais profunda e duradoura do conteúdo, afastando-se do modelo tradicional de transmissão de conhecimento para um enfoque mais centrado no aluno, resultando em maior motivação, participação e compreensão do processo de aprendizagem (Bacich, Moran, 2018).

METODOLOGIA HÍBRIDA

A metodologia Híbrida de ensino-aprendizagem é um novo

conceito que emergiu com sucesso na educação, nos últimos anos, como entendido como aprendizagem mista, que combina interação face a face e aprendizagem virtual. De acordo com Bacich e Moran (2018):

[...] a aprendizagem por meio da transmissão é importante, mas a aprendizagem por questionamento e experimentação é mais relevante para uma compreensão mais ampla e profunda. Nos últimos anos, tem havido uma ênfase em combinar metodologias ativas em contextos híbridos, que unam as vantagens das metodologias indutivas e das metodologias dedutivas. Os modelos híbridos procuram equilibrar a experimentação com a dedução, invertendo a ordem tradicional: experimentamos, entendemos a teoria e voltamos para a realidade (indução-dedução, com apoio docente). (Bacich, Moran, 2018, p.37).

Conforme Staker (2011), muitas escolas estão adotando programas educativos que ultrapassam os métodos convencionais de ensino exclusivamente online. Esses programas implementam ambientes de aprendizagem híbridos, nos quais os alunos dividem seu tempo entre atividades realizadas online e outras aulas presenciais em sala de aula. A equipe de Staker analisou os modelos inovadores dessa abordagem mista que estão sendo desenvolvidos entre as escolas.

Já Christensen, Horn e Staker (2013) investigaram práticas em mais de 80 organizações e 100 professores para explorar as estratégias de ensino híbrido. Os pesquisadores definem o aprendizado híbrido como uma modalidade formal de educação que combina o ensino online, no qual o aluno tem controle parcial sobre aspectos como tempo e ritmo de estudo, com atividades presenciais realizadas em ambientes supervisionados. Essa combinação busca integrar diferentes formas de aprendizagem, promovendo uma experiência de aprendizado integrada.

O ensino híbrido destaca-se por utilizar métodos online para criar percursos personalizados de aprendizagem. As atividades, como

trabalhos em grupo, aulas individuais ou projetos colaborativos, são estruturadas com base em dados sobre o desempenho dos alunos, conectando os resultados online ao aprendizado presencial para formar uma abordagem holística e adaptada às necessidades de cada indivíduo (Bacich & Moran, 2015).

Os modelos híbridos de inovação combinam as vantagens das tecnologias tradicionais com os recursos das tecnologias mais recentes, promovendo melhorias contínuas no ambiente escolar. Por exemplo, esses modelos preservam os benefícios das aulas presenciais, enquanto integram experiências de aprendizagem online. Já as inovações disruptivas, ou modelos disruptivos, substituem completamente as tecnologias tradicionais pelas novas, focando em tornar os sistemas de ensino online mais acessíveis, personalizados e práticos para os usuários (Christensen, Horn & Staker, 2013). Em essência, essas inovações disruptivas rompem com o formato convencional da sala de aula.

A abordagem híbrida coloca os alunos como protagonistas no processo educacional, aproveitando a tecnologia para criar ambientes dinâmicos e personalizados. Os educadores podem identificar rapidamente lacunas no aprendizado e adaptar as instruções, buscando garantir o sucesso dos estudantes. Exemplos e experiências internacionais no ensino superior indicam que o futuro da educação passará, em grande medida, por modelos híbridos que integram recursos digitais e presenciais para atender às necessidades acadêmicas (Bonk & Graham, 2012; Bacich & Moran, 2015).

Com os avanços rápidos da tecnologia, o ensino online tem evoluído para oferecer maior personalização. Os benefícios dessa convergência incluem mudanças significativas na filosofia educacional, passando pelo objetivismo para o construtivismo, e na prática pedagógica, que agora valorizam a colaboração e o aprendizado ativo em vez da instrução direta (Darrow, Friend & Powell, 2013).

A aprendizagem híbrida deve ser compreendida como uma forma de ensino que combina o potencial de interação das aulas presenciais com os recursos tecnológicos para criar uma experiência ativa e engajante. Não se trata apenas de modalidades de educação, mas de redesenhar completamente o modelo pedagógico, o que também exige uma mudança cultural na maneira como professores e administradores conduzem a educação.

Os modelos híbridos, especialmente aqueles que utilizam ferramentas de aprendizagem adaptativa, permitem que os professores ofereçam conteúdos específicos no momento certo para cada estudante, tornando cada sala de aula única. Essa abordagem promove maior engajamento e personalização, beneficiando tanto alunos quanto professores (Bacich & Moran, 2015).

Por que adotar o aprendizado híbrido? Essa metodologia tem mostrado resultados positivos no desempenho acadêmico, como observado em um estudo de Chen (2012) realizado em Taiwan. Nesse estudo, 93 estudantes do ensino básico foram divididos em três grupos: um com aprendizado exclusivamente online, outro com interação online entre colegas, e um terceiro que combinava interação online com apoio presencial de professores. Os alunos que participaram do modelo híbrido tiveram desempenho significativamente superior ao daqueles que não participaram.

METODOLOGIA DE ROTAÇÃO POR ESTAÇÕES

O modelo de rotação caracteriza-se por permitir que os alunos alternem entre diferentes modalidades de ensino dentro de um curso ou disciplina, como matemática, em disciplinas específicas pelo professor ou em horários pré-estabelecidos. Uma das modalidades envolve

obrigatoriamente atividades online, enquanto as demais podem incluir dinâmicas como aulas em pequenos grupos, projetos colaborativos, tutorias individuais e tarefas realizadas no formato tradicional, como o uso de papel e lápis. Esse modelo divide-se em quatro subtipos: rotações por estações, rotações de laboratório, sala de aula invertida e rotações individuais (Christensen, Horn & Staker, 2013).

Especificamente no modelo de rotação por estações, os estudantes transitam entre diferentes atividades, sendo que pelo menos uma delas é baseada no aprendizado online. Durante essa alternância, as modalidades podem incluir ensino em pequenos grupos, tarefas individuais realizadas em suas mesas ou discussão e projetos em grupo. A transição de uma atividade para outra é organizada de forma sistemática, geralmente indicada pelo professor ou por um cronograma fixo. Assim, o modelo de orientações oferece uma estrutura dinâmica e flexível, com suas quatro principais variações: estações, laboratório, sala de aula invertida e rotação individual (Souza & Andrade, 2016; Serbim, 2018).

No modelo de rotação por estações, os alunos alternam entre diferentes atividades dentro de uma única sala de aula. Nessas estações, o conteúdo é apresentado de formas variadas, como atividades distintas (incluindo ao menos uma online) e dinâmicas em pequenos grupos, que podem contar com a orientação de tutores, sejam eles colegas ou o próprio professor. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam o material explorando perspectivas complementares e diversificadas, alinhando-se ao conceito de "estações". Por outro lado, no modelo de sala de aula invertida, ocorre uma alternância entre atividades realizadas na escola, como projetos e práticas guiadas por professores, e tarefas realizadas em casa ou outro ambiente externo, que envolvem o uso de conteúdos e instruções disponibilizadas online (Christensen, Horn & Staker, 2013). Nesse formato, os alunos têm acesso prévio ao

conteúdo por meio de materiais digitais sugeridos pelo professor, como vídeos ou leituras disponíveis na internet, o que permite uma preparação antecipada para as atividades presenciais. Conforme destacado por Bacich e Moran (2018):

[...] Organizar o trabalho didático-pedagógico na perspectiva do ensino híbrido, integrando o ensino on-line e o presencial, no modelo de rotação por estações, além de promover a aprendizagem dos alunos e a identificação de dúvidas, contribui sobremaneira para a implicação deles em seu aprendizado, para o aprimoramento de sua autonomia. Contribui também para o aprendizado de um procedimento didático possível de ser usado no exercício da docência (Bacich, Moran, 2018, p.175).

Uma das vantagens do modelo híbrido de rotação por estações é a possibilidade de os professores se dedicarem mais atenção a pequenos grupos de alunos. Essa abordagem representa uma solução útil para muitos educadores que precisam lidar com o desafio de turmas gerais. Trabalhar com grupos menores permite que os professores atendam de forma mais eficiente às necessidades individuais dos estudantes, promovendo um envolvimento mais profundo com o conteúdo, com base no nível de compreensão e conhecimento prévio de cada aluno. Além disso, esse formato oferece aos docentes a oportunidade de interagir de maneira mais próxima com os alunos, fortalecendo vínculos e promovendo um ambiente de aprendizagem mais personalizado (Bonk, Graham, 2012).

O modelo rotativo híbrido atende a diversas demandas de aprendizagem, combinando métodos de ensino tradicionais e digitais em um formato integrado. Os estudantes alternam-se em grupos dinâmicos e flexíveis por três sessões de aprendizado dentro da sala de aula, cada uma projetada para oferecer oportunidades personalizadas que garantam a compreensão e o domínio do conteúdo (Souza & Andrade, 2016).

Esse modelo permite que os alunos participem de diferentes atividades, como receber instruções diretas em pequenos grupos, colaborar em pares ou equipes em projetos, e explorar conteúdos digitais inseridos ao currículo. Avaliações formativas são aplicadas regularmente para monitorar o progresso e ajustar conforme necessário, ele motiva os alunos a serem bem-sucedidos através do envolvimento em instruções personalizadas em um ambiente dinâmico de sala de aula (Darrow, Friend, Powell, 2013).

Na estação de instrução direta, os alunos recebem instruções específicas de acordo com suas necessidades, abordando os conceitos do currículo de maneira direcionada. As orientações variam de acordo com as necessidades de cada grupo. Este modelo de ensino foca no desenvolvimento da habilidade dos alunos em aplicar e analisar o conteúdo, utilizando informações em contextos novos e estabelecendo conexões entre diferentes ideias. Durante essa fase, o professor se envolve diariamente com os alunos, seja em grupos pequenos ou individualmente. Nesse ambiente, os alunos têm menos oportunidade de esquivar das atividades, aproveitando o feedback imediato que é dado a cada um sobre seu aprendizado (Souza, Andrade, 2016).

A estação independente permite que os alunos explorem conteúdos digitais, recebendo feedback imediato que beneficia tanto eles quanto os professores. Nessa modalidade, os estudantes podem revisar conceitos, demonstrar compreensão de tópicos atuais e se preparar para os próximos conteúdos. Os professores, por sua vez, têm a flexibilidade de adaptar os materiais e até implementar a metodologia da sala de aula invertida, oferecendo atividades personalizadas (Serbim, 2018).

A estação colaborativa, por sua vez, desenvolve habilidades essenciais para o mercado de trabalho, como trabalho em equipe e resolução de problemas práticos. Nesse ambiente, os alunos interagem

em grupos pequenos ou pares, aplicando conhecimentos para criar soluções inovadoras, decisões com base em dados e concluir projetos relacionados ao currículo. Essa estação promove o aprendizado centrado no estudante, conectando-se diretamente às atividades ao conteúdo programático e fortalecendo a colaboração em busca de objetivos comuns (Souza, Andrade, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem híbrida permite que os professores personalizem a educação para aumentar o desempenho e o envolvimento acadêmico dos alunos. Os currículos on-line permitem que os alunos participem de cursos de recuperação de crédito e eletivas alternativas, ou participem de opções de colocação avançada. Os centros educacionais que buscam novos modelos visam melhorar as taxas de graduação e reduzir as lacunas no desempenho dos alunos. As escolas que empregam modelos híbridos ajudam seus alunos a entender como ser alunos autodirigidos por meio de um currículo centrado no aluno. A personalização oferece aos alunos maior abrangência, voz e escolha na maneira como eles aprendem, o que aprendem, quando aprendem e onde aprendem - e os modelos de distribuição de aprendizado misto permitem essas mudanças.

Uma lição importante aprendida para os programas de aprendizado híbrida é começar primeiro com objetivos educacionais claros e garantir que os modelos instrucionais de aprendizado híbrida incorporem a pesquisa do desenvolvimento da juventude e o que funciona melhor para o aprendizado do aluno. As escolas podem enfrentar barreiras semelhantes ao implementar o ensino misto. As restrições tecnológicas, incluindo acesso, infraestrutura e problemas de

hardware e software, podem sufocar as primeiras iniciativas. Encontrar um conteúdo de qualidade e programas de software que se integram ao sistema de gerenciamento de aprendizagem de uma escola é um problema importante, combinado com a falta de relatórios de dados universais e traduzíveis, capazes de fluir de maneira coerente nos painéis dos professores. Esses problemas continuam a dificultar o desenvolvimento de programas de aprendizado misto pelos líderes.

Finalmente, vendo o ambiente de aprendizado híbrido da perspectiva complexa do sistema, entende-se que o desafio de adotar essa abordagem está além da simples escolha de algum modelo de ensino híbrido ou de um modelo disruptivo. Isso ocorre porque os recursos desses modelos são agentes que interagem com os sistemas de aprendizagem coletiva emergentes, permitindo comportamentos maiores de sistemas de aprendizagem coletiva que são adaptáveis e auto organizados em andamento e são claramente elementos de um sistema complexo.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. **The acquisition and retention of knowledge: A cognitive view**. Springer Science & Business Media, 2012.

BACICH, Lilian; MORAN, José. Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. **Revista Pátio**, v. 17, n. 25, p. 45-47, 2015.

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso Editora, 2018.

BONK, Curtis J.; GRAHAM, Charles R. **The handbook of blended learning: Global perspectives, local designs**. John Wiley & Sons, 2012.

CHEN, Wei-Fan. An Investigation of Varied Types of Blended Learning Environments on Student Achievement: An Experimental Study. **International Journal of Instructional Media**, v. 39, n. 3, 2012.

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. Is K-12 Blended Learning Disruptive? An Introduction to the Theory of Hybrids. **Clayton Christensen Institute for Disruptive Innovation**, 2013.

DARROW, Rob; FRIEND, Bruce; POWELL, Allison. A Roadmap for Implementation of Blended Learning at the School Level: A Case Study of the iLearnNYC Lab Schools. **International Association for K-12 Online Learning**, 2013.

EDUCACAOCIENTIFICA. **Metodologias ativas: rotação por estações**. Disponível em: <https://educacaocientifica.com/educacao/metodologias-ativas-parte-ix-rotacao-por-estacoes/>. Acesso em jan. de 2020.

FABER, Jorge. A Geração Z e a evolução das revistas científicas. **Dental Press J Orthod**, v. 16, n. 4, p. 7, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KÄMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento. **ComCiência**, n. 131, p. 0-0, 2011.

KUMI-YEBOAH, Alex; SMITH, Patriann. Trends of blended learning in k-12 schools: Challenges and possibilities. In: **Online Course Management: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications**. IGI Global, 2018. p. 43-61.

LENOUE, Marvin D.; STAMMEN, Ronald. Blending in: Moving beyond categories in digitally mediated learning. In: **Blended learning across disciplines: Models for implementation**. IGI Global, 2011. p. 208-227.

LIMA, Valéria Vernaschi. Espiral construtivista: uma metodologia

ativa de ensino-aprendizagem. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 421-434, 2016.

PRENSKY, M. R. **From digital natives to digital wisdom: Hopeful essays for 21st century learning**. Corwin Press, 2012.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, 2016.

QUINTANILHA, Luiz Fernando. Inovação pedagógica universitária mediada pelo Facebook e YouTube: Uma experiência de ensino-aprendizagem direcionado à geração-Z. **Educar em Revista**, v. 33, n. 65, p. 249-263, 2017.

SERBIM, Flávia Braga do Nascimento. **Ensino de soluções químicas em rotação por estações: aprendizagem ativa mediada pelo uso das tecnologias digitais**. Dissertação de Mestrado do Centro de Educação da Universidade de Alagoas. Maceió. 2018.

SOARES, Antonio Augusto dos Santos. A gestão da qualidade do ensino superior e as expectativas da geração digital. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 3, n. 2, 2014.

SOUZA, Pricila Rodrigues de; ANDRADE, Maria do Carmo Ferreira de. Modelos de rotação do ensino híbrido: estações de trabalho e sala de aula invertida. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838**, v. 9, n. 1, p. 03-16, 2016.

STAKER, Heather. The Rise of K-12 Blended Learning: Profiles of Emerging Models. **Innosight Institute**, 2011.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; GERALDINI, Alexandra Fogli Serpa. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 52, p. 455-478, 2017.

INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA NA GEOGRAFIA SOBRE A VIOLÊNCIA DIGITAL EM BOSSOROCA/RS

Airton Rosa Lucion Guites¹¹

Luis Fernando Pesce Guarnaschelli¹²

Resumo: O conteúdo apresentado neste artigo reflete parte da pesquisa de Doutorado em Geografia, realizada entre 2021 e 2024, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A base teórica de ação foi a investigação didática, estabelecendo a finalidade formativa da Geografia na construção da cidadania digital. Apresentamos aos estudantes de três escolas públicas do município de Bossoroca, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, alguns exemplos de violência digital através de *memes* difundidos na internet, a fim de observar por intermédio de questionários se haveria a percepção da violência pelas mensagens preconceituosas transmitidas nos símbolos midiáticos – o próprio hipertexto. Foi possível observar que a percepção se alterou conforme a faixa etária, a localização geográfica, o gênero e o nível de escolaridade, manifestando assim a pluralidade de vivências no espaço digital/virtual – o próprio ciberespaço. Pretendeu-se, desta forma, contribuir para a formação em cidadania digital, uma das finalidades do ensino de Geografia nas escolas contemporâneas.

Palavras-chaves: Investigação Didática. Violência Digital. Bossoroca. Geografia Escolar. Memes.

AINVESTIGAÇÃO DIDÁTICA COMO TEORIA E AÇÃO

A pesquisa que apresentamos nesse artigo é parte da tese de Doutorado em Geografia, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre 2021 e 2024. Trouxemos à discussão geográfica temas

¹¹ Doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor efetivo na Prefeitura Municipal de Bossoroca (PMB). E-mail: airtonlucion@gmail.com.

¹² Doutor em Ciências Sociais, pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO)/ Argentina. Professor adjunto na *Universidad de la Republica* (UDELAR) e no *Instituto de Profesores Artigas* (IPA)/ Uruguai. Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFSM). E-mail: ferpescegeografia@gmail.com.

pouco debatidos, como a violência digital e a percepção da violência em Geografia, envoltos por uma metodologia inovadora: a investigação didática, realizada nas escolas públicas do município gaúcho de Bossoroca.

O pesquisador utilizou do fato de ser professor efetivo na Prefeitura Municipal de Bossoroca para desenvolver a pesquisa com seus próprios alunos durante suas aulas de Geografia. Das três escolas participantes, em duas o pesquisador é professor; e em uma das escolas foi permitido o acesso para realização da pesquisa. Tem-se aqui as características de uma investigação didática¹³, ao passo que o professor desempenha e articula o papel de pesquisador, usando do espaço escolar como laboratório de pesquisa e os estudantes como participantes da busca por respostas e solução a um problema da sociedade. Essa forma de pesquisa estabelece intervenções docentes inspirados em discussões que surgem na sala de aula, considerando o conhecimento prévio do aluno sobre o assunto escolhido para discutir. Esse tipo de investigação é utilizado em pesquisas em algumas universidades nos países da Bacia do Rio da Prata ou Bacia Platina (Argentina, Paraguai e Uruguai), mas ainda é pouco referenciado no Brasil (que também integra esse território).

Entretanto, André e Potin (2010, p. 16-17) explicam que a investigação didática apresenta características que a diferem, como “aceitar que nem tudo está previamente dito, ou estabelecido anteriormente à prática, ajustando-se”, pois o foco dessa metodologia é a “análise não só do produto da aprendizagem mas, sobretudo do seu processo, sem perder de vista que esse processo é construído por erros e

¹³ Em alguns artigos pode aparecer como “investigação social e educativa”; contudo, destacamos que não são sinônimos, conferindo assim um erro de tradução do inglês, que geralmente nomeia essa metodologia latina como “*educational research*” (pesquisa educacional, tradução nossa).

acertos”. Ou seja, trata-se de uma pesquisa que é construída durante o processo de investigação, acompanhando o desenvolvimento dos estudantes e do ano letivo escolar, podendo retornar ao início e reajustar seus métodos para contemplar os objetivos da pesquisa, sendo mais flexível e adaptável, mas sem perder seu foco e rigor científico para validação. Essa dinâmica em movimento da pesquisa é ressaltada na definição de Sirvent e Rigal (2023):

Si la investigación social es concebida como un proceso de construcción a través del cual un “objeto real” deviene objeto científico, requiere entonces percibirla como una acción en movimiento desde un punto de partida a un punto de llegada, y por lo tanto, se impone preguntarse ¿de dónde partimos? y ¿hacia dónde vamos? ¿Qué momentos vamos recorriendo en esta acción de ir hacia adelante? ¿Cómo es la dinámica de este movimiento? (SIRVENT, M.; RIGAL, L.; 2023, [s. p.]).

Um conceito imprescindível dentro dessa metodologia de investigação é o “contexto de descobrimento”, que se compreende como um conjunto de fatores (geográficos, sociais, históricos, políticos, econômicos, psicológicos, institucionais, etc.) que caracterizam o espaço em que se alicerça a pesquisa. Desta forma, Sirvent e Rigal (2023) informam que há dois aspectos no contexto de descobrimento:

[...] Por un lado, el análisis de los factores socio-históricos e institucionales que constituyen las condiciones de anclaje situacional de una investigación: será la problematización de este contexto que dará origen a la situación problemática que el investigador identifique como génesis de su focalización en el problema de investigación orientador de su trabajo; por el otro, las cuestiones de una lógica y metodología del descubrimiento que posibilite al investigador contar con los instrumentos teórico-metodológicos para su búsqueda de problemas, supuestos y esquemas conceptuales con referencia empírica. (SIRVENT, M.; RIGAL, L.; 2023, [s. p.]).

Neste panorama, a descoberta do problema de pesquisa ocorreu durante os contextos das vivências pessoais e profissionais na pandemia de COVID-19, em que fomos orientados a intensificar nossa presença na internet para evitar o contato físico e disseminar o vírus. Logo, o ciberespaço (espaço virtual de contato por intermédio de aparatos tecnológicos, como os computadores e celulares) recebeu uma massiva participação de todas as faixas etárias e, em poucos meses de isolamento social, casos de violências e crimes pela internet passaram a ganhar destaque na mídia, bem como órgãos oficiais de política e segurança pública passaram a emitir notas e avisos sobre os riscos dos novos golpes virtuais. Na escola, enfrentamos o desafio do ensino remoto, em que a maioria dos estudantes não possuía em sua residência um sinal de internet suficiente para assistir uma aula via *Google Meet* ou afins, demonstrando que ainda há um longo caminho para que o Brasil atinja a plenitude de seu projeto de democracia digital. É neste contexto de 2020 que descobrimos a necessidade de se pesquisar o ciberespaço na Geografia e problematizar sobre as novas formas de praticar violência diante da vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes que estavam em fase de solidificação de suas personalidades durante o isolamento social da pandemia.

O que nos motivou foi justamente a ascensão do ciberespaço no cotidiano da população e as reduzidas pesquisas acadêmicas em Geografia sobre o assunto, bem como em compreender as novas dinâmicas de relações estabelecidas frente a virtualidade, como as violências. O caminho utilizado por essa investigação didática foi, principalmente, o recolhimento de evidências através dos questionários durante a pesquisa e não somente no final, construindo e/ou reconstruindo o problema e os objetivos ao longo do processo com base nas mudanças contínuas e imprevisíveis ocorridas na dinâmica escolar. A investigação didática permite que sejam elaboradas novas práticas de

ensino e colocam o professor como sujeito capaz de intervir cientificamente na sociedade. A respeito disso, Pesce (2014) reflete:

La problematización de la práctica de la enseñanza debería ser el origen de la investigación didáctica, y el resultado final debiera derivar em nuevos proyectos de enseñanza que debieran ser practicados en las aulas para su validación y que obviamente deriven en mejores prácticas en contextos específicos. Así, los docentes, verdaderos profesionales de la enseñanza, encontrarían en la propia práctica la fuente de descripción, interpretación, análisis e investigación que redunde en una buena enseñanza. (PESCE, F., 2014, p. 57).

Logo, a investigação didática vem para transformar a realidade do ensino e da educação a partir da perspectiva do professor enquanto um pesquisador da sua própria realidade, inserindo seus alunos como partes desse processo com base em suas vivências. Todavia, essa investigação enfrenta problemas em seu desenvolvimento ao confrontar o tempo, pois um ano letivo no Brasil tem duração de 200 dias, sendo que a carga horária do componente curricular de Geografia é de dois períodos semanais, geralmente concentrados em um único dia da semana, totalizando 80 aulas por ano em cada turma¹⁴. Além disso, há uma transição quase contínua de estudantes ao longo dos meses, por concluírem o processo de escolarização ou pela transferência de matrícula para outra escola, onde corre-se o risco de muitos participantes se formarem e/ou saírem da escola antes da conclusão da pesquisa, podendo afetar o registro e reflexão dos dados.

¹⁴ Esse cálculo do número de aulas, períodos e horas, semanais e/ou anuais, do componente curricular de Geografia, varia na gestão de cada Secretaria de Educação, municipal e/ou estadual, cuja BNCC não indica uma padronização nacional. Os valores citados se referem a realidade escolar de Bossoroca.

AVIOLÊNCIA DIGITAL, O *CYBERBULLYING* E OS MEMES

A violência digital se configura como uma nova modalidade que potencializa os tipos e formas de violências já conhecidos. Corresponde ao uso de dispositivos tecnológicos, da internet e das redes sociais para praticar a violência, cujo indivíduo é encorajado, principalmente, pela falsa sensação de anonimato e impunidade. É importante lembrar que a violência digital, mesmo praticada no ciberespaço, ocasiona impactos no espaço geográfico concreto. A vida *online* desempenha uma extensão da vida *offline*, cujas violências possuem consequências nas esferas real e virtual, e não podemos interpretá-las separadamente.

Como exemplo de violência digital, temos o *cyberbullying*, em que uma parcela da comunidade científica entende como uma extensão do *bullying* (agressões intencionais e repetitivas), enquanto outra parcela compreende como um fenômeno a parte. Porém, é de pensamento comum entre os pesquisadores em Educação que o *cyberbullying* amplia toda ação e consequência da violência escolar, seja ela praticada e direcionado por/para alunos, professores ou funcionários. As violências no ciberespaço encontram novas possibilidades: a sensação de anonimato impulsiona a expor seus pensamentos agressivos sem medo de punição; a noção de igualdade de poder entre a vítima e o agressor incentiva a enfrentar seus desafetos ou provocar apenas por diversão; o elevado número de espectadores nas redes sociais potencializa a satisfação do agressor pela ofensa dirigida e também agrava a humilhação da vítima pela exposição degradante; entre outros.

Diante da popularização massificada da internet e das redes sociais, emergiu uma nova linguagem de comunicação: o hipertexto. No ciberespaço, as pessoas ativam, reativam ou desativam seus contatos através da mecanismos que, na maioria das vezes, é alçado à

compreensão universal, como os *memes* (imagens, vídeos ou GIF¹⁵ com textos breves), que funcionam como um símbolo que podem expressar ideias preconceituosas usando a “máscara” do humor ou comédia para perpetuar tais pensamentos, colaborando para que as pessoas naturalizem ou banalizem as atitudes por não perceberem no momento do ato de compartilhar, comentar ou curtir, que aquele *meme* é uma espécie de violência. Outra questão que potencializa a repercussão da violência pelos *memes* é o discurso equivocado que defende a internet como um espaço propício para a liberdade de expressão em sua totalidade, sendo acusado de censura toda e qualquer forma de criticar ou punir os *memes* com humor ácido ou com teor preconceituoso.

APLICAÇÃO PRÁTICA E RESULTADOS

Primeiramente, destacamos que Bossoroca é considerada um centro local na hierarquia urbana do Brasil, com uma população total de 5.890 pessoas, segundo o censo demográfico de 2022. A investigação aconteceu nas seguintes instituições de ensino público: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Josefina Ferreira Aquino (EMEFJA), localizada na periferia da zona urbana; a Escola Municipal de Educação Básica Guiomar Medeiros (EMEBGM), localizada na zona rural; e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Miguel Fernandez (EEEFPMF), localizada no centro da zona urbana. Participaram da pesquisa um total de 106 estudantes matriculados do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; no 1º e 2º ano do Ensino Médio; e na turma única na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) referente aos anos de atraso do Ensino Fundamental.

¹⁵ *Graphics Interchange Format*, são imagens animadas.

Para discussão no artigo, enfocamos diretamente na percepção da violência digital, em que buscamos entender o uso dos meios tecnológicos e da internet pelos estudantes, contando com perguntas de múltipla escolha e o uso de imagens como forma de ilustrar didaticamente o que seria uma violência no ciberespaço, mas sem indicar essa interpretação, afinal foi parte fundamental da pesquisa em analisar a percepção dos estudantes da Educação Básica em Bossoroca sobre a violência digital; logo, não houve influência do professor nas respostas escolhidas. As imagens referem-se aos *memes* retirados de redes sociais, *sites* e *blogs*, com amplo compartilhamento e com temas contemporâneos do espaço de vivência dos estudantes. Fomos orientados por uma psicóloga especializada no atendimento de crianças e adolescentes sobre o tipo de imagem que poderíamos escolher e como lidar com possíveis situações na hora da aplicação, uma vez que as imagens poderiam ocasionar alguma reação inesperada dos alunos com base em suas vivências, o que, a propósito, não ocorreu. A **Figura 1**, na página que segue, apresenta os oito *memes* utilizados nesse questionário, que representam a base principal da investigação.

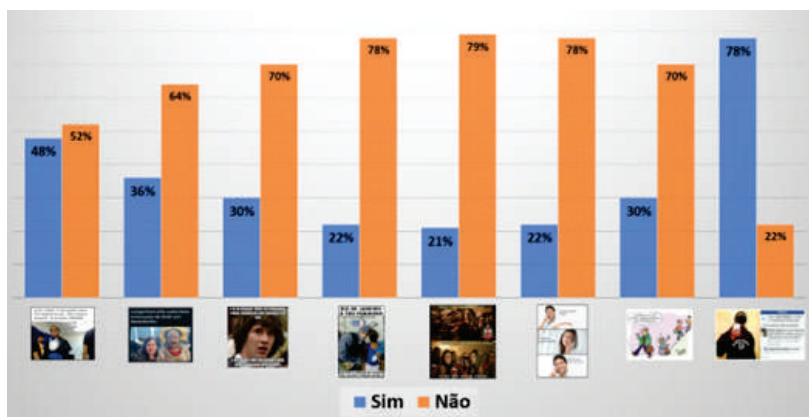
Figura 1 – Memes de conteúdo violento utilizados na investigação didática.

01 – Preconceito pela aparência física.	02 – Xenofobia contra a etnia indígena.	03 – Xenofobia aos muçulmanos.
04 – Generalização do lugar do crime.	05 – Xenofobia contra os brasileiros.	06 – Machismo.
07 – Capacitismo.	08 – Racismo.	

Fonte: GUITES, 2024.

A última pergunta do questionário apresentou aos estudantes as imagens dos oito *memes*, em que eles tinham que marcar com um “X” aquelas representações em que consideravam uma possível violência na internet. Observamos o resultado no infográfico.

Gráfico 1 – Infográfico da percepção geral dos discentes sobre a violência nos *memes*.



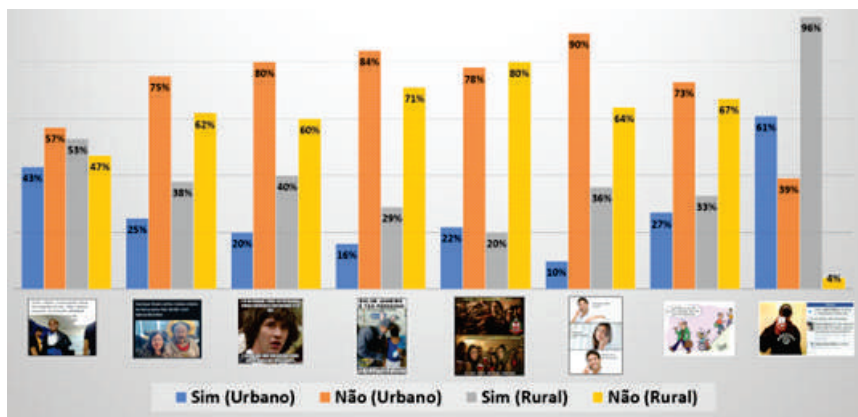
Fonte: GUITES, 2024.

Assim sendo, notamos que somente um *meme* apresentou a percepção da maioria como uma violência: é aquele em que envolve um caso de racismo, bastante explícito nas palavras publicadas em uma postagem de fotografia no *Facebook* (78%). Apesar disso, o índice de aprovação, ou seja, de alunos que não perceberam como violência, foi elevado (22%), considerando a clareza da discriminação e a atualidade do tema. Seguindo no panorama geral, o *meme* com a menor percepção de violência foi aquele que demonstrou um teor xenofóbico ao brasileiro no exterior (para 21% é violência, contra 79% que tolerou como humor), demonstrando assim a incapacidade de se perceber dentro daquela situação, uma vez que são integrantes do povo brasileiro e os comentários desmerecem a sua própria nacionalidade.

Na sequência, reorganizamos os mesmos alunos. O segundo critério adotado foi a fragmentação entre os estudantes urbanos e os estudantes rurais. A percepção da violência será diferente conforme a localização no espaço geográfico de Bossoroca? O modo de vida em cada local altera a noção de violência? A seguir, refletimos sobre os

dados no infográfico.

Gráfico 2 - Infográfico da percepção dos discentes pela localização no espaço geográfico.



Fonte: GUITES, 2024.

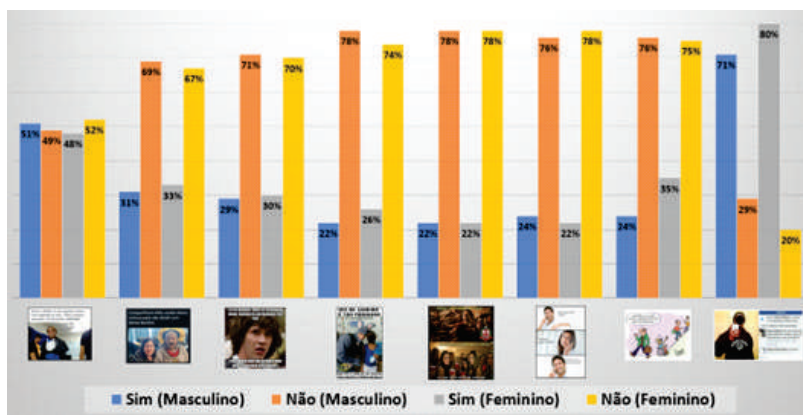
Logo, entre os estudantes urbanos, novamente, somente o *meme* racista foi aquele percebido pela maioria como uma violência (61%), porém com um índice de aprovação superior ao critério anterior. Já entre os estudantes rurais, dois *memes* se destacaram entre aqueles que percebem a violência: o *bullying* pela aparência física (53%), apesar de ainda possuir uma aprovação elevada (47%); e também o *meme* racista, com a quase totalidade das respostas rejeitando a situação (96%). Com relação aos menores índices de percepção da violência neste critério, entre os alunos urbanos foi aquele que demonstrou um teor machista (apenas 10% consideraram violência), o que cremos que a naturalização dos comentários impróprios, possivelmente, faça parte da vivência social dos mesmos, que não entendem como violência as palavras proferidas pelo homem a mulher. Já entre os alunos rurais, o menor índice de percepção da violência foi no *meme* que desprezou a nacionalidade brasileira (20%), corroborando com o que havíamos

pensado no critério geral.

Todavia, ao comparar estudantes urbanos e rurais, o questionário demonstrou que os alunos matriculados no campo tiveram uma percepção da violência maior que os alunos matriculados na cidade. Dos oito *memes* colocados em confronto com os alunos, sete foram considerados violentos mais pelos alunos rurais do que pelos alunos urbanos, com exceção apenas do *meme* xenofóbico, cujos urbanos perceberam mais que os rurais. Possivelmente, esse panorama se reflete na vivência familiar e comunitária dos estudantes, cujos espaços de convivência podem apresentar uma cultura de tolerância e aversão aos fenômenos violentos. No entanto, muitos dos conteúdos não percebidos como violência acabam repercutindo ideias que afetam sua própria existência, como a questão da nacionalidade e da raça, fazendo-nos refletir sobre o tipo de construção das representações sociais que possuem em seus espaços de convivência na zona urbana e rural de Bossoroca, uma vez que não percebem a violência contra si mesmos nas redes.

O terceiro critério utilizado para compreender a percepção foi em separar os estudantes entre os gêneros masculino e feminino. A noção de violência se altera entre os discentes de gêneros opostos? Vejamos o infográfico na página seguinte sobre esse critério.

Gráfico 3 – Comparação da percepção dos discentes, por gênero, sobre a violência nos *memes*.



Fonte: GUITES, 2024.

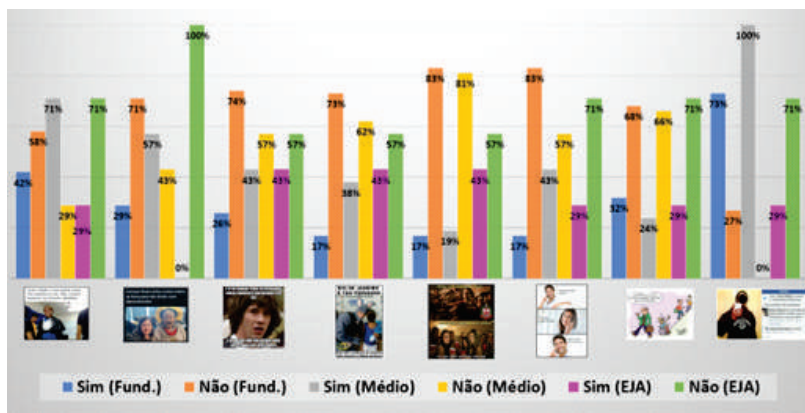
A partir disso, verificamos que, entre os estudantes masculinos, dois *memes* se destacaram no reconhecimento de ato violento *online*: tratam-se do *bullying* pela aparência física (51%) e o racismo (71%). Apesar disso, os estudantes masculinos consideraram o *meme* que generaliza o Rio de Janeiro como um lugar de criminalidade empatado com o *meme* com xenofobia ao povo brasileiro com os menores reconhecimentos de ato violento *online* (ambos com 22%). Por conseguinte, entre as estudantes femininas, somente o *meme* racista foi reconhecido pela maioria como violência (80%), ao passo que dois *memes* empataram como o menor índice de reconhecimento: a xenofobia contra os brasileiros e, surpreendentemente, o machismo (ambos com 22%), cujas alunas não perceberam o teor preconceituoso contra seu próprio gênero que compõe o aludido *meme*, não conseguindo se reconhecer no lugar da personagem.

Portanto, nota-se que os estudantes do gênero masculino perceberam mais a violência digital do que as estudantes do gênero feminino, pois eles apresentaram dois *memes* com reconhecimento da

maioria, ao contrário delas que apresentaram somente um reconhecimento. Possivelmente, esse resultado vem de encontro com a realidade dos mesmos, cuja cultura de tolerância e aversão a violência de gênero é construída através da convivência familiar e social, geralmente de forma diferente entre homens e mulheres no Brasil, condicionado ainda pelo machismo que reverbera em nossa sociedade, apesar dos avanços significativos ocorridos nas últimas décadas por movimentos sociais em prol da igualdade e equidade dos direitos e deveres entre os gêneros no país. Quando encontramos índices tão baixos de percepção do *meme* machista justamente pelas alunas, refletimo-nos sobre a construção de suas identidades e a compreensão de seus papéis sociais diante dos homens, pois ao aprovar tal conteúdo por falta de reconhecimento ou de experiência da agressão, elas estão internalizando e repercutindo as ideias que contrariam sua existência.

Por fim, o quarto e último critério proposto foi a divisão dos discentes por etapa do processo educacional. Sendo assim, fragmentamos os questionários entre os alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da EJA, a fim de observar se a noção de violência digital seria alterada com base na etapa de escolarização em que os alunos se encontravam e, obviamente, na maturidade da faixa etária do mesmo. Na sequência, observamos a disposição de porcentagens em um infográfico.

Gráfico 4 - Infográfico da percepção das violências nos *memes* por nível de escolarização.



Fonte: GUITES, 2024.

Entre os discentes matriculados no Ensino Fundamental, apenas o *meme* racista foi reconhecido pela maioria como uma violência digital (73%). Em contrapartida, neste mesmo nível, três *memes* empataram com 17% como aqueles com o menor índice de rejeição: a generalização do Rio de Janeiro como lugar da criminalidade; a xenofobia contra o Brasil; e o machismo. Porém, entre os discentes matriculados no Ensino Médio, a realidade foi oposta. Três *memes* foram reconhecidos pela maioria como uma violência: o *bullying* pela aparência física (71%), a xenofobia pela etnia indígena (57%) e o racismo (com a unanimidade, pela primeira vez, com 100%). Já o *meme* que propagou uma visão xenofóbica do Brasil foi aquela com a menor rejeição (19%) nesse mesmo nível, ou seja, que não reconheceram como violência. Por fim, observamos a problemática percepção da violência proferida pelos discentes da EJA, já que, pela primeira vez, nenhum *meme* foi considerado pela maioria como violento ao ponto de superar o mínimo de 50%; bem como, pela primeira vez, um *meme* obteve 0% de marcação como violência digital, no caso se referindo a etnofobia aos indígenas.

Com isso, ficou esclarecido que, entre os níveis de escolarização, os estudantes do Ensino Médio foram aqueles que apresentaram a maior consciência do que é uma violência pela internet, sendo os estudantes do Ensino Fundamental os intermediários na compreensão dessa realidade – talvez pela maturidade em formação – e os estudantes da EJA foram aqueles que possuíram os menores índices com relação a noção de violência propagada na internet – talvez pela experiência de vida, pela falta de habilidades nas redes sociais para entender o alcance de imagens e comentários impróprios ou por suas vivências naturalizarem atitudes semelhantes aquelas apresentadas pelos *memes*, pois tratam-se de alunos adultos.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA-EDUCATIVA: A PRODUÇÃO DE FÔLDERES

A partir do panorama alcançado com o questionário, demonstra-se a necessidade de encontrar uma forma de conscientizar os jovens para empoderá-los a enfrentar as violências no ciberespaço que reverbera em suas relações no espaço geográfico. Neste aspecto, uma importante ação ocorreu com a elaboração de um material didático sobre a violência digital pelos estudantes orientados pelo professor-pesquisador, sendo distribuído nas escolas de Bossoroca em 2023. Trata-se de um folder intitulado de “Violência Digital: é real ou é virtual?”, que tratou sobre as características dessa nova forma de violência, oferecendo informações sobre os impactos sociais e danos à saúde, bem como explicando as maneiras de denunciar. Elaboramos quatro versões diferentes do folder, adaptando a linguagem textual e imagética para cada faixa etária conseguir compreender: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; 1º ao 3º ano do Ensino Médio e EJA;

professores e funcionários.

Contamos com o apoio e colaboração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), da Prefeitura Municipal de Bossoroca, na impressão e distribuição dos fôlderes. A imagem abaixo demonstra a parte interna de um exemplar desse material.

Figura 2 – Versão aos professores e funcionários do folder sobre violência digital.



Fonte: GUITES, 2024.

Frente a isso, a investigação didática converteu-se em uma intervenção pedagógica-educativa, pois ampliou seu campo de atuação, não ficando mais somente na didática do professor-pesquisador com seus próprios alunos, mas se estendeu para toda a comunidade escolar de Bossoroca, influenciando assim na didática de outros professores com seus respectivos alunos. O problema identificado na percepção das violências digitais em cerca de 100 estudantes investigados foi utilizado

como base para produção do material de conscientização e prevenção, intervindo na realidade social através da distribuição para cerca de 800 estudantes visitados.

Por conseguinte, outra ação que converteu a investigação didática em uma intervenção pedagógica-educativa foi a publicação de uma reportagem sobre as violências digitais escrita pelo professor-pesquisador. Norteado pelo material didático desenvolvido em conjunto aos estudantes de Bossoroca, foi redigido um texto e enviado ao jornal Diário de Santa Maria, o principal veículo de jornalismo impresso no município em que se localiza a UFSM e que se articulou essa pesquisa na pós-graduação. A partir da reportagem, buscou-se ampliar a conscientização sobre as violências digitais, sendo uma forma de promover o combate e a prevenção para tais comportamentos no ciberespaço, agora também prestando um serviço a população de Santa Maria/RS. Portanto, os fôlderes e a reportagem reafirmam que a escola possui importância na produção e difusão do conhecimento científico, colocando os docentes e discentes como protagonistas da transformação da sociedade.

REFLEXÕES FINAIS

Reforçamos que os resultados e conclusões alcançados por essa pesquisa se referem, exclusivamente, a realidade de Bossoroca, sendo um recorte espaço-temporal que interpretou a violência digital por *memes* como parte da Geografia Escolar. Se a mesma pesquisa fosse aplicada por outro professor-pesquisador e/ou em outro município, usando ou não esses critérios de interpretação, as percepções dos estudantes seriam diferentes, pois a rejeição ou a tolerância estão baseadas nas vivências pessoais dos participantes, articuladas com a

cultura local e com a convivência social e comunitária.

Desde a inclusão da Geografia no currículo escolar no século XIX até os dias atuais, a sociedade se modificou muito, porém seguimos convivendo uns com os outros, mediados por novos conflitos, mas permanecemos como cidadãos do espaço. A pesquisa reafirmou o valor formativo da Geografia enquanto componente que forma cidadãos, agora devendo também pensar nessa expressão através do virtual. Para isso é necessário que haja uma emancipação cidadã dos sujeitos, uma vez que os docentes e discentes – em sua grande maioria – ainda desconhecem os mecanismos tecnológicos de desempenhar seus direitos e deveres, bem como em utilizar as legislações que o protegem e o punem em suas ações virtuais, da mesma forma em que precisam ressignificar comportamentos que interferem na *ciberconvivência* diante da naturalização e da banalização que fomenta a dinâmica da violência pela internet.

Quando lembramos que todos conteúdos expostos no questionário trazem consigo mensagens violentas, tais extremos de percepções fazem-nos pensar sobre qual está sendo o papel da família, da escola, da sociedade e do Estado frente a educação pela paz, a construção das identidades individuais e o sentimento de coletividade no exercício da cidadania no espaço geográfico. A maior parte dos *memes* apresentou uma tolerância significativa da maioria dos participantes, comprovando que os estudantes de Bossoroca não reconhecem a violência digital e que, possivelmente, compartilhariam em suas redes sociais tais mensagens, seja por desconhecimento ou por expressão de um preconceito internalizado.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli.; PONTIN, Marta. **O diário reflexivo, avaliação e investigação didática**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro/RJ, v. 2, n. 4, p. 13-30, jan./abr. 2010.

DREIBELBIS, Maria et. al. **Retos del contexto en la adolescencia: representaciones sociales, violencia, ciudadanía y mundo digital**. Peru: Fondo Editorial PUCP, 2022, 297p.

GHIZZI, Eluiza. **Semiose dos memes e estratégias para ativar a nossa percepção**, p. 59-93. In: GOMES, Nataniel.; MACIEL, Ruberval.; BARBOSA, Vanderlis. **Olhares sobre os textos: verbal e não verbal**. Rio de Janeiro/RJ: Dialogarts, 2020, 353p.

GUIDES, Airton. **Ciberespaço e percepção das violências: uma investigação didática em Geografia no município de Bossoroca/RS entre 2021 e 2023**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2024, 385p.

GUIDES, Airton.; PESCE, Fernando. **Ciberespacio y enseñanza de la geografía**. GEOespacio, Uruguai, ano XXXVIII, n. 55, set./2024, p. 7-24.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad.: Carlos Irineu da Costa. São Paulo/SP: Editora 34, 1999, 250p.

PESCE, Fernando. **La didáctica en la formación de docentes para la enseñanza media en Uruguay**. InterCambios, Uruguai, n. 1, jun. 2014, p. 52-61.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. **Brasil pode ter déficit de até 235 mil professores(as) na educação básica até 2040**. APP Sindicato, 2023. Disponível em: <http://appsindicato.org.br/brasil-pode-ter-deficit-de-ate-235-mil-professoras-na-educacao-basica-ate-2040/>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANTANDER, Alejandro. **Formar para la ciberconvivencia: internet y prevención del ciberbullying**. Integra Educativa, Bolívia, v. VI, n. 2, 2013, p. 49-70.

SILVA, Ana. **Ciberbullying**: sinais dos tempos, p. 125-140. In: SILVA, Ana. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro/RJ: Objetiva, 2010, 187p.

SILVA FILHO, Marcelo.; TARINI, Ana. ***Memes em grupos de Facebook***: efeitos de sentido em postagens na internet. PERcursos Linguísticos, Vitória/ES, v. 9, n. 22, 2019, p. 85-100.

SIRVENT, Maria.; RIGAL, Luis. **La investigación social en educación**: diferentes caminos epistemológicos, lógicos y metodológicos de producción de conocimiento. Argentina: Miño y Dávila Editores, 2023, 260p.

VALLERIUS, Daniel. **Identidades (nem tão) virtuais assim**: um olhar sobre a construção das identidades territoriais no ciberespaço. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2011, 94p.

CRONOTOPO DO MERCADO EDITORIAL EM *FICÇÃO AMERICANA*, DE CORD JEFFERSON

Kescy Jhony Alves Gomes¹⁶

Raimundo Expedito dos Santos Sousa¹⁷

Resumo: A inserção de minorias no mercado editorial é um tema amplamente discutido, mas ainda parece encontrar dificuldades para se concretizar. Em face desse cenário, este artigo examina o filme *Ficção Americana* (2023), dirigido por Cord Jefferson, com vistas a perscrutar como o *cronotopo do mercado editorial* aparece no enredo e revela um trajeto árduo e, às vezes, estereotipado para escritores negros. Para tal, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise textual do longa-metragem. Assim, apresentamos um breve panorama da literatura negra estadunidense e verificamos as dificuldades que escritores afrodescendentes encontraram durante a publicação e circulação de seus livros, frente a uma sociedade marcada pela escravidão e pelo racismo. Posteriormente, discorremos sobre o conceito de cronotopo artístico-literário cunhado por Bakhtin (2018) e ampliamos essa noção para delimitar o *cronotopo do mercado editorial*. Examinamos *Ficção Americana* e observamos as dinâmicas do protagonista com o mercado editorial, além da configuração de um arco familiar que desconstrói estereótipos. Os resultados obtidos evidenciam que o *cronotopo do mercado editorial* se faz presente em diversos momentos do longa-metragem, percebido na motivação da escrita, na literatura como ascensão social, na negociação entre escritor e editoras, além da recepção do público.

Palavras-chave: Bakhtin. Cronotopo. Cinema Negro. Literatura Negra. Mercado Editorial.

INTRODUÇÃO

A inserção da diversidade nas discussões sobre arte e representação tem se fortificado ao longo dos últimos anos, uma vez que se entende que é necessário que o espaço cultural reflita diferentes vozes

¹⁶ Mestrando em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor de Língua Portuguesa na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. E-mail: kescyjhony@gmail.com.

¹⁷ Doutor em Estudos Literários (Teoria da Literatura e Literatura Comparada) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: raimundosou@gmail.com.

e que estas representem sujeitos de variados grupos sociais. Assim, por exemplo, podemos perceber a inserção, ainda que tímida, de literaturas escritas pelas minorias, como a literatura LGBTQIAPN+, a indígena e a negra. Além de pensar o lugar da arte como uma democracia, a publicação e circulação desses textos contribui para uma sociedade que compreenda melhor as diferenças, que se reconheça naquelas páginas e desenvolva um senso maior de empatia. No entanto, é ingênuo pensar que os autores desses textos encontram um caminho fértil no decorrer do processo de publicação e consumo. Da mesma forma que a sociedade se mostra pouco tolerante, isso muitas vezes é refletido na relação entre os criadores e as editoras, a perspectiva de venda dessas obras, o interesse da crítica e os estereótipos que muitas vezes são esperados por quem os consome.

Nessa perspectiva, consideramos que o filme *Ficção Americana* se mostra bastante profícuo para ampliação desse debate, uma vez que aborda a condição dos escritores negros. O longa-metragem estadunidense, lançado em 2023 e dirigido por Cord Jefferson, é uma transposição midiática do romance *Erasure* (2001), do escritor Percival Everett. O enredo se centra na história do protagonista Thelonious, mais conhecido como “Monk”, escritor negro bastante reconhecido pela crítica, mas que enfrenta dificuldades em relação ao apelo popular, uma vez que não almeja fazer da pauta racial apenas um subterfúgio para suas histórias, já que faz parte de uma classe social com um pouco mais de prestígio econômico. O grande ponto de virada do filme ocorre quando, após diversos problemas familiares, Monk envia a uma editora um material que não julga ser bom em relação às suas concepções literárias, ao passo que apresenta inúmeros elementos estereotipados que envolvem a comunidade negra, como personagens que utilizam insistentemente gírias e que são inseridos em contextos de famílias desestruturadas. Apesar do caráter disruptivo de Monk, seu livro passa a

ser bastante cobiçado pelo mercado, situação que faz com que o personagem, em virtude de suas dificuldades financeiras, ceda a um possível lançamento do livro.

Tendo em vista o contexto sócio-histórico de escritores negros estadunidenses, a narrativa fílmica de Cord Jefferson e o conceito de *cronotopo* desenvolvido por Bakhtin (2018), pensamos uma extrapolação dos *cronotopos* previamente definidos pelo filósofo da linguagem e observamos que o longa-metragem reflete a condição de vários escritores negros tanto nos Estados Unidos quanto em outros países do globo: o mercado editorial. Assim, este trabalho pretende, primeiramente, apresentar um breve retrospecto de escritores negros pelos jornais e editoras rumo a um espaço no campo literário estadunidense. Em seguida, traçamos, a partir de Bakhtin (2018), o *cronotopo* desse mercado editorial e como ele aparece entrelaçado à história do protagonista Thelonious.

O MERCADO EDITORIAL E A LITERATURA NEGRA

No clássico ensaio “O direito à Literatura”, de Antonio Cândido (1988), o pesquisador, a partir da discussão da concepção dos Direitos Humanos, reflete que as autoridades precisaram se reposicionar frente a necessidade de um pensamento mais humanitário, ainda que na visão dele isso esteja muito mais no discurso que na prática. Portanto, não é mais viável afirmar que determinada camada da sociedade merece mais direitos que outra, ainda que propositalmente os esforços políticos para minimizar as desigualdades sejam vagarosos. Aquilo que é fundamental para um indivíduo também é fundamental para o outro. Logo, dada a ideia de que a literatura é uma manifestação universal de todos os povos, já que não há homem que possa viver sem algum tipo de fabulação, mesmo que no sonho, Cândido a concebe como um direito

inalienável.

Seguindo a ideia de Cândido, pensamos que a literatura deve ser uma arte que alcance todos, desde o consumo até a produção. No entanto, uma investigação um pouco mais detalhada da história revela que esse foi um direito negado, principalmente, às minorias, uma vez que o cânone literário tem dado primazia a homens brancos heterossexuais. A presença de mulheres, negros, povos originários e outras minorias só viria muito mais tarde e com algum esforço além do que era exigido para um escritor padrão para a época. O espaço de consumo e produção da literatura e nas artes em geral oprimiu certos grupos sociais, uma vez que reflete uma estrutura social de privilégios e de papéis pré-determinados.

Como sabemos, os estados Unidos foram colonizados e se construíram com base em mão de obra escravizada. À população negra foi negada a própria condição de ser humano, e só depois de muito esforço direitos básicos foram conquistados. Ao longo da história de tentativa de equidade, que espaço o negro teve em relação à literatura, especificamente enquanto produtor? Responder a essa pergunta talvez seja impossível devido aos vários casos de apagamento da história e da amplitude do que é o mercado editorial. No entanto, é possível delinear, por meio de exemplos sintomáticos, os caminhos que a literatura negra percorreu e os esforços necessários para que essa população usufrua plenamente desse direito.

Nos Estados Unidos houve negros que publicaram ainda no século XVIII, contrariando a predominância dos escritores brancos, principalmente homens. Phillis Wheatley, provavelmente nascida em 1753, logrou a façanha de contrariar a estrutura social. Com apenas sete anos de idade, foi capturada e levada para os Estados Unidos num navio. O responsável por sua compra foi John Wheatley, um mercador de

Boston. O objetivo da compra era que ela ajudasse a esposa do mercador com os trabalhos domésticos. Phillis aprendeu a língua inglesa muito cedo e logo a incentivaram a ler a bíblia e livros clássicos da literatura ocidental. Desde a adolescência, influenciada pela leitura de Thomas Gray e John Milton, iniciou a escrita de poemas. A família Wheatley incentivava sua carreira literária, algo extremamente raro para a época. Apesar disso, segundo Santos (2018), ela teve impasses para publicar devido à falta de recursos. Com o auxílio da família, publicou alguns poemas em panfletos, na cidade de Boston. Os poemas foram recebidos com desconfiança pelos intelectuais da época, uma vez que não acreditavam que uma jovem escravizada poderia escrever poemas no estilo clássico europeu. Afinal, “o que estava em jogo não era apenas a cor da jovem, mas sua capacidade de raciocínio e suas habilidades artísticas, já que o pensamento da época era que negros eram incapazes de atividades intelectuais” (SANTOS, 2018, p. 85). Por isso, criou-se uma banca de avaliação, formada por poetas, políticos e reverendos, para examinar se Phillis Wheatley tinha realmente habilidades literárias e conferir se ela era de fato a autora daqueles poemas. Após um teste oral, foi atestado que a jovem tinha aptidão para a escrita. Mesmo depois de toda provação, ela não conseguiu ajuda financeira para publicar seus poemas (SANTOS, 2018).

Vários outros escravizados ou descendentes de pessoas escravizadas nos Estados Unidos conseguiram superar tamanha violência e galgaram algum espaço entre os literatos. Segundo Mendes Junior (2015), esse é o caso de Frederick Douglass. Nascido em Tuckahoe, em Maryland, nos Estados Unidos, em 1818, era filho de Harriet Bailey, uma mulher escravizada que sabia ler e escrever, algo incomum para a época. Douglass foi criado pela avó Betsy Bailey, praticamente da cultura ancestral africana e curandeira. Apesar da condição de escravizado, Douglass começou a ler com os donos de uma

das fazendas em que morou, por meio da leitura da bíblica que Hugh Auld e sua esposa Sophie faziam para ele. Mas, como era ilegal alfabetizar escravizados, Hugh proibiu a esposa de continuar a ensiná-lo. Mais tarde, de forma autodidata, ele se alfabetizou e aprimorou seu vocabulário por meio do estudo do livro *The columbia orator*. Durante parte da vida, Douglass foi muito violentado e sempre se rebelava contra o regime escravocrata. O ponto de virada foi sua transferência de volta para Baltimore, onde aprendeu a profissão de calafetador. Lá, fez um acordo com Hugh Auld para que pudesse trabalhar de forma independente. O interesse pelo abolicionismo e a capacidade oratória o destacou em palestras em vários estados, o que lhe conferiu posição de destaque entre os apoiadores da causa, até que finalmente comprou sua alforria. Douglass publicou em 1845 uma autobiografia intitulada *Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave, written by himself*. O livro teve grande repercussão nos Estados Unidos, mas, ainda assim, passou por descrédito por parte dos críticos, que afirmavam que Douglass jamais teria sido escravo, justamente pela capacidade de eloquência do autor (DWORKIN, 2021).

Os dois exemplos dos autores retomam um período de escravidão e de luta abolicionista e são um vislumbre de como era quase impossível tentar uma carreira enquanto escritor negro. Os casos descritos são façanhas do tempo e apresentam uma exceção. Assim, é possível ainda pensar como essa sociedade desenvolveu uma equidade vagarosa e como o preconceito e a condição socioeconômica são impasses presentes nos séculos seguintes para escritores negros. Afinal, a libertação dos escravizados é apenas um dos passos para a justiça social. Para a maioria desses autores, a desconfiança de que tivessem algum talento para a escrita estava presente como uma barreira, ou seja, a ideologia racista persistia mesmo depois das publicações e até aceitação do público, como é o caso de Douglass.

No final do século XIX e início do século XX, considerando já o fim da escravidão (1865), há movimentação de grupos sociais que reivindicam melhores condições para os negros. Esses movimentos impulsionaram vários debates e fomentaram, também, a literatura. Luciana de Mesquita Silva, pesquisadora de Toni Morrison, faz um breve panorama da literatura afroestadunidense. Segundo a pesquisadora, a abolição da escravidão não erradicou a pobreza, tampouco o racismo. A partir de 1876, instituiu-se a *Jim Crow law*, um sistema de segregação racial que proibia negros de circularem livremente em espaços sociais, como escolas e transportes públicos. Além disso, havia o perigo de pessoas negras serem violentadas por grupos racistas. Tratava-se de um ambiente totalmente inóspito para pensadores negros, mas ainda surgiram figuras importantes que reivindicavam espaço. Charles W. Chesnutt publicou romances que retratam homens e mulheres negras no cotidiano, aspectos culturais e religiosos, além de mostrar a realidade social e política. Em seus livros, o autor debatia os clichês das obras da época subvertia o mito da superioridade racial. O poeta Paul Laurence Dunbar, por sua vez, retratava as dificuldades de o negro viver num espaço de supremacia branca e a necessidade de terem que aparentar sempre sorridentes e alegres, como se estivessem satisfeitos.

É necessário destacar aqui trabalhos não literários, mas de extrema importância para o movimento de escritores. W. E. B. Du Bois, voz potente no combate à supremacia branca, pregava que era indispensável promover uma mudança social por meio de manifestações e de uma literatura com forte engajamento político. Em 1909, juntamente com outros intelectuais, fundou a *National Association for the Advancement of Colored People*. Na década de 1920, os Estados Unidos foram marcados por um forte desenvolvimento econômico e pela migração de pessoas negras para o sul do país. Nesse período se

intensificou a segregação racial, mas, em contrapartida, houve uma mudança cultural significativa com a popularização dos gêneros musicais como o *blues* e o *jazz* e o surgimento de um dos movimentos culturais mais relevantes do país, a *Harlem Renaissance*. Centrado no norte de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento impulsionou o início da literatura afro-americana moderna (SILVA, 2015). O *Harlem Renaissance* é um exemplo de como os artistas negros precisaram se mobilizar, impulsionar e fortificar suas atividades para que ocupassem e fizessem circular suas produções.

Em 1929, com a Grande Depressão, o mercado editorial ficou mais limitado, a economia dos Estados Unidos foi abalada e o Harlem enfrentou cada vez mais dificuldades financeiras, o que contribuiu para o fim do movimento nos anos seguintes. Durante a década de 1940 e início dos anos 1950, escritores negros buscavam reconhecimento como autores estadunidenses, evitando temas estritamente afroamericanos. Mas havia aqueles que continuavam a escrever sobre essa temática, como Richard Wright, que publicou o clássico *Native Son* (1940), e Ralph Ellison, com *Invisible Man* (1952). Nos anos 1960, os movimentos pelos direitos civis se intensificaram e uma manifestação importante foi a Marcha sobre Washington em 1963, liderada por Martin Luther King. A marcha trouxe bons frutos, pois houve o encerramento do sistema de segregação nas escolas, a aprovação da Lei dos Direitos Civis e o direito ao voto (SILVA, 2015).

Depois dessas conquistas, mais escritores passaram a produzir e exigir direitos de cidadania, como Baldwin, com a publicação de *The Fire Next Time* (1963), e Gwendolyn Brooks, primeira escritora negra a ganhar o prêmio Pulitzer Prize de poesia. Esse contexto histórico e literário demonstra que, por séculos, pessoas negras precisaram lutar por direitos básicos e, portanto, os casos de publicação demonstram esforços de superação de uma sociedade demarcada pelo estigma do racismo.

CRONOTOPO DO MERCADO EDITORIAL

A história da literatura, cujas instâncias de legitimação (mercado editorial e crítica) eram compostas por homens brancos, mostra-nos que os escritores negros precisaram de um esforço acima da média para se fazer publicados, ouvidos e considerados. Assim como discorreu Iser (1996) sobre o *Fictício e o imaginário*, sabemos que uma obra artística, no caso um filme, realiza um recorte dessa realidade, o organiza e tece um universo que é fictício, mas recorre ao real em todos os momentos para se materializar e significar no imaginário dos espectadores. Portando, o longa-metragem *Ficção Americana* se baseia numa relação editorial que dialoga diretamente com o que verificamos anteriormente sobre os escritores americanos.

O exame do filme nos leva a identificar momentos que evocam o conceito de *cronotopo*, cunhado por Bakhtin (2018). O estudioso pensa esse conceito a partir da própria física de Einstein sobre a relatividade do espaço e do tempo. No entanto esse empréstimo serve à narrativa, especialmente o romance:

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios do espaço e do tempo num todo apreendido e concreto. Aqui o tempo se adensa e ganha corporeidade, torna-se artisticamente visível; o espaço se intensifica, incorpora-se ao movimento do tempo, do enredo e da história. Os sinais do tempo se revelam no espaço e o espaço é apreendido e medido pelo tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico (BAKHTIN, 2018, p.12)

Nesse sentido, o tempo e o espaço da narrativa aparecem interligados, pois um influencia o outro. O crítico observa que a literatura sempre amalgamou um determinado tempo e espaço nas histórias, um recorte particular engendrado pelo escritor. Ao abandonar a raiz das ciências naturais ao qual o termo se originou, Bakhtin pensa o

cronotopo artístico-literário a partir da análise de diversos romances, partindo do romance grego. Desse modo, conceitua vários tipos de *cronotopo*, de acordo com o tempo, o espaço e as influências no enredo. Resumidamente, por exemplo, o *cronotopo do encontro* é mais vinculado à questão temporal e à descarga de sentimentos, intensidade axiológica-emocional. Já o *cronotopo da estrada* é um lugar de passagem, encontros de pessoas que fazem parte de diferentes realidades e esferas sociais. A peculiaridade desse *cronotopo* está nos encontros inusitados, mas que nesse momento se cruzam e se entendem, nele se concretizam acontecimentos. Por sua vez, o *cronotopo do castelo* nos remete à historicidade, ao poder, às decisões e à governança.

Com base no que teorizou Bakhtin, nas possibilidades de expansão do conceito e no que averiguamos sobre a história da literatura negra estadunidense, entendemos que há um *cronotopo* evidente no longa-metragem de Cord Jefferson, o *mercado editorial*. Assim, o *cronotopo do mercado editorial* pode ser compreendido como um espaço de manifestação artística, de posicionamento e subjetividade. Um momento de ascensão social e econômica que pode retirar o personagem de uma situação de miséria ou de crise financeira. Mas, sobretudo, é um espaço que traz uma concepção do que é a Literatura e o que é a Literatura Negra. Assim, o *cronotopo do mercado editorial* circunscreve o que tem ou não valor artístico, o que merece ou não a consideração das editoras e a publicidade para o alcance de leitores. Esse *cronotopo* reflete um tempo em que há uma ideia calcificada do que os escritores devem ou não escrever, quanto à forma e ao conteúdo, tais ideias refletem um poder ancorado na branquitude¹⁸, que reforça

¹⁸ De acordo com Schucman e Cardoso (2014), a branquitude pode ser entendida como uma identidade racial associada ao branco, o qual ocupa a posição mais alta na hierarquiaracial. Isso implica que o branco detém o poder de definir os outros como "não-brancos", colocando-os em uma posição inferior. A branquitude não se limita ao fenótipo, mas também se reflete na corporeidade e nos privilégios simbólicos e materiais que o branco possui.

estereótipos. É uma barreira a ser ultrapassada, sobretudo para o escritor negro.

Uma vez definido o conceito, faremos algumas considerações a partir do enredo de *Ficção Americana*, com o objetivo de examinar as subjetividades dos personagens, como a constituição familiar e seus desafios corriqueiros e, também, como isso se vincula a uma dinâmica editorial, que em diversos momentos e espaços demonstram a configuração de um *cronotopo do mercado editorial*.

SUBJETIVIDADE E O CRONOTOPO DO MERCADO EDITORIAL EM FICÇÃO AMERICANA

Ficção Americana se passa na contemporaneidade. A relação de Thelonious “Monk” Ellison com a literatura é muito íntima, uma vez que ele é professor universitário. De fato, Monk já tinha obras publicadas, mas essas não despertavam interesse do público nem da crítica. O enredo se inicia pelo seu descontentamento com o mercado editorial. Após participar de um evento de literatura com pouco engajamento, descobre que o local estava vazio, pois competia público com Sintara Golden, uma escritora negra. Por curiosidade, Monk vai ao evento, no qual Sintara apresenta o livro *We's Lives In Da Ghetto*. O livro é elogiadíssimo pela crítica e um sucesso de vendas. Logo que chega, ouve Sintara falar sobre si, sua carreira e a representatividade do livro. A repórter pede a ela que leia um trecho:

Aí, Cheranda! Tá indo onde com essa pressa toda?
A dona me perguntou assim que me viu saindo de casa.
Isso não é da sua conta, mas se quer mesmo saber, vou na farmácia.
Fiquei de olho na porta para ver se minha mãe ia sair.
Na farmácia? Para quê? - Ela perguntou.

Você sabe. - Eu disse.
Nem. - Ela disse.
Não é possível, garota você está grávida de novo?
Talvez. - Falei para ela. - Mas se eu estiver, o Ray-Ray
será um pai de verdade dessa
vez. (JEFFERSON, 2023, 00:08:00)

Ao término da leitura, as pessoas aplaudem de pé, fervorosamente. Monk esboça decepção. Para o personagem, o que Sintara faz é estereotipar as pessoas negras, atendendo a uma demanda do mercado editorial. O descontentamento para com o mercado editorial é bastante explícito pelo filme. Esse cenário pode ser visualizado no seguinte diálogo entre o protagonista e seu agente do mercado literário:

- Alguma novidade?
- O Patrick da Echo não quis, e daí? Ele é um bêbado velho.
- Já são nove com ele?
- Ele disse: “o livro é primorosamente construído, com personagens bem desenvolvidos e linguagem rebuscada, mas é difícil entender como a reinterpretação de “Os Persas”, de Ésquilo, se relaciona com a experiência afro-americana.”
- Então é isso. Querem um livro de negros. Eles têm um. Sou negro e o livro é meu.
- Você entendeu.
- Eles querem um livro de um policial matando um adolescente ou uma mãe solo em Dorchester criando cinco filhos.
- Dorchester é um lugar de brancos agora. Mas é isso. (JEFFERSON, 2023, 00:05:00)

A cena de Sintara e a falta de interesse pelo livro de Monk contrasta e escancara uma falsa inserção dos escritores negros. Como característica própria do *cronotopo*, existe um conceito formado sobre Literatura Negra e o mercado editorial decide o que é ou não publicável, mesmo que aparentemente haja um avanço nas questões de representatividade racial na literatura. No universo fictício do filme, os

escritores negros só possuem espaço se atenderem a uma expectativa do capitalismo sobre que histórias merecem ser publicadas e disseminadas. Percebemos que há uma abertura a esses escritores, desde que seus enredos retratem pessoas em situações de conflito com a família, com a lei ou quaisquer outros imaginários estereotipados, que se ancoram numa visão unilateral e racista. Portanto, quando há uma representação estereotipada de um grupo de indivíduos, colocando-os sempre numa posição de subalternidade, cria-se uma narrativa e consequentemente um imaginário de que essa é a única possibilidade de existência.

A questão do estereótipo vai além do exemplo da escritora e é escancarada em diversos momentos, uma vez que é a grande inquietação da vida acadêmica de Monk. Para o personagem, os negros são representados de forma banalizada na mídia e nos livros. Isso é demonstrado diversas vezes, por exemplo, quando ele assiste a um programa de TV, o que parece ser uma série que ficcionaliza esses personagens de modo estereotipado, na marginalidade. Por todos os lugares, Monk parece ver pessoas negras numa situação que não se observa nada além do que foi construído pela branquitude acerca dos seus corpos e das suas personalidades, não há traços de subjetividade. Tal percepção dialoga com o relato da escritora negra Bell Hooks (2019, p. 28): “Ao abrir uma revista ou um livro, ligar a TV, assistir a um filme ou olhar fotografias em espaços públicos, é muito provável que vejamos imagens de pessoas negras que reforçam e reinstituem a supremacia branca”.

Ao passo que o filme apresenta essa problemática da mídia e a representação de pessoas negras, ele parece também delinear outras realidades, o que leva o espectador a perceber quase que numa metalinguagem, que existem diferentes vivências. O círculo social de Monk não satisfaz os constructos racistas, unilaterais e estereotipados, o arco dramático de *Ficção Americana* parece pensado para subverter

essas ideias, não negando que exista pessoas negras em situação de marginalidade, mas como se nos convidasse a enxergar a pluralidade. Desse modo, toda a família do professor universitário compõe uma classe média alta, já que pai e irmãos possuíam carreira médica. Mas, ainda para além das questões econômicas, existem outros conflitos puramente humanos. Por exemplo, seu irmão, Cliff, se divorcia e se descobre homossexual, nesse impasse apresenta um comportamento menos responsável, porque quer se divertir, descobrir-se sexualmente. Por outro lado, Monk revela uma personalidade mais sisuda, não compreende o irmão, esses conflitos perseguem os personagens como de fato acontece na realidade. Monk não é um personagem idealizado, reflete as nuances possíveis do ser humano. Ele conhece e se apaixona por Coraline, defensora pública, ela lida com um divórcio, enquanto tenta estabelecer uma conexão com ele, ao passo que é atravessada pelas inquietações do escritor do *best seller* do momento. Lorraine, empregada da família, vive um relacionamento na terceira idade com Maynard. Todos os exemplos, como dito, trazem subjetividade e personalidade para cada um dos personagens da trama, o que transfigura o imaginário midiático racista que, segundo a crítica do filme, apresenta personagens que cumprem um tipo.

Monk, como forma de satirizar o racismo do mercado editorial, cria uma história ruim, com todos os estereótipos requeridos pela indústria, a intitula *My Pathology* e a envia para seu empresário, Arthur. Para a surpresa do protagonista, as editoras oferecem muito dinheiro para que o livro seja publicado, comprovando, assim, sua tese sobre a espetacularização da miséria negra. Até então, a carreira literária de Monk era muito mais uma aspiração artística do que um projeto econômico. No entanto, após a morte de Lisa e o agravamento do Alzheimer de Agnes, ele enfrenta dificuldade para manter o tratamento da mãe e aceita a proposta de publicação do livro, mas sugere a mudança

do título para “Fuck”, com a finalidade de testar os limites dos editores, que consideram a gíria uma boa ideia. Desse modo, o mercado editorial se torna um meio de ascensão social. Ao entrar para a indústria, Monk é levado a performar vários estereótipos de gênero e de raça, frente aos editores do livro e ao diretor da futura adaptação cinematográfica. Isso fica evidente, por exemplo, quando ele cria um pseudônimo e “vive” secretamente Stagg R. Leigh, uma personalidade fictícia, fugitivo da lei, inventado para satisfazer os fetiches do mercado editorial. Assim, a história ganha corporeidade, se torna um retrato da realidade inventada pela branquitude.

Um ponto muito representativo da película é o concurso literário para o qual Monk é convidado como jurado. Estranhamente, o diretor justifica que o motivo de convidar Monk é uma atual exigência de diversidade. Esse concurso literário é um espaço e um tempo interessante na narrativa, pois Thomas Jefferson o constrói a partir da hegemonia branca, mesmo quando escolhe uma obra de um escritor negro. Dos cinco jurados selecionados, dois são negros, Monk e Sintara, e três são brancos. No processo de escolha do vencedor, o livro de Stagg R. Leigh, embora veementemente criticado por Monk e Sintara, foi selecionado para receber o prêmio. Ao final da cena, a jurada escreve o nome no alto da lousa e justifica ao afirmar que não é só pelo fato de ser comovente, mas que acha essencial que ouçam vozes negras naquele momento. A cena é emblemática, já que os dois negros da sala não foram ouvidos, ou seja, o livro premiado foi aquele que, na concepção branca, melhor cumpria o que deveria ser a literatura negra, portanto, um exemplo claro do *cronotopo*.

Ainda no concurso literário, Monk e Sintara conversam sobre literatura e sobre o livro de Stagg R. Leigh. Num momento de sinceridade, ele pergunta se ela considera que o livro dela também não é “sem alma”, “feito para satisfazer o gosto dos brancos que se sentem

culpados”. A autora se defende, dizendo que seu livro se baseia na realidade, uma vez que ela entrevistou várias pessoas para contar aquela história. Ainda indaga se Monk não tem vivido isolado demais na vida acadêmica e se esqueceu de que existem pessoas que têm uma vida difícil. Os dois personagens entram num embate enquanto autores negros, nunca chegando de fato a um denominador comum, mas fica evidente que Sintara tem consciência de que o tipo de literatura que escreve, explorando a miséria negra, agrada aos editores brancos e ao público branco, atendendo a uma demanda de mercado. E, por outro lado, Monk parece compreender que o que Sintara escreve não deixa de ser uma realidade que ela pesquisou, mesmo que não tenha vivenciado.

Em termos de *cronotopo do mercado editorial*, embora nesse universo contemporâneo do filme a literatura afroestadunidense tenha ganhado espaço, o que de fato chega às livrarias, é aclamado pela crítica e devorado pelo público são livros que contam histórias únicas, delineando um jeito de ser para o povo negro, desconsiderando a pluralidade e a complexidade do ser humano, nas suas mais diversas realidades. Portanto, o mercado editorial controla aquilo que é publicável ou não, com base no que foi inventado pela branquitude. O final do filme não culmina na publicação do livro que Monk teria interesse em desenvolver. No entanto, a finalização do longa-metragem revela certa aceitabilidade do personagem para com o cenário artístico generalizado, uma vez que o aceite do mercado asseguraria boas condições de vida para o personagem e sua família.

Portanto, no que se refere ao *cronotopo editorial*, visualizamos a ideia de *lugar* em *Ficção americana* mais atrelada aos lugares em que pessoas negras como Monk deveriam pertencer para que fossem postas em pauta pelo mercado artístico-literário. Ademais, no que se refere à passagem do *tempo*, o personagem finaliza sua trajetória a partir de um certo “cumprimento” daquilo que o mercado almejava dele, com o

objetivo de que fosse apreciado enquanto escritor literário e pudesse ascender socialmente, principalmente em função de sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos o *cronotopo do mercado editorial* a fim de tentar compreender as dinâmicas de exclusão/aquiescência impostas a escritores que não fazem parte de uma camada privilegiada na sociedade. Para isso, recorreremos brevemente à história da literatura estadunidense para visualizar os impasses que os escritores negros encontraram para publicar e circular seus livros. Em posse desses dados, recorreremos ao conceito de *cronotopo* de Bakhtin (2018) enquanto fusão do tempo e do lugar de uma narrativa, de modo que ambos influenciem no enredo e consequentemente na trajetória dos personagens. A partir disso e dos casos examinados, expandimos o conceito de Bakhtin e chegamos ao *cronotopo do mercado editorial* para designarmos o momento e o lugar de relação entre escritores negros e editoras ancoradas em conceitos racistas.

No caso do longa-metragem em análise, o *cronotopo* estabelece uma motivação para a escrita e uma possibilidade de ascensão econômica, já que influencia Monk a se moldar às editoras. Essas editoras sugerem aparente inserção dos escritores negros, mas que implicam, como barreira, um conceito de Literatura e de Literatura Negra ao qual esses escritores precisam se submeter para se inserir no mercado. Desse modo, conforme o *cronotopo*, Monk escreve uma história estereotipada e performa uma personalidade para atender às expectativas da branquitude, pois necessitaria sempre relatar um contexto de subalternidade para que suas produções sejam postas em evidência. O filme deixa evidente que o *cronotopo do mercado editorial*

reforça estigmas de representação racial e de fato não há inserção de pessoas negras, já que a opinião dos jurados do concurso literário não considerou os únicos negros presentes.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance - A estilística contemporânea e o romance. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. (Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al). 7 ed. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 2014 [1934-1935], p. 71-84.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. Tradução, posfácio e notas de Bezerra, Paulo.; organização da edição russa de Botcharov, Serguei; Kójinov, Vadim. São Paulo: Editora 34, 2018.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura e outros ensaios**. Coimbra [Portugal]: Angelus Novus Editora, 2004.

DWORKIN, Ira. Introdução. In: DOUGLASS, Frederick. **Narrativa da vida de Frederick Douglass e outros textos**. 1ª ed. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2021.

FICÇÃO AMERICANA. Direção de Cord Jefferson. 2023. Estados Unidos: Orion Pictures.

MENDES JUNIOR, Nilson Macêdo. **A memória e identidade afro-americana em Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave, written by himself**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SANTOS, José de Paiva dos. Nação, raça e identidade em Poems on Various Subjects, Religious and Moral, de Phillis Wheatley. **Aletria**,

Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 83-102, 2018. DOI: 10.17851/2317-2096.28.3.83-102.

SILVA, Luciana de Mesquita. **Literatura traduzida em foco: Toni Morrison e Beloved no contexto cultural brasileiro**. 2015. 202 f.: il. (color.); 30 cm. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015. Orientadora: Marcia do Amaral Peixoto Martins.

CONTENDA POR UMA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Any Karoliny Lopes de Souza¹⁹

Raimundo Expedito dos Santos Sousa²⁰

Resumo: Na esteira do influente artigo no qual Eduardo de Assis Duarte delimita quesitos para um texto ser considerado literatura afro-brasileira, este trabalho empreende análise de quatro canções brasileiras vinculadas ao samba, quais sejam: “Essa nêga pede mais”, “O teu cabelo não nega”, “Casa de Bamba” e “A mão da limpeza”. Observamos, mediante análise comparativa fundamentada por Duarte (2014), que algumas das canções reforçam estereótipos raciais que objetificam o homem ou a mulher negra. Nesse sentido, o fato de tematizar o negro não implica, necessariamente, compromisso com a cultura de matriz africana e seus legados.

Palavras-chave: Literatura Afro-Brasileira; Canção; Estereótipo; Desconstrução.

INTRODUÇÃO

A formação nacional do Brasil é composta por uma grande mistura de etnias, o que ocasionou uma miscigenação da população brasileira. Essa miscigenação carrega uma história marcada por violência, já que se desenvolveu em meio a um cenário de escravidão, abuso e desumanidade contra negros (Nascimento, 1968). Decretadas como inferiores, as populações de etnias africanas foram submetidas a

¹⁹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: anylopesletras@gmail.com

²⁰ Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Professor adjunto de Literaturas de língua portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: raimundosou@gmail.com

um regime de muitos deveres e nenhum direito, obrigadas a repelir-se de suas culturas e crenças. Na visão eurocêntrica, o negro era definido como um ser sem inteligência, inapto a seguir as leis de uma sociedade, predisposto a cometer crimes, com diversas confusões psíquicas, além de sua miscigenação ser considerada improdutiva para uma sociedade que se queria branca (Fanon, 1968). Todo esse processo resultou em um apagamento quase que total de identidade e do sentido de orientação de vida, relações sociais e a interação individual e libertária com o mundo.

O cenário atual, apesar de não ser considerado ideal, depois de tantos anos da abolição da escravatura, foi conquistado por meio de muitas lutas históricas, organizadas pelos movimentos negros, como a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Movimento Negro Unificado (MNU), além de protestos organizados pela população em busca de direitos igualitários e rompimento da visão pejorativa e racista construída desde a colonização. Esses protestos foram extremamente importantes para a constituição de leis que defendessem os direitos da população negra contra o racismo e em favor da liberdade religiosa, o direito a educação, a valorização da cultura negra e seu conjunto histórico.

Em face desse panorama, este trabalho examina algumas canções à luz dos critérios definidos por Duarte (2014) para circunscrição do que seria uma literatura afro-brasileira. O *corpus* é formado pelas canções “Essa nêga pede mais”, “O teu cabelo não nega”, “Casa de Bamba” e “A mão da limpeza”. Estruturalmente, o texto se divide em quatro seções, quais sejam: Introdução, na qual são apresentados o objeto de estudo e o enfoque teórico; O conceito de literatura afro-brasileira, em que se discute a problemática conceptual; Resultados e discussão, na qual se procede à análise do *corpus*; e Conclusão, em que se tecidas considerações gerais sobre o resultado das análises.

O CONCEITO DE LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Bastante citado no meio acadêmico, o artigo “Por um conceito de literatura afro-brasileira” foi publicado em 2014 pela revista *Rassegna Iberistica*. O texto tem dezenove páginas e é dividido por uma introdução e seis tópicos: 1. A Temática; 2. A Autoria; 3. O Ponto de Vista; 4. A Linguagem; 5. O Público e o último tópico a conclusão do autor. Sua feitura está relacionada ao contexto de inserção do negro no mercado editorial, na condição de sujeitos do discurso e não mais como objetos do discurso alheio. Com o crescimento da população negra inserida no mercado de trabalho e o acréscimo de profissionais com formação superior, especialmente na área de Humanas, e a instituição da lei 10.639/2003, obteve-se a criação de um espaço expressivo das artes étnico afrodescendentes. A partir da criação desse espaço, surgiu a necessidade de uma definição, um conceito de literatura negra e de literatura afro-brasileira que a determinasse e desagregasse das demais literaturas. A partir de 1978, com a criação da série *Cadernos Negros*, houve um aumento da incidência das produções literárias afro-brasileiras. Duarte revela a importância da série para a configuração de um conceito de literatura negra, já que, em seu discurso, a série resgata temas relacionados à escravidão, à forma de resistência dos escravizados, ao movimento negro e sua inserção social e memória cultural, juntamente com o direcionamento de seu conteúdo ao público afrodescendente, uma vez que faz críticas ao racismo e denúncias contra linguagens carregadas de estereótipos discriminatórios que ainda permeiam os discursos dos brasileiros em geral. A publicação dos *Cadernos* estimulou escritores que não tinham voz canônica, além ser inspiração para a elaboração da literatura periférica.

O estudioso da negritude revela a discussão do conceito de literatura negra, do qual se ocuparam diferentes intelectuais da área.

Para Luiza Lobo, a literatura negra é aquela escrita por um autor negro ou “mulato”, cujo tema seja originado de sua raça ou do significado do que é ser negro, com identidade assumida, discorrendo de situações que englobem temas como religião, sociedade e racismo. Tal conceito excluiria escritores que participaram da tradição do *negrismo* modernista ou do grupo mineiro *Leite Criôlo*, entre outros. Já Damasceno julga a cor do autor como fato de pouca importância, o que incluiria novamente na literatura negra os escritores do *negrismo* modernista. Em meio a essas duas concepções, Proença Filho buscou uma solução, criando duas vertentes para o termo: “no primeiro caso, tem-se 'o negro como sujeito, numa atitude compromissada' e, no segundo, 'a condição negra como objeto, numa visão distanciada'.” (*apud* DUARTE, 2014, p.262). Duarte discorda de tal divisão e afirma que comprometeria o papel de resgate de uma identidade social e cultural afrodescendente digna, já que abre espaço para produções de cunho exótico e rótulos preconceituosos. De acordo com Zilá Bernd, citada por Duarte,

A montagem da poesia negra faz-se a partir da (re)conquista da posição de sujeito da enunciação, fato que viabiliza a reescritura da História do ponto de vista do negro. Edificando-se como espaço privilegiado da manifestação da subjetividade, o poema negro reflete o trânsito da alienação à conscientização. Assim, a proposta do eu lírico não se limita à reivindicação de um mero reconhecimento, mas amplifica-se, correspondendo a um ato de reapropriação de um espaço existencial que lhe seja próprio. (Bernd, 1988, *apud* Duarte, 2014, p. 262-263)

Define-se, então, literatura negra como marcada pela diversidade. Concentra-se agora no conceito do termo afro-brasileiro, que se refere à miscigenação que ocorre no Brasil desde o período colonial. A literatura afro-brasileira seria aquela destinada a

afrodescendentes ideologicamente assumidos, como elemento de exposição própria, ocorrência que distinguiria a criação literária de outros autores brancos. Tal concepção é adotada diante de diversas tentativas de inserção da voz e visão dos fatos narrados anteriormente por pessoas que não se encaixavam na identidade afrodescendente que era descrita por outros olhos na literatura. A partir desse conceito é que seria possível uma extinção de estereótipos preconceituosos, folclóricos, exóticos e pejorativos. Apesar de ainda ser um conceito em construção, Duarte deixa explícitos alguns elementos que poderiam ser utilizados para detectar essa literatura:

[...] uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. (Duarte, 2014, p. 266).

Ao tratar desses elementos, o autor divide essa definição em cinco quesitos: temática; autoria; ponto de vista; linguagem; e público. A temática aborda o sujeito afrodescendente em sua totalidade, trazendo consigo o resgate da cultura e das artes, além de toda uma história, com outro ponto de vista não-branco, desde a escravidão, abolição, inserção na sociedade como não escravizado e resgate de suas tradições ancestrais. Essa literatura emerge com o papel de reconstruir a identidade de uma descendência ignorada pelo colonizador, podendo agora expor suas histórias, seus pensamentos, além das tradições culturais e religiosas, rituais e a ancestralidade africana que sobreviveu por meio do sincretismo religioso como forma de identidade durante todo o período colonizador. Em outra direção, temos também temas

atuais do cotidiano brasileiro, como o subúrbio, a favela, a crítica ao preconceito e ao branqueamento, a marginalidade e a prisão. A autoria, apesar de controversa, seguiu uma base para definição. Duarte revela que a autoria não deve estar ligada a um dado exterior, como a cor da pele, mas ao pensamento, isto é, o que o autor leva como verdade e o que ele defende devem ser considerados em uma perspectiva que considera o diálogo entre a escrita e sua experiência identitária: “Deste modo, a autoria há que estar conjugada intimamente ao ponto de vista. Literatura é discursividade e a cor da pele será importante enquanto tradução textual de uma história própria ou coletiva.” (Duarte, 2014, p. 270).

O ponto de vista está ligado à concepção de valor preferido nas representações em relação ao cenário de mundo professado pelo autor. Nesse caso, a ascendência ou a utilização dos temas abordados anteriormente seriam insuficientes, caso o autor não possuísse o ponto de vista de uma perspectiva do escravizado em relação com a história, a problemática e as condições de existência às quais essa população foi submetida. O escritor cita autores à frente de sua época como exemplo de ponto de vista. Apesar do meio, tais literatos não compactuaram com o discurso colonizador, como Machado de Assis no século XIX e Lino Guedes no século XX. A linguagem utilizada no contexto da literatura afro-brasileira será aquela derivada de costumes africanos que foram inseridos no processo de transculturação no Brasil, como batuques e vocábulos africanos. O objetivo principal seria de ressignificar esses costumes e os termos que são utilizados de forma pejorativa como negro, mulato e crioulo.

O público-alvo dessa literatura é específico, divergente do projeto que norteia a literatura brasileira em geral, visto que o autor tem por objetivo ser porta-voz de uma coletividade da qual faz parte e para a qual serve também como inspiração. Seu alvo, o povo negro, está há um longo período fadado ao destino do estereótipo de inferioridade e da

incapacidade. Tal contexto impõe a essa literatura duas tarefas:

Num contexto tão adverso, duas tarefas se impõem: primeiro, a de levar ao público a literatura afro-brasileira, fazendo com que o leitor, tome contato não apenas com a diversidade dessa produção, mas também com novos modelos identitários; e, segundo o desafio de dialogar com o horizonte de expectativas do leitor, combatendo o preconceito e inibindo a discriminação sem cair no simplismo muitas vezes maniqueísta do panfleto. (Duarte, 2014, p. 276).

Com base nos critérios apresentados e discutidos por Duarte, procederemos, na seção seguinte, ao exame de cada uma das canções arroladas anteriormente.

“ESSA NÊGA PEDE MAIS” – CLEMENTINA DE JESUS

Interpretada por Clementina de Jesus da Silva, a canção “Essa nega pede mais” foi lançada em 1973. A letra nos revela a descrição de uma negra que tem a mania de sempre pedir algo emprestado, mas, na maioria das vezes, não devolve o que pegou e, mesmo que todos saibam de sua fama, voltam a emprestar, pois ela tem um jeitinho especial de pedir:

Essa nêga tem mania
De pedir tudo emprestado
Se eu soubesse que ela vinha
Eu tinha me preparado

Não dá não dá
Que essa nêga pede mais
Não dá não dá
Que ela não se satisfaz(x2)

Essa nêga tem mania
De pedir a toda hora
Desse jeito eu não aguento
Com essa remandiola

Essa nêga tem feitiço
Na mania de querer
Vem chegando de mansinho
Faz beicinho pra você

Essa nêga leva tudo
Quase sempre dá o cano
Carregou não devolveu
A viola do caetano

Essa nêga pede tudo
Leva embora o que resolve
Vai bancando a esquecida
Só pra ver se não devolve

Essa nêga nega nega
Fica sempre vai não vai
Nesse nêga nega nega
Ela bem que se distraí

Podemos notar que a música revela o estereótipo do negro como marginalizado que rouba e engana sem se importar “Essa nêga leva tudo / Quase sempre dá o cano / Carregou não devolveu / A viola do caetano”. O eu lírico postula a “nêga” como uma malandra, que utiliza a sensualidade para conseguir o que quer: “Essa nêga tem feitiço / Na mania de querer / Vem chegando de mansinho / Faz beicinho pra você”.

A canção apresenta, portando, uma versão feminina do chamado malandro carioca, do morro, que realiza desde travessuras a crimes, pois seu objetivo é se dar bem na vida, à custa de outras pessoas. Tal como sua congênere masculina, a nêga também comete infrações tacitamente aceitas devido à sua sensualidade e malícia.

“O TEU CABELO NÃO NEGA” – LAMARTINE BABO

Interpretada por Lamartine Babo, a marchinha de carnaval “O teu cabelo não nega” descreve a “mulata” e o desejo que o declarante sente por ela, apesar de sua pele negra. O racismo é explícito no fato de que o eu lírico só sucumbir aos encantos sexuais da mulata porque sua cor não é transmissível por contágio:

O teu cabelo não nega, mulata
Porque és mulata na cor
Mas como a cor não pega mulata
Mulata, eu quero o teu amor

Tens um sabor bem do Brasil
Tens a alma cor de anil
Mulata, mulatinha, meu amor
Fui nomeado teu tenente interventor

Quem te inventou, meu pancadão
Teve uma consagração
A Lua te invejando faz careta
Porque mulata, tu não és deste planeta

Quando, meu bem, vieste à terra
Portugal declarou guerra

A concorrência então foi colossal
Vasco da Gama contra o batalhão naval

Essa canção reflete diversos estereótipos e preconceitos relacionados à mulher negra. Inicia-se com um comentário sobre o cabelo negro, que sempre foi alvo de preconceito por não se encaixar no padrão eurocêntrico de cabelos alinhados. Na passagem “Mas como a cor não pega mulata / Mulata, eu quero o teu amor”, o eu lírico deixa entender que a cor presente na “mulata” poderia ser comparada a um tipo de doença, mas já que ela não é transmissível, então ele demonstra

interesse em seu amor. Outro ponto é o termo “mulata”, que tem significado de origem espanhola e refere-se ao cruzamento de um cavalo com jumenta ou égua e diz respeito a sexualização do corpo da mulher negra. Podemos constatar essa sexualização no excerto “Tens um sabor bem do Brasil” / “A Lua te invejando faz careta / Porque mulata, tu não és deste planeta”. Por fim, nos versos “Mulata, eu quero o teu amor” / “Fui nomeado teu tenente interventor”, remete-se ao amor dominante e opressivo do eu lírico que faz uma ligação ao período colonial, em que as mulheres negras escravizadas eram abusadas por seus senhores.

“CASA DE BAMBA” – MARTINHO DA VILA

Interpretada por Martinho da Vila, “Casa de Bamba” foi lançada em 1969. A letra descreve uma casa repleta de cultura, costumes, alegrias e companheirismos. O substantivo *bamba*, de origem africana, é um termo popular que significa corajoso, valente, vulgarmente um “bambambã”:

Na minha casa
Todo mundo é bamba
Todo mundo bebe
Todo mundo samba...(2x)

Na minha casa
Não tem bola prá vizinha
Não se fala do alheio
Nem se liga prá candinha...(2x)

Na minha casa
Ninguém liga prá intriga
Todo mundo xinga
Todo mundo briga...(2x)

Macumba lá na minha casa
Tem galinha preta
Azeite de dendê

Mas ladainha lá na minha casa
Tem reza bonitinha
E canjiquinha prá comer
Mas ladainha lá na minha casa
Tem reza bonitinha
E canjiquinha prá comer...

Se tem alguém aflito
Todo mundo chora
Todo mundo sofre
Mas logo se reza
Prá São Benedito
Prá Nossa Senhora
E prá Santo Onofre...

Mas se tem alguém cantando
Todo mundo canta
Todo mundo dança
Todo mundo samba
E ninguém se cansa
Pois minha casa
É casa de bamba
Pois minha casa
É casa de bamba...

Nessa música, há diversos aspectos culturais que foram cultivados por africanos desde as senzalas aos cortiços onde se reuniam com intuito de manter viva a cultura trazida com eles de seu país originário. Nesses momentos, cantavam e expunham sua religiosidade. A canção relata com uso da linguagem coloquial o cotidiano vivido na casa de bamba e ressalta pontos costumeiros da cultura como “Todo mundo é bamba” / “Todo mundo bebe” / “Todo mundo samba” / “Todo mundo dança”, revelando a alegria e disposição dos moradores dessa casa. A passagem “Macumba lá na minha casa” / “Tem galinha preta” / “Tem reza bonitinha” / “Mas logo se reza” / “Prá São Benedito” / “Prá Nossa Senhora” / “E prá Santo Onofre...” grifa a religiosidade dos afrodescendentes. É possível identificar também o sincretismo religioso

presente no costume devotado, diante da macumba do candomblé ou umbanda e os santos do catolicismo usufruídos como forma de manifestação religiosa. E a culinária de matriz africana é sublinhada em “Azeite de dendê” / “E canjiquinha prá comer”.

“A MÃO DA LIMPEZA” – GILBERTO GIL

Interpretada por Gilberto Gil, a canção “Mão da Limpeza”, gravada em 1984, empreende diversas críticas em relação ao contexto histórico da condição imposta aos negros:

O branco inventou que o negro
Quando não suja na entrada
Vai sujar na saída, ê
Imagina só
Vai sujar na saída, ê
Imagina só
Que mentira danada, ê

Na verdade, a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, ê

Mesmo depois de abolida a escravidão
Negra é a mão
De quem faz a limpeza
Lavando a roupa encardida, esfregando o chão
Negra é a mão
É a mão da pureza

Negra é a vida consumida ao pé do fogão
Negra é a mão
Nos preparando a mesa
Limpando as manchas do mundo com água e
sabão
Negra é a mão
De imaculada nobreza

Eta branco sujão!

A primeira estrofe se inicia com uma crítica que dá margem à interpretação de alguns estereótipos criados pelos brancos: “O branco inventou que o negro / Quando não suja na entrada / Vai sujar na saída, ê / Imagina só”. Aqui se descreve o negro como destituído de pensamento lógico, além de inclinado à transgressão. Seguimos: “Na verdade a mão escrava / Passava a vida limpando / O que o branco sujava”. Aqui o eu lírico passa uma mensagem do seu ponto de vista em relação a toda a história vivida pelos negros durante a escravidão e posterior a ela, como vemos no excerto seguinte: “Mesmo depois de abolida a escravidão / Negra é a mão / De quem faz a limpeza / Lavando a roupa encardida, esfregando o chão / Negra é a mão / É a mão da pureza”. Nesse fragmento se vê o ponto de vista do negro, que, mesmo após abolida escravidão, ainda era responsável pelos trabalhos relacionados à manutenção das cidades, enfatizando funções domésticas realizadas pelas mulheres negras: “Negra é a vida consumida ao pé do fogão / Negra é a mão / Nos preparando a mesa / Limpando as manchas do mundo com água e sabão”. Outra interpretação é em relação à “mão”, que pode representar a força braçal utilizada pelos negros e, junto da palavra pureza, há uma interpretação em relação ao caráter não corrompido diante de tanto sangue que sujava a mão dos brancos: “É a mão da pureza” / “Negra é a mão / De imaculada nobreza.

Diante do exposto, se levarmos em consideração que Duarte explicita alguns elementos que poderiam ser utilizados como requisitos para uma literatura se denominar afrodescendente, podemos dividir a análise dessas canções em dois pontos: ligados ao estereótipo e à sua desconstrução.

Nas músicas “Essa nêga pede mais” e “O teu cabelo não nega”, podemos observar uma carga ligada a estereótipos relacionados à imagem da mulher negra de forma exacerbada. Na primeira canção, os estereótipos estão ligados à marginalização do negro, que, desde a

escravidão, é rotulado de ladrão, “mão boba” e propenso a cometer qualquer tipo de crime. É identificado também que o eu lírico reforça a ideia de malandragem, já que a “nêga” troca de assunto, esquece e se faz de distraída quando precisa devolver o que lhe foi emprestado. A segunda melopeia recebe rótulos em relação ao cabelo, à cor e à sensualidade das “mulatas”. Essa sexualização das mulheres negras, evidente com termos como “quero” e “Fui nomeado teu tenente interventor”, reforça ainda mais os episódios de quando eram condenadas a satisfazer seus senhores e obrigadas por eles a se prostituir para atender o desejo branco.

Nos termos definidos por Duarte (2014), a primeira música pode não se encaixar na literatura afro-brasileira, já que, pelo contexto em que foi criada, dissemina ainda mais o preconceito relacionado à mulher negra. Ademais, a autoria é de um homem branco. Já a segunda pode se encaixar nos requisitos, pois seu tema faz referência aos estereótipos de uma forma crítica, sua interpretação é feita por Clementina de Jesus, considerada rainha do samba “reafricanizado” e famosa por resgatar aspectos de seu antepassado negro a partir do ponto de vista de uma perspectiva do escravizado diante de sua ancestralidade.

Nas composições “Casa de Bamba” e “Mão da Limpeza”, podemos evidenciar um resgate sócio-histórico de aspectos da comunidade negra. A primeira música traz evidências de como eram e viviam as pessoas da casa de bamba. Essa casa faz referência às senzalas e aos cortiços onde anteriormente foi formado o processo de transculturação, em meio à escravidão. Percebe-se que o eu lírico reforça particularidades culturais de seu cotidiano, culinária e religiosidade. Eles se reúnem para beber, cantar e sambar, a preocupação principal é a alegria. Na culinária tem “Azeite de dendê” / “E canjiquinha prá comer”, pratos típicos originários da África e que são indispensáveis na cozinha e em cerimônias religiosas afro-

brasileiros. A religiosidade é bem presente, é notória a fé diante de situações angustiantes “Se tem alguém aflito / Todo mundo chora / Todo mundo sofre / Mas logo se reza”. Um ponto importante a se ressaltar é o recurso empregado pelos escravizados como forma de sobrevivência cultural de sua identidade nacional e religiosa, um processo tradutório com base em algumas brechas de semelhança entre as divindades de sua terra natal e os santos católicos da religião cristã que era obrigatória durante aquele período. Todo esse processo originou uma mistura de formas de culto e adoração. Uma delas é uma religião totalmente brasileira, a Umbanda, que surgiu por meio do processo denominado sincretismo religioso (Romão, 2018). Esse procedimento teve interferências negativas que os impediam de manifestar sua religião e, apesar disso, conseguiram sobreviver independentemente das represálias. “A despeito das proibições e das medidas de controle, os escravos iam e vinham pelas ruas durante a noite e não deixaram de participar de festas, de juntarem-se para batucar ou jogar capoeira, frequentar as tabernas e casas de jogos.” (Fraga; Albuquerque, 2002, p. 88)

Na quarta e última melodia, “Mão da Limpeza”, podemos identificar diversas críticas diretas ao branco e ao eurocentrismo que dominava no período colonial durante a escravização de negros. O eu lírico relata que os estereótipos relacionados à sujeira estão diretamente ligados ao negro, mas, na verdade, as mãos que limpam a sujeira dos brancos são negras: “Passava a vida limpando/ O que o branco sujava, ê” / “Mesmo depois de abolida a escravidão / Negra é a mão / De quem faz a limpeza / Lavando a roupa encardida, esfregando o chão” / “Negra e a vida consumida ao pé do fogão”. Esse excerto faz referência ao período colonial e também à etapa em que foi abolida a escravatura. Os negros escravizados eram responsáveis por todas as tarefas relacionadas à manutenção, limpeza e produção nas cidades e nos

campos, reparando quaisquer danos ou sujeiras e servindo aos seus senhores.

Apesar de atuarem principalmente na agricultura, o meio urbano também comportava os chamados “escravos de ganho”. Eram responsáveis, antes e após a abolição, pelo transporte de pessoas e mercadorias e os trabalhos em fábricas. Cumpriam as funções de pedreiros, carroceiros, carregadores, costureiras, cozinheiras, parteiras e outras profissões que mantinham o funcionamento de fazendas e cidades no século XIX. Outra crítica está ligada ao caráter, representando também a força braçal que garantiu o desenvolvimento do Brasil no século XIX e a pureza da mão negra que não se corrompeu e se manteve forte diante da depredação que acontecia com a comunidade negra, garantindo aos brancos uma sujeira ligada a seus princípios, espírito, caráter e índole.

Portanto, as últimas duas canções se inscrevem como literatura afro-brasileira. Além das interpretações de Martinho da Vila e Gilberto Gil, cantores negros conhecidos por seus sucessos no samba, as canções apresentam contribuições para a cultura brasileira e a comunidade negra. Martinho foi o responsável por trazer os primeiros artistas africanos ao Brasil, por meio do projeto *O Canto Livre de Angola*, enquanto Gilberto Gil defendeu que a história do povo negro fosse ensinada nas escolas brasileiras. Ambas as composições contêm em seu tema um resgate de toda uma história, do ponto de vista negro, reconstruindo a individualidade e a linguagem de uma ancestralidade que foi apagada, podendo reescrevê-la de acordo com suas histórias, pensamentos, tradições e culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros estágios da escravidão transatlântica, o apoio durante as fugas e o desenvolvimento da comunidade negra com propósitos maiores de acolhimento foram essenciais para a sobrevivência de diversas pessoas e também de todo um acervo de identidade cultural, possível por meio do sincretismo religioso naquele período.

Mais tarde, no contexto pós-escravagismo, a força do movimento negro e a inserção de afrodescendentes em posições e cargos de ensino superior, principalmente na área acadêmica, tem sido de extrema importância para que a voz negra e o outro lado da versão da história brasileira sejam expostos, objetivando também o estímulo ao desenvolvimento de comunidades periféricas que visam a desmistificar a visão estereotipada que perdura ainda nos dias de hoje, por meio de discursos pejorativos.

Nesse contexto, a configuração da literatura afro-brasileira está inteiramente ligada a esses cinco fatores indispensáveis para a promoção e concretização desse projeto e tais fatores devem estar relacionados. Conforme vimos, Duarte (2014) ressalta que o objetivo da literatura afro-brasileira não é somente de expressar a arte, a cultura e a história afrodescendente, mas também fazer uma crítica ao etnocentrismo que apagou os direitos humanos de toda uma sociedade e que podemos constatar nas obras analisadas.

Na senda dos critérios apregoados pelo pesquisador, evidenciamos que o fato de apresentar o negro como tema não implica, por si, que se trata de literatura afro-brasileira. Afinal, essa representação pode ser estereotipada, como vimos em algumas das canções, e reforçar visões eurocêtricas em relação ao negro.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Rassegna Iberistica**, v. 37, n. 102, p. 259-280, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 42. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FRAGA, Walter; ALBURQUEQUE, Wlamyra R. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Fundação Palmares, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 57, n. 1, p. 354-368, jan./abr., 2018.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS



O TRATADO BILATERAL NO TEATRO OPERACIONAL NORTE EM MOÇAMBIQUE: O PAPEL DE PAUL KAGAME E OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Domingos Joaquim Vasco²¹

Adriano Silva da Rosa²²

Resumo: O artigo aborda sobre o tratado bilateral no teatro operacional norte em Moçambique, um olhar do papel de Paul Kagame e desafios para Moçambique. O artigo visa conhecer os processos de assinatura de tratado bilateral como forma de erradicar o terrorismo em Cabo Delgado com intervenção de Paul Kagame e fazem parte dos objectivos específicos: identificar as características dos países assinantes de tratado bilateral de proteção militar; interpretar os estilos de tratado bilateral com vista a reduzir a dependência externa para garantir a paz nacional, descrever estratégias como forma de erradicar o terrorismo em Moçambique. Neste sentido, a análise de dados baseou-se na revisão bibliográfica-qualitativa que consistiu na leitura do que existe escrito. A análise de dados segue a ordem dos conteúdos em forma de um comentário crítico. Em termos de organização, a análise segue a lógica dos três objetivos anunciados anteriormente, procurando enquadrá-los, em alguns casos, na realidade moçambicana a partir de algumas leituras recentes. São apresentadas posições pessoais e criatividade decorrentes da análise. Os resultados mostram que o tratado bilateral desempenha um papel de tamanha importância, tendo contribuição para o desenvolvimento e segurança. Sendo assim, as tropas ruandesas de Paul Kagame no âmbito da responsabilidade social, tem vindo a construir infra-estruturas sociais como forma de garantir a satisfação das necessidades básicas da população. Nesta senda, não há transparência na assinatura do tratado bilateral, ou seja, cria condições para novos conflitos quando as cláusulas não forem respeitadas. Neste contexto, a disponibilidade da Ruanda em apoiar Moçambique para erradicar o terrorismo, está ligado a exploração de recursos naturais. Para melhor garantir a segurança em Cabo Delgado é necessário que o Estado moçambicano invista em material bélico, alimentação, treinamento dos militares e subsídios para Forças de Defesa como de garantir a permanência e satisfação dos militares.

Palavras-chave: Tratado Bilateral; Teatro Operacional Norte; Paul Kagame.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o tratado bilateral no teatro operacional norte em Moçambique, um olhar do papel de Paul Kagame e desafios para Moçambique. Em Junho de 2022, o Governo e a Ruanda assinaram um acordo de protecção militar, pois, em Moçambique na zona

²¹ Livre docente de História vs Geografia e Pesquisador. Tete-Moçambique.
E-mail:domingosvasco1@gmail.com.

²² Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal Fronteira Sul/UFFS, E-mail:adrinodarosa31@gmail.com.

norte em particular na província de Cabo Delgado, desde dia 5 de Outubro de 2017 até hoje, está sendo devastada por ataques terroristas. Por falta de um contingente militar treinando, por outro lado, devido a indisponibilidade de material bélico para poder responder a situação que tem dizimado vidas não menos importante a infra-estruturais. Tendo em conta esta situação Moçambique faz parte da SADC²³ como membro, onde desempenha as funções de transporte e comunicação, na sua incapacidade de erradicar o terrorismo em Cabo Delgado solicitou auxílio as tropas desta organização como forma de eliminar a situação de ataques terrorista na zona norte de Moçambique. Neste contexto, os acordos que envolvem países desenvolvimento e em via de desenvolvimento, contem cláusulas rígidas em favor do investidor, pois favorecem os países desenvolvidos. No entanto, a disposição da Ruanda em apoiar Moçambique com protecção militar em Cabo Delgado, para a erradicar o terrorismo, significa aceitar a perda de soberania Moçambicana. Allee e Peinhardt (2010), argumentam que mesmo os governos anfitriões do investimento não concordando com as condições rígidas para a resolução de controvérsias em tribunais internacionais, principalmente quando os custos de soberania são altos, eles são mais propensos a concordar com tais cláusulas quando são mais dependentes de suas relações com outros países. Portanto, o Estado moçambicano ao aceitar o tratado de protecção militar com Ruanda mostrou a sua incapacidade de se defender perante uma invasão qualquer externa, tendo em conta a situação que vive em Cabo Delgado. Outrossim, um Estado enfraquecido militarmente está sujeito a aceitar qualquer tratado, outrossim, não analisando as consequências futuras.

Neste sentido, na medida que o Estado Moçambicano aceitou o tratado militar com Ruanda significa que poderá ter repercussões nas

²³ Comunidade para Desenvolvimento da África Austral.

cláusulas futuras tendo em conta, que desde a entrada das tropas ruandesas de Paul Kagame, no teatro operacional norte a situação está calma devido os últimos combates protagonizados pelas tropas ruandesas onde tiveram sucesso. Para que um país garanta a defesa da soberania e do seu povo deve estar economicamente organizado, por outro lado, militarmente organizado. Entretanto, Moçambique não dispõe desta condição, porém, está sujeito a assinar tratado de protecção, devido a incapacidade militar para poder garantir a estabilidade em Cabo Delgado. O tratado por ser tão bom para um país necessitado sai em vantagem, por seu turno, consegue alcançar o seu objectivo que é de garantir a paz e segurança do seu povo, na mesma senda acabando com o terrorismo em Cabo Delgado. Por sua vez, após o fim do terrorismo em Cabo Delgado, as tropas Ruandesas de Paul Kagame poderá impor as cláusulas, em contra partida, o Estado Moçambicano estará sujeito a qualquer condição imposta como retorno a protecção oferecida as tropas Ruandesas, a não concordância poderá contribuir para o surgimento de nova guerra.

O artigo tem como objectivo geral, conhecer os processos de assinatura de tratado bilateral como forma de erradicar o terrorismo em Cabo Delgado com intervenção das tropas de Paul Kagame e fazem parte dos objectivos específicos: identificar as características dos países assinante de tratado bilateral de protecção militar; interpretar os estilos de tratado bilateral com vista a reduzir a dependência externa de modo a garantir a paz e segurança nacional e descrever estratégias para erradicar o terrorismo em Moçambique. Em Moçambique em particular na zona norte, concretamente na província de Cabo Delgado, desde 2017 regista-se um clima de instabilidade protagonizados pelos terroristas, o que contribuiu para mortes, despovoamento devido a fuga da população procurando regiões circunvizinhas estável, não menos importante a destruição das infra-estruturas e encerramentos de algumas empresas.

Perante esta situação, o Estado Moçambicano reforçou as suas incursões militares, mas devido a sua fragilidade bélica militar, optou por pedir um auxílio a SADC, como membro permanente desta organização ocupante da área dos transportes e comunicações garantindo a ligação com os países do hinterland. No que concerne ao reforço da FADM, durante as incursões da tropa nacional e da SADC teve sucessos, o que permitiu vários embates que culminou com a morte de alguns terroristas e fuga para as regiões longínquas como símbolo de rendição dos mesmos. Portanto, com base nos prazos fixados de combate ao terrorismo em Cabo Delgado, após ter findado a tropas da SADC regressaram.

Observou-se que quanto a estadia da tropa nacional (FADM, as Forças de Defesa de Moçambique), o insucesso nas batalhas no âmbito de garantir a segurança e paz, onde os terroristas regressaram as mangas protagonizando mais ataques dizimando vidas, paralisando actividades económicas no norte do país, tendo em conta que algumas empresas ou seja projecto de exploração de gás natural entre outros recursos naturais, devido a falta de material sofisticado para conter os ataques terroristas. Perante esta situação, Ruanda como sendo experiente na matéria de erradicação do terrorismo, mostrou-se disponível em ajudar Moçambique, portanto, urge a necessidade de assinatura de tratado bilateral de protecção militar Ruanda e Moçambique, devido a disposição de Paul Kagame. A disposição de Ruanda no tratado bilateral está ligada a exploração de recursos naturais, visto que não há uma cooperação sem proveito ou seja benefícios, portanto, os países desenvolvidos tendem a se aproximar aos países em via de desenvolvimento para manter dependentes assinando acordos como forma de ajuda, o que possibilita o subdesenvolvimento destes, pois tem contribuído para pobreza extrema dos países em via de desenvolvimento. Neste sentido, o artigo buscou responder a seguinte questão: O que o Estado Moçambicano tem vindo a implementar de

modo a erradicar o terrorismo na província de Cabo Delgado sem dependência externa?

A concretização deste artigo baseou-se na revisão bibliográfica-qualitativa que consistiu na leitura do que existe escrito. A análise de dados segue a ordem dos conteúdos em forma de um comentário crítico. Em termos de organização, a análise segue a lógica dos três objectivos anunciados anteriormente, procurando enquadrá-los, em alguns casos, na realidade moçambicana a partir de algumas leituras recentes. São apresentadas posições pessoais e criatividade decorrentes da análise. Quanto a estrutura, o artigo apresenta introdução, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas.

DISCUSSÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

TRATADO

Tratado Neumayer, Nunnenkamp e Roy (2016), apontam que existe “*contágio*” dos termos dos acordos ou seja tratados, em particular nas cláusulas de resolução de controvérsias (p. 177). Portanto, tratado de países em desenvolvimento com países em via de desenvolvidos contém cláusulas rígidas em favor do investidor e tendem a ser replicados em tratados de outros países em desenvolvimento. Neste contexto, o tratado é um memorando de entendimento de duas ou mais partes envolvidas onde tem por objectivos de apoio para ultrapassar dificuldades, porém, envolve cláusula de modo a fazer com que a situação que se vive num determinado país possa ser solvida.

Portanto, o não cumprimento das cláusulas do tratado poderá criar conflito entre as partes envolvidas. Moçambique no âmbito de tratado bilateral coopera com Ruanda de modo a erradicar o terrorismo

em Cabo Delgado. Por seu turno, no tratado militar no contexto das responsabilidades sociais das tropas ruandesas, tem dado um apoio a população, no entanto, o não cumprimento das cláusula pode levar ao surgimento de uma nova guerra, tendo em conta que não há cooperação sem proveito. Os países desenvolvidos têm vindo a assinar tratado ou seja cooperação com os países em via de desenvolvimento, para a exploração dos seus recursos naturais, torna-os dependentes.

O tratado cria um atentado a um Estado de direito na medida que as cláusula assinadas entre as partes não são cumpridas ou seja respeitadas, Kohler e Stahler (2016), a adopção de tratado militar, de investimento é resposta para problemas de ataques terroristas em Cabo Delgado, há um comportamento oportunista ou de inconsistência dinâmica nos países desenvolvido tentando atrair os seus recursos para os países em via de desenvolvimento. Portanto, após a saída das tropas da SADC, Ruanda disponibilizou-se em apoiar Moçambique para poder erradicar o terrorismo em Cabo Delgado. A disponibilidade de Paul Kagame em reforçar a defesa de Moçambique no norte e a sua assistência social, insere-se no âmbito da solidariedade, portanto, Ruanda não faz parte dos países da SADC, há um comportamento de oportunismo em apoiar, por sua vez, isso poderá se observar depois de por fim o terrorismo em Cabo Delgado.

Portanto, com base nas citações acima apresentadas percebe-se que a disponibilidade da Ruanda em apoiar Moçambique de modo a erradicar o terrorismo em Cabo Delgado está ligado a exploração dos recursos naturais, assim, no âmbito de tratado há um comportamento de oportunismo na exploração dos recursos naturais neste quadrante do país. Não há tratado sem benefício, sendo assim isso implicará uma imposição ao Estado moçambicano, após o abrandar do terrorismo. Nesta senda de ideia, Ruanda não faz parte a SADC, porém, solidariza-se no contexto de ser um país africano, por isso, de uma forma voluntária

tem ajudado Moçambique em por fim ao terrorismo, por outro lado, Ruanda devido a sua experiência na matéria da erradicação do terrorismo e armamento sofisticado para o combate do terrorismo.

PROCESSO DE TRATADO BILATERAL

O Tratado bilateral de investimento militar, chamado de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, tem formato inovador e, diferentemente dos tratados tradicionais, que são voltados para a protecção do investidor, se concentra principalmente na facilitação de cooperação e investimento entre as partes (Brauch, 2015). Entretanto, o tratado militar entre o Estado moçambicano e as tropas ruandesas de Paul Kagame, inclui as responsabilidades sociais. No teatro operacional norte onde os militares ruandeses juntamente com a FADM, para além de garantir a segurança, tem construído escolas e hospitais como forma de garantir o acesso a educação e saúde da população em Cabo Delgado. Neste contexto, assinatura de acordos não transparente cria condições para futuros conflitos, porém, permite a continuidade de guerra ou ataque, caso não seja respeitado as cláusulas dos acordos, por isso, exige-se transparência de modo a evitar futuros conflitos, tendo em conta que não há acordo sem benefícios.

A fragilidade de um Estado leva a assinatura de acordos como forma de garantir segurança do povo, porém, leva a transferência da responsabilidade social para outro Estado. Pelo contrário, um Estado deve garantir a segurança social do seu povo, o que não está acontecendo, para que isso aconteça o Estado Moçambicano deve promover o investimento na área militar a partir do subsídio e compra de material bélico sofisticado como forma de garantir estabilidade interna e segurança do povo. Como solução dos problemas de ataques terroristas,

o Estado Moçambicano aceitou a disponibilidade de Paul Kagame em oferecer os seus militares, no âmbito do tratado bilateral. Neste contexto, muitos países tem-se aproveitado da fragilidade de um Estado para poder fazer cooperação como forma de socorrer um Estado incapaz de proteger o seu povo e satisfazer as necessidades básicas.

Portanto, a assinatura de um tratado de cooperação militar de um país como Ruanda coloca em pauta a soberania moçambicana, é importante que o tratado seja transparente para que estabeleça acções de estabilidade a Cabo Delgado, onde todos tenham conhecimento das cláusulas. Não estão previstas as formas de monitoramento dos tratados com a finalidade de evitar que casos de arbitragem sejam iniciados, (Garcia, Bitencourt e Dias, 2018, p. 407). Além disso, não estão presentes as cláusulas de responsabilidade social sujeita aos militares no caso que seja erradicado o terrorismo em Cabo Delgado. Neste contexto, a manifestação de interesse de Ruanda em apoiar Moçambique com vista a por fim a situação de ataques terrorista não estão previstas os benefícios de contingente militar de Paul Kagame. Por fim a situação de ataques terroristas faz parte de tratado bilateral entre ambas partes, a prontidão de Ruanda em apoiar Moçambique está inserida no contexto das relações diplomáticas, por outro lado, solidariedade com o Estado moçambicano devido a instabilidade causada por terroristas.

Em concordância, o tratado bilateral de cooperação militar faz parte das formas de como erradicar o terrorismo em Moçambique caso Cabo Delgado, no entanto, a disponibilidade de Paul Kagame em querer apoiar o país, dá-nos à entender que ainda há solidariedade entre os africanos. Porém, percebe-se que existe interesse por parte da Ruanda em querer explorar recursos naturais existente na parte nortenha de Moçambique, o que se espera após fim do terrorismo em Cabo Delgado. No entanto, nas relações entre os países há sempre um interesse em ajuda oferecida, no entanto, quando não for cumprida pode levar os dois países

para outro conflito subsequente. O reforço da Ruanda com militares e armamento sofisticado, faz parte de tratado bilateral ou seja cooperações sociais de modo a manter a população dentro da província, que constitui uma responsabilidade das tropas. Na mesma vereda de ideia, quanto a ajuda oferecida pela Ruanda, no contexto de protecção militar não está previsto os ganhos que Ruanda poderá ter posteriormente nas relações.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE CABO DELGADO

A Província de Cabo Delgado está localizada no extremo nordeste de Moçambique e tem por capital a cidade de Pemba, localizada a cerca de 2.600 km ao norte de Maputo. Está dividida em 17 distritos e possui, desde 2013, cinco municípios: Chiúre, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba. É nessa região, uma das mais pobres do país, que desde Outubro de 2017, acontece uma ataque terrorista que já deixou mais de 2 mil mortos e milhares de deslocados.

Figura 1 - Localização geográfica de Cabo Delgado.



Fonte: Google, 2025.

CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES ASSINANTE DE TRATADO BILATERAL DE PROTECÇÃO MILITAR

Moçambique apresenta uma fragilidade na matéria de defesa e segurança, devido a falta de investimento financeiro na compra de armamento para combater o terrorismo em Cabo Delgado, no Teatro Operacional Norte (TON). Neste sentido, na província de Cabo Delgado estão com deficit de comida, por causa de ataques terroristas onde maior número de fornecedores dos produtos alimentares faliram, há meses devido ao terrorismo outros já não conseguem pagar dívidas aos credores²⁴, como resultado disso Moçambique é membro da SADC, e tem vindo a pedir auxilio para erradicar o terrorismo. Neste contexto, no âmbito da cooperação entres os países membros, no término de prazos estipulados, Moçambique tem buscado assinar tratado bilateral com a Ruanda como forma de facilitar o combate ao terrorismo na área económica, ou seja, como instrumentos de resoluções de disputas entre os terroristas e militares (Brauch, 2015, citado em Júnior, 2021 p. 110). Pois contribui para a concretização dos compromissos firmados e o fortalecimento de diálogo entre as partes em matéria de investimento.

Portanto, devido a situação de ataques terrorista no norte de Moçambique, o Estado viu a necessidade de aceitar a disponibilidade da Ruanda em apoiar, devido há fragilidade de tropas nacionais (FADM) estão sendo reforçadas pelo exército ruandês para consolidar a sua presença e influência num território onde maioritariamente se fala a língua suaíli de perfeito domínio dos ruandeses para erradicar o terrorismo, Ruanda já possui experiência na matéria de combate ao terrorismo e possui tecnologia de armamento sofisticado. A incapacidade de um Estado em defender a sua soberania, ou seja, O

²⁴ Jornal Centro Para Democracia de Direitos Humanos.

“*povo*” tem levado alguns países à aceitar fazer tratado militar de modo a se proteger de uma invasão qualquer. Neste sentido, um país enfraquecido militarmente está sujeito a aceitar qualquer tipo de tratado como forma de garantir a segurança de sua população sem medir as consequências a longo prazo.

No que concerne aos tratados militares, quando a cláusulas não são respeitadas no final poderá contribuir para o surgimento de uma nova guerra tendo em conta que um país fragilizado militarmente está sujeito a futuros ataques. Moçambique como assinante do tratado militar com a Ruanda, no que tange às cláusulas deste tratado, se não forem respeitadas poderá contribuir para os futuros ataques no norte, no entanto, não há tratados sem benefícios ao que oferta ajuda. Neste contexto, o tratado militar assinado entre os dois países poderá ajudar a erradicação do terrorismo mais cedo possível para que permaneça e se propague a continuação da exploração dos recursos naturais existentes naquele quadrante. As mudanças frequentes nos tratados bilaterais são cláusulas estabelecendo que devem ser esgotadas as possibilidades locais de resolução das disputas antes de o processo de arbitragem num tribunal internacional começar e que deve haver aumento do controle dos processos por parte do governo e de medidas que buscam julgamentos mais transparentes e imparciais (Júnior, 2021, p. 116).

Portanto, o não respeito pelas cláusulas dos tratados bilaterais pode levar o caso para o tribunal internacional de modo a obter a resolução desta, há possibilidade é maior dos países envolvidos ganhar a causa. Neste contexto, o país beneficiário poderá perder a causa no caso do não respeito das cláusulas do tratado. Nesta mesma linha de entendimento, conforme as citações anteriores percebe-se que os países envolvidos tem assinado tratado bilateral com países que possuem recursos naturais como Moçambique de modo a explorar os recursos naturais existente, como forma de retribuir o poio disponibilizado,

assim, Ruanda disponibilizou apoio a Moçambique no âmbito de cooperação bilateral, de modo a erradicar o terrorismo em Moçambique, porém, o não respeito das cláusulas poderá levar ao surgimento de um novo conflito tendo em conta que nos tratados ambas partes devem se beneficiar.

TERRORISMO

Para Wardlaw (1982), diz que o terrorismo é o uso da ameaça de violência por um indivíduo ou um grupo agindo para ou em oposição ao estabelecimento de uma autoridade (p. 16). Assim, está situação de terrorismo quando tais acções são destinadas a criar extrema ansiedade e/ou efeito de indução de medo num grupo alvo em que as vítimas imediatas, com o propósito de coagir um grupo (geralmente político) a consentir as demandas políticas dos seus perpetradores. Perante a citação acima, remete-nos a ideia de que o terrorismo tem vindo a deixar a população da província nortenha de Moçambique em situação de desespero devido aos ataques terroristas, o que cria um clima de tensão na província de Cabo Delgado. Muito destes está ligado ao descontentamento na exploração dos recursos naturais, por outro lado, devido o espírito de expansão da religião islâmica surge como perseguição aos cristãos, por isso tem dizimado vidas de muitos cristãos.

O terrorismo deve ser entendido como a prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra as pessoas ou as coisas provocando o terror, a distinção entre o terror e o terrorismo, representando o ponto de partida para a análise de um fenómeno que ao longo dos séculos, viu constantemente aumentar seu peso político (Bobbio, 1998, p. 1242). Neste sentido, ao longo dos dias actuais tem aumentado os ataques terroristas em Cabo Delgado, como protesto de

exploração de recursos ou devido a expansão da religião islâmica. Tendo em conta as ideias citadas acima, importa-nos referir que o terrorismo surgiu como resultado da exploração dos recursos naturais, onde estes tem atormentado pessoas, ou seja, provocado mortes constantes nas zonas de Cabo Delgado, o que tem causado vítimas e saídas massivas da população para as regiões seguras como forma de se prevenir desta situação que os acomete.

TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE

Desde a criação do primeiro governo independente sempre se teve o cuidado de se manter uma proporcionalidade étnico-tribal com vista a anemizar clivagens e gerar linhas divisórias no país (Habibe, Forquilha e Pereira, 2019, p. 26). Portanto, não existem muitos dados, muito menos estudos que indiquem que o terrorismo em Moçambique resulta da falta de democracia, participação política ou representação. Porém, o terrorismo em Moçambique surge como resposta a exclusão política e na exploração do recursos naturais, como forma de reivindicar os seus direitos, esses grupos afiliam-se a religião islâmica e tem vindo a protagonizar inúmeros ataques de modo a manifestar o seu descontentamento quanto a exclusão da vida política. A versão oficial (do governo) orbita entre três possibilidades apresentadas por Chichava (2020a), o investigador afirma que de acordo com as autoridades moçambicanas, os garimpeiros locais estariam a ser manipulados por “estrangeiros” oriundos da Tanzânia e República Democrática do Congo (RDC), estes que já tinham sido expulsos das minas de rubi onde faziam exploração clandestina” a expulsão gerou descontentamento e a criação do caos na região, o que destina-se a criar distracção enquanto estes continuam a fazer exploração ilegal de recursos naturais em Cabo Delgado. No entanto, estes terroristas não estão sozinhos, há uma

influência externa que garante o seu sustento. Não obstante que estes manipulam jovens locais de modo que aterrorizem as populações locais que fazem de forma a pressionar pela saída da população deste quadrante, para se apropriar das terras da população.

O terrorismo em Cabo Delgado está ligado a questões étnicas entre as tribos existente naquela região, permite uma disputa de recursos existente onde uma tribo quer mostrar-se como sendo a mais superior, matando a população, por outro lado há um apoio dos países vizinhos aos terroristas como forma de boicote da exploração dos recursos naturais em Moçambique. Também, a exploração dos recursos naturais sem benefício da população é outro factor não menos importante para a continuidade dos terroristas em Cabo Delgado, nesta senda há uma insatisfação dos grupos étnicos.

ESTILOS DE TRATADOS BILATERAIS NAS RELAÇÕES ENTRE OS PAÍSES

A atenção especial que deve ser dada aos tratados internacionais deriva de razões qualitativas, lembrando a sua capacidade de suportar alterações à regulação de problemas que actualmente se colocam à sociedade internacional (Coutinho, 2016, p. 11). Os tratados internacionais compreendem algumas figuras afins que podem ajudar a compreender:

- Acordos políticos: representam a combinação de vontades formulada entre os sujeitos internacionais, podendo aproximar-se da *Comitas Gentium* ou da *Moral Internacional*;

- Acordos militar: envolve uma protecção militar como forma de apoio aos países membros ou seja por unanimidade, assinado por dois países ou mais, como forma de garantir a estabilidade;

Neste sentido, com a disponibilidade mostrado pelo Paul Kagame em apoiar Moçambique no teatro operacional norte, enquadra-se no acordo de protecção militar, envolve as suas cláusulas entre os dois países assinantes, no caso para erradicar o terrorismo.

- Atos unilaterais não autónomos: sendo actos jurídicos-internacionais, não se apresentam com valor próprio relativamente aos tratados internacionais de que dependem;

- Contratos internacionais: expressam vontades que transcendem as fronteiras estaduais, suscitando problemas de conflitos de leis. Só lhes falta o elemento público para poderem ser reconduzidos aos tratados internacionais;

- Declarações ou atas finais: produzidas no fim dos encontros e conferências internacionais, têm um mero valor político-histórico.

Essa mudança de estilos de tratados possibilita o investimento na área militar, com vista a garantir estabilidade de ataques, depois explorar os recursos naturais como forma de reembolso em troca de estabilidade na região, se deu com ampla consulta ao sector privado, resultando na elaboração do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (Morosini & Badin, 2015, p. 14). Portanto, no caso de não exploração conforme o que está acordado nos princípios dos tratados implicará uma indemnização da Ruanda pela garantia da estabilidade em Moçambique. Assim sendo, os tratados, parte das cláusulas entre duas partes com vista a por fim a situação de ataques terroristas em Cabo Delgado como forma de manter a segurança da população em geral e permitir a exploração de gás natural, rubis, entre outros recursos.

Conforme já supracitado, o não cumprimento das cláusulas assinadas no tratado de protecção militar, após o fim do terrorismo em Cabo Delgado, implicará na disputa das áreas libertadas no âmbito da exploração dos recursos naturais existente, por outro lado, o Estado

Moçambicano mostrou a sua fragilidade militar ao aceitar apoio manifestado pelo Paul Kagame em oferecer o seu contingente militar no teatro operacional norte, isso implica que Moçambique após fim da guerra em Cabo Delgado está sujeita em aceitar qualquer imposição da Ruanda.

ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO TERRORISMO EM MOÇAMBIQUE

As formas de combater o grupo terrorista tem-se mostrado relativamente ineficaz, porque negligenciam-se as motivações sociais, económicas, políticas ou mesmo religiosas que as pessoas eventualmente possam apresentar para se engajar em grupos de extremismo violento como o Al-Shabaab, há também um outro conjunto de motivações, nomeadamente fantasias pessoais, a busca de aventura, de camaradagem, de propósito de vida, de identidade (Habibe, Forquilha e Pereira, 2019, p. 21). Para que um país consiga se manter forte no contexto dos tratados bilaterais precisa se fortalecer militarmente como forma de não estar muito dependente a outros países, no caso de um ataque qualquer de modo a se defender. Então, Moçambique precisa investir mais na compra de armamento como forma de garantir a sua soberania e segurança do seu povo. A maior fragilidade política de um Estado é de não conseguir garantir a segurança do seu povo.

Neste sentido, o investimento na área militar e o aumento de subsídios das Forças de Defesa e Segurança no teatro operacional norte seria um ponto para o sucesso nos campos de batalha. No entanto, um militar desmotivado ou seja em desacordo, pode criar um insucesso nas frentes de combate. Outrossim, o uso de equipamentos modernos no combate ao terrorismo faz parte da estratégia e de uma necessidade.

(...) moral das tropas das Forças de Defesa de Moçambique (FADM) parece ser baixo, especialmente nas unidades regulares do exército. O cansaço causado pelos ataques armados do grupo dos Al-Shabaab, os problemas logísticos e a sensação de que o Governo está a tratar os soldados de maneira injusta, especialmente no que diz respeito à alimentação e tempo de permanência no terreno, estão a causar frustração no seio das Forças de Defesa de Moçambique. Os soldados estão irritados porque não têm comida suficiente e nem assistência médica. Muitos deles em Mocímboa da Praia, Macomia e Palma têm a impressão de que os seus produtos alimentares estão a ser desviados. Com efeito, alguns soldados acusaram altos oficiais de apropriação indevida de seus alimentos e bónus (Habibe, Forquilha e Pereira, 2019, p. 20).

Fica assim, evidente que para a erradicação do terrorismo em Cabo Delgado é necessário que as condições logísticas no terreno sejam garantidas de modo que o militar se mantenha nas frentes de combate, por outro lado, o salário deve ser também aumentado, ou seja, sendo um subsídio para manter o militar motivado na caça aos terroristas no teatro operacional norte.

O CONTRIBUTO DE PAUL KAGAME NO TEATRO OPERACIONAL NORTE EM CABO DELGADO

O com a entrada das tropas ruandesas de Paul Kagame no teatro operacional, a situação de ataque terrorista tem ganhado outros contornos, visto que ela possui experiência no combate ao terrorismo, além disso tem uma tecnologia de armamento sofisticado. Portanto, algumas zonas que tinham sido tomado pelos terroristas estão sendo resgatadas e já se vive um ambiente de tranquilidade. Desde a entrada do exército Ruandês, o conflito em Cabo Delgado ganhou outro rumo. As tropas ruandesas não somente recuperaram os territórios ora tomados, mais sim melhoraram a relação entre a população e os atores de

segurança, assim como ficou notória a redução de ataques dos extremistas violentos no perímetro onde estão estacionados (Nuvunga, citado em CDD, 2023 p. 4).

Portanto, as tropas ruandesas no âmbito da responsabilidade social têm contribuído na construção de infra-estruturas sociais como escolas e hospitais, para além de garantir a segurança da população neste quadrante. Neste contexto, com a chegada das tropas ruandesas no teatro operacional norte verifica-se uma maior tranquilidade. A actuação das tropas ruandesas de Paul Kagame em Mueda, tem contribuído para a segurança da população devido a satisfação da mesma, onde a vida voltou a uma normalidade. Localmente, acredita-se, que a chegada das tropas ruandesas também contribuiu para a segurança de Mueda. O exército do Ruanda é mais valorizado em comparação as tropas moçambicanas que enfrentam grandes problemas de organização e logística, assim tornando mais frágil a sua actuação nos distritos afectados pelos conflitos.

No que tange aos desafios futuros para Moçambique, após o fim do terrorismo em Cabo Delgado, quando as cláusulas do tratado militar não forem respeitado, Moçambique poderá enfrentar um novo conflito com as tropas ruandesas de Paul Kagame. Tendo em conta que não há uma cooperação sem proveito, Moçambique possui recursos naturais neste quadrante em disputa. Os países desenvolvidos têm a disponibilidade em assinar tratados com os países em via de desenvolvimento como forma de mais adiante poder explorar os seus recursos. Partido nas ideias expostas, percebe-se que Moçambique no âmbito do teatro operacional norte e no combate ao terrorismo, tem o tratado bilateral como apoio na assistência militar, assinando com as tropas ruandesas, porém, as cláusulas precisarão ser respeitadas, para que isso não leve a surgir uma nova guerra no futuro, que será difícil de vencer, tendo em vista que as tropas ruandesas já conhecem o terreno,

por terem expulsado os terroristas. Portanto, reintegra-se que a maior fragilidade de um Estado é não conseguir proteger o seu povo, devido a incapacidade de Moçambique e seu exército não poderem garantir a segurança em Cabo Delgado sem a ajuda exterior de seus aliado e assim abrindo possibilidades de ocorrer ataques futuros.

CONCLUSÃO

O tratado bilateral desempenha um grande papel, possibilita a cooperação entre os países e permite o desenvolvimento económico e financeiro no âmbito de investimento e estabilidade. Neste contexto, a assinatura do tratado de protecção militar entre Moçambique e Ruanda tem vindo a garantir a segurança da população em Cabo Delgado de ataque terrorista. No entanto, o processo de assinaturas de tratado militar contribui para o fim dos ataques terrorista e garantir a segurança da população com a actuação das tropas ruandesas no teatro operacional norte. O não respeitar das cláusulas dos tratados cria condições para uma nova guerra, por isso exige-se transparência de modo a evitar os conflitos, tendo em conta que não há acordo sem benefícios. Portanto, Moçambique possui recursos naturais na zona norte a ser explorado, no entanto, a disponibilidade da Ruanda em apoiar na erradicação do terrorismo pode estar ligado ao proveito deste. A fragilidade de um Estado é caracterizado pela incapacidade proteger seu povo perante a situação de ataque, porém o Estado Moçambicano aceitou a disponibilidade de Paul Kagame na assinatura do tratado de protecção militar como forma de erradicar o terrorismo na zona norte. Perante esta situação o Estado Moçambicano ao aceitar o tratado de protecção militar esta sujeita após o fim do terrorismo a ter que aceitar qualquer condição desde que esteja nas cláusulas dos acordos. Assim sendo, o não respeito pelas cláusulas poderá levar os dois países ao tribunal internacional

como forma de resolução.

O tratado bilateral leva países em via de desenvolvimento a se tornar mais dependente devido as cláusulas destes, acordos que deixam os mesmos em situação de pobreza generalizada, o não respeito das cláusulas poderá criar um endividamento. Uma das estratégias de reduzir a dependência no apoio militar externo, seria o Estado Moçambicano investir mais na compra de material bélico, desenvolver treinamentos dos militares, aumentar mais o subsídio de localização para além do salário como forma de manter o militar motivado na caça aos terroristas no teatro operacional norte, assim garantindo a segurança do povo.

A atuação das tropas ruandesas de Paul Kagame em Mueda tem contribuído para a segurança da população devido a satisfação da mesma, porque a vida voltou a ter uma normalidade. No entanto, as tropas ruandesas no âmbito da responsabilidade social têm também contribuído na construção de infra-estruturas físicas como escolas, para além de garantir a segurança da população neste quadrante. Para os futuros pesquisadores, acredita-se que os seguintes pontos serão importantes para seguirem sendo pesquisados: aprofundar como é que as Forças de Defesa e Segurança têm actuado no teatro operacional norte, pesquisar como a situação está em Cabo Delgado com actuação das tropas ruandesas de Paul Kagame e aprofundar a questão motivacional dos militares Moçambicanos no teatro operacional norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEE, T. & Peinhardt, C. (2010). Delegar diferenças: tratados bilaterais de investimento e negociação sobre disposições de resolução de litígios. **Internacional Studies Quarterly**, v. 1.

ANA, G., Yasmin. B. & Bárbara, D. (2018). **Acordos de protecção de investimentos dos BRICS na África: mais do mesmo?** Desafio para Moçambique. Moçambique, Maputo.

BOBBIO, N. (1998). **Dicionário de política I.** (1ª ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, Vol. 1.

BOND, P. (2014). **As maldições dos recursos da África do Sul e a crescente resistência social.** Monthly Review, 65(11).

BRAUCH, M. D. (2015). Os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACIC) Brasil-Moçambique e Brasil-Angola: uma visão geral descritiva. **Notícias do Tratado de Investimento**, v. 2.

CHICHAVA, S. I. (2020a). Quem é o “Inimigo” que ataca Cabo Delgado?. **IDEIAS**. Boletim nº127. IESE, Maputo.

COUTINHO, F. P. (2015/2016). **Direito Internacional Público.** 2º ano – 1º semestre, FDUNL.

HABIBE, S. Forquilha, S. & Pereira, J. (2019). Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia. **Cadernos IESE** nº17/2019. IESE, Maputo.

JÚNIOR, A. I. T de. (2021). **Tratados bilaterais de investimento:** conceitos, potenciais impactos e tendências futuras. Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

KOHLER, W. & Stähler, F. (2016). A economia da protecção dos investidores: ISDS versus tratamento nacional. **Revista de Economia Internacional**, v. 2.

MOROSINI, F. & Badin, M.R.S. (2015). O Acordo Brasileiro de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI): uma nova fórmula para os acordos internacionais de investimento? **Notícias do Tratado de Investimento**, 6 (2).

NEUMAYER, E.; NUNNENKAMP, P. & Roy, M. (2016). As regras de investimento mais rigorosas são contagiosas? Concorrência do país anfitrião pelo investimento directo estrangeira através de acordos internacionais. **Revista de Economia Mundial**, v. 1.

NUVUNGA, A. (2023). **Plataforma de paz e segurança de Cabo Delgado**. CDD, rádio notícia, Maputo.

WARDLAW, G. (1982). **Terrorismo Político: Teoria, Tácticas e Contramedidas**. Cambridge University Press.

MEMÓRIA E ACALENTO: O TEAR DAS AÇÕES-FEITIÇO DA MINERADORA BRASKEM EM MACEIÓ-AL

Zoroastro Neto²⁵

Resumo: Significações retóricas procedentes de uma realidade trágica têm sido motivo para produções sensíveis acerca do discurso do afundamento de cinco bairros em Maceió-AL, provocado pela extração do minério sal-gema pela petroquímica Braskem. À luz da Nova Retórica e da Análise Crítica do Discurso, este trabalho tem por objetivo analisar o discurso dessa empresa em um, dos treze, Informe Publicitário divulgado nos meios de comunicação pela Série *Entenda*. A metodologia utilizada é a qualitativa (Flick, 2009), por voltar-se ao estudo da aquisição do saber em processo e não na sua obtenção como produto, com atenção especial à escolha dos documentos, ao acesso e à sua análise (Godoy, 1995). Dessa maneira, ao entrelaçar argumentos discursivos com imagens, cujo objetivo é manipular o leitor para embotar o verdadeiro sentido das ações-feitiço da ajuda da Braskem, percebe-se que o *ethos* da empresa é mobilizado pela estrutura/composição do logos/discurso de preocupação com aquela situação. Os construtos teóricos são: Aristóteles (2005), Barthes (1964, 1964a), Ferreira (2017, 2019, 2019a, 2021), Fairclough (1989, 1995, 2001), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), entre outros. A relevância deste trabalho pode ser atribuída ao fato de existirem poucos estudos acadêmicos acerca da tragédia provocada pela mineração que atingiu milhares de moradores de Maceió-AL.

Palavras-chave: Memória. Apagamento da Realidade. Ações-Feitiço. Expulsão de Moradores. Retórica.

OS FIOS INICIAIS EM MOVIMENTO

A memória se constitui elemento articulador das categorias retóricas e mobiliza paixões que se mesclam entre sentimentos de amor e ódio, saudade e repulsa, alegria e tristeza, revolta e conformação, justiça e injustiça.

No sistema retórico aristotélico há quatro partes indissociáveis, que tornam o discurso mais persuasivo: a invenção (*heurésis*, em grego),

²⁵ Doutor em Linguística pela Ufal. Docente do Instituto Federal de Alagoas (Ifal).
E-mail: zoroastronetoprofessor@gmail.com.

a disposição (*taxis*), a elocução (*lexis*), e a ação (*hypocrisis*), que devem estar interligadas e cumpridas pelo orador. Segundo Mosca (1997), uma quinta parte foi acrescenta pelos autores latinos, a memória (*memoria*). Na falta de uma dessas partes, o discurso fica desarticulado, desorganizado, pois, lembra a autora, “[...] inicialmente, é preciso achar o que dizer; em seguida, ordenar o que se encontrou e proceder a um investimento no plano da expressão, de modo a ter adequação nas escolhas” (Mosca, 1997, p.27).

De fato, é pela linguagem em movimento em que se situa a argumentação persuasiva, em um trabalho conjunto e interligado com as ideias. Logo, o desencadeamento das partes provoca ruídos na comunicação entre o locutor e o seu auditório.

O presente artigo faz uma análise das ações realizadas pela mineradora Braskem em Maceió-AL, a partir de 2020, acordadas com as autoridades públicas, após a Defesa Civil de Maceió e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) associarem às rachaduras e crateras/subsidências nas casas e nas áreas públicas de cinco bairros da capital alagoana – Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol – ao processo de extração do sal-gema no subsolo da região. Para criar novas memórias, essas ações que a mineradora apresentou em treze Informes Publicitários são como feitiços que pretendem persuadir o auditório e levar ao esquecimento daquela realidade trágica, que é o maior crime socioambiental ainda em curso causado pela atividade de mineração em Maceió-AL, que leva à expulsão de mais de 120 mil famílias, negócios, serviços públicos, além do adoecimento coletivo e mortes.

Como em um tear, a trama age sobre uma situação de incerteza quanto ao que ia acontecer com os moradores, sobretudo se teriam seus direitos garantidos, ou se estavam destinados a morrer sobre os escombros, caso houvesse, de fato, o afundamento dos solos. As dúvidas

e as incertezas forma construídas no imaginário das pessoas, sobretudo porque “[...] o dito se deixa destacar do dizer” (Meyer, 1994, p. 35), ora como memória, ora como esquecimento, como veremos a seguir.

O TEAR DO FATO

Se “é de laço e de nó”, como canta Renato Teixeira, que se funda o trem da vida, os fios, que se entrelaçam nos urdumes do discurso da Braskem sobre o problema causado por si, em Maceió-AL, desde 1976, se constituem por um processo cambiante entre a linguagem, os sujeitos em interação, o contexto, o poder, a ideologia e a memória, mobilizando sentidos, “[...] ao tornar visível e manifesto aquilo que antes pode ter sido invisível e aparentemente natural” (Pedro, 1997, p.22) pelo engendramento ilusório.

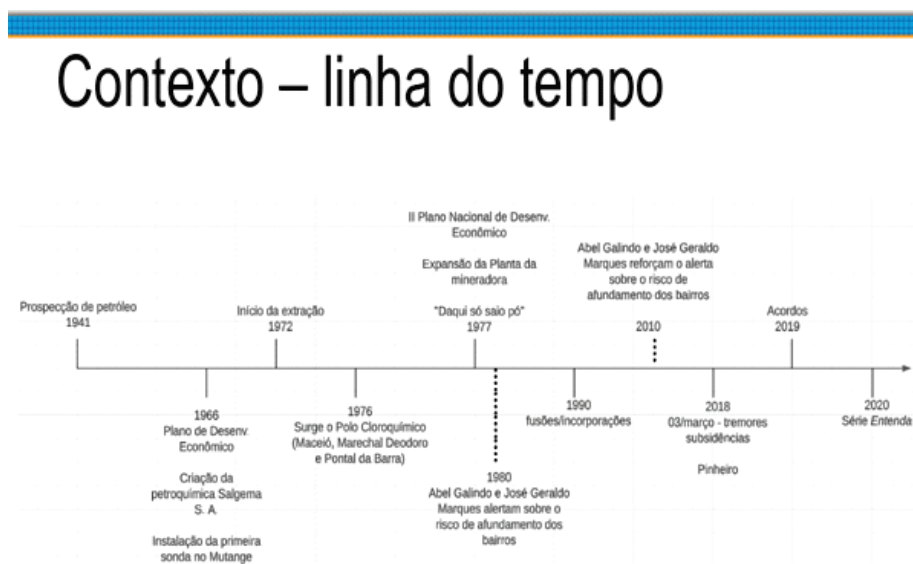
A pedido do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), em 1974, o empresário Euvaldo Luz, após manutenção de equipamentos para perfuração de poços de petróleo em Maceió, percebe a presença de fragmentos de sal-gema nas brocas e descobre, após estudos geológicos no subsolo do bairro de Bebedouro, enormes jazidas desse minério na sua forma mais pura – a halita, matéria-prima básica para a obtenção de soda cáustica e do cloro, instalando-se assim a mineradora Salgema Indústrias Químicas S.A., fruto das políticas de desenvolvimento da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), à época, que visavam diminuir os desequilíbrios regionais entre os estados da região Nordeste e os demais, considerados desenvolvidos economicamente no país.

Lembra Lustosa (1997), “[...] o projeto inicial, que visava a produção de 100 mil t/ano de soda cáustica, foi aprovado pela Sudene em 18/01/1967. No entanto, até 1975 houve várias mudanças na

composição acionária da empresa, além de indefinições quanto à técnica de exploração da jazida” (Lustosa, 1997, p.10). Esses impasses técnicos denotam a exploração sem limite do subsolo, fruto da concepção capitalista da relação exploração do meio ambiente – lucro, em nome do desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, reforça Lustosa (1997), “[...] a reserva recuperável da jazida é de 125 milhões de toneladas, pois uma maior exploração levaria ao rebaixamento do solo do Bairro de Bebedouro, localizado em Maceió” (Lustosa, 1997, p.9). Ou seja, já havia um estudo sobre o limite de exploração daquela região para se evitar a tragédia que ocorreu em 2018 e trouxe danos às famílias e à economia local dos bairros, provocando um movimento de expulsão da comunidade com o discurso do afundamento, como se vê na linha do tempo abaixo.

Figura 1 - Linha do tempo



Fonte: Criado pelo autor.

“[...] Por ser daqui, conheço as ruas e calçadas/ Conheço o interior das casas/ E o interior de quem vive dentro das casas/ E o interior do interior/ Conheço histórias que há milênios são contadas/ Outras que foram apagadas” (grupo musical 5 a Seco) devido ao crime que a Braskem cometeu, desde 1976, ao extrair o minério sal-gema do subsolo dos bairros de Maceió, com uma técnica que abre crateras (conhecidas como subsidências) que equivale a uma área de 255 campos de futebol, levando ao colapso do solo, como na imagem a seguir. Isto comprometeu, ao longo dos anos de exploração, a estrutura das residências e das vias dos bairros, a segurança dos moradores e sobretudo, provoca mais medo e adoecimento, sob o discurso de que aquela região ia afundar.

Figura 2 - Minas/Poços do minério sal-gema



Fonte: Relatório da CPRM, 2019, p. 28

Convém observar, ainda, que esse afundamento foi provocado pelo processo de subsidência da técnica de extração do minério adotada pela Braskem, como assevera Galindo (2022, p.50), “[...] causando deformações que chegam até a superfície. É aí que ocorre a subsidência. Esses grandes afundamentos, na área das minas, têm reflexos diretos no seu entorno” (Galindo, 2022, p.50). Daí porque o embricamento do discurso retórico da multinacional em utilizar a força da publicidade para naturalizar o problema causado por ela, além de provocar o esquecimento e “[...] mandar os malditos embora/ (...) [n]o horror de um progresso vazio/ (...) matando os mariscos e peixes (da lagoa) do rio”, como cantou Caetano Veloso, em *Purificar o Subaé*.

OTEAR DA MÍDIA

A publicidade, assim como o jornalismo, dispõe de recursos argumentativos que operacionalizam a tensividade retórica, e que perpassam pela prática discursiva desde a produção, passando pela distribuição até chegar na compreensão do discurso proposto para persuadir. No *corpus* deste artigo, percebe-se que há simulacros discursivos que provocam essa tensividade nos leitores que reagem, ora convencidos de que a Braskem, mesmo causadora da tragédia fez algo pelas vítimas, ora discordantes dos sentimentos de justiça e reconhecimento do engodo naquele discurso blindado pelas autoridades públicas.

As ações que a Braskem publicizou ao logo de treze encartes publicitários construíram um imaginário fora do real, tornando a realidade cada vez mais desterritorializada que permite criar um mosaico fraturado da memória, com uma outra composição do cenário com destroços, estilhaços e artefatos sentimentais, que causam estranheza entre os que foram expulsos pelo movimento da mineradora.

Assim, a publicidade institucional da Braskem ganha intensidade com os instrumentos de persuasão carregados de afetividade e de sutileza, que objetivaram persuadir aquele auditório de que a empresa está ajudando às famílias atingidas com ações que vão desde o acolhimento com serviços sociais, até o pagamento de auxílio aluguel, auxílio mudança, realocação da moradia e compensação financeira com a compra do imóvel atingido. Ações que são feitiços, como o canto da sereia!

Neste artigo, tomaremos o Informe nº. 1 como o *corpus* para reflexão sobre a memória e o esquecimento provocados pelas ações-feitiço da Braskem, como se observa abaixo.

Figura 3 - Informe Publicitário nº 1

INFORME PUBLICITÁRIO

Entenda o que a Braskem VEM FAZENDO EM MACEIÓ

Desde dezembro de 2016, quando iniciou o apoio à realocação de moradores das áreas de risco definidas pelo Defesa Civil nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, uma série de ações está sendo desenvolvida para garantir a segurança das famílias e de todo o bairro regido.

REALOCAÇÃO E COMPENSAÇÃO
 20 famílias com renda e custo de aluguel elevados, no âmbito de áreas de risco, são beneficiadas pelo programa de realocação de famílias. A Braskem oferece suporte financeiro para a aquisição de imóveis em áreas seguras.

ACOLHIMENTO DE ANIMAIS
 O programa de acolhimento de animais domésticos, em parceria com a Fundação de Proteção e Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA), oferece suporte financeiro para a aquisição de alimentos e medicamentos para os animais.

FECHAMENTO DOS POÇOS DE SAL
 A desativação dos poços de sal, que são fontes de contaminação, é uma das ações mais importantes do programa. A Braskem oferece suporte financeiro para a construção de muros e cercas para garantir a segurança das famílias.

MONITORAMENTO DO SOLO
 A Braskem realiza monitoramento contínuo do solo nas áreas de risco, utilizando equipamentos e técnicas avançadas. Os dados são compartilhados com a Defesa Civil e a população.

ACORDOS COM A PROFISSIONAL E O MPF
 A Braskem mantém acordos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público Federal (MPF) para garantir a transparência e a legalidade das ações.

CRONOGRAMA AVANÇADO
 O cronograma de ações é atualizado regularmente, considerando as necessidades das famílias e as condições do terreno.

RELATÓRIOS, LIMPEZA E CONTROLE DE PRAGAS
 A Braskem realiza limpeza e controle de pragas nas áreas de risco, garantindo um ambiente saudável e seguro.

PONTAL DA BARRA
 A Braskem oferece suporte financeiro para a construção de pontões e passarelas, facilitando o acesso das famílias às áreas seguras.

AINDA TEM DÚVIDAS? O site www.braskem.com/mageio tem sempre informações atualizadas, para que você possa acompanhar o que está sendo feito aqui em Maceió.

Braskem

O leitor, ao se deparar com situações durante o discurso verbal e não-verbal no Informe acima, necessitará de misturar outros argumentos que possam evidenciar a convicção da verdade no dizer, pelo verossímil, com as suas atitudes e intenções, através dos meios de persuasão. Isso é possível pelos elementos evidentes no *corpus* deste artigo, quando a empresa Braskem S.A., através do Informe publicitário – Entenda o que a Braskem VEM FAZENDO POR MACEIÓ, camufla o real com ações, atitudes e intenções de embotar o que, de fato, aconteceu: a expulsão da comunidade local em prol da propriedade privada do bairro, para extrair o minério sal-gema. Reforça-se que, o *corpus* é linguístico, destacando-se como “[...] elemento essencial a qualquer investigação linguística” (Massman, 2009, p.126).

Seguramente, “[...] não se deve persuadir o que é imoral”, como afirmou Aristóteles (2005, p.94), porém o discurso imoral da Braskem desconstruiu a verdade do fato do afundamento dos bairros em Maceió-AL a partir do que parece verdade para si, ao maquiagem a realidade com um discurso persuasivo pela publicidade. Sobre o ponto fundamental da Retórica pelo viés da doutrina aristotélica, “[...] reside em considerá-la do domínio dos conhecimentos prováveis. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia” (Mosca, 1997, p.20).

Esse discurso suavizado/maquiado da “realocação”, e da “compensação financeira” para se apropriar das áreas públicas e dos imóveis que sofreram com as subsídências coloca em funcionamento uma memória de sentidos entre os sujeitos envolvidos em práticas sociais e discursivas distintas que requerem o uso da linguagem para além dos fundamentos do falar bem, coerente, conciso, o uso de uma linguagem carregada das marcas da memória social, concebida pelas vivências dos leitores, que faz um “recordar coletivo” (Robin, 2016) e provoca, também, o esquecimento, a partir de um dispêndio de trabalho de apagamento estrutural daquela realidade provocada pela atividade

econômica da mineração.

As ações “afetuosas” da Braskem publicadas nos Informes, essa preocupação com a segurança das pessoas, tentam silenciar a comunidade, tentam encobrir a violência causada pela irresponsabilidade dos profissionais que autorizavam a extração do sal-gema, sendo a causa dos colapsos das paredes que separavam as minas, em nome de um capitalismo predatório e selvagem.

Na sutileza da linguagem, a Braskem contratou inclusive uma equipe de técnicos sociais – psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, veterinários, entre outros, que “identificam o imóvel e pesquisam sobre as necessidades de cada família” (Braskem, 2020), confirmando o valor humanista da empresa.

OTEAR DA MEMÓRIA

Na leitura imanente do Informe Publicitário nº. 1 da Braskem, a discursividade do gênero textual revela-se na composição do encarte, que é social, analisado pela prática histórico-social discursiva e pelo uso da linguagem de forma intencional para persuadir o leitor, ao naturalizar o problema causado *por si* aos moradores dos quatro bairros de Maceió-AL. Assim, o Informe tenta construir sentidos para além da tragédia, porque se faz necessário entender o que está destacado no título do Informe Publicitário nº 1 - Entenda o que a Braskem **VEM FAZENDO EM MACEIÓ**.

Adoniran Barbosa cantou Saudosa maloca para marcar na memória a expulsão de famílias que moravam em um prédio em São Paulo, em 1951. Registro que ainda hoje, em pleno século XXI, permanece atual. Mais atual ainda aparece para os moradores de quatro bairros de Maceió-AL que foram “realocados” de suas moradias pela

petroquímica Braskem, para que ela pudesse se apoderar não só do minério sal-gema, presente no subsolo daquela região, como também dos imóveis, da história, do imaterial.

Os versos da música Saudosa maloca, “[...] dá licença de contá [...] foi aqui seu moço que eu, Mato Grosso e o Joca/ construímos nossa maloca/ mas um dia, eu nem quero me alembirá/ veio os homis c'oas ferramenta/ que o dono mandô derrubá” (Barbosa, 1961) expressam o dia em que aqueles sujeitos observaram a derrubada do edifício que se constituía em casa, em lar. No caso de Maceió-AL, os moradores afetados pela empresa Braskem têm nas lembranças o que se construiu com esforço, esmero e suor, além dos equipamentos públicos e privados que se constituíram para fixar aquelas famílias.

A memória é o invólucro dos argumentos da prática discursiva e se constitui de um inventário que intervém no contexto. É ela o suporte e que desperta os elementos retóricos em um discurso. As diferentes práticas memoriais fomentam a persuasão ao dizer algo (*logos*) com uma carga emocional que tende à aceitabilidade ou repulsa do auditório (*pathos*). Tem-se um jogo entre o verbal e o não verbal para acionar, para entrecruzar a história com os sentidos desejados, para reforçar os não-ditos ou para (re)(des)velá-los em uma situação concreta, visto que “[...] a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase” (Achard, 1999, p. 16).

O apagamento da história das vítimas provoca uma indignação, por serem daqueles bairros. Halbwachs (1990) caracteriza a memória como sendo aquilo que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade, reencontrado nas lembranças do pensamento e aviltado pelos elementos do coletivo, pelas imagens vividas e “guardadas na cabeça”, conservando as relações sociais. No caso dos problemas causados pela Braskem aos moradores dos bairros Pinheiro,

Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol, há dores nas memórias, como canta Elis Regina: “[...] na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais”, pela forma que o poder público tratou o fato, em específico o da “realocação”, e porque não dizer, da diáspora de milhares de moradores.

O discurso retórico, como lembra Mosca (1997), traz traços enraizados no modo de dizer, cuja eficácia está na persuasão, ao tocar/impelir o interlocutor com as ações-feitiço somadas às imagens enunciadas ao longo de cada Informativo, de forma a iludir, ludibriar, mascarar o problema causado por si após a expulsão dos moradores, comércio, serviços públicos dos bairros atingidos pela mineração. No contorno da música A massa, de Raimundo Sodré, é uma dor de nem poder chorar pelo mal-assombro chamado Braskem, que esculpe, modela e castiga a massa dos moradores pisados nos currais dos mundos dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, a penar.

No caso do Informe Publicitário nº 1, o título: “Entenda o que a Braskem **VEM FAZENDO EM MACEIÓ**” (grifo do autor do Informe), o que se tem não é um pedido de um ethos jornalístico, mas uma ordem revelada pela expressão deôntica como “entenda”, que materializa com rispidez o apelo que se enuncia e modaliza a imagem de si nos anúncios publicitários que constituíram o corpus deste trabalho, para persuadir o seu leitor (auditório), situada no eixo conceptual da conduta da empresa causadora do problema, como se observa na primeira peça dos anúncios.

Assim, quando se enuncia a ordem forçosamente expressa em “Entenda”, vem a seguir uma ação da indústria petroquímica Braskem, uma vez que se diz “**VEM FAZENDO EM MACEIÓ**”, que indicaria a sua atuação em andamento, em benefício da população maceioense, sem fazer referência ao problema do afundamento do solo provocado pela mineração predatória. Além disso, essa ação tem uma ênfase para o Informe que aparece em destaque³⁷ e em letras maiúsculas, para chamar

a atenção do leitor para o fato social que o anúncio se dispõe publicar: o dizer sobre o que a Braskem continuamente fez em Maceió-AL para maquiagem o problema, causado pela extração do minério sal-gema, desde 1976, e por estar sempre fazendo; o auditório precisa entender o que a Braskem fez, como se vê na imagem abaixo:

Figura 4 - Recorte do título do Informe Publicitário nº. 1

Entenda o que a Braskem **TEM FAZENDO EM MACEIÓ**

Outro aspecto, como se pode constatar no título do Informe apresentado, há a personificação da empresa, em – a Braskem vem fazendo, como recurso retórico-discursivo para retirar dos gestores e dos profissionais técnicos a responsabilidade do ato e da técnica utilizados para extrair o minério sal-gema em área urbana. A mineradora apresentou, no encarte nº 1, bairros em Maceió com um panorama diferente do que vinha sendo mostrado na mídia: casas rachadas, famílias sendo expulsas, animais abandonados, ruas interditadas devido as crateras. O cenário caótico da tragédia foi recriado pelo discurso da empresa causadora do problema como sendo o perfeito e ideal, mesmo que houvesse a necessidade de realocação e monitoramento do solo.

A personificação da Braskem cria uma opacidade na notícia do fato real e, intencionalmente, provoca no leitor dúvidas quanto à culpabilidade da mineradora no afundamento do solo e das rachaduras nos imóveis porque, como se anuncia no Informativo de nº 1: “[...] uma série de ações está sendo desenvolvida para garantir a segurança das famílias e de toda aquela região” (Braskem, 2020). Reforça-se, assim, a

premissa da verossimilhança pela discursividade retórica da empresa humana.

Já no contornos retóricos do *lead*, a fim de que haja compreensão da proposta do dizer há nesse espaço a data da ocorrência do início (desde dezembro de 2019) das realocações de moradores em áreas indicadas como de risco pela Defesa Civil, nomeadas Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, para as quais foram planejadas “uma série de ações” que garantam a segurança das famílias que moravam nessas áreas, estendendo-se a toda aquela região, como se vê na imagem nº 5.

Figura 5 - Recorte do lead do Informe Publicitário nº 1

Desde dezembro de 2019, quando iniciou o apoio à realocação de moradores das áreas de risco definidas pela Defesa Civil nos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, uma série de ações está sendo desenvolvida para garantir a segurança das famílias e de toda aquela região.

Percebe-se que, no lead do primeiro Informe, a linguagem é modelada para construir um real concorrendo para ser o real, que vai ser entrelaçado pelas ações-feitiço; pois, desde dezembro de 2019, a empresa Braskem iniciou o apoio às famílias das áreas de risco definidas pela Defesa Civil, para garantir a segurança, com amálgama dos problemas do afundamento do solo e das rachaduras dos imóveis, algo repugnante e ardiloso. Assim, o discurso publicitário da Braskem toma a linguagem para manipular símbolos do cuidado, do zelo, do controle, da segurança, da doação, da realocação, da compensação financeira, entre outros que servem aos objetivos da mineradora.

O enunciado do *lead* do Informe nº 1 silencia o fato real da realocação dos moradores dos quatro bairros, e, também, não menciona o porquê e nem os critérios que levaram a Defesa Civil definir as áreas de

risco. É o fato: a extração do minério sal-gema, pela Braskem, na área urbana dos quatro bairros provocou subsidências nos bairros, e é o motivo da realocação dos moradores que tiveram seus imóveis afetados diretamente pela ação irresponsável da mineradora, com a vida de mais de cem mil pessoas em risco. A empresa acena para o leitor que iniciou o apoio e uma série de ações para garantir a segurança das famílias e de toda aquela região, desfocando o problema causado pelo seu *modus operandi*. É de arrepiar!

Observam-se, ainda, no Informe Publicitário nº 1, excertos textuais de ações de execução que a Braskem acordou com as autoridades públicas do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria do Estado de Alagoas e Defensoria da União, muito bem delineadas para a preservação da sua imagem, com o uso de dados quantitativos quanto ao número de famílias que se mudaram de suas residências, naquele momento, devido ao “problema geológico” ocorrido em março de 2018, como se observa na imagem nº. 4, anexada à página seguinte.

Figura 6 - Recorte das ações do Informe Publicitário nº 1



REALOCAÇÃO E COMPENSAÇÃO

Um acordo assinado com o poder público estabeleceu os critérios de desocupação dos **6.500 imóveis das áreas de risco** – incluindo as áreas do aditivo – e de atendimento dos moradores no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação. Até agora:

- ✓ **4.505 famílias** já fizeram sua mudança.
- ✓ **1.974 famílias foram migradas** do aluguel social do Governo Federal para o auxílio aluguel do programa da Braskem.
- ✓ **900 propostas** de compensação financeira foram apresentadas.
- ✓ São cerca de **250 profissionais** envolvidos em toda a operação e o atendimento conta com **técnicos sociais, facilitadores, psicólogos e apoio legal**, além de ajuda na busca de um novo imóvel, pagamento do aluguel e custos da mudança.
- ✓ **Todos os indicadores** são permanentemente **apresentados às autoridades**, que acompanham de perto o andamento do programa.



CRONOGRAMA ADIANTADO

Em 1º de abril, a **primeira etapa da realocação foi concluída** nas áreas de resguardo, no Mutange e Bom Parto (as zonas A e B do mapa da Defesa Civil). Mesmo com o fechamento temporário da Central do Morador, como medida de prevenção ao coronavírus, o **atendimento de todos os moradores continuou sendo feito à distância**. E o cronograma de ingresso dos moradores do Pinheiro e Bebedouro no fluxo de compensação está agora sendo adiantado, agilizando o programa (confira as datas em www.braskem.com/alagoas).



ZELADORIA, LIMPEZA E CONTROLE DE PRAGAS

Em conjunto com a Prefeitura, **5 mil m³ de entulho foram recolhidos** nos bairros, melhorando o bem-estar e a circulação dos moradores. Em caráter permanente, um **programa de controle de pragas** combate roedores, insetos e principalmente os mosquitos da dengue, zika e chikungunya. Desde o mês de março, uma **equipe de vigilância** patrimonial composta por 80 profissionais qualificados faz a ronda a pé e motorizada nos bairros, 24 horas por dia.



ACOLHIMENTO DE ANIMAIS

Um programa conjunto com **Universidade Federal de Alagoas (UFAL)** e **Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES)** está fazendo o acolhimento temporário dos animais das famílias realocadas, além de fazer a conscientização sobre posse responsável e cuidar de animais abandonados.



FECHAMENTO DOS POÇOS DE SAL

A desocupação das áreas prioritárias permitiu avançar com o **fechamento definitivo dos poços** localizados nos bairros de Maceió, aprovado pelas autoridades. Nas próximas semanas, começam as obras de preparação de um **Canteiro Central de Operações** que vai viabilizar a movimentação de caminhões, máquinas e equipamentos necessários para mais uma etapa desse trabalho. Também serão feitas obras viárias e de sinalização da área, para permitir que o tráfego das carretas gere o menor impacto possível na comunidade.



MONITORAMENTO DO SOLO

A Braskem também segue fazendo **estudos e avaliações geológicas nos bairros** desde o surgimento de fissuras nas ruas e casas, após um abalo sísmico em março de 2018. Alguns desses estudos provocam interrupções no trânsito ou precisam ser feitos durante a noite, por questões técnicas, e toda a movimentação é informada com antecedência, para dar transparência às operações e garantir a tranquilidade dos moradores. Para acompanhar a movimentação do solo, foram instalados **sistemas de monitoramento online** e a malha estará completa até dezembro de 2020.



ACORDOS COM A PREFEITURA E O MPT

Três termos de cooperação com a Prefeitura contemplam a **doação de equipamentos de monitoramento** para a Defesa Civil, **obras de drenagem e pavimentação** de ruas e contratação de empresas especializadas para a **realização de demolições** necessárias. Com o Ministério Público do Trabalho, o acordo desenvolve um programa para recuperação de negócios, construção de quatro escolas e cursos de capacitação para estudantes e profissionais dos bairros.



PONTAL DA BARRA

A **fábrica de cloro-soda** está com as **operações suspensas** desde que a extração de salgema foi encerrada em Maceió. Mas os empregos foram mantidos, e a Braskem busca a melhor solução para continuar gerando renda, receita e impostos, e manter seu compromisso de 40 anos com Alagoas.

A primeira ação enfoca – Realocação e Compensação, que se refere ao acordo assinado entre a empresa e as autoridades, em que há critérios utilizados para a desocupação dos 6.500 imóveis da área de risco, número bastante alto ratifica o problema de elevado grau de risco; os números fortificam o argumento de quantidade. Destaca-se que o locutor inverteu, no título do primeiro excerto, a ordem da denominação do Programa, que é Programa de Compensação Financeira e Apoio à

Realocação. A inversão tem a função retórica de confundir o interlocutor quanto à compreensão do que está sendo dito.

Nesse sentido, o sustentáculo das ideias postas em “REALOCAÇÃO E COMPENSAÇÃO” representa a expulsão dos moradores de suas casas para ocuparem outras que não correspondem às suas histórias de vida. Essa ação é indiferente aos sentimentos das famílias, pois, algumas delas já construíram nessas casas suas próprias histórias, memórias e relações afetivas. Essas vítimas da maior tragédia sociourbana em curso no mundo foram catapultados para lugares que não são os seus (Bauman, 2001), um deslocamento que só beneficiou a mineradora causadora do problema.

Na mesma ideia quantitativa, em caráter explicativo e persuasivo, em quantidades alarmantes, o Informe indica numericamente que 4.505 famílias já fizeram sua mudança, bem como 1.974 famílias migraram do aluguel social pago pelo governo federal para o auxílio aluguel, pago pela Braskem; foram apresentadas 900 propostas de compensação financeira; e, aproximadamente 250 profissionais, representados por técnicos sociais, facilitadores, psicólogos e profissionais do Direito, mantidos financeiramente pela mantenedora do poder (a Braskem), envolvidos no operacional das ações da empresa, no sentido de ajudarem na busca de soluções.

Observa-se, ainda, que os principais argumentos dessa ação – Realocação e Compensação, estão destacados para que o leitor apreenda e fixe as informações desejadas. As palavras em negrito e a contextualização provocam uma significação “[...] no corpo da visibilidade, e não na relação significantes/significado, ou apenas no contexto lingüístico” (Souza, 2001, p.93).

Além disso, já outra ação denominada – Zeladoria, Limpeza e Controle de pragas, em conjunto com a Prefeitura, efetivou a retirada de

5 mil metros cúbicos de entulhos, com o objetivo de propiciar o bem-estar e a boa circulação dos moradores. Nesse sentido, a extensão – quantidade – induz o leitor a associar à Braskem uma ideia de empresa com o meio ambiente. Ainda com o potencial da quantidade, há a equipe de vigilância patrimonial, que é composta por 80 profissionais, que fazem a segurança dos bairros danificados.

Sob o discurso retórico da segurança, camufla-se a relação de poder da empresa sobre as vítimas de si, que passa a monitorar os imóveis apropriados por ela, sob o manto da ação do afundamento, que causou o caos para milhares de moradores dos bairros de Maceió-AL.

Com destaque ao quantitativo de restos de escombros recolhidos, marca-se a persuasão pelo argumento de quantidade, pois leva o leitor a pensar que a empresa Braskem, mesmo sendo a causadora da tragédia, em conjunto com a Prefeitura de Maceió, recolhe o lixo, cuidando da saúde dos moradores que ainda moravam na região.

Faz-se necessário transcender a mera ação de recolher o entulho, os escombros, o lixo! O entulho, os escombros, o lixo são partes das histórias dos moradores dos bairros atingidos pela ação incomplicada da petroquímica Braskem, em Maceió-AL. No entulho, estavam as memórias das vítimas, o suor de quem, com dificuldades, havia construído ou adquirido sua casa, sua moradia, onde se construíram as malocas. Os escombros representavam as paredes que sustentavam os quadros com as fotos da família, as prateleiras com os santos e objetos de lembranças de um tempo destruído pela ambição da empresa causadora do problema.

No lixo, estavam janelas, portas e artefatos que significavam afetivamente e foram deixados nas ruínas porque, na realocação de forma abrupta, não caberia tudo. Logo, parafraseando a música Como nossos pais, de Elis Regina, a dor coletiva é perceber que o discurso que a Braskem traz nesse primeiro Informe Publicitário, dotado de

intencionalidades, camufla a realidade do contexto retórico. Dito isso, percebe-se no Informativo Publicitário nº 1 que há um encadeamento de ações-feitiço em benefício da imagem da Braskem, causadora do problema às famílias, nos bairros Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, com a atividade de mineração, desde 1976, com o propósito de persuadir o auditório para que este entenda que ela não é a culpada pela tragédia, mas, pelo discurso retórico, traz uma força propulsora de bem-estar e soluções.

Enfatiza-se, ainda, que todas as ações aparecem em destaque no texto, negritada, bem como as ideias quantitativas, o que conduz o leitor a perseguir o seu sentido. O discurso ainda apresenta expressões de ordem do fazer, pois ordena ao leitor a certeza das ideias apresentadas pela mineradora (Entenda o que a Braskem...), além de apresentar ações em processo pelo uso do gerúndio – VEM FAZENDO e, finalmente, a ideia de totalidade para indicar ao leitor que não há exclusão nas ações apreendidas; pois, todos os moradores estão incluídos.

Como em uma esteira de pontos retóricos com intenções persuasivas, o *ethos* do orador faz um caminhar de propósitos partindo da ideia mais geral para as de menores especificidades; caracteriza-se, assim, a argumentação pela divisão do todo em suas partes, “[...] vê-se um esforço constante para distinguir o que – a julgar por esse esforço – estava-se propenso a confundir; [...] pois exige um conhecimento das relações que as partes mantêm efetivamente com o todo” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 266), emulsionando a interdependência entre ambos (partes e todo).

No recorte das *imagens*, como marca retórico-discursivas, o Informe Publicitário nº 1 traz sete cenas que montam um mosaico dos fios que formam a trama persuasiva daquele Informe, a partir da perspectiva da arquitetura do não verbal, cunhada por Souza (1997, 2001, 2020), ao conceber a compreensão de imagens com a linguagem

verbal, como uma rede de sentidos que interdita a memória do auditório, que aparece no *corpus* pesquisado e tenta conduzir o leitor a desfazer o que a imprensa apresentava sobre a tragédia causada pela petroquímica e suas consequências aos moradores, comerciantes, empresários e aos serviços públicos.

O jogo das imagens do anúncio ajuda a “[...] entender a imagem como discurso, [...] favorecendo a compreensão das associações de ordem simbólica e ideológica (discurso)” (Souza, 2001, p.74), além de articular e ratificar as ações-feiço que a Braskem VEM FAZENDO EM MACEIÓ, em conjunto com a Prefeitura, com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e com a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), acompanhadas de perto, como anunciado no Informe, pelas autoridades públicas, como na imagem nº 7 abaixo.

Figura 7 - Recorte das imagens do Informe Publicitário nº 1



As imagens sistematizam as práticas de produção e circulação ao fisgar o leitor pela policromia (Souza, 2001) sincrética, que se revela na materialidade da linguagem não verbal, na cor, nos detalhes, no ângulo, nos elementos de paisagens, na luz e na sombra, ou melhor, nas redes de elementos visuais que ajudam na “injunção do dizer” (Souza, 2001). É inegável que “[...] o conhecimento do público é central para qualquer discurso retórico” (Leanch, 2015, p.308), a presença material da história pela memória e a forma como o contexto se faz presente na produção textual e na escolha intencional de imagens para persuadir pelo discurso contribuem com a prática discursiva para fazer circular ideias que mobilizam sentidos múltiplos para o auditório.

A manipulação comunicativa pela publicidade é multimodal para que haja certa interação entre o interlocutor e o leitor daquele veículo de comunicação. Em uma cena em destaque, observam-se profissionais equilibrados em uma balsa, e em outra prospectiva mais abaixo, veem-se técnicos concentrados, focados no acompanhamento por satélite da movimentação do solo, “[...] garantindo a tranquilidade dos moradores” (Braskem, 2020, p.3). As imagens que compõem os Informes Publicitários contradizem a realidade quando atravessam os discursos nos anúncios para fomentar o *pathos* do leitor, ao se constituir, de forma sutil, como reforço da persuasão, com outros efeitos de sentido que tentam apagar da memória coletiva o cenário de guerra quando da expulsão dos moradores de suas residências, pois “[...] o sentido de uma imagem visual é ancorado pelo texto que a acompanha” (Barthes, 1964, p.11).

Compreende-se, assim, a dimensão da arquitetura do não verbal como processo de significação retórica perpassado pelo verbal (Souza, 2001), o que constituiu a prática discursiva da Braskem para informar (e comentar) sobre o seu “apoio solidário” aos moradores das áreas de riscos definidas pela Defesa Civil.

Ainda sobre esses aspectos dos não verbais, apontados por Souza (2001), que reforçam o discurso retórico, é necessário pontuar que as imagens dos Informes apagam, desfocalizam e tornam invisíveis os problemas do afundamento do solo e das rachaduras dos imóveis, além de fazer acreditar pela discursividade, que a mineradora não é a culpada, mas, sim, pela personificação da Braskem, é a que iniciou o apoio à realocação de moradores para garantir a segurança das famílias e de toda a região.

Percebe-se, na travessia das intenções da comunicação publicitária, ao inserir as sete imagens, a manipulação da compreensão de que a petroquímica apoia as vítimas, cuida dos bairros, faz doações de equipamentos para monitorar o solo, combate pragas e insetos, entre outras ações-feitiço enunciadas para escamotear, encobrir e desviar a atenção do auditório da devastadora tragédia urbana que levou à diáspora de milhares de moradores dos bairros afetados pela mineração, com confusão do *real*.

OS NÓS FINAIS DO TEAR

A composição do discurso verbal e não verbal da mineradora Braskem, no Informe Publicitário analisado, persuade quando desconstrói a memória coletiva dos moradores expulsos daqueles bairros atingidos pela extração predatória do sal-gema, em Maceió-AL, desde 1976. O discurso apresentado nos Informes encapsulou o *real* a partir da compreensão do que de fato aconteceu, em Maceió-AL, no mês de março de 2018, com o tremor de terras após intensas chuvas que caíram na capital alagoana: um colapso no solo – conhecido como subsidência – em razão da exploração de salgema em área urbana realizada pela empresa petroquímica Braskem.

Percebem-se, no discurso da Braskem, distinções discursivas significativas, como assevera Ferreira (2021), para desviar o foco do problema causado *por si* a mais de cem mil moradores de cinco bairros de Maceió-AL: Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol, e quando os expulsa de suas casas movimenta sentidos para além dessas ações-feitiço –compensação financeira, realocação, auxílio na mudança, contratação de profissionais sociais, doação de equipamentos, cuidado dos animais, entre outras que são feitiços de uma ajuda que reforçam as relações de poder e despertam as paixões da injustiça, do medo, da indignação a partir de uma concepção da realidade.

Assim, ao entrelaçar argumentos discursivos com imagens, cujo objetivo foi o de manipular o leitor para embotar o verdadeiro sentido do feitiço da ajuda, percebeu-se que a empresa utilizou elementos retóricos (repetição, referenciação, ethos de um orador poderoso, logos) para construir uma tessitura imagética de si própria descolada do problema causado por si, porque a língua é ação social. Há nos Informes publicitários, de um lado, a gentileza, a preocupação, o respeito, a acolhida, a presteza, a simetria dos pontos de vistas da empresa; do outro, aparece a ganância que visa ao lucro em detrimento do sofrimento das pessoas submissas àquela realidade.

Ao descortinar as significações discursivas da realidade trágica: o afundamento de bairros em Maceió-AL, Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Cambona, Bom Parto e parte do Farol, provocado pela empresa Braskem, ao explorar o subsolo da região, com a expulsão de famílias de suas casas e de comerciantes e empresários, percebeu-se também o processo de referenciação, como realocação, mudança, desocupação, compensação, indenização, endereço provisório, endereço definitivo e novo endereço, o que ratifica o movimento de manipulação da realidade do fato *em si*, causado pela mineradora, na escolha de argumentos que forjam o *real*, ou tentam forjar a seu favor.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2021.

FIGUEIREDO, Maria Flávia; FERREIRA, Luiz Antonio. A perspectiva retórica da argumentação: etapas do processo argumentativo e partes do discurso. **ReVEL**, edição especial, vol. 14, n. 12, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGOSO, Elias (org.). **Rasgando a cortina de Silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió**. Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

GALINDO, Abel. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa. In: FRAGOSO, Elias (org.). **Rasgando a cortina de Silêncios: o lado B da exploração do sal-gema de Maceió**. Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2021.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Polo Cloroquímico de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.

MATEUS, Samuel. Pode uma imagem ser um argumento? **Revista Famecos**. Porto Alegre, v.23, n. 2, maio-agosto, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas Editora, 1997.

MOTA, Ana Elizabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Maceió: Edufal,

SOUZA, Tania da Conceição Clemente de. Discurso e imagem: perspectivas de análise não verbal. **Comunicação apresentada no 2º Colóquio Latinoamericano de Analistas Del Discurso**, La Plata e Buenos Aires, agosto, 1997.

SOUZA, Tania da Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, 2001.

SOUZA, Tania da Conceição Clemente de. Perspectiva da análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. **Rua**, n. 24, v.1, 2020, p.17-35.

VIEIRA, Maria do Carmo. **“...daqui só saio pó!”**. **Conflitos urbanos e mobilidade popular**. Maceió: Edufal, 1997.

REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE PARA A ETNIA KAINGANG E A RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO²⁶

Ivann Carlos Lago²⁷

Juliani Borchardt da Silva²⁸

Vera de Lurdes Gubiani²⁹

Resumo: O artigo analisa a relação entre identidade étnica-cultural e a identidade indígena no contexto do povo Kaingang, destacando o papel central do território como elemento estruturante destas. Por meio de reflexões teóricas, o estudo explora como o território Kaingang não apenas sustenta práticas culturais e sociais, mas também fortalece a resistência e a continuidade histórica desse grupo étnico. A pesquisa busca contribuir para a compreensão das dinâmicas entre território e identidade, evidenciando a relevância dessa conexão para a valorização e a preservação desses povos. A partir dessa ferramenta conceitual se pretende construir um arcabouço interpretativo que subsidie, de forma teoricamente consistente, as análises a serem feitas no decorrer da produção.

Palavras-chave: Identidade Étnica-Cultural. Pertencimento. Identidade Indígena. Território Kaingang. Terra Indígena do Inhaçorá.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, será destacado o conceito de identidade, que na sua delimitação mais usual, apresentada por Ferreira (2001, p. 371), aponta como sendo “os caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa:

²⁶ O presente artigo é um fragmento da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas - UFFS, *Campus Cerro Largo* - RS, intitulada: *O Deslocamento Kaingang e os possíveis impactos na identidade cultural e territorial: O caso da Terra Indígena do Inhaçorá, no município de São Valério do Sul-RS*.

²⁷ Doutor em Sociologia Política. Professor Membro de Conselho Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo - RS. E-mail: ivann@uffs.edu.br.

²⁸ Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Fronteira Sul-RS, *Campus Cerro Largo* - RS. E-mail: julianiborchardt@gmail.com.

²⁹ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas - UFFS. Professora da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail: veragubiani78@gmail.com.

nome, idade, Estado, profissão, sexo, etc.”. Todavia, ao propor o entendimento do contexto em que estão inseridos aspectos sociais, históricos e subjetivos da pessoa, diferenciam-se conforme o grupo ao qual está agregada e ao próprio trabalho que executa. A aquisição da identidade ocorre desde o nascimento do indivíduo, em um processo cultural, construído ao longo da vida e da sua história. Para tanto, com base nessa visão, a identidade de uma pessoa vai muito além do documento/carteira de identificação pessoal, necessitando ser vislumbrado em seus aspectos culturais.

A identidade para os povos indígenas vai além das questões legais ou formais, pois expressa a essência de um povo, seu convívio diário, sua herança e ancestralidade, sua língua e cultura. Estes constituintes perpassam gerações e as constituições históricas que pertencem.

A produção da análise aqui apresentada constituiu-se a partir da perspectiva qualitativa, apoiada numa revisão bibliográfica, pautada em autores que trabalham nas linhas teóricas de identidade, contextos étnico-cultural indígena e território. A partir destas conceituações, pretendemos formar um arcabouço teórico que explora como esses conceitos se entrelaçam com aspectos culturais e sociais dos Kaingang, reforçando a importância do território não apenas como espaço físico, mas como uma extensão da identidade.

Para tanto, a partir das considerações apontadas, o capítulo está dividido em três principais seções, destacando: (i) Apontamentos conceituais sobre a identidade cultural; (ii) Um olhar sobre a identidade Kaingang e (iii) A identidade étnica indígena e o papel do território para os Kaingang. A primeira seção expõe conceituações que são aportes que visam demonstrar o arcabouço de conceitos, como: identidade, cultura e território, relacionados através de uma revisão bibliográfica sobre os temas relacionados à produção. A segunda seção destaca pontos

relacionados à identidade dos Kaingang. Por fim, a última seção aborda a estrutura teórica da identidade etária e as tradições culturais que moldam sua convivência no território.

APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE A IDENTIDADE CULTURAL

Ao se tratar do assunto identidade, também se destaca a perspectiva dos fundamentos da psicanálise. Para Gouveia (1993, p. 100), a identidade é vista “como um processo em que se toma um outro como modelo e implica necessariamente a formação do ideal do ego e, também, do superego, enquanto instâncias que internalizam normatizações e regulações culturais”. Mesmo pautado em um processo próprio e individual, a conceituação da identidade é uma construção social e não um dado. Ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se veem e vislumbram uns aos outros no mundo.

A partir da compreensão do conceito salienta uma ideia que reporta a características individuais, muito comum para justificar as propriedades exclusivas do ser como, fotografias, medidas corporais, físicas, estatura, cor de pele, entre outras (Proença; Teno, 2011). Fica nítida a perspectiva das autoras quando se trabalha com a ideia de elementos culminantes na questão da construção da identidade pessoal e a relação deles com o passado, o presente e a própria projeção do futuro.

Gouveia (1993) e Ciampa (1977) sustentam que a representação que se faz da identidade é pouco para responder o que ela é, uma vez que deixa de lado os aspectos constitutivos de produção, bem como, as implicações recíprocas desses dois aspectos.

Ciampa (1977, p. 64-65) conduz refletir sobre como o sujeito

estabelece relações com o grupo, entre si e com o meio onde vive, conforme expressa:

A identidade de uma pessoa é um fenômeno social e não natural é aceitável pela grande maioria dos cientistas sociais [...]. Com efeito, se estabelecermos uma distinção entre o objeto de nossa representação e a sua representação, veremos que ambos se apresentam como fenômenos sociais [...]. Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos biológicos, psicológicos, sociais, etc. que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe um processo anterior de representação [...].

O entendimento de identidade apresentada como fenômeno social e não natural, o qual é defendido por cientistas sociais, traz a ideia de que é possível determinar uma orientação entre o objeto de nossa representação e a sua representação, pois os dois pontos denotam como fenômenos sociais presentes nas sociedades. Para tanto, eles organizam sua estruturação, conforme suas concepções, suas culturas e suas crenças, enfim, de acordo com suas convicções e suas necessidades.

Ainda, com base nas colocações de Ciampa (1977), a conceituação da identidade não separa os aspectos biológicos dos sociais e culturais aos quais o sujeito está submetido. Ao nascermos adentramos ao mundo da cultura e dele nos apropriamos, iniciando o processo da nossa identificação.

Delgado (2006 *apud* Proença; Teno, 2011, p. 135) aponta o conceito de identidade que envolve o pessoal, o intrínseco, o sentimento e as condições de pertencimento, ligando experiências de vida comum que envolvem tanto a alteridade como a igualdade, ou seja, segundo esse autor, “[...] as identidades são constituídas por um mecanismo

contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes”.

O pertencimento, apontado por Delgado (2006 *apud* Proença; Teno, 2011), está relacionado ao que os membros das famílias incutem nas pessoas, uma determinada representação de identidade, dada as características daquele grupo familiar, porque é sabido que além da natureza biológica existe a natureza social e histórica do indivíduo, que produz sua socialização. Isso porque, no decorrer da vida, o sujeito vai tendo contato com diferentes grupos, práticas, símbolos e narrativas que igualmente vão lhe caracterizando e influenciando na constituição ou mudança de sua própria identidade.

A identidade pode ser moldada inicialmente no seio familiar, conforme a própria carga cultural que está preservada e reproduzida. Algo muito próprio e pessoal, visto que é preciso observar a natureza biológica, a natureza social e histórica do homem, que corrobora na sua hominização³⁰ e na constituição identitária que este produz de si mesmo e dos outros.

Ciampa (1990) traz a ideia de que a identidade vai sendo construída ao longo da vida, pela história e pelos papéis que o indivíduo vai exercendo, assim, adquirindo várias identidades em constantes transformações. O autor denomina esse movimento de metamorfose, designação para indicar não apenas as mudanças ocorridas como as que estão por acontecer, o que se concretizam em cada momento de uma forma específica, dadas as condições históricas e sociais determinadas e também de interesse dos sujeitos e dos grupos nos quais circula.

Conforme a ideia de identidade como um movimento de metamorfose, o indivíduo passa por transformação, numa configuração que perpassa por tempos históricos e espaços geográficos. Ou seja,

³⁰ Atributo de caráter ou atributos distintivos da espécie humana em relação às espécies ancestrais.

conforme o espaço ou grupo em que estiver, poderá mudar os traços de sua identidade, como forma de adaptação e da própria sobrevivência. Elementos que processam a organização e a apresentação do homem, dentro de seu meio, pois é possível expressar o que é determinante naquele período histórico.

Na mesma linha de pensamento, Norton (2000, p. 5) define identidade “como a pessoa entende sua relação com o mundo, como essa relação é construída ao longo do tempo e do espaço, e como a pessoa entende possibilidades para o futuro”. A concepção que a autora apresenta configura assimilar os vínculos ao entorno, através da temporalidade que se está inserido.

Ciampa (1990) afirma que a identidade é histórica, quer dizer que não há personagens fora de uma história, assim como, não há história humana sem personagens. É a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. Assim sendo, é nas dinâmicas históricas e sociais que as identidades se constituem, são vividas, requisitadas e colocadas de maneira dialética perante o diferente, e é justamente pela diferença que as identidades são reconhecidas e marcadas como tais.

O enfoque proposto por Ciampa (1990) é de que a construção da identidade passa pelo tempo histórico, envolvendo também os elementos constituintes do tempo presente. Além disso, o autor apresenta a concepção que perante outras pessoas o sujeito representa e apresenta-se como representante de si mesmo. Com isso, estabelece-se uma intrincada rede de aspectos que permeiam todas as relações, em que cada identidade reflete outra identidade, a depender do tempo, do contexto, das necessidades e dos interesses dos indivíduos e dos grupos.

No campo das identidades, faz-se necessário trazer o conceito de identidades sociais, que segundo Bradley (1996, p. 24):

[...] se refere ao modo como nós, enquanto indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e das quais se engajam.

Bradley (1996) instiga a uma percepção de dois pontos relevantes, seja quanto o indivíduo se porta perante a sociedade em que vive e, também, como entendemos os demais nessa configuração social. Nessa sistemática, as identidades sociais constituem-se das conexões sociais que as pessoas estão inseridas e pertencem.

Dessa maneira, ao elencar o conceito de identidade para a presente produção, pretende-se demonstrar como é fundamental entender o processo de afirmação do sujeito, no caso o indígena no seu grupo étnico-cultural. Assim, menciona-se as diversas vivências que as famílias Kaingang tiveram ao se deslocarem forçadamente na Terra Indígena do Inhacorá. Devido ao fato que ocorreu internamente e trouxe modificações nas estruturas e nas vivências da comunidade, em virtude de acontecimentos ligados à política partidária municipal, no período de 2020.

A sistemática ocorrida na terra indígena colaborou com uma situação bastante delicada, que afetou na época as relações sociais entre os Kaingang que habitam este espaço. Tais circunstâncias chegaram em um patamar muito complexo e colaboraram com a mobilidade forçada de famílias indígenas para a realocação em uma nova comunidade.

O arcabouço conceitual da identidade é vasto e rico em aplicabilidade conceitual. Ao se tratar a ideia de identidade como fruto de um processo social pode-se resgatar os elementos constituintes deste grupo, desde o modo de vida, a religiosidade, a cultura, os conhecimentos que os distinguem como grupo social, entre outros. Assim, reporta-se a própria identidade dos Kaingang, no que tange toda

a sua constituição enquanto grupo étnico e o papel do território nessa sistemática indígena.

UM OLHAR SOBRE A IDENTIDADE KAINGANG

Ao discorrer sobre as concepções que norteiam a identidade, faz-se necessário um recorte conceitual sobre a identidade indígena, evidenciando-se a Kaingang. No tocante aos estudos sobre identidade indígena vários elementos conceituais e reflexões surgem, em nível de discussão da sua própria composição e presença nas sociedades indígenas, pautando sobretudo aqui como uma das subseções a ser desenvolvido no presente estudo.

Ao discorrer sobre a identidade indígena, precisa-se buscar no passado do Brasil, o papel indígena na construção do território nacional. Uma participação pouco representada pela historiografia oficial, sendo contada no ponto de vista europeu e replicada de maneira grotesca e pouco compreendida.

Por séculos, o espaço que o sujeito indígena ocupa na sociedade brasileira tem sido configurado também de modo mutante (Cohn, 2001, p. 2). Isto porque a relevância da sua composição enquanto sociedade originária brasileira é distorcida e com a perda substancial de sua essência, enquanto indígena.

Sobre isso, Cohn (2001) explica que:

Em um primeiro momento, pensa-se o índio como parte da formação da sociedade brasileira, tratando-o, como importante, no passado, para a constituição da singularidade nacional; o foco está, assim, no índio como nosso antepassado, nas heranças que deles recebemos, seja genética, seja cultural, seja na importância que ele teve para a adaptação do colonizador europeu ao novo meio (Cohn, 2001, p. 3).

A autora chama atenção quanto realmente as populações indígenas perpassam e como o destino destas foi traçado no decorrer dos séculos. A maneira que sua própria cultura foi seguindo a influência dos não indígenas e como ocorreu a integração à sociedade nacional.

A identidade indígena precisa ser analisada sob a ótica da resistência étnica dos povos. Assim, o resgate da história é de suma relevância, pois a resistência destes ocorre desde o início do contato com outra cultura. A sua luta em permanecer viva a identidade cultural é vivida e revivida cotidianamente, enfrentando os olhares estereotipados que julgam e apenas aceitam o mesmo, quando se reserva estritamente ao ambiente de aldeamento, se sentir impactado pela globalização que adentra em seus costumes, modos e viveres.

No Brasil, o sociólogo Darcy Ribeiro, ligado ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio, hoje, a FUNAI - Fundação Nacional do Índio), sempre esteve com seus trabalhos voltados a preocupação com o destino das populações indígenas com sua aculturação e integração à sociedade nacional (Cohn, 2001, p. 3). A vasta obra do autor contribuiu de forma ampla para apresentar o valor das culturas indígenas e além disso, preserva ao máximo a sua essência e existência, sem perder a suas tradições étnicas.

Para Cohn (2001) o sociólogo Darci Ribeiro, a partir de uma de suas análises indigenistas, apontou que os povos nativos poderiam perder totalmente sua cultura e a identidade do seu grupo. As bases teóricas e afirmações dessa ideia partiram do elemento que essa corrente denunciava e buscava investigar a assimilação do índio e sua transformação em trabalhador rural, no “índio destribalizado”, no dizer de Ribeiro, que seria reduzido à massa disforme de campesinato (Cohn, 2011, p. 3).

Na constituição da identidade indígena, o território passa a ser o elemento determinante para essa afirmação. Assim, o território

Kaingang estará intrinsecamente relacionado à construção da identidade do grupo étnico. Então, é evidente que qualquer interferência nessa organização causa uma desestruturação dos elementos e de práticas culturais pelo grupo vividas, assim como as relações ali desenvolvidas. O grupo indígena Kaingang possui uma identidade étnica muito forte e carregada de simbologias marcantes e o território é um marco muito íntimo e fundamental para a permanência e preservação da sua identidade cultural.

Em suma, os pontos de interligação e manutenção dos indígenas estão conectados aos elementos constituintes do seu próprio ambiente de vivência e destes a garantia da sobrevivência e permanência do grupo étnico. Para tanto, faz-se necessário as correlações dos conceitos de espaço geográfico e território, pois estes possuem uma relevância muito grande ao compor o desenvolvimento cultural dos Kaingang.

Desta forma, a próxima subseção tece a identidade étnica indígena e o papel do território para estes. Para isso, buscou-se subsídios teóricos para desenvolver a produção nos elementos identitários relacionados ao espaço ocupado e suas relações enquanto comunidade.

A IDENTIDADE ÉTNICA INDÍGENA E O PAPEL DO TERRITÓRIO PARA OS KAINGANG

A presente subseção apresenta uma discussão de conceitos sobre a identidade e, para tanto, faz-se necessária a compreensão da concepção de identidade étnica, cuja conceituação resgata elementos que estão vinculados à própria etnia, ou seja, o olhar e o pensar de si mesmo.

D'Angelis (2002, p. 110) argumenta que o conceito de etnia expressa a forma de uma cultura, não confundindo com o conceito de raça, a maneira própria de cada povo:

Quer dizer, normalmente, uma língua própria, costumes próprios, uma tradição histórica, religião própria, seus próprios contos, suas práticas culinárias (comidas) ou de vestimenta, suas festas, suas etiquetas sociais (quer dizer, aquelas maneiras de agir na sociedade que são consideradas boas e corretas e aquelas que são consideradas erradas ou feias), etc.

Com base no conceito, D'Angelis (2002, p. 110) pontua que duas etnias e dois povos diferentes podem apresentar semelhanças em seus elementos culturais, tais como: certas festas, certos costumes de alimentação, certas histórias iguais ou mesmo ter a mesma língua e, ainda assim, serem etnicamente diferentes, isto é, serem etnias diversas, dois povos diferentes (por exemplo: chilenos e mexicanos, dois povos muito distantes que falam a mesma língua, o castelhano).

D'Angelis (2002, p. 110) ainda destaca que cada povo costuma revelar vários elementos pertencentes à própria “identidade” (às vezes, até características psicológicas, como o gosto pela liberdade, a alegria ou a felicidade). Todavia, o fato é que a “identidade étnica” não está em nenhum desses elementos, nem depende deles (por esse motivo, existem povos que não possuem mais, por exemplo, danças típicas ou outros pontos culturais). A identidade étnica está mais ligada a uma origem comum (dos mesmos ancestrais ou de um mesmo fato histórico que deu início ao povo ou à nação).

Brandão (1986, p. 42) conceitua as identidades como sendo “representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; [...] são não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença”. Uma identidade própria é construída não apenas por oposição a outra identidade, mas justamente para se opor-se a ela e reafirmar sua diferença.

D'Angelis (2002, p. 110) retoma o conceito de identidade e coloca ainda que:

Identidade é, como a palavra indica, a apresentação da pessoa ou do povo. Cada pessoa tem sua identidade pessoal (porque as pessoas não são iguais, mesmo dois irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe), mas uma parte muito importante da identidade de uma pessoa é a identidade do seu grupo ou do seu povo. Ou seja, junto com outras pessoas ela também tem uma identidade comum, que no caso de um povo, é a identidade étnica: é normal que um povo tenha orgulho de si mesmo, que ache muito bonita e boa a sua forma de viver a vida, as suas comidas, a sua roupa, a sua língua, os seus enfeites, as suas festas, as suas bebidas, etc.

A identidade é própria de cada pessoa, não existe igualdade, apenas semelhanças. Nessa sistemática, a constituição da identidade é própria de cada um, mas carrega traços da similaridade de uma estrutura cultural, constituída de povo (heranças dos ancestrais). Segundo D'Angelis (2002), a identidade comum, que é inserida no contexto do povo, refere-se à identidade étnica.

O elemento da identidade étnica faz parte da identidade de cada povo e decorre de sua própria história e ao resgatar a conceituação, faz-se necessário pensar nos antepassados e a possibilidade de seus legados serem transmitidos e assimilados ao longo do tempo. D'Angelis (2002, p. 110) destaca que: “Lembrar dos seus antepassados, dos que criaram as coisas que são importantes para ele, e até considerar os seus antepassados como as pessoas mais importantes da história do mundo”. A partir do pensamento do autor, a maneira como um povo, uma etnia observa e preserva a si mesmo, bem como, o cuidado com as heranças antepassadas, o respeito ao modo de vida, a cultura, ou seja, a preservação do grupo étnico como um todo, a sua identidade social, compõem uma sustentação para a permanência da essência e da continuidade deste.

A ruptura de um determinado grupo étnico, decorrente de problemas de ordem estrutural, econômica, política e/ou outros, pode

causar sérios problemas organizacionais aos mesmos, especialmente, na constituição de sua própria identidade. Isso porque, os impactos de mobilidade, deslocamento forçado e desorientação, podem afetar a organização da vida cotidiana daquela comunidade.

Para Aresi (2008, p. 8), o estudo da cultura indígena exige que se leve em conta alguns pressupostos fundamentais: a situação em que o grupo estudado mantém relações com a sociedade, fala-se aqui dos níveis de integração; a língua falada pelo grupo, ou seja, a sua classificação linguística e a identificação de que área cultural o grupo se incorpora. Assim, nas concepções de desestruturação da identidade, pode-se apontar o foco desta dissertação que busca entender os possíveis impactos na identidade cultural e territorial do deslocamento Kaingang da Terra Indígena do Inhacorá.

No cenário das questões indígenas traz-se como exemplo da disputa por terras, o próprio território³¹ desses povos, que é muito grande e violenta. Por décadas, no cenário nacional, os indígenas padecem aos interesses econômicos e a própria ganância, ora mascarada por não indígena, assim como, em sua própria etnia.

É imensurável o tamanho da dívida que o Estado brasileiro possui para com os indígenas sobreviventes, que seguem resistindo frente às pressões e aos avanços da chamada civilização sobre os seus modos de viver e – principalmente – sobre as suas terras (Juzinskas; Ayres, 2019, p. 13).

Com base na afirmação de Juzinskas e Ayres (2019), o Brasil possui um enorme compromisso junto aos povos indígenas, pois por

³¹ Santos e Silveira (2001, p. 9-10) definem território não sendo apenas o dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas”, mas, sim entendido, como o “território usado” que é o “chão mais a identidade”. Para identidade refere-se ao “sentimento de pertencer” e, prossegue dizendo: “[...] o território é o fundamento de trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, [...] onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”, ou seja, é este território usado que é uma categoria de análise.

décadas foi impune às situações de conflitos e problemas de todas as ordens em seus territórios, sendo o principal ligado à questão da terra. Uma sistemática causada pelo modelo capitalista de produção, visando o aproveitamento dos espaços destes para fins de exploração e de crescimento econômico.

Para tanto, o desrespeito ao indígena, tanto moralmente como fisicamente e a interferência no próprio território é um indicador de ameaça da própria identidade do grupo étnico. Isso devido às circunstâncias que proporcionam desestruturas e criam situações de conflitos, muitas vezes levando a episódios desesperados de sobrevivência e a mobilidade espacial, pode-se retirar a autonomia do grupo, abalando o fundamento étnico-cultural, como o modo de vida destes povos.

A partir da CF-1988, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupavam. De acordo com a FUNAI (2024) existem fases do procedimento demarcatório e homologado pelo ato do Presidente da República vigente, para tanto, essas consistem em:

Em estudos: realização de estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena. **Delimitadas:** terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena. **Declaradas:** terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas. **Homologadas:** terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pelo Presidente da República. **Regularizadas:** terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União. **Reservas indígenas:** são terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem ao procedimento acima descrito.

Com base nas dinâmicas apresentadas existe toda uma organização para que as terras indígenas sejam demarcadas. Esses mecanismos legais envolvem tempo e muito estudo por parte dos Órgãos indígenas competentes ao assunto, como a FUNAI. Segundo a FUNAI (2024), atualmente no Brasil, estão em dispositivos demarcatórios um total de 717 terras de espaços originários.

O Quadro 1 apresenta um panorama da fase dos procedimentos demarcatórios no Brasil:

Quadro 1 – Situação das terras indígenas atualmente no Brasil

Fase do procedimento demarcatório	Número de terras indígenas
Em estudo	120
Delimitada	41
Declarada	52
Homologada	8
Regularizada	448
Reserva indígena	48
Total de terras indígenas	717

Fonte: Adaptado pela autora do site da FUNAI (2024)

As informações apresentadas no Quadro 1 demonstram os números dos procedimentos demarcatórios em todo Brasil até o ano de 2024³² e, nesse processo, destaca-se o número de terras indígenas já regularizadas e legalmente constituídas pelo Estado brasileiro.

No tocante às questões legais sobre terras indígenas, houve iniciativas governamentais que vieram a amenizar problemas que perduram há décadas, porém, ainda precisa muito a ser executado para amenizar os inúmeros problemas que tange os territórios originais.

Ainda, existem no Brasil, inúmeros problemas relacionados aos espaços de ocupação, gerando conflitos de grandes repercussões e

³² As informações foram extraídas do site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em março de 2024.

tragédias, como o caso dos Indígenas Yanomamis, na região Norte do Brasil. Sendo a terra, rica em minérios, o alvo de um cenário desastroso de exploração e quase dizimação dessa comunidade.

A exploração de recursos minerais em larga escala, conciliado à falta de políticas públicas de proteção aos ambientes propícios para a utilização da prática de garimpos ilegais, contribuiu como uma forma de causar sérios danos entre o povo Yanomami. Isso tudo, acobertado pelo Estado, proporcionou uma série de sequelas entre os indígenas, especialmente, dilacerando vidas³³ e exterminando o próprio ecossistema da região em questão.

Ao mencionarmos situações como a do povo Yanomami, muitas questões de cunho antropológico, étnico e identitário, levam a uma discussão muito complexa. Com base nesse cenário pode-se ter uma ideia de como esses indígenas podem ter sido desintegrados de seu território original, a forma de tratamento, o desrespeito com sua identidade e sua cultura.

Para Silva e Ferreira (2021), quando a floresta é alvo de violação, toda a dinâmica da identidade dos povos descendentes desses espaços passa por abalos de grandes proporções. Nesta perspectiva, Silva e Ferreira (2021, p. 29) são enfáticos ao defender que:

O atentado contra a floresta é, entre outras coisas, um atentado contra a identidade dos povos que dela vivem ou que dela descendem. Estes, muitas vezes, no confronto com o cotidiano do colonizador, nas realidades urbanas, reagem se negando a admitir que são indígenas, sim, porque admitir-se indígena supõe uma série de desdobramentos, desde preconceitos declarados à violência simbólica escondida no determinismo

³³De acordo com o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) foram registrados, no período de 2019 a 2022, um total de 538 óbitos em menores de 5 anos no território do DSEI Yanomami, sendo 495 óbitos considerados por critérios de evitabilidade (92%) (GOV.BR, 2024).

globalizado e globalizante, que se traduz na idealização de apenas duas modalidades de pessoas nas sociedades capitalistas, vistas como polos contrários de uma realidade marcada pelo confronto: os bem-sucedidos ricos e os fracassados pobres; sendo que ricos e pobres seguem um critério indecente de motivações e sugestões baseadas na meritocracia capitalista (Freire, 1996). Essa dinâmica reducionista tenta esconder aquilo que suas aparências gritam: eles são, são indígenas.

Os territórios indígenas sempre foram alvo de exploração e de destruição, tanto pela sociedade civil como pelo descaso dos governos. Nesse contexto, a complexidade de situações, a identidade e a própria cultura, podem sofrer rupturas e aflorar uma problematização ampla, que serve de reflexão e de discussão da determinada situação. No momento que o território é adentrado, explorado e destruído, a organização e a estruturação passam por mudanças muito fortes e destrutivas. Compete destacar, que o território para o indígena, é sagrado e fonte de vida e sobrevivência milenar, carregado de simbologias e de significados. É neste ambiente em que se alicerçam memórias, práticas e tradições indispensáveis à manutenção da cultura coletiva do grupo.

Vale resgatar a ideia de território, pautada na vertente geográfica, em que Haesbaert (1997, p. 37) destaca que:

Esta distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais).

O território é muito mais que um pedaço de terra demarcado geograficamente. É uma propriedade que define a identidade de todo um grupo, a sua composição, a essência étnica e cultural. O território é o

resultado da relação da humanidade com o espaço, ou seja, é a representação de identidade que este produz e compartilha ao longo do tempo.

No entanto, neste mesmo território pode haver várias territorialidades, ou seja, diferentes identidades que podem entrar em conflito entre si se estiverem no mesmo plano (Raffestin, 1993, p. 153). Assim, também, a partir da concepção do autor, o exemplo que se destaca é o foco de estudo da presente produção, o conflito que envolveu os Kaingang da Terra Indígena do Inhamitanga através de um episódio de confrontos dentro do seu próprio território e entre seu grupo, o que resultou em um movimento de retirada forçada de famílias indígenas do espaço de ocupação original e realocação dessas em outro local.

Diante da situação retratada, evidencia-se que, mesmo pertencente a um determinado grupo, podem ocorrer divergências por várias questões ligadas a aquele espaço, decorrente de posicionamentos e de interesses diferentes da comunidade a que pertence. Devido que, a identidade de cada pessoa é diferente e pode divergir de acordo com seu preceito e seu ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade de um povo constitui a marca de sua existência, construída ao passar dos tempos e até mesmo resistência no espaço ocupado. A presente produção teceu reflexões acerca deste conceito e sua relevância para os grupos étnicos indígenas, especialmente os Kaingang em seu território original.

Além disso, a identidade indígena está intrinsecamente ligada ao território, que vai além de um espaço físico. Para os povos indígenas, o território é a base da existência, carregando significados

espirituais, históricos e culturais. É nele que tradições, práticas de subsistência e rituais são transmitidas de geração em geração, reforçando o senso de pertencimento e continuidade.

Ao refletir sobre os temas da identidade étnica-cultural e indígena, torna-se evidente a importância dos territórios como pilares fundamentais para a manutenção e a expressão dessas identidades. No caso específico do território Kaingang e da Terra Indígena do Inhacorá, esses espaços representam muito mais do que uma delimitação geográfica: são a base de uma herança cultural rica, que se manifesta nas práticas, dos saberes e nas relações aplicáveis com a terra.

Deste modo, reconhecer e respeitar esses territórios é crucial para a preservação das tradições Kaingang, fortalecendo sua autonomia e reafirmando sua presença histórica. Além disso, reforça a luta pela valorização e pelos direitos dos povos indígenas no Brasil, promovendo o entendimento de que a identidade indígena é parte integrante e essencial do patrimônio sociocultural do país. É um diálogo entre tradição e contemporaneidade, entre memória e resistência, que reside na força desse povo, cuja história e futuro estão intrinsecamente ligados ao território que habitam e a quem pertence.

Portanto, a preservação do território é essencial para garantir a manutenção da identidade indígena, pois é nesse espaço que os povos fortalecem sua relação com a natureza, cultivam sua autonomia e asseguram sua dignidade cultural. A luta pela demarcação e proteção dessas terras não é apenas uma questão de direitos, mas de sobrevivência e reconhecimento de um legado milenar. Assim, território e identidade se entrelaçam, formando a essência da existência desses grupos étnicos.

REFERÊNCIAS

ARESI, C. **Transformações culturais e território: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS.** 2008. 169f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BRADLEY, H. **Fractured identities.** Cambridge: Polity Press, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CIAMPA, A. C. **A identidade social e suas relações com a ideologia.** 1977. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16935> Acesso em: abr. 2024.

CIAMPA, A. C. A. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

COHN, C. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 36-42, abr. 2001.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

D'ANGELIS, W. R. Kaingang: questões de língua e identidade. **LIAMES – Línguas Indígenas Americanas**, v. 2, n. 1, p. 105-128, 2002.

FERREIRA, A. B. de H. Miniaurélis Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Situação das terras indígenas atualmente no Brasil.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: maio 2024.

JUZINSKAS, L. G.; AYRES, R. S. M. C. Breves apontamentos acerca de causas e consequências na adoção do marco temporal em matéria de

terra indígena. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, n. 53, p. 13-40, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicações/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-53-janeirojunho-2019/breves-apontamentos-acerca-de-causas-e-consequencias-na-adocao-do-marco-temporal-em-materia-de-terra-indigena>. Acesso em: abr. 2024.

GOUVEIA, T. M. V. **Repensando alguns conceitos**: sujeitos, representação social e identidade coletiva. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

PROENÇA, M. G. S.; TENO, N. A. C. Algumas aproximações: compreendendo o conceito de identidade. **Educação e Fronteiras On-Line**, v. 1, n. 3, p. 132-145, set./dez. 2011.

NORTON, B. **Identidade e aprendizagem de línguas**: gênero, etnia e mudança educacional. Londres: Pearson Education, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, M. A.; FERREIRA, J. S. Identidade e pertencimento: quando a natureza, sujeito de direito, promove o direito dos sujeitos. **Revista Videre**, v. 13, n. 27, p. 26-56, maio/ago. 2021.

CRISE PÓS-ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE: PRINCIPAIS DESAFIOS

Domingos Joaquim Vasco³⁴

Adriano Silva da Rosa³⁵

Resumo: O presente artigo examina o potencial dos meios digitais de votação na gestão de conflitos pós-eleitorais em Moçambique, particularmente após os eventos ocorridos em 23 de dezembro de 2024, quando o Conselho Constitucional confirmou a vitória de Daniel Chapo. A decisão desencadeou intensas manifestações, especialmente entre apoiadores de Venâncio Mondlane, refletindo a fragilidade do sistema eleitoral frente às exigências de transparência e legitimidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza documental e bibliográfica, fundamenta-se na análise crítica de fontes acadêmicas e institucionais que tratam da relação entre tecnologia eleitoral e estabilidade política. O estudo aponta que a implementação do voto eletrônico, já adotado em diversos países da Europa e América, pode representar um avanço significativo na prevenção de conflitos, ao proporcionar maior agilidade, precisão e confiabilidade na apuração e divulgação dos resultados. Além disso, destaca-se a importância de garantir a liberdade de manifestação e a atuação ética das forças de segurança. Conclui-se que o investimento em tecnologias eleitorais digitais não apenas fortalece a justiça eleitoral, mas também contribui para a consolidação da paz social e da cultura democrática, sendo uma alternativa viável para mitigar tensões políticas recorrentes no contexto moçambicano.

Palavras-chave: Eleições em Moçambique, Crise eleitoral, Estratégia da paz.

³⁴ Livre docente de História vs Geografia e Pesquisador. Tete-Moçambique.
E-mail: domingovascol@gmail.com.

³⁵ Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul/ UFFS, E-mail: adrianodarosa31@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A crise pós-eleitoral em Moçambique tem sido recorrente desde as segundas eleições multipartidárias, o que afecta directa e indirectamente a economia do nosso país. Pós o eixo temático tem-se discutido na actualidade em Moçambique e na diáspora. Neste sentido, como forma de encontrar soluções para acabar com este cenário. Ultimamente as manifestações em Moçambique desde o dia 21 de Outubro após o nuncio dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), e finalmente a proclamação do Conselho Constitucional (CC), no dia 23 de Dezembro de 2024, a intensidade das manifestações aumentaram 'Turbo V8', a fase mais violenta das manifestações.

Tal como Freedom (2005) afirma que “a experiência de eleições democráticas em Moçambique tem sido marcada pelo duplo desafio que é estabelecer a paz depois de décadas de conflito e criar políticas de desenvolvimento económico que satisfaçam as necessidades mínimas da população” (citado por Vasco, 2023, p. 68). Actualmente Moçambique vive um clima de manifestações que tem contribuído na destruição de infra-estruturais, mortes através de alvejamento pela PRM (Polícia da República de Moçambique) e UIR (União de Intervenção Rápida) vindo da proclamação dos resultados pelos órgãos eleitorais. Neste contexto, há uma crise pós-eleitoral em Moçambique devido as contestações das massas populares em favor do candidato do partido Podemos (Venâncio Mondlane), alegando que ganhou as eleições presidenciais, pós a CNE e CC cometeram o ilícito eleitoral ao proclamar a Victoria ao candidato presidencial do partido Frelimo (Daniel Chapo).

Na abordagem das eleições em Moçambique, Silva (2016) diz que a partir de 2004, a euforia democrática desapareceu e os processos eleitorais passaram a ser marcados por uma forte abstenção, fraude e

desconfiança violenta, sintomáticas de uma grave crise democrática (p. 34). Neste sentido, Moçambique tem uma longa história de contestações eleitorais, por razões da não transparência e justiça eleitoral. Porém, há ondas de manifestações violentas recorrentes como forma de contestação dos resultados, pois os órgãos eleitorais já não depositam confiança no povo Moçambicano.

Neste contexto, o estudo tem como objectivo geral analisar a situação da crise pós-eleitoral em Moçambique e constituem objectivos específicos: definir e discutir os conceitos relacionados com eleições, votação tradicional, votação electrónica e manifestações, explicar o processo de gerenciamento das eleições em Moçambique, identificar as razões da crise pós-eleitoral em Moçambique e descrever estratégia da paz. A discussão do processo de votação, o sistema de apuramento de votos é susceptível a fraudes, devido à fragilidade logística e de controlo cadastro dos eleitores, recontagem e anúncio dos resultados, para responder aos desafios actuais no modelo tradicional de voto impresso pelo governo, com base no uso de voto electrónico, como instrumento regulador do problema, devido a não confiança dos órgãos eleitorais. Camarão (1997), “o voto electrónico é um fruto da busca cada vez mais rápida da informação e dos avanços tecnológicos da sociedade moderna, onde vários países já incorporam esta cultura como evolução natural dos meios democratizados” (p.36).

Em contrapartida a essa corrente, muitos autores e profissionais da área de tecnologia colocam em dúvidas a veracidade do processo eleitoral brasileiro como é desenvolvido actualmente. “A falsa impressão do voto seguro e eficaz é o que permite incentivar o descanso com a democracia no país, dificultando todo o ambiente político de expressar credibilidade” (Maneschy, 2003, p.147). Perante esta situação de não acreditação dos resultados presidências de 9 de Outubro de 2024 por parte da oposição, por razões de falta de credibilidade de órgãos

eleitorais em Moçambique, há necessidade de abandonar o modelo tradicional de votação e transpor o de voto electrónico. Perante esta problemática, levanta-se a seguinte questão: qual é o contributo de voto electrónico na gestão democrática em Moçambique?

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: resumo, introdução, enquadramento teórico, desenho metodológico, análise e discussão dos resultados, conclusões e referências bibliográficas.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) é a principal instituição encarregue para a supervisão, responsabilização, condução e administração de eleições moçambicanas. Segundo Kadima (2006), o sucesso de um processo eleitoral depende fundamentalmente da independência, poderes, composição e funções dos órgãos de administração eleitoral (p. 225). Neste sentido, as eleições devem livre do controlo ou influência de uma autoridade exterior e que atua de forma imparcial, com independência e profissionalismo na sua relação com cada um dos partidos políticos, candidatos e outras partes interessadas tem garantida a confiança do eleitorado.

Ainda, o processo eleitoral dá voz aos cidadãos, permite escolher a liderança política e espelha o nível da democracia do país em questão (Silva, 2016, p. 34). Em Moçambique, este processo não é livre, justo e transparente por isso, é acompanhado por crise pós-eleitoral devido a não respeito da vontade do povo pelos órgãos eleitorais. Por sua vez, Correia (2002) acrescenta que, o sistema e o processo eleitorais fazem parte das regras do jogo através das quais os conflitos políticos e económicos são canalizados, tratados e superados (p. 6). Neste contexto, as regras eleitorais bem como a própria forma de realização das mesmas,

i.e. a organização, supervisão e a forma de resolução de conflitos, requerem um consenso amplo de todos os actores políticos. Em Moçambique todo este processo não é respeitado, o que concorre para crise pós-eleitoral por razões de não haver legitimidade e vocação dos órgãos eleitorais, em querer divulgar resultados não aceites pelo povo, pois isto concorre para mancha dos princípios democráticos.

Jean Jacques Rosseau avança que, o processo eleitoral resulta de um contrato social entre os cidadãos, titulares da soberania, e os governantes em que estes têm o direito de exercer o poder em nome do povo e em seu benefício e o povo tem o direito de depor os governantes se estes não corresponderem às suas expectativas. Apesar do carácter polémico desta afirmação não deixa de ser justo afirmar que os governantes devem ser titulares do que se chama de legitimidade de título e de legitimidade de exercício, isto é, devem exercer o poder de acordo com a vontade do povo expresso no pleito eleitoral e, simultaneamente, devem governar de acordo com as aspirações e a vontade da maioria da população.

ELEIÇÕES

A eleição é o ato político, em que o povo escolhe os seus representantes, convencido da impossibilidade de seu próprio governo, escolhe os governantes (Sobrinho., s/d. p. 173). Nesse sentido, é que existe a representação, pois que os governantes passam a ter os poderes, que deviam corresponder ao povo, portanto, o regime é representativo. Ainda, a eleição é o ato em que se 'processa essa substituição de um representante para outro. Basta considerar esse aspecto das eleições, o que elas significam e valem na estruturação do regime, para apreender a sua significação e reconhecer a sua importância. É um ato fundamental

na vida democrática.

Já o lembrava Montesquieu: "As leis que estabelecem o direito de sufrágio são, pois, fundamentais nesse governo". Realmente, é tão importante regular como por quem, a quem, sobre que devem ser dados os sufrágios, quanto saber, na monarquia, quem é o monarca e de que maneira deve governar.

Acrescentava Montesquieu que a lei que regulava a maneira de votar, numa democracia, não podia deixar de ser considerada como uma lei fundamental. No Brasil, há uma certa tendência para considerar a organização do sistema eleitoral como uma técnica secundária, na estruturação do regime, comparativamente a Moçambique os órgãos eleitorais estão politizados, pós não permitem uma restauração do regime.

MANIFESTAÇÕES

Manifestação é forma de contestação de diversas idades e classes protestam contra corrupção sistémica, abusos do governo, a alta carga tributária, exigindo a deposição do presidente em exercício e, em alguns casos, o retorno da ditadura militar (Correio, 2017, p. 580). Nesta senda, os manifestantes podem ter múltiplos objectivos, ou até mesmo um descontentamento difuso frente as condições sociais, económicas e até culturais de um dado momento histórico. Pode até mesmo ocorrer que, em um primeiro momento, os manifestantes não tenham plena consciência dos objectivos comuns que perseguem. Por sua vez, na Constituição da República de Moçambique a Lei 9/91 (11 de Julho), alterada pela Lei 7/2001 (Constituição da República de Moçambique) regula que a demonstração não necessita de autorizações (artigo 3º, n.º 1). A disposição dispõe que “todos os cidadãos podem, pacificamente e

livremente, exercer o seu direito de reunião e de manifestação, sem qualquer autorização prevista pela lei”. A partir do disposto, em Moçambique desde a divulgação os resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional, têm-se registado crescente onda de manifestações em protestos os resultados.

VOTAÇÃO TRADICIONAL

Sistema de votação tradicional consistia em boletins de voto impressos pelo governo com os nomes de todos os candidatos e distribuídas pelos eleitores no local da votação, um por eleitor, onde estes marcavam o espaço ao lado do candidato e colocavam numa urna fechada (Bellis, 2000). É notório, que Moçambique insere-se neste modelo de votação, conhecido como voto secreto, o que condiciona o processo democrático, deste modo exige um trabalho enorme nos órgãos eleitorais que estão susceptível a falhas e erros comuns no apuramento e na divulgação dos resultados. Por conseguinte, o apuramento tradicional e suas consequências que, às vezes, colocava em risco a democracia, foi sendo gradualmente extinta com a urna electrónica (Macedo, s/d. p. 12). Tendo em conta as ditaduras, o apuramento tradicional pelos órgãos eleitorais tem amainado o processo democrático em Moçambique, visto que desde as primeiras eleições democráticas em sempre foram acompanhados de fraude eleitoral em alguns postos de votação.

VOTAÇÃO ELECTRÓNICA

Proporcionar um aumento das oportunidades de voto (maior número de lugares onde se torna possível exercer o direito de voto e não

obrigatoriedade de o eleitor se apresentar em determinado local), redução de votos “nulos” não intencionais, maior rapidez e exatidão na contagem dos votos, são alguns dos objetivos de qualquer SVE (Sistema de Voto Eletrônico), afirmam Pinto, Simões e Antunes (2004). Ainda, Monteiro et al. (2001) acrescenta que, os sistemas de urna eletrônica são definidos como sistemas que recolhem os votos por meios mecânicos, ópticos ou eletrônicos, que podem ser comandados pelo votante, que processa os votos por meio informático e que guarda os resultados em memória. O sistema pode também enviar os resultados de uma votação através das redes de telecomunicações. Entretanto, o voto eletrônico em urna é presencial, requerendo a presença no eleitor nos locais de voto tradicionais.

Por sua vez, Brasil é um dos países que usa o sistema de votação eletrônica com a mais democrática e rápido no processamento dos resultados, passos do protocolo para votar [TRE-MG, 2006] (Antunes, et al., 2001):

- 1) O Eleitor desloca-se até ao local de voto acompanhado o cartão de eleitor e de um documento oficial com foto;
- 2) Após a identificação física face à lista dos eleitores é autorizado a votar;
- 3) Digita o número do candidato no teclado da urna. No ecrã LCD, aparecerá a foto, o número, o nome e a sigla do partido do candidato escolhido. Se as informações estiverem correctas, usa-se a tecla verde CONFIRMA. A cada voto confirmado, a urna emitirá um rápido sinal sonoro. Após o registo do último voto, a urna emitirá um sinal sonoro mais prolongado e aparecerá na tela a palavra FIM;
- 4) Após o fecho das urnas, os dados são transmitidos para os respectivos tribunais eleitorais regionais, através de uma rede privada.

Portanto, a transparência nos modelos democráticos fazem com há não haja contestações e manifestações após o anúncio dos resultados

pelos órgãos eleitorais. Nesta senda, Moçambique deveria abraçar este sistema como forma de reduzir contestações dos resultados por parte dos demais partidos.

HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES EM MOÇAMBIQUE

Desde a independência a 25 de Junho de 1975, Moçambique conheceu várias alterações constitucionais. Entretanto, a Constituição de 1990 consagrou o princípio da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no contexto de sistema multipartidário, o princípio da separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e a realização de eleições livres, que assegurou o Acordo Geral de Paz de 4 de Outubro 1992, assinado em Roma (entre o governo da Frelimo e a Renamo), que pôs fim a guerra civil em Moçambique.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) administrou sete (7) eleições gerais realizadas em 1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e 2024 as eleições realizadas recentemente na eleição presidencial, segundo o apuramento geral da CNE, Daniel Chapo o candidato da FRELIMO, venceu com 70,67%, seguido de Venâncio Mondlane com 20,32%, do líder da RENAMO, Ossufo Momade (5,81%) e por último o líder do MDM, Lutero Simango (3,21%) (Jornal Voa Português, 2024).

Após o anúncio dos resultados pela CNE, tendo enviado ao Conselho Constitucional (CC) de modo a sua validação, deram vitória ao candidato Presidencial da Frelimo Daniel Chapo nas sétimas eleições dia 9 de Outubro e proclamou o vencedor com 65,17%, numa decisão da juíza Lúcia Ribeiro. Em detrimento do candidato **Venâncio Mondlane**, do partido Podemos, com 24,19% dos votos, seguido de **Ossufo Momade**, da Renamo, com 6,62%, enquanto o líder do Movimento

Democrático de Moçambique (MDM), **Lutero Simango**, obteve 4,02% (Jornal Euronews, 2024).

Acordos de paz assinados após eleição em Moçambique são secretos para o povo, é notório nos acordos de 1992, 2013, 2019 e 2025. A oposição vê-se na contingência de se reaproximar do governo para partilhar o mal e aliviar a pressão das manifestantes canalizadas pelos seus órgãos políticos, socorrendo-se do argumento de violação dos princípios do Acordo Geral de Paz (Vasco, 2022). Entretanto, os acordos políticos assinados em Moçambique não são de benefício do povo, mais sim líderes político o que cria um descontentamento ou seja uma abertura de novas contestações.

É neste contexto, que procuramos analisar o problema de crise pós-eleitoral em Moçambique na forma de mudanças consecutivas na composição da comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Conselho Constitucional (CC), se trazem estabilidade e confiança institucional para si, e para a consolidação da democracia em Moçambique.

ÓRGÃOS ELEITORAIS E SEU CONTRIBUTO NA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

A lei eleitoral nº.4/93, 28 de Dezembro, quanto a composição da CNE, prevê 21 membros provenientes dos partidos políticos, dos quais, 10 membros provinham do partido Frelimo; 7 membros provinham do partido da oposição-Renamo; 3 membros provinham dos pequenos partidos da oposição. Os membros dessa CNE, dentre suas

características profissionais e pessoais deveriam dar garantias de equilíbrio, objectividade e independência em relação a todos os partidos políticos (art.15). CNE de 1993, mais uma nova legislação eleitoral, foi instituída para reger os processos eleitorais subsequentes. Dai que, foi criada a lei eleitoral nº. 4/1997, de 28 de Maio, que levou a formar nova CNE composta por 9 membros: a) sendo um presidente, como a figura que deveria dar garantias de imparcialidade dessa CNE, designada pelo Presidente da República e b) oito vogais provenientes das seguintes indicações: dos quais 5 membros da Frelimo e 3 indicados pela Renamo. Estes membros eram eleitos pelo Parlamento, conforme o princípio da representação proporcional dominado pela Frelimo e; c) teve 1 membro designado pelo Conselho de Ministros (Brito, 2011).

Em 2002, mais uma legislação eleitoral é alterada, onde a CNE (lei 20/2002), de 10 de Outubro, passa a ser composta por 19 membros: mantendo de novo, um presidente e dois vice-presidentes. A confiança nas instituições eleitorais moçambicanas (CNE e STAE) é uma das componentes principais da consolidação da democracia. Entretanto, quanto maior for a confiança nessas instituições maior será os actores envolvidos acreditar e aceitar os resultados eleitorais (Pereira, 2002). Factor como este, pode ser ou constituir um ponto importantíssimo para a estabilidade das dinâmicas do processo eleitoral do país. Ou por outra, a confiança nas instituições eleitorais pode previamente assegurar a estabilidade dos processos eleitorais (Moisés, 2010).

SECRETARIADO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, abreviadamente designado por STAE é um serviço público

personalizado para a administração e gestão eleitoral. Conforme o disposto no decreto n.º 23/CNE/2018, art. 3, à qual presta contas pela realização das suas atribuições em todos os escalões. No período eleitoral que vai da data da marcação do recenseamento eleitoral até a validação e proclamação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral ao nível da Província, do Distrito ou Cidade, subordina-se também à Comissão Provincial de Eleições, Distrital ou Cidade respectiva. Nesta senda, coordena toda atividade do processo legislativo desde o recenseamento, validação dos resultados em todos níveis.

CONSELHO CONSTITUCIONAL

O Conselho Constitucional (CC) é, formalmente, criado pela Constituição da República de 1990. De acordo com as prescrições do art. 181, n.º 2 daquela Constituição, foi conferido a este Órgão, em duas alíneas separadas, duas competências de fundo em matéria eleitoral, nomeadamente: - alínea “c) apreciar, em última instância, as reclamações eleitorais”; - alínea “d) validar e proclamar os resultados finais do processo eleitoral”. O Conselho Constitucional deteve, desde sempre, duas competências bem separadas, uma de dirimir os conflitos eleitorais, em última instância e outra de validar e, posteriormente, proclamar os resultados eleitorais. Elucidando, a alínea d) do n.º 2 do art. 243 da atual Constituição prescreve que “2. Cabe ainda ao Conselho Constitucional: d) apreciar, em última instância, os recursos e as reclamações eleitorais, validar e proclamar os resultados eleitorais nos termos da lei”. Neste contexto, verifica-se à partidarização deste órgão emanando os princípios democráticos. É notório, as irregularidades apresentadas pelo (CC) nas últimas eleições legislativas precedências

nos dados apurados pela CNE até órgão superior ou máxima, que corresponde a última instância. Portanto, como emana a lei devida as irregularidades apresentadas pelos partidos políticos, cabia ao (CC) anular ou validar as eleições.

O PROCESSO DE ELEIÇÃO EM MOÇAMBIQUE

O processo eleitoral em Moçambique, para Kadima (2006), nas democracias emergentes é particularmente importante que as eleições sejam percebidas como sendo livres e justas, o que se torna num pré-requisito para a paz, a estabilidade política e o desenvolvimento económico (citado por Nauva, 2014, p. 6). É tarefa do órgão de administração assegurar que esta percepção se desenvolva.

Neste sentido, Magalhães (2003), Moisés (2005) e Goldsmith (2005) diz que a desconfiança dos órgãos eleitorais dá ao descrédito ou desmerecimento do processo eleitoral. A desconfiança contínua indica que as instituições são percebidas como descumpridoras das funções, ineficientes, corruptas, fraudulentas e desrespeitadoras dos direitos dos cidadãos. Enquadrando essa nuance, é importante salientar que o processo eleitoral moçambicano é caracterizado por um ambiente de desconfiança dos partidos políticos da oposição em relação à actuação e o funcionamento da CNE (citado por Rosário, 2013).

FATORES CONDICIONANTE DA CRISE PÓS-ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

As eleições em Moçambique passam a ser consistentemente marcadas por graves acusações de fraude e uma violenta desconfiança

interpartidária, revelando dificuldades mais pungentes do sistema político moçambicano (Silva, 2016, p. 34). Portanto, em primeiro lugar, a crise eleitoral indica que Moçambique é um Estado frágil repleto de dificuldades sistêmicas e institucionais, que tornam o ato eleitoral extremamente ineficaz. Em segundo lugar, a abstenção, fraude e violência surgem em parte da centralização do poder pela Frelimo. Por um lado, a partir do momento em que domina a cena política, a Frelimo torna o voto inútil aos olhos da população. Ainda, o partido eleva as ocorrências fraudulentas e a desconfiança interpartidária, num esforço de eclipsar os outros partidos. Por último, as dificuldades eleitorais originaram também um fracasso da Renamo enquanto partido político.

PRINCIPAIS DESAFIOS NO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Não obstante, Correia (2002), diz que são vários desafios que se colocam ao sistema político moçambicano. Basicamente, podemos resumi-los em duas questões, a saber: (i) o aprimoramento dos mecanismos de representação que assegurem responsabilidade, por um lado e, (ii) construção e consolidação da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, por outro. Isto tem a ver com o modo como estas instituições operam mas também com os mecanismos estabelecidos através dos quais se constituem. Diante desta situação, os órgãos eleitorais em Moçambique perderam a confiança dos atores políticos e do povo em particular, devido o ilícito eleitoral, que mancha o processo democrático, em comparação com o Brasil quanto a votação e recontagem dos votos o modelo eletrónico de votação e apuramento é seguro e rápido.

SISTEMA DE VOTO ELETRÓNICO COMO ESTRATÉGIA DA PAZ EM MOÇAMBIQUE

O processo de transição de conflitos no caso como o de Moçambique significa a simultaneidade de dois processos distintos nem sempre convergentes – o processo de paz e o processo democrático. Penso que é importante dar-se a devida atenção a esse aspecto pois aí reside uma grande parte da possibilidade de compreensão dos conflitos que se geram. Portanto, o sistema eleitoral não pode ser analisado isoladamente de outros ingredientes do sistema político. Afinal, um mesmo sistema eleitoral em contextos políticos diferentes não produzirá necessariamente os mesmo impacto (Idea, 1997).

Por sua vez, a condição do avanço na construção democrática é a existência de um Estado eficiente – o que está longe de ser o caso de Moçambique e de muitos países africanos – capaz de agir como catalisador do desenvolvimento económico e de se constituir como o lugar da resolução dos conflitos no respeito à lei (Correia, 2002, p. 78). E aqui, permitam mesmo que de passagem notar que o desafio é até que ponto os partidos políticos estão preparados e dispostos para enfrentar esse desafio que é o de conciliarem os seus interesses particulares e imediatos (em especial o de conquistar rapidamente posições de poder) com a necessidade de promover o papel estabilizador e regulador da vida social, que é uma das funções essenciais do Estado, sabendo que esse Estado é ainda controlado pelo antigo partido único, que domina direta ou indiretamente o complexo burocrático estatal e mesmo os principais meios de informação. Por conseguinte, Maia (2008) “os dispositivos das novas tecnologias de comunicação e informação, interactivas e multifuncionais, têm sido frequentemente notados como recursos para favorecer o processo democrático” (p. 277). O sector público difere-se do setor privado no sentido de rapidez nas decisões estratégicas e de uso

das potencialidades e ferramentas tecnológicas, pois não é movido pelo mesmo espírito competitivo apresentado e enraizado na livre concorrência.

É preciso levar em consideração que, para fortalecer a democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para engajar-se em debates. As novas aplicações tecnológicas, independentemente de favorecer ou dificultar a democracia, devem ser pensados de maneira associada com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos e seus respectivos contextos sociais e históricos (Maia, 2008, cit. por Macedo, s/d., p. 10).

Nesta senda, é necessário que as instituições eleitorais sejam apartidárias, o sistema de votação passar a ser eletrônico de modo a democrática não seja manchada neste processo. Pois, o diálogo é a solução diante destas situações em Moçambique vive neste exacto momento.

DESENHO METODOLÓGICO

Para o alcance dos objetivos plasmados aplicou-se à abordagem qualitativa, por sua vez, Moresi, (2003), ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes. Com esse objetivo em mente, também é importante trabalhar com uma amostra heterogénea de pessoas enquanto se conduz uma pesquisa qualitativa. Também, a abordagem qualitativa revela áreas de consensos, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Este tipo de abordagem determina

quais ideias geram uma forte reação emocional. Assim, tendo sido aplicado a pesquisa documental e bibliográfica sobre fundamentalmente a leitura e a discussão dos documentos teóricos e empíricos que versam sobre as eleições em Moçambique e órgãos eleitorais, processo de votação dos resultados especiais e a legislação eleitoral.

O artigo foi realizado com base num estudo de caso, porque além de permitir o acompanhamento e a proximidade com fato das eleições contemporânea, conforme Yin (2001), “uma inquirição empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenómeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (citado por Moresi, 2003, p. 19). Assim, a análise de dados baseou-se na leitura sistematizada de uma forma clara e concisa, acompanhado de conhecimento empírico que permitiu cruzamento das informações prestadas pelos diversos intervenientes do estudo.

RESULTADOS

Em Moçambique, todas instituições eleitorais são reguladas por lei eleitoral nº. 4/1997, de 28 de Maio, que levou a formar nova CNE composta por 9 membros: a) sendo um presidente, como a figura que deveria dar garantias de imparcialidade dessa CNE, designada pelo Presidente da República e b) oito vogais provenientes das seguintes indicações: dos quais 5 membros da Frelimo e 3 indicados pela Renamo. Em contrapartida, Macedo (s/d) diz que, o sistema eleitoral brasileiro é mantido e gerenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral, situado na capital brasileira, com braços operacionais distribuídos pelas federações nacionais, com a nomenclatura de Tribunal Regional Eleitoral (p. 3). Cabe a cada estado promover auditoria, controle e fiscalização em seu

território zelando pelo bom andamento do sistema de votação, cadastro e fomento as eleições realizadas bienalmente, com alternância de eleições para Prefeito e Vereadores, e em outro momento, para Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores e Presidente da República.

VOTO ELETRÓNICO COMO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO DA PAZ

Pelos resultados, verificamos que os órgãos eleitorais brasileiros são mais eficazes, em detrimento de moçambicanos, tem uma influência direta do regime. Portanto, é notório que condiciona os princípios democráticos. Para Macedo (s/d), a implantação do sistema do voto eletrónico vem com a base da modernidade no procedimento estrutural nacional e trás consigo um arcabouço de questionamentos, análises e versões quanto ao seu desempenho (p. 2). Acrescenta ainda, Bastos (2008), que a adopção de (SVE) acaba por ser uma oportunidade para modernizar todo o processo eleitoral, desde a manutenção dos cadernos eleitorais actualizados, permitir a mobilidade dos eleitores e, claro, conseguir um aumento da rapidez no apuramento dos resultados (p. 1). Por sua vez, em Moçambique verifica-se muita morosidade na contagem e divulgação dos resultados pelos órgãos eleitorais (CNE e CC) devido o modelo tradicional de votação, de acordo com o posicionamento de Houston, et al., (2005), o (SVE) contribui para diminuir os níveis de abstenção e aumentar a participação dos eleitores, uma vez que, corrige os inconvenientes da deslocação aos tradicionais locais de voto (citado por Bastos, 2008, p. 3).

CREDIBILIDADE DE ÓRGÃOS ELEITORAIS E DE JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE

A credibilidade de um órgão público que controla um processo organizacional relacionado as eleições é desenvolver um sistema de base de dados eficientes, cadastro eleitoral com maior precisão possível, com o objectivo de viabilizar uma eleição e apuração de votos com a menor margem de erro aceitável. Quanto a questão dos resultados eleitorais de 9 de Outubro de 2024, proclamado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e a posterior pelo Conselho Constitucional (CC), mostra uma preocupação em relação a diferenciação dos dados, no âmbito de acreditação dos mesmos.

É visível a partir destes resultados, a falta de confiança dos partidos políticos e do povo em particular destas instituições. Em conformidade com os resultados, os atores políticos e o povo, conforme o disposto na Lei 9/91 (11 de Julho), alterada pela Lei 7/2001 regula que a demonstração não necessita de autorizações (artigo 3º, n.º 1). A disposição dispõe que “todos os cidadãos podem, pacificamente e livremente, exercer o seu direito de reunião e de manifestação, sem qualquer autorização prevista pela lei”. Como se pode ver em Moçambique manifestações sucessivas contestando os resultados, atribuindo culpa aos órgãos eleitorais como sendo actores deste cenário, devido as irregularidades registadas. Desta forma, Locke a Rousseau, de James Madison a Schumpeter, um governo democrático é aquele que tem um mandato popular, obtido através de diversas e distintas formas de aferir a vontade popular.

ESTRATÉGIA PARA PAZ EM MOÇAMBIQUE

No que diz respeito a estratégia da paz em Moçambique, é visível que o diálogo é a única arma para conter a fúria dos partidos opositores e do povo. É importante salientar que, os manifestantes exigem a reposição da verdade eleitoral. A exportação de modelo de votação eletrónica e apertadário das instituições eleitorais, para Michel et al (2004) “acredita que essa nova experiência trouxe mais confiabilidade ao processo eleitoral, agilizou a apuração, e o que é melhor: reduziu significativamente ou praticamente eliminou as fraudes” (citado cit. por Macedo, s/d., p. 11). Pós, à totalização de resultados por meio do computador, eficiente, seguro e rápido.

CONCLUSÕES

Moçambique apresenta o modelo tradicional de voto impresso pelo Estado, o que é suscetível a erro e fraude, é possível afirma que a importação de novo modelo de voto eletrónico é fiável para poder ultrapassar os erros que mancham o processo democrático. O processo de eleições em Moçambique não é tida como justas, livre e transparentes como diz o slogan, a falta de credibilidade e partidarização das instituições incute desconfiança dos resultados, portanto, após o anúncio dos resultados é acompanhado por protestos pós-eleitoral. Tendo em conta a questão da pesquisa: “Qual é o contributo de voto eletrónico na gestão democrática em Moçambique?” Pela análise dos dados obtidos empíricos e do referencial teórico, percebe-se que permite a transparência nos modelos democráticos fazem com há não haja contestações e manifestações após o anúncio dos resultados pelos órgãos eleitorais. Pós à partidarização das instituições eleitorais, dinamiza o

processo democrático permitindo a credibilidade deste órgão público que controla um processo organizacional relacionado as eleições é desenvolver um sistema de base de dados eficientes, cadastro eleitoral com maior precisão possível, com o objectivo de viabilizar uma eleição e apuração de votos com a menor margem de erro aceitável. É importante que se reconheça a vontade popular, portanto, foi possível constatar e concluir que os órgãos eleitorais em Moçambique não possuem nenhuma credibilidade para com os partidos políticos e o povo, está de acordo com últimos resultados anunciados pela (CNE e CC), houve uma discrepância dos dados. Finalmente, quanto a situação que se vive, o diálogo é a única arma para conter a fúria dos partidos opositores e do povo, pós requer inclusão e transparência nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Pedro; MONTEIRO, Américo; SOARES, Natércia; OLIVEIRA, Rosa Maria. (2001). **Sistemas Electrónicos de Votação**. Universidade de Lisboa, Portugal.
- BASTOS, P. J. Tavares. (2008). **Voto electrónico: estudo da utilização do eml no caso Português**. Lisboa, Portugal.
- BELLIS, M (2000) **The History of Voting Machines**. Disponível em: <http://theinventors.org/library/weekly/aa111300b.htm>.
- BRITO, L. (2011). Revisão da Legislação Eleitoral: Algumas Propostas para o Debate. In **Desafios para Moçambique 2011**. (Org). Maputo, IESE.
- CAMARÃO, P. C. B. (1997). **O Voto Informatizado: Legitimidade Democrática**. Brasil, São Paulo: Empresa das Artes.
- CORREIA, A. (2002). **Sistemas e Processos Eleitorais – funções, implicações e experiências**. Universidade Católica de Angola.

CORREIO, L. Catib de Laurentiis. (2017). Manifestações públicas e privadas: ideias, ações, expressões e o caso “ Rolezinho”. **Revista Quaestio Iuris**, vol. 10, nº. 02, Rio de Janeiro, pp. 580-592 DOI: 10.12957/rqi.2017.22089

IDEA, (1997). **The International IDEA Handbook of Electoral System Design**. Stockholm, Handbook Series 1/97.

KADIMA, D. (2006). **Os Órgãos de Administração Eleitoral na região da SADC**: identificando lições para Iniciativas de Reforma Eleitoral. Maputo.

MACEDO, R. Gondo (s/d). **A cultura do voto electrónico no Brasil**: Contribuição Tecnológica para a Democracia e Comunicação Pública. Universidade Metodista de São Paulo.

MANESCHY, O. (2003). Congresso pode acabar com o voto electrónico impresso. **Jus Navigandi**, Teresina. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em out. 2010.

MOISÉS, Álvaro. (2010). **A Confiança e os seus efeitos nas Instituições Democráticas**: Por que os cidadãos desconfiam das Instituições públicas? Brasil, São Paulo.

MONTEIRO, Américo; NATÉRCIA, Soares; OLIVEIRA, Rosas Maria; ANTUNES, Pedro (2001). **Sistemas Eletrónicos de Votação**. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - <http://hdl.handle.net/10451/14248>

MORESI, E. (2003). **Metodologia de Pesquisa**. Brasília – DF, Mar.

NAUVA, J. V. M. (2014). **Evolução da legislação eleitoral em Moçambique**: Análise de Mudanças Consecutivas na Composição e/vs Estabilidade da CNE (1994-2014). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

PEREIRA, João. (2002). **Mecanismo Estabelecido pela Sociedade Civil para Monitorar o Processo Eleitoral em Moçambique**: Um Aviso Prévio. Maputo.

PINTO, Rui Rocha & Simões, Filipe & Antunes, Pedro. (2004). **Estudo dos Requisitos para um Sistema de Votação Electrónica**. <https://www.researchgate.net/publication/268362884>

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Decreto Presidencial n.º 20/2002, de 10 de Outubro**, BR – Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Decreto Presidencial n.º 4/97, Legislação Eleitoral de 28 de Maio**, BR - Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, **Decreto Presidencial n.º 4/93, Lei eleitoral de 28 de Dezembro**, BR - Maputo.

ROSÁRIO, Domingos. (2013). **Uma Reflexão sobre o Calendário e o Recenseamento Eleitoral para as eleições autárquicas de 2013**. Maputo, IESE – IDEIAS.

SILVA, C. R da. (2016). **As eleições e a democracia moçambicana. Conjuntura Internacional**, JANUS, Portugal, Lisboa.

SOBRINHO, B. Lima. (s/d). **Eleição e sistemas eleitorais**. *Rev. Dlr. públ. e Ciência Polit. Brasil*, Rio de Janeiro – V. 1, nº 2 - Jul./dez.

VASCO, D.J. (2023). **Análise dos efeitos da Violência pós-eleitoral em Moçambique: Caso, Distrito de Barué, localidade de Chuala entre 2013-2015**. *Revista Portuguesa Interdisciplinar* V.4, Nº1, jan/jul, p.62-87.

VASCO, D.J. (2022). **Reinventar a Paz e Reconciliação Nacional em Moçambique**. *Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas*. V.3, Nº2, Ago./Dez, p.25-36.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E DESENVOLVIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQUIDADE NO MERCADO DE TRABALHO E NA POLÍTICA

Camili Kohl³⁶

Eduardo Anschau³⁷

Marjorie Bier Krinski Corrêa³⁸

Edemar Rotta³⁹

Ivann Carlos Lago⁴⁰

Resumo: Este estudo examina a relação entre educação, mercado de trabalho e participação política feminina, considerando as barreiras estruturais que limitam a ascensão das mulheres a posições de poder e influência. Embora o acesso feminino ao ensino superior tenha crescido significativamente, as desigualdades persistem, evidenciando que a escolarização, isoladamente, não garante equidade profissional e política. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, articulando perspectivas teóricas e dados empíricos para compreender os mecanismos que perpetuam essas disparidades. O estudo demonstra que a segregação ocupacional, a disparidade salarial e a exclusão de mulheres dos espaços de decisão não são meramente reflexos da falta de qualificação, mas resultado de normas institucionais e culturais que restringem sua atuação em diferentes esferas sociais. Além disso, destaca que as políticas educacionais voltadas para a equidade de gênero precisam ser acompanhadas de medidas mais amplas, que reformulem práticas organizacionais, garantam mecanismos de inclusão profissional e fortaleçam a participação feminina na política. A análise evidencia que, para que a educação se torne um instrumento efetivo de transformação, é necessário um esforço conjunto entre governos, instituições acadêmicas e a sociedade civil. A pesquisa sugere a ampliação de investigações sobre o impacto de políticas públicas na superação dessas desigualdades, bem como estudos comparativos internacionais que possam oferecer subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes.

Palavras-chave: Representatividade. Políticas institucionais. Mobilidade social. Estruturas de poder. Exclusão simbólica.

³⁶ Graduanda em Administração. UFFS, *Campus* Cerro Largo. Bolsista UFFS.

E-mail: camili.kohl@estudante.uffs.edu.br.

³⁷ Graduando em Administração. UFFS, *Campus* Cerro Largo. Bolsista CNPq.

E-mail: eduardo.anschau@estudante.uffs.edu.br.

³⁸ Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, *Campus* Cerro Largo.

Bolsista CAPES. E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br.

³⁹ Pós-Doutor em Serviço Social (PUCRS). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da UFFS, *Campus* Cerro Largo. E-mail: erotta@uffs.edu.br.

⁴⁰ Doutor em Sociologia Política. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, *Campus* Cerro Largo. E-mail: ivann@uffs.edu.br.

INTRODUÇÃO

A relação entre educação, mercado de trabalho e participação política das mulheres permanece marcada por assimetrias que a escolarização, por si só, não tem sido capaz de eliminar. O aumento da presença feminina no ensino superior não resultou, de maneira proporcional, em maior equidade nas oportunidades profissionais e no acesso a espaços de decisão política. Barreiras estruturais e culturais continuam restringindo a ascensão das mulheres, evidenciando que a formação educacional, embora fundamental, não é suficiente para modificar padrões de exclusão historicamente consolidados. Essa realidade exige uma análise mais aprofundada sobre a efetividade das políticas educacionais na promoção da equidade de gênero e sobre os desafios que ainda precisam ser superados para que a educação contribua de forma mais decisiva para a transformação social.

Diante desse cenário, este estudo investiga de que maneira a educação pode influenciar a redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e na política, avaliando tanto as limitações das estratégias já implementadas quanto as possibilidades de ampliação das políticas voltadas para a equidade. A relevância dessa discussão está no impacto que a desigualdade de gênero exerce não apenas sobre as mulheres, mas sobre toda a sociedade, uma vez que a sub-representação feminina nos espaços de poder e a persistência de disparidades salariais limitam o desenvolvimento econômico e social. Ao compreender os mecanismos que perpetuam essas desigualdades, torna-se possível apontar caminhos mais eficazes para enfrentar esse problema.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O estudo examina obras da sociologia, da ciência política e dos estudos de

gênero que exploram a relação entre educação e desigualdade, além de relatórios institucionais que apresentam dados concretos sobre a situação da mulher no mercado de trabalho e na política. Esse cruzamento de perspectivas teóricas e informações empíricas permite um diagnóstico mais preciso sobre os avanços obtidos e os entraves que ainda dificultam a equidade de gênero.

A estrutura do trabalho está organizada em três eixos principais. O primeiro aborda o papel da educação na construção da igualdade de gênero, analisando os efeitos da escolarização sobre as oportunidades femininas e os desafios que persistem no sistema educacional. O segundo examina a inserção das mulheres no mercado de trabalho, discutindo a segregação ocupacional, as desigualdades salariais e as dificuldades de ascensão profissional. O terceiro investiga os obstáculos enfrentados pelas mulheres na política e avalia o impacto das políticas públicas voltadas para a ampliação da representação feminina nos espaços de decisão.

Por meio dessa abordagem, o estudo busca contribuir para o debate sobre equidade de gênero, demonstrando que a educação, apesar de ser uma ferramenta essencial, precisa estar articulada a transformações mais amplas nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Somente ao enfrentar de maneira integrada as múltiplas dimensões da desigualdade será possível garantir que mulheres tenham acesso efetivo às mesmas oportunidades e possam exercer plenamente seus direitos em todas as esferas da sociedade.

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

A educação desempenha um papel central na construção de sociedades mais equitativas, sendo um instrumento fundamental na redução das desigualdades de gênero. Desde a consolidação da escola como espaço de socialização, os sistemas educacionais têm refletido e, ao mesmo tempo, reproduzido as assimetrias existentes na sociedade. No entanto, ao longo do tempo, diversas abordagens teóricas e políticas públicas passaram a reconhecer a necessidade de intervir nesse processo, utilizando a educação como estratégia de superação das barreiras impostas às mulheres no mercado de trabalho e na esfera política. Nesse sentido, discute-se até que ponto a educação tem sido capaz de efetivamente promover a equidade de gênero, considerando não apenas o acesso e a permanência das mulheres nos sistemas educacionais, mas também a qualidade e os conteúdos dessa formação, que muitas vezes perpetuam estereótipos e desigualdades.

A relação entre educação e desigualdade de gênero tem sido amplamente debatida por autoras feministas e pesquisadores da sociologia da educação, destacando-se a influência da escola na reprodução das assimetrias sociais. Bourdieu (1998) argumenta que a escola não é um espaço neutro, mas uma instância que perpetua as estruturas de poder por meio da transmissão de *habitus* que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Quando essa análise é aplicada à questão de gênero, percebe-se que, embora o acesso feminino à educação tenha se expandido nas últimas décadas, as instituições de ensino continuam reforçando padrões culturais que limitam a atuação das mulheres em certas áreas do conhecimento. Scott (1995) aponta que o currículo escolar e a organização pedagógica, ao

invés de neutralizarem as desigualdades de gênero, frequentemente canalizam meninas para carreiras tradicionalmente femininas, como a docência e os cuidados com a saúde, ao mesmo tempo em que desencorajam sua participação em disciplinas como matemática, engenharia e tecnologia. Essa estruturação educacional, pautada por expectativas de gênero cristalizadas historicamente, não apenas restringe as escolhas acadêmicas e profissionais das mulheres, mas também afeta sua trajetória no mercado de trabalho, onde se deparam com barreiras que limitam sua ascensão a posições de prestígio e poder decisório.

Essa lógica de segmentação das oportunidades profissionais com base no gênero pode ser analisada a partir dos conceitos de segregação vertical e horizontal, formulados por Witz (1992). A segregação horizontal refere-se à distribuição desigual de homens e mulheres entre diferentes setores do mercado de trabalho, com a predominância feminina em áreas tradicionalmente associadas ao cuidado, como educação, enfermagem e serviço social, e a presença majoritária de homens em setores de maior status econômico e tecnológico. Essa divisão não é fruto de uma escolha individual espontânea, mas de um longo processo de socialização que inicia na escola e se reforça no ambiente universitário e profissional. Mesmo quando mulheres ingressam em áreas tradicionalmente masculinas, enfrentam um ambiente hostil, marcado pela resistência à sua presença e pela desvalorização de suas competências, fenômeno amplamente documentado por Acker (2006). Esse cenário revela que a desigualdade de gênero não se limita ao acesso ao mercado de trabalho, mas está profundamente enraizada na forma como diferentes ocupações são estruturadas e valorizadas socialmente.

Já a segregação vertical diz respeito à hierarquização dentro das

profissões, onde homens tendem a ocupar os cargos de maior prestígio e remuneração, enquanto as mulheres permanecem concentradas em funções subalternas, mesmo quando possuem qualificação equivalente ou superior. Esse fenômeno é particularmente evidente em áreas acadêmicas e científicas, onde a presença feminina nos níveis iniciais da carreira não se traduz em uma ascensão proporcional aos cargos de liderança. Connell (2002) destaca que essa dinâmica não ocorre apenas por discriminação explícita, mas por um conjunto de práticas institucionais que favorecem a progressão masculina, como redes de influência e normas organizacionais construídas com base em modelos masculinos de produtividade e dedicação exclusiva. Dessa forma, a educação, que poderia ser um instrumento de superação das desigualdades, acaba funcionando como um mecanismo de naturalização da segregação profissional, ao preparar homens e mulheres para trajetórias distintas e desiguais no mundo do trabalho.

Para além das barreiras impostas pela cultura escolar, as políticas educacionais desempenham um papel crucial na promoção da equidade de gênero. A formulação de diretrizes voltadas para a inclusão de uma perspectiva de gênero nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas tem sido uma estratégia adotada em diversos países. Fraser (2003) diferencia as abordagens redistributivas e reconhecitivas na luta por justiça social, argumentando que a equidade de gênero na educação exige não apenas igualdade de acesso, mas também a transformação dos conteúdos e metodologias educacionais para desafiar estereótipos e ampliar possibilidades de escolha para meninas e mulheres. Essa perspectiva dialoga com as proposições de Nussbaum (2011), que enfatiza a importância da educação no desenvolvimento de capacidades individuais e na ampliação da liberdade de escolha, fundamentais para a plena participação das mulheres em todas as esferas da sociedade.

Diante dessa necessidade de transformação, diversos países implementaram políticas educacionais voltadas para a equidade de gênero. A UNESCO (2015) destaca que programas de incentivo à participação feminina em áreas historicamente masculinas, como STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), têm se mostrado eficazes para ampliar a presença das mulheres em setores estratégicos da economia. No entanto, estudos apontam que essas iniciativas muitas vezes esbarram em barreiras culturais profundamente enraizadas. Butler (1990) questiona a naturalização das identidades de gênero e alerta para a forma como a repetição de normas sociais dentro das escolas contribui para a manutenção das desigualdades, mesmo diante de políticas afirmativas.

No contexto brasileiro, políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a implementação de diretrizes para a igualdade de gênero nos currículos enfrentam resistências políticas e ideológicas. A retirada de menções a gênero dos textos finais do PNE ilustra as dificuldades na institucionalização de políticas voltadas para a equidade (Machado, 2018). Além disso, estudos demonstram que, mesmo quando implementadas, tais políticas enfrentam desafios na sua efetivação, seja pela falta de formação docente adequada, seja pela ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação (Louro, 2000).

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a efetividade das políticas educacionais voltadas à equidade de gênero permanece limitada diante de um cenário no qual a escola continua sendo um espaço de reprodução das desigualdades. Para que a educação cumpra seu papel transformador, é necessário que as políticas não se restrinjam ao acesso formal, mas avancem na reformulação curricular, na formação docente e na criação de mecanismos de combate a estereótipos dentro das salas de aula. Esse processo exige um comprometimento não apenas das

instituições educacionais, mas da sociedade como um todo, de modo a construir um ambiente onde mulheres possam acessar oportunidades em condições verdadeiramente igualitárias.

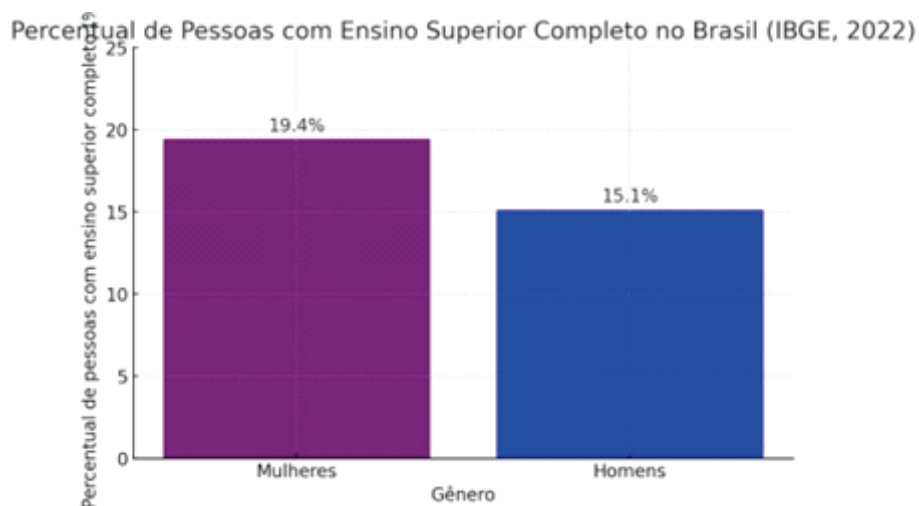
O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NA INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

A relação entre educação e ascensão profissional feminina apresenta um paradoxo evidente: embora as mulheres tenham avançado significativamente na obtenção de diplomas universitários, essa qualificação não se reflete de maneira proporcional em melhores oportunidades no mercado de trabalho. Nussbaum (2011) argumenta que o desenvolvimento de capacidades individuais, impulsionado pela educação, amplia as possibilidades de escolha e autonomia das mulheres, permitindo sua participação mais efetiva em diversas esferas da sociedade. No entanto, Fraser (2003) contesta a visão de que a mera aquisição de credenciais acadêmicas seja suficiente para corrigir as desigualdades estruturais, destacando que a justiça de gênero exige tanto redistribuição econômica quanto reconhecimento das barreiras simbólicas e institucionais que limitam o avanço profissional das mulheres. Assim, a escolarização é um fator crucial para ampliar as perspectivas femininas, mas sua efetividade depende da superação de mecanismos que perpetuam a desigualdade nos espaços de trabalho.

A sobrequalificação feminina em relação às oportunidades disponíveis é um fenômeno amplamente documentado. A UNESCO (2015) aponta que, globalmente, as mulheres não apenas alcançaram paridade nas matrículas no ensino superior, mas, em muitos países,

superaram os homens em número de graduações concluídas. No Brasil, dados do IBGE (2022) indicam que 19,4% das mulheres possuem ensino superior completo, em comparação com 15,1% dos homens (**Gráfico 1**). Apesar disso, a inserção profissional não acompanha esse avanço, uma vez que mulheres continuam concentradas em setores de menor remuneração e encontram mais obstáculos para acessar cargos de liderança. Esse descompasso reforça a tese de Bourdieu (1998) de que a educação, em vez de ser um espaço de neutralidade e mobilidade social plena, pode atuar como um mecanismo de reprodução das hierarquias já existentes. Apesar de acumularem qualificações acadêmicas, as mulheres permanecem submetidas a barreiras que transcendem o mérito individual e revelam desigualdades estruturais profundamente enraizadas.

Gráfico 1 – Comparação do nível de escolaridade entre homens e mulheres em 2022.

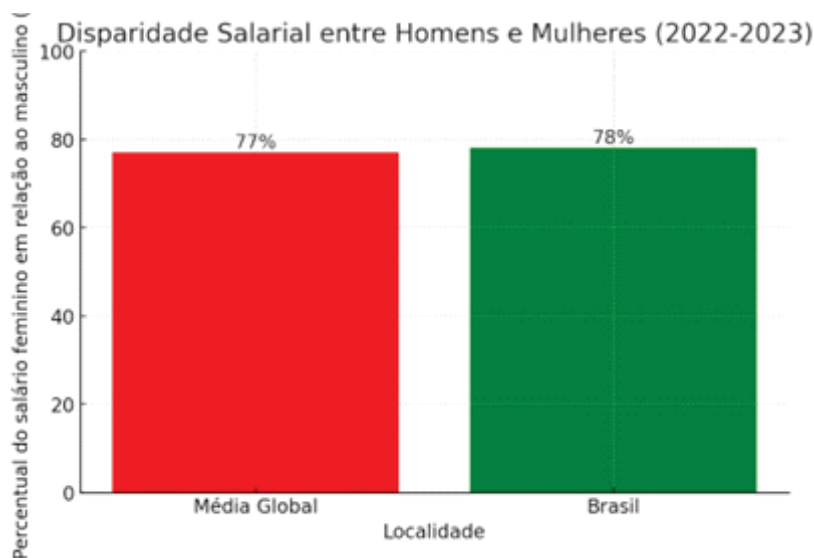


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 2022.

As dificuldades de progressão profissional feminina estão diretamente ligadas ao fenômeno da segregação vertical, conceito desenvolvido por Witz (1992) para descrever a limitação do acesso das mulheres a posições de prestígio e poder decisório. Enquanto a segregação horizontal distribui homens e mulheres em diferentes áreas do mercado – concentrando trabalhadoras em setores tradicionalmente femininos, como educação e saúde –, a segregação vertical se manifesta na dificuldade de ascensão dentro das profissões. Connell (2002) argumenta que essa barreira não se deve exclusivamente à discriminação explícita, mas a um conjunto de normas organizacionais que favorecem trajetórias masculinas, como redes de influência predominantemente compostas por homens e modelos de carreira que pressupõem disponibilidade total para o trabalho, desconsiderando a sobrecarga de responsabilidades domésticas que recai majoritariamente sobre as mulheres.

Essa estrutura hierárquica também se reflete nas disparidades salariais persistentes, mesmo entre profissionais com qualificações semelhantes. Como é possível ver no **Gráfico 2** (destacado na página seguinte), o relatório Global Gender Gap Report, do Fórum Econômico Mundial (2023), indica que, em escala global, as mulheres recebem, em média, 77% do salário dos homens para funções equivalentes. No Brasil, segundo dados da PNAD Contínua (2022), as trabalhadoras ganham cerca de 78% do rendimento médio masculino, com variações significativas conforme a raça e o setor econômico. Fraser (2003) aponta que essa desigualdade não pode ser compreendida apenas como um problema de distribuição de renda, mas como um reflexo de um sistema que desvaloriza o trabalho feminino e perpetua a lógica de exclusão simbólica.

Gráfico 2 - Diferença salarial entre homens e mulheres entre 2022 e 2023



Fonte: Fórum Econômico Mundial (2023) e IBGE, PNAD Contínua (2022).

A correção dessas assimetrias exige políticas públicas que vão além do estímulo à educação e abordem diretamente os mecanismos que sustentam a desigualdade no mercado de trabalho. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece como meta a promoção da equidade de gênero nas instituições de ensino, mas não há uma articulação direta entre essa diretriz e ações voltadas para a empregabilidade feminina. Medidas como a ampliação da licença-paternidade, o incentivo à contratação de mulheres em setores estratégicos e a implementação de programas de mentorias femininas podem contribuir para modificar o cenário. Além disso, a adoção de sistemas de transparência salarial, como ocorre em países da União Europeia, representa um avanço na redução da desigualdade de remuneração. Como destaca Louro (2000), a transformação das relações

de gênero não pode se limitar à esfera educacional, mas deve envolver mudanças estruturais que questionem as bases da desigualdade e promovam novos modelos de participação feminina na sociedade.

A disparidade entre qualificação educacional e inserção no mercado de trabalho revela que a superação das desigualdades de gênero não pode depender exclusivamente do mérito individual ou da busca por diplomas. O avanço da escolarização feminina representa um passo fundamental, mas insuficiente diante das barreiras que limitam sua progressão profissional. A análise crítica da interação entre educação, políticas institucionais e cultura organizacional evidencia que a equidade de gênero no trabalho exige transformações profundas, que vão desde a reformulação de práticas empresariais até o fortalecimento de políticas públicas que garantam a efetiva participação das mulheres em todos os níveis hierárquicos.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

A relação entre educação e participação feminina na política tem sido objeto de investigação em diversas áreas do conhecimento, incluindo a sociologia, a ciência política e os estudos de gênero. A formação educacional desempenha um papel essencial na construção da consciência política, na capacitação para a liderança e na ampliação do repertório necessário para a atuação no espaço público. No entanto, a posse desse capital cultural não se traduz automaticamente em oportunidades equitativas de participação, uma vez que barreiras estruturais e culturais continuam a restringir o acesso das mulheres aos espaços de decisão. Bourdieu (1998) argumenta que o capital cultural

acumulado por meio da educação formal influencia diretamente a posição dos indivíduos na estrutura social, mas não é suficiente para subverter dinâmicas de domínio históricas.

Scott (1995) aponta que a exclusão das mulheres da política não pode ser reduzida a um problema de acesso institucional, pois está profundamente enraizada em construções históricas de gênero que associam o poder à masculinidade. A escola, que poderia atuar na desconstrução dessas normatividades, frequentemente reforça padrões de socialização que desencorajam as mulheres a ocupar papéis de liderança e visibilidade política. Fraser (2003) complementa essa perspectiva ao destacar que a luta por equidade política não deve se limitar à redistribuição de recursos, mas também incluir o reconhecimento da legitimidade da presença feminina nos espaços de poder. Sem uma formação educacional que questione essas desigualdades, perpetua-se um ciclo de sub-representação feminina nos cargos eletivos e nos altos escalões da administração pública.

As barreiras estruturais à participação política feminina manifestam-se em diferentes esferas e interseccionam-se com outros marcadores sociais, como raça e classe. Dahlerup (2006) argumenta que o desenho das instituições políticas favorece a permanência da hegemonia masculina, tornando o ingresso e a permanência das mulheres nesses espaços um desafio constante. No Brasil, a legislação eleitoral avançou na implementação de cotas de gênero para candidaturas, mas os resultados têm sido limitados, já que os partidos políticos continuam a concentrar recursos e apoios em figuras masculinas consolidadas. Lovenduski (2005) sugere que a superação desse cenário exige transformações que ultrapassem o escopo legal, incluindo a reconfiguração das práticas políticas e a formação de redes de apoio e mentorias para mulheres interessadas na atuação pública.

Além das barreiras institucionais, há entraves culturais que dificultam a presença feminina na política. Butler (1990) argumenta que discursos hegemônicos constroem feminilidades associadas ao espaço privado e à esfera do cuidado, enquanto a política é historicamente vinculada à racionalidade e à autoridade, características atribuídas ao masculino. Esse enquadramento simbólico gera resistências tanto entre as próprias mulheres, que frequentemente internalizam esses estereótipos, quanto entre eleitores e pares políticos, que questionam sua competência e legitimidade. Nussbaum (2011) destaca que a educação poderia ser uma ferramenta essencial para superar essas limitações, desde que estruturada para promover a autonomia crítica e o desenvolvimento de capacidades que permitam às mulheres não apenas aspirar à participação política, mas efetivamente ocupar esses espaços com reconhecimento e respaldo social.

Diante desse contexto, várias estratégias e políticas vêm sendo implementadas para ampliar a presença feminina nos cargos públicos. A adoção de cotas de gênero nas eleições, presente em diversos países, tem demonstrado eficácia para aumentar a representatividade feminina, embora não resolva integralmente a desigualdade política. Segundo Krook (2009), as cotas são um mecanismo necessário, mas insuficiente, pois precisam ser acompanhadas de mudanças na cultura política e no financiamento das campanhas eleitorais, garantindo que as candidatas tenham condições reais de competir. No Brasil, programas como o "Mulheres na Política" e iniciativas da sociedade civil, como o Instituto Alziras, trabalham para fortalecer a participação feminina por meio da formação de lideranças e do incentivo ao engajamento político desde a juventude.

Fundado em 2017 por pesquisadoras, gestoras públicas e advogadas, o Instituto Alzirás é uma organização social sem fins lucrativos que tem a missão de ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública, como parte do necessário processo de aperfeiçoamento da democracia e para a construção de soluções para problemas públicos. Provocadas pela história de Alzira Soriano, primeira mulher a vencer uma eleição no Brasil e a primeira prefeita latino-americana, entendemos que as mulheres conquistaram o direito de voto no século passado, mas ainda seguem lutando pelo direito de serem eleitas e de exercerem plenamente seus mandatos, livres de violência e em condições de igualdade com os homens. E isso importa não somente porque as políticas públicas implementadas são influenciadas pela identidade de quem governa, mas também porque a falta de líderes femininas, e a imagem projetada por esse déficit, tem um impacto direto sobre as aspirações das meninas e suas escolhas de vida. (Instituto Alzirás, s.d.)

Esse cenário reforça a urgência de transformar estruturas institucionais que historicamente perpetuaram a exclusão feminina da esfera política. Embora iniciativas como o Instituto Alzirás desempenhem um papel fundamental no fortalecimento da presença de mulheres na política, a desigualdade de gênero nesse campo é mantida por um conjunto de barreiras interligadas, que vão desde normas culturais e sociais até obstáculos institucionais e econômicos. A naturalização da masculinidade como referência de liderança política, combinada à resistência de partidos e eleitores em reconhecer plenamente a legitimidade feminina nesses espaços, limita o avanço de candidaturas femininas. Além disso, a persistência de uma divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com responsabilidades domésticas e de cuidado, restringe seu tempo e disponibilidade para se dedicar à política em pé de igualdade com os homens. Para reverter esse quadro, é imprescindível articular estratégias que envolvam não apenas

políticas afirmativas, mas também um amplo processo de transformação cultural, que desconstrua os estereótipos de gênero e redefina as bases da participação política.

Outro aspecto central para a promoção da igualdade política é a necessidade de combater a violência de gênero dentro do próprio sistema eleitoral e legislativo. Mulheres em cargos políticos frequentemente enfrentam ataques que extrapolam o debate democrático e assumem um caráter misógino, seja por meio de deslegitimação de sua competência, ameaças diretas ou agressões simbólicas que reforçam a lógica da exclusão. Essa violência, muitas vezes silenciosa e naturalizada, opera como um fator de dissuasão, afastando lideranças femininas e inibindo a renovação política com maior equidade. Nesse sentido, a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção, como legislação específica contra a violência política de gênero e redes de apoio para mulheres eleitas, são medidas essenciais para garantir que a presença feminina nos espaços de poder não seja apenas uma conquista estatística, mas uma realidade efetiva, respaldada por condições que assegurem sua atuação livre e plena.

A necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na educação cívica e política desde a base escolar também se destaca. Louro (2000) defende que a construção de uma cultura política mais equitativa passa pela revisão dos currículos educacionais, de modo que a trajetória das mulheres na política e suas contribuições sejam devidamente reconhecidas e valorizadas. Além disso, a exposição a modelos femininos de liderança e participação pode atuar como um fator de estímulo para que novas gerações de mulheres se vejam como agentes legítimas do espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo deste estudo evidenciam a complexidade da relação entre educação, equidade de gênero e participação feminina no mercado de trabalho e na política. Embora a expansão do acesso das mulheres à educação tenha sido um marco significativo nas últimas décadas, os dados analisados demonstram que a escolarização, por si só, não tem sido capaz de eliminar as barreiras estruturais e culturais que mantêm a desigualdade de gênero. O que se observa é um descompasso entre a crescente qualificação feminina e as oportunidades concretas de ascensão profissional e política, evidenciando que o problema não se resume à formação educacional, mas à forma como o sistema social, político e econômico continua operando segundo lógicas excludentes.

No campo do trabalho, a presença feminina em setores de menor prestígio econômico e social, bem como a persistência da disparidade salarial, revelam a insuficiência das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades. A segregação horizontal, que confina mulheres a áreas historicamente femininas, e a segregação vertical, que impede sua ascensão a posições de liderança, não decorrem apenas de escolhas individuais, mas de um conjunto de fatores que vão desde a socialização infantil até normas institucionais que favorecem trajetórias masculinas. O discurso meritocrático frequentemente ignora que as mulheres enfrentam um conjunto de desafios que os homens não experimentam, como a sobrecarga de responsabilidades domésticas, a resistência cultural à sua presença em espaços de poder e a falta de redes de apoio profissional. Assim, é evidente que políticas de incentivo à equidade de gênero no trabalho precisam ir além de garantir acesso à educação e buscar mecanismos que

questionem e modifiquem essas estruturas. A ampliação da licença-paternidade, a criação de incentivos fiscais para empresas que promovam a equidade de gênero em cargos de chefia e a adoção de políticas de transparência salarial são algumas estratégias que podem ser implementadas para reverter esse cenário.

Na esfera política, os desafios são igualmente profundos. A sub-representação feminina nos cargos eletivos e nas instâncias decisórias da administração pública reflete uma estrutura consolidada que naturaliza o protagonismo masculino no poder. O simples aumento do número de mulheres na política não assegura transformações efetivas se não houver condições para que exerçam seus mandatos com autonomia e segurança. A violência política de gênero, as dificuldades de financiamento de campanhas femininas e a exclusão sistemática de mulheres dos espaços de decisão dentro dos próprios partidos são alguns dos obstáculos que dificultam o avanço dessa agenda. Para que a equidade de gênero se torne uma realidade no campo político, é fundamental a adoção de medidas mais efetivas, como o aumento do financiamento público para campanhas de mulheres, a punição severa da violência política de gênero e a implementação de programas de capacitação e fortalecimento de lideranças femininas desde os níveis educacionais mais básicos.

Além disso, a formação política de mulheres desde a juventude precisa ser vista como um fator crucial para a mudança desse quadro. Os currículos escolares devem incluir debates sobre democracia, participação cidadã e igualdade de gênero, garantindo que as novas gerações sejam formadas em uma perspectiva que reconheça a legitimidade da atuação feminina nos espaços de poder. A ausência de modelos femininos de liderança e a persistência de estereótipos sobre a política como um campo masculino desencorajam a participação de mulheres desde cedo. Dessa forma, a reestruturação da educação cívica

pode desempenhar um papel fundamental na superação desses desafios, preparando as futuras gerações para uma atuação política mais diversa e representativa.

Diante desses aspectos, este estudo aponta a necessidade de pesquisas que avancem na compreensão dos impactos de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, tanto no mercado de trabalho quanto na política. Análises comparativas entre países que conseguiram reduzir significativamente a desigualdade de gênero podem oferecer direções estratégicas para o desenvolvimento de medidas mais eficazes no contexto brasileiro. Da mesma forma, pesquisas que examinem como a educação pode ser reformulada para atuar de maneira mais decisiva na desconstrução de desigualdades são fundamentais para que o ensino deixe de ser apenas um espaço de reprodução de normas sociais e passe a ser um mecanismo real de transformação.

A equidade de gênero não pode ser tratada como um objetivo secundário ou uma agenda acessória no desenvolvimento social e econômico. A desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres não prejudica apenas aquelas que são diretamente afetadas, mas limita o avanço de toda a sociedade, restringindo talentos, inovações e perspectivas que poderiam contribuir para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A educação tem o potencial de ser uma ferramenta central nessa mudança, mas sua efetividade depende de uma articulação ampla entre políticas públicas, organizações privadas e sociedade civil. O combate às desigualdades estruturais exige um esforço contínuo de enfrentamento de normas e práticas que historicamente excluíram mulheres dos espaços de decisão e de poder. Somente por meio de mudanças estruturais e culturais será possível garantir que as mulheres tenham condições reais de exercer plenamente sua cidadania, tanto no mundo do trabalho quanto na política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conheca_20_metas.pdf. Acesso em: 03 Mar. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. New York: Routledge, 1990.

CONNELL, Raewyn. **Gender**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. Cambridge: Polity Press, 2002.

DAHLERUP, Drude. **Women, quotas and politics**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. New York: Routledge, 2006.

FRASER, Nancy. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. London: Verso, 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 03 Mar. 2025.

INSTITUTO ALZIRAS. **Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021-2024)**. Disponível em: <https://alziras.org.br>. Acesso em: 06 Mar. 2025.

KROOK, Mona Lena. **Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOVENDUSKI, Joni. **Feminizing politics**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. Cambridge: Polity Press, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero e educação no Brasil: avanços, desafios e resistências**. São Paulo: Cortez, 2018.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating capabilities: the human development approach**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PNAD CONTÍNUA. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>
Acesso em: 06 Mar. 2025.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. **American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1995.

UNESCO. **Education for all global monitoring report: gender and EFA 2000-2015**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234809> Acesso em: 06 Mar. 2025.

WITZ, Anne. **Gender and the professional predicament in nursing**. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa. London: Routledge, 1992.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global gender gap report 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2023> Acesso em: 10 Mar. 2025.

**O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO NO REGISTRO
DE IMÓVEIS E AS AVERBAÇÕES IMOBILIÁRIAS
ACAUTELATÓRIAS:
MEDIDAS PARA CONCRETIZAR A SATISFAÇÃO DAS
OBRIGAÇÕES, PREVENINDO TERCEIROS DE BOA-FÉ**

Carlos Eugênio Lara Corrêa Brondani Guizolfi Espig Netto⁴¹

Thiago Marchionatti Uggeri⁴²

RESUMO:

O artigo aborda um assunto multidisciplinar: o princípio da concentração no sistema registral imobiliário brasileiro. Todos os direitos incidentes sobre um determinado imóvel devem ser levados à matrícula imobiliária, para prevenir terceiros de boa-fé. Esse tema é contemporâneo e desafiador, tem gerado inúmeros debates acadêmicos e envolve várias áreas do conhecimento. O foco é a proteção de credores diante do inadimplemento de devedores no campo contratual, sendo certo que esses credores precisam levar as informações sobre a existência desses créditos ao sistema registral. Convém reafirmar a importância do artigo 54 da Lei nº 13.097/2015, que considera as informações constantes na matrícula do imóvel como oponíveis a terceiros, desconsiderando outras circunstâncias que não tenham tido a devida publicidade. E analisam-se mecanismos como averbações acautelatórias e outras medidas, para publicizar a litigiosidade sobre bens imóveis. O estudo explora instrumentos legais que garantem a obrigação, visando resguardar o credor e prevenir fraudes contra terceiros. A metodologia adotada é bibliográfica, com pesquisa em doutrinas, artigos científicos, legislação e jurisprudência, utilizando-se abordagem qualitativa para fundamentar a análise. Conclui-se que há um ônus muito severo a ser suportado por credores que não levem à publicidade registral a existência de seus direitos de crédito.

Palavras-Chaves: Averbação. Acautelatória. Boa-fé. Obrigação. Negócios.

⁴¹ Acadêmico do Curso de Direito, da Universidade Regional Integrada – URI, *Campus* Santiago /RS. E-mail: 101267@urisantiago.br.

⁴² Mestre em Direito. Professor das Disciplinas de Direito Civil (I a III) e Notarial e Registral da URI, *Campus* Santiago/RS. Oficial de Justiça Avaliador Federal na Vara de Trabalho de Santiago, RS. E-mail: tm@urisantiago.br. ou thiagomuggeri@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No mundo globalizado de hoje, as relações comerciais estão cada vez mais céleres, em virtude dos avanços tecnológicos. Os indivíduos têm maior facilidade para negociar bens e serviços. Assim, o comércio se movimenta com maior facilidade, gerando grande número de obrigações e de contratos.

Partindo dessa premissa, a ocorrência do inadimplemento de parte desses contratos torna-se quase que inevitável, seja por má-gestão financeira de um dos contraentes ou outro motivo alheio a vontade das partes. Assim, o credor bate às portas do Poder Judiciário, a fim de exigir do devedor o cumprimento das obrigações inadimplidas, como a quitação das dívidas.

Nessa senda, surge o presente estudo, que envolve diversas áreas do conhecimento, sendo tema contemporâneo e desafiador. O Registro de Imóveis é utilizado pela população em geral, para dar publicidade às negociações imobiliárias; mas profissionais do Direito, da Arquitetura e do Urbanismo, da Engenharia, da Geografia, da Agronomia utilizam do sistema registral como mecanismo para o exercício profissional.

Verifica-se, então, que há vários mecanismos no ordenamento pátrio que asseguram aos credores de dívidas formas de se resguardarem ante possíveis casos de insolvência dos devedores, em especial no que tange aos bens imóveis, que tem um sistema registral próprio, o que é muito útil como forma de garantir o adimplemento da obrigação.

Dessa forma, o trabalho em questão buscará responder o seguinte questionamento: como se dá a aplicação do princípio da concentração registral e quais as medidas acautelatórias que o credor poderá realizar em face do devedor em iminência de insolvência quanto aos bens imóveis?

O artigo terá três seções, em que se discorrerá, inicialmente,

acerca das averbações acautelatórias e a relação com o princípio da concentração. Após, falar-se-á acerca de duas medidas acautelatórias, divididas em duas seções, que eventualmente poderão ser averbadas na matrícula do imóvel do devedor, como forma de publicizar a litigiosidade do imóvel em face de terceiros.

A metodologia utilizada no estudo foi a bibliográfica, com pesquisa em artigos científicos, doutrinas, leis e jurisprudências, tendo como técnica de pesquisa a qualitativa.

PRINCÍPIO DA CONCETRAÇÃO REGISTRAL

Em primeiro lugar, há de se esclarecer que, no sistema registral brasileiro, há uma diferença entre registro e averbação. O registro é ato primitivo, que será assentado em livro próprio pela vez primeira (Livro 2 do CRI); já a averbação é ato secundário, que visa atualizar o registro preexistente, sendo, portanto, um ato registral formal e acessório.

O ordenamento jurídico brasileiro é regido por princípios de cunho moral e ético que regem a sociedade desde os primórdios. Entre tantas, pode-se citar a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (BRASIL, 2002), o qual é formado pela tríade axiológica de direito material que rege a sociedade: eticidade (boa-fé objetiva), socialidade (privilegiar a coletividade em detrimento do individualismo) e operabilidade (normas consistentes em tipos abertos, que facilitam a interpretação e a aplicação a casos concretos, pela forma de abordagem generalista, ou não específica); esse como prumo das relações privadas.

Com efeito, também deve-se esclarecer que as normas processuais (formais) possuem idênticos princípios, como a boa-fé processual e a cooperação das partes ao longo do caminho processual, para que haja uma decisão justa e efetiva. ARAÚJO arremata que:

Em toda e qualquer relação jurídica, a boa-fé estará presente como elemento ético e indissociável de integração, interpretação e correção. Na seara processual, o tema da boa-fé no direito processual brasileiro é absolutamente incipiente. A boa-fé sempre foi tratada como elemento secundário e com repercussão prática apenas no campo da fixação da pena de litigância de má-fé. A sua incidência sempre foi tratada de modo accidental como meio de justificar a ausência de má-fé. A nova legislação procura estabelecer um novo patamar para a boa-fé na seara processual. Sua importância ultrapassa a mera análise de conduta de contraposição com a má-fé para fins de fixação de apuração de perdas e danos oriundos da relação processual (art. 79 do CPC) (ARAÚJO, 2020).

A boa-fé é um costume bom da sociedade. Ninguém admite negociar com alguém que se comporta como um enganador. Desse modo, o sistema registral brasileiro é justamente o mecanismo para prevenir terceiros de boa-fé, pois a publicidade registral informa a sociedade em geral sobre negociações ou direitos incidentes sobre determinado imóvel.

Convém, pois, abordar, nesse contexto, o princípio da concentração registral, definido por CASSETTARI (2013, p. 150) assim:

O princípio da concentração surgiu com a Lei nº 6.015/73 e a instituição da matrícula. A ideia da matrícula foi concebida como sendo o cadastro do imóvel no qual devem se concentrar todos os direitos reais e atos a eles relativos que digam respeito ao imóvel cadastrado.

Desse modo, pelo próprio conceito da matrícula, verifica-se se a expressão do princípio da concentração ponto assim, segundo o princípio da concentração, todos os direitos reais incidentes sobre determinado imóvel devem estar reunidos na matrícula dele, não existindo possibilidade de outros direitos virem a afastá-los caso nela não se encontrem inscritos.

Antes, discutia-se a boa-fé do terceiro adquirente, exigindo-se que ele provasse ter, além das informações constantes na matrícula do imóvel, outras provas de sua boa-fé, como certidões negativas obtidas no Poder Judiciário em nome do vendedor do bem imóvel. Agora, ao que parece, o artigo 54 da Lei nº 13.097, de 2015, supervaloriza o princípio da concentração ao pontuar que só o que estiver averbado ou registrado na matrícula do bem poderá ser oposto ao terceiro (comprador); isso traz uma grande facilidade ao comprador, porque tendo somente as informações registrais já estará amparado pelo argumento de estar de boa-fé (se um dado direito não estiver lá averbado ou registrado). Houve, salvo melhor juízo, uma facilitação para o comprador, quanto à prova de sua boa-fé diante de outros titulares de direitos sobre o bem adquirido.

Fábio Calda de Araújo enfatiza:

O princípio da concentração é de criação recente no sistema brasileiro e seu suporte normativo reside na Lei nº 13.097/2015. A sua importância é fundamental para a proteção do terceiro de boa-fé em virtude do regime de proteção da inscrição. Pelo referido dispositivo, a matrícula do imóvel passa a espelhar a situação real do seu titular. E, para isso, o sistema registral permite a averbação de toda e qualquer ação que possa afetar o bem imóvel registrado. Até antes da edição da Lei nº 13.097/2015, apenas as ações reais e reipersecutórias eram acomodadas para fins de registro na matrícula. O art. 54, I a IV, passa a permitir o registro de ações reais, reipersecutórias e de ações pessoais. As pretensões do art. 54, IV, nascem por ordem judicial. O juiz determinará a averbação quando existir o perigo de insolvibilidade decorrente da pretensão veiculada na ação. Em suma, a eliminação da boa-fé do terceiro adquirente dependerá da diligência da parte em requerer a averbação e induzir o juízo quando necessário. A matrícula passa a concentrar as ações que surtiram eficácia contra o réu ou devedor. A diligência da parte será essencial e sequer dependerá de ordem judicial para fins de averbação do ajuizamento da ação de execução autônoma ou na modalidade de cumprimento de sentença (art. 799, IX, do CPCB) (ARAÚJO, 2020).

Esse princípio da concentração baseia-se na centralização das informações jurídicas relevantes sobre bens imóveis no registro imobiliário, exatamente como considera LOUREIRO (2023, p. 705):

Alguns autores denominam princípio da concentração a regra abstrata consagrada no artigo 54 da Lei nº 13.097, de 2015, pois dela deriva que todos os fatos, atos ou situações jurídicas devem ser tornados públicos na matrícula do imóvel, para que possam ser oponíveis contra terceiro de boa-fé que adquira a propriedade ou algum direito real imobiliário.

Quanto mais o conteúdo da matrícula reflete a situação jurídica real do imóvel, maior é a segurança do sistema, proporcionando proteção jurídica a titulares, credores, compradores e terceiros interessados. (HELENA, 2017).

Ou seja, não poderão ser opostas pelo titular de um direito as situações jurídicas não publicizadas na matrícula do imóvel, matrícula sempre disponível a quem interessar possa no Registro de Imóvel do local onde se situa o bem imóvel.

Por conseguinte, o *caput* do art. 54 da Lei nº 13.097/15 dispõe que os negócios jurídicos destinados a constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação aos atos jurídicos anteriores não registrados ou averbados na matrícula do imóvel, conforme segue:.

Art. 54 da L. 13.097: Os negócios jurídicos que tenham por fim constituir, transferir ou modificar direitos reais sobre imóveis são eficazes em relação a atos jurídicos precedentes, nas hipóteses em que não tenham sido registradas ou averbadas na matrícula do imóvel as seguintes informações: (Vigência)

I - registro de citação de ações reais ou pessoais reipersecutórias;

II - averbação, por solicitação do interessado,

de constrição judicial, de que a execução foi admitida pelo juiz ou de fase de cumprimento de sentença, procedendo-se nos termos previstos no art. 828 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil); (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

III - averbação de restrição administrativa ou convencional ao gozo de direitos registrados, de indisponibilidade ou de outros ônus quando previstos em lei; e

IV - averbação, mediante decisão judicial, da existência de outro tipo de ação cujos resultados ou responsabilidade patrimonial possam reduzir seu proprietário à insolvência, nos termos do inciso IV do caput do art. 792 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

V - averbação, mediante decisão judicial, de qualquer tipo de constrição judicial incidente sobre o imóvel ou sobre o patrimônio do titular do imóvel, inclusive a proveniente de ação de improbidade administrativa ou a oriunda de hipoteca judiciária. (Incluído pela Lei nº 14.825, de 2024)

§ 1º Não poderão ser opostas situações jurídicas não constantes da matrícula no registro de imóveis, inclusive para fins de evicção, ao terceiro de boa-fé que adquirir ou receber em garantia direitos reais sobre o imóvel, ressalvados o disposto nos arts. 129 e 130 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e as hipóteses de aquisição e extinção da propriedade que independam de registro de título de imóvel.

§ 2º Para a validade ou eficácia dos negócios jurídicos a que se refere o caput deste artigo ou para a caracterização da boa-fé do terceiro adquirente de imóvel ou beneficiário de direito real, não serão exigidas: (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022).

Dessa forma, verifica-se que o princípio da concentração dos atos registrais foi aperfeiçoado pela norma (art. 54 da Lei nº 13.097), visto que àqueles negócios jurídicos que não foram registrados ou averbados anteriormente em face de novo negócio jurídico, este sobrepesa sobre aqueles, em razão do princípio da concentração, pois, nos ensinamentos de Paiva e Erpen: “todos os atos e fatos capazes de alterar a situação jurídica do bem, ainda que em caráter secundário,

devem ser inscritos em sua matrícula para que sejam oponíveis *erga omnes*” (2000, p. 49).

Por fim, a partir do art. 54 da Lei nº 13.097, tem-se agora um super princípio da concentração, pois o que não for publicizado na matrícula do imóvel, salvo melhor juízo, não será oponível a terceiros (terceiros que, assim, estarão de boa-fé ao usarem a argumentação que um determinado direito não está registrado ou averbado na matrícula do imóvel).

AVERBAÇÕES ACAUTELATÓRIAS NA MATRÍCULA DO IMÓVEL

O instituto da averbação, ora em estudo, está presente na Lei dos Registro Públicos, Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em especial no art. 167, II, 12, cuja redação é a seguinte:

Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos.

(...)

II - a averbação:

(...)

12) das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto atos ou títulos registrados ou averbados; (...)
(BRASIL, 1973).

A doutrina ensina que as decisões que objetivam a averbação na matrícula do imóvel consistiam como mecanismos que manifestação de vontade de determinados indivíduos, em face dos proprietários do imóvel e/ou o próprio bem (Theodoro Júnior, 2016).

EL DEBS adverte que “Quaisquer decisões jurisdicionais que de algum modo modifiquem o conteúdo do registro ou da averbação devem

também ser objeto de averbação. A finalidade é garantir a oponibilidade perante terceiros e consequentemente a publicidade”. E afirma que não se pode averbar direito novo; mas sim aqueles que já são objeto de registro e/ou averbação anteriores (2023, p. 955).

A doutrina de Afrânio de Carvalho (1982, p. 179) qualifica essa medida como preventiva, a fim de “prevenir terceiros de ameaças à titularidade constante do registro, decorrentes de atos judiciais ou de atos negociais sob condição suspensiva, a fim de se inteirarem de risco de negócio com os respectivos imóveis”. E segue:

A inscrição preventiva, com a mesma índole premonitória, figura em outras legislações para, como aqui, informar terceiros da pendência de obrigações ou riscos sobre os imóveis, cuja aquisição não se poderá fazer, a menos que o adquirente queira expor-se à anulação do ato e ter contra si a prova pré-constituída da fraude (1982, p. 179).

Nessa mesma linha, há no sistema dos registros públicos o princípio da concentração dos atos, que estabelece “a possibilidade de se proceder todo e qualquer lançamento registral, desde que haja relevância quanto ao objeto ou ao seu titular de direito” (LAMANA PAIVA, 2019, p. 03).

As averbações nas matrículas dos imóveis têm como objetivo profícuo a prevenir terceiros que venham a adquirir o referido imóvel, bem como advertir sobre os riscos provenientes de atos judiciais ou negociais, os quais poderão arcar com as consequências provenientes da aquisição de imóvel litigioso.

Assim, conclui-se que o instituto das averbações acautelatórias, relacionado ao princípio da concentração, tende a prevenir eventuais terceiros que vierem adquirir o bem imóvel acerca dos riscos

provenientes dele. Via de consequência, eventuais negócios jurídicos novos não vão sobrepor à notificação acautelatória.

Na sequência, se abordarão dois institutos do direito registral e processual, averbáveis na matrícula, que visam prevenir terceiros acerca de eventuais direitos que poderão recair sob determinados imóveis de devedor que está na iminência da insolvência.

AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA

A Lei nº 11.232, de 22 de dezembro de 2005, operou grande mudança no revogado Código de Processo Civil de 1973 (Lei nº 5.869/73), trazendo o instituto da averbação premonitória para o ordenamento jurídico brasileiro (art. 615-A).

A referida lei originou um novo mecanismo processual para o rito das execuções no antigo código processual, já revogado pelo atual *Codex* processual de 2015. Atualmente, é o artigo 828 do CPC de 2015 que aborda o assunto:

Art. 828. O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.

§ 1º No prazo de 10 (dez) dias de sua concretização, o exequente deverá comunicar ao juízo as averbações efetivadas.

§ 2º Formalizada penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, o exequente providenciará, no prazo de 10 (dez) dias, o cancelamento das averbações relativas àqueles não penhorados.

§ 3º O juiz determinará o cancelamento das averbações, de ofício ou a requerimento, caso o exequente não o faça no prazo.

§ 4º Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação.

§ 5º O exequente que promover averbação manifestamente indevida ou não cancelar as averbações nos termos do § 2º indenizará a parte contrária, processando-se o incidente em autos apartados. (BRASIL, 2015).

Veja-se agora o comparativo entre o revogado artigo 615-A (CPC/1973) e o artigo 828 (CPC/2015).

Pela redação do dispositivo legal revogado, poderia o exequente de quantia certa, ao distribuir a ação de execução, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com as devidas informações, como nome das partes e valor da dívida, e proceder com a averbação no Cartório de Registros de Imóveis e veículos ou outros bens sujeitos a penhora ou arresto (*caput* do art. 615-A, CPC/73), visando a publicidade acerca da demanda expropriatória futura. Importante consignar, que a medida citada tem como finalidade precípua dar conhecimento a todos de que aqueles bens estão sujeitos à constrição e posterior expropriação judicial, impedindo, desta forma, a alegação de boa-fé de terceiros. Não obstante a revogação do CPC/1973 pelo CPC/2015 (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), quis o legislador infraconstitucional que o instituto da averbação premonitória continuasse a produzir efeitos em *Terrae Brasíliæ*, haja vista que, ante a cautela do exequente, este conseguia ver a satisfação de sua obrigação ante a expropriação dos bens do executado.

Todavia, o legislador não quis que o novo Código de Processo Civil (2015) mantivesse com os mesmos ditames, e preferiu inovar pontualmente: o artigo 828 do CPC/2015, ao abordar o instituto da averbação premonitória, definiu que o exequente, para obter a certidão para fins de averbação na matrícula do imóvel, deverá aguardar a admissão da ação de execução pelo juízo (não mais se contentou com a singela distribuição do processo de execução – previsão do revogado

artigo 615-A do CPC/1973).

Os demais regramentos da averbação premonitória se mantiveram inalterados, como é o caso (a) do prazo de dez dias para comunicação ao juízo sob a diligência de averbação; (b) do cancelamento da averbação nos bens que não foram expropriados; (c) da fraude contra execução em face dos bens alienados após a averbação e, por fim, (d) da possível indenização do exequente em face do executado, nos casos de que a averbação foi indevida ou não cancelada após quitada a obrigação (uma hipótese de abuso de direito, que possibilita tutela indenizatória, conforme o art. 187 do Código Civil de 2002).

Theodoro Junior (2007, p. 47) ensina que, “a averbação torna a força da execução ajuizada oponível *erga omnes*, no tocante aos bens objeto da medida registral, de sorte que sendo alienados, permanecerão mesmo no patrimônio do adquirente, sujeitos a penhora, sem que se possa cogitar de boa-fé do terceiro para impedi-la”.

Nessa mesma ótica, ensina Marcelo Abelha Rodrigues e Flávio Cheim Jorge (2017, p. 622):

Assim, tanto quanto possível é importante que o exequente lance mão de meios que lhe permitam evitar que o executado desfalque seu patrimônio além do suficiente para garantir as obrigações inadimplidas. Nesta toada, uma das formas é justamente trazer ao conhecimento de terceiros a existência da execução instaurada contra o executado, o que é feito, por exemplo, por intermédio da averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade. Com isso, realizada a averbação, então o eventual desfalque patrimonial e alienação do referido bem onde estava registrada a certidão, presume-se em fraude à execução, e nenhum terceiro poderá sustentar posteriormente que adquiriu o bem sem saber que estaria ele comprometido com a sujeitabilidade à expropriação.

E, continuam discorrendo acerca do alerta que a referida medida consiste, pois materializa-se como um aviso prévio a terceiros de boa-fé que possam eventualmente adquirir o referido bem:

Não se discute que esta certidão da execução averbada no local de registro dos bens do executado tem um papel fundamental de advertir com antecipação, atuando como se fosse uma espécie de aviso - daí receber o apelido forense de certidão premonitória - no sentido de não apenas informar o terceiro que pretenda adquirir o bem que sobre ele pesa a aura da responsabilidade patrimonial do executado, mas em especial de presumir em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens efetuada após a averbação nos termos do art. 828, § 4º, do CPC.

Portanto, esta técnica de proteção da responsabilidade patrimonial tem em si uma inegável função preventiva - de evitar a oneração ou alienação - mas também repressiva no sentido de facilitar o reconhecimento da fraude do bem adquirido após a averbação.

Ainda, valioso expor que a referida medida cautelar não retira a possibilidade do executado de dispor do bem, mas eventual transferência do imóvel poderá ser declarada ineficaz em face da execução. Nesse sentido, aprendemos com o grande processualista brasileiro Theodoro Júnior (2007, p. 33):

Os bens afetados pela averbação não poderão ser livremente alienados pelo devedor. Não que ele perca o poder de dispor, mas porque sua alienação pode frustrar a execução proposta. Trata-se de instituir um mecanismo de ineficácia relativa. A eventual alienação será válida entre as partes do negócio, mas não poderá ser oposta à execução, por configurar hipótese de fraude nos termos do art. 593, como prevê o §3º do art. 615-A. Não obstante a alienação subsistirá a responsabilidade sobre o bem, mesmo tendo sido transferido para o patrimônio de terceiro.

Assim sendo, constata-se que tal mecanismo não retira o bem do mundo dos negócios, contudo, cria a possibilidade de eventual embaraço negociais em face do executado, restringindo, de maneira indireta, o livre tráfego jurídico do bem imóvel ou móvel (RAMOS *et al*, 2007).

A averbação premonitória, portanto, consiste em medida cautelar em face do executado, a qual objetiva a publicizar que determinado bem poderá ser expropriado para a quitação de eventual obrigação.

Por fim, deve-se abordar a inovação jurisprudencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de aplicar o poder geral de cautela do juiz para definir que é possível utilizar a averbação premonitória também em se tratando de processo de conhecimento, onde ainda ampla cognição e grande debate sobre fatos, provas e fundamentos jurídicos sobre o caso (o STJ estendeu a possibilidade da averbação premonitória, prevista inicialmente pela lei processual para a fase da ação de execução ou de cumprimento de sentença, para a fase de conhecimento do processo). Vejamos a ementa do julgamento:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA. PROCESSO DE CONHECIMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR. PODER GERAL DE CAUTELA. EFICÁCIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO. CONCESSÃO. POSSIBILIDADE.

1. A providência prevista no art. 828 do CPC/2015 destina-se à averbação da execução admitida pelo juiz no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade e possui dupla finalidade: (I) de um lado, tornar pública a existência de demanda executiva em face do devedor, de forma a presumir de maneira absoluta que a alienação do bem, se o conduzir à insolvência, constituirá fraude à execução e tornará ineficaz o negócio jurídico praticado; (II) ao tornar pública a existência da demanda executiva, prevenir a dilapidação patrimonial que possa levar o devedor à

insolvência e, assim, orientar outros credores quando negociarem com o devedor.

2. Malgrado a previsão da averbação premonitória seja reservada à execução, pode o magistrado, com base no poder geral de cautela e observados os requisitos previstos no art. 300 do CPC/2015, deferir tutela provisória de urgência de natureza cautelar no processo de conhecimento, com idêntico conteúdo à medida prevista para a demanda executiva.

3. O poder geral de cautela assegura ao magistrado o deferimento de todas as medidas que se revelarem adequadas ao assecuramento da utilidade da tutela jurisdicional, ainda que sejam coincidentes com aquelas previstas especialmente para a execução. Portanto, sobressai o caráter instrumental da providência de natureza cautelar, que visa à garantia do próprio instrumento, no sentido de assegurar a efetividade do processo judicial.

4. A base legal para o deferimento da medida, em verdade, não é o citado art. 828, senão os arts. 300 e 301 do CPC/2015, embora similar àquela prevista para a execução, vale dizer, a possível extensão da disciplina específica da averbação premonitória aos processos de conhecimento encontra seu assento no poder geral de cautela. [...] (REsp n. 1.847.105/SP, DJe de 19/9/2023).

O julgamento deixa claro que: “embora a previsão da averbação premonitória seja ordinariamente reservada à execução, pode o magistrado, com base no poder geral de cautela e observados os requisitos previstos no art. 300 do CPC, deferir tutela provisória de urgência de natureza cautelar no processo de conhecimento, com idêntico conteúdo à medida prevista para a demanda executiva (art. 829 do CPC)”.

Por todo o exposto, a averbação premonitória é um procedimento processual a disposição dos credores de obrigações (em dinheiro, bens, serviços), para que, utilizando-se do princípio da concentração registral, se dê informação a quem interessar possa que aquele determinado bem é litigioso, ou que algum direito incide sobre ele. A partir disso, estar-se-á

prevenindo terceiros de boa-fé, que saberão que negócios envolvendo o imóvel não se revestirão da necessária segurança jurídica (dizendo de outro modo: fazer um negócio tendo como objeto o bem imóvel litigioso será assumir o risco de perda da coisa).

Dito isso, é importante agora analisar outra forma de publicizar direitos incidentes sobre bens, para que terceiros não possam alegar desconhecimento ou boa-fé. Trata-se do protesto contra alienação de bens.

PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS

Além da averbação premonitória, há, no ordenamento pátrio, o instituto do protesto contra alienação de bens, que visa, igualmente, prevenir eventuais terceiros de boa-fé que possam adquirir bens imóveis e, posteriormente, perderem o referido bem.

Inicialmente, verifica-se que o referido instituto estava previsto no Capítulo II, Dos Procedimentos Cautelares Específicos, na seção X que trata dos protestos, notificações e interpelações do revogado Código de Processo Civil de 1973 (Lei nº 5.869/73), nos artigos 867 a 873. Atualmente, são dois dispositivos legais, especificamente, que abordam o assunto: os artigos 867 e 870, parágrafo único, do CPC de 2015. O art. 867 do CPC/15 trata do protesto contra alienação de bens, *in verbis*:

Art. 867. Todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer por escrito o seu protesto, em petição dirigida ao juiz, e requerer que do mesmo se intime a quem de direito. (BRASIL, 1973).

E o artigo 870 do CPC/15 complementa que:

Art. 870. Far-se-á a intimação por editais: I - se o protesto for para conhecimento do público em geral, nos casos previstos em lei, ou quando a publicidade seja essencial para que o protesto, notificação ou interpelação atinja seus fins; II - se o citando for desconhecido, incerto ou estiver em lugar ignorado ou de difícil acesso; III - se a demora da intimação pessoal puder prejudicar os efeitos da interpelação ou do protesto.

Parágrafo único. Quando se tratar de protesto contra a alienação de bens, pode o juiz ouvir, em 3 (três) dias, aquele contra quem foi dirigido, desde que lhe pareça haver no pedido ato emulativo, tentativa de extorsão, ou qualquer outro fim ilícito, decidindo em seguida sobre o pedido de publicação de editais. (BRASIL, 1973). E o artigo 870 do CPC/15 complementa que:

Humberto Theodoro Júnior (2016), ensina que tais procedimentos não são contenciosos, mas sim, meramente conservativos de direito. Ainda, continuar a explicar que, “são formas de exteriorização de vontade, ou de representação ou ideia” (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 573). E ainda prossegue “com o protesto, portanto, o interessado promove medida em juízo destinada a documentar certa declaração de vontade, cientificando solenemente o destinatário do propósito do promovente de ressaltar ou conservar direitos e prevenir responsabilidades” (p. 576).

EL DEBS também assegura que:

O protesto contra alienação de bens, que era previsto no parágrafo único do artigo 870 do CPC/1973, foi objeto, por muito tempo, de discussão acerca da possibilidade ou não de seu ingresso na matrícula do imóvel com base no poder geral de cautela jurisdicional.

Atualmente, o novo CPC estabelece que a tutela de urgência cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens de registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea (artigo 301).

Assim, o CPC/2015 não prevê mais cautelares típicas, mas em seu art. 301, prevê que a tutela cautelar pode ser efetivada pelos meios supramencionados. Manteve, com este dispositivo, o poder geral de cautela do magistrado (2023, p. 955).

Nessa senda, o protesto é ato judicial de comprovação ou documentação de intenção de quem o promove, fazendo que, de tal forma, o agente que promove possui como interesse que surja no mundo jurídico uma pretensão de ordem substancial ou material (THEODORO JÚNIOR, 2016).

Assim, entre as finalidades do protesto, consiste a ressalva de seus direitos, como no caso de protesto contra alienação de bens, que possa reduzir o alienante à insolvência e deixar o credor sem meios de executar seu crédito” (THEODORO JR. 2016, p. 576.)

Importante consignar que, “o protesto contra alienação de bens não t[f]az alteração algumas nos elementos constantes no registro. Nem torna indisponível o bem objeto da matrícula, constituindo simples medida processual acautelatória de direitos” (NERY JÚNIOR; NERY, 1997, p. 934). Ainda, não possui caráter litigioso, apenas conserva ou preserva direitos porventura preexistente, sendo essencialmente unilateral o seu procedimento, ou seja, a outra parte apenas recebe ciência dele (THEODORO JÚNIOR, 2016).

Com o advento do código processual civil de 2015, o referido instituto foi realocado para o procedimento de jurisdição voluntária, deixando de ocupar o capítulo dos procedimentos cautelares, sendo que o legislador congregou sete artigos em apenas dois, sendo que os dispositivos legais que regulavam a notificação, interpelação e, principalmente, o protesto, se resumiram aos artigos 726 e 727. Todavia, a doutrina expõe que o legislador infraconstitucional expôs tais institutos na lei, contudo, “não especifica em que constituirá ele”

(THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 575).

Nos casos do protesto contra alienação de bens é comum e correta medida a ser adotada pelo promovente, de averbar na matrícula do bem, considerando o princípio da concentração dos atos da matrícula. No entanto, a Lei de Registro Públicos não prevê tal modalidade, e a jurisprudência fazia resistência a tal medida, considerando que tal ato opunha a ideia de molestar, embaraçar e coagir o requerido, sem amparo legal.

Porém, o atual Código de Processo Civil compactua com tal conduta, desde que o promovido seja ouvido previamente, abonando, assim, a posição menos radical dos tribunais acerca da matéria, considerando que tal medida possui amparo no poder geral de cautela do juiz. Veja-se o que a melhor da doutrina diz acerca do caso:

Nos casos de protesto contra alienação de bens imóveis é comum pretender se sua averbação no Registro Imobiliário. A Lei dos Registros Públicos, todavia, não prevê tal modalidade de averbação e a jurisprudência, quase sempre lhe opunha resistência, a pretexto de nela, entrever o propósito de molestar, embaraçar e coagir o requerido, sem amparo na lei. O NCPC, entretanto, possibilita esse registro, exigindo para tanto que o promovido seja ouvido previamente (art. 728, II). Abona, assim, posição jurisprudencial menos radical, que admite possa a averbação no Registro Imobiliário ser apreciada, caso a caso, dentro do poder geral de cautela do juiz (NCPC, art. 297). Esta alteração legislativa parece benemérita, por ser a mais compatível com os desígnios da tutela cautelar e com as modernas preocupações com a efetividade da jurisdição. Caberá ao juiz velar para que o expediente não seja utilizado de forma abusiva (art. 728, I). (THEODORO JUNIOR, 2016, p. 576-577).

Assim, o sistema jurídico confere ao magistrado o poder de cautela e prudência, para que as decisões sortam os efeitos esperados e desejados, e a tutela jurisdicional seja prestada com excelência.

Dessa forma, conclui-se que o protesto contra alienação de bens consiste em medida cautelar que o futuro exequente poderá se socorrer em eventual provável insolvência de seu devedor, uma vez que tal medida alerta possíveis terceiros de boa-fé da perda do imóvel, e, consequentemente, arcaram com os efeitos de sua negligência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, conclui-se que:

(1) O princípio da concentração registral define que os direitos incidentes sobre determinado bem imóvel devem estar registrados na matrícula do bem, sob pena de não serem oponíveis a terceiros (de boa-fé). O artigo 54 da Lei nº 13.097, de 2015, supervalorizou o esse princípio da concentração ao pontuar que só o que estiver averbado ou registrado na matrícula do bem poderá ser oposto ao terceiro de boa-fé (como pode ser o caso de um comprador do imóvel).

(2) As averbações acautelatórias são importantes para prevenir terceiros que venham a idealizar adquirir um bem imóvel. Eventuais novos negócios jurídicos sobre o bem imóvel não vão se sobrepor à anterior notificação acautelatória (o risco é totalmente assumido pelo adquirente que, tendo visto a averbação acautelatória, insistiu em negociar).

(3) A averbação premonitória consiste em medida cautelar em face do executado ou do demandado, objetivando publicizar que determinado bem poderá ser expropriado, em ação judicial (de execução ou de conhecimento, conforme orientação jurisprudencial do STJ), para a quitação de eventual obrigação.

(4) O protesto contra alienação de bens consiste em medida

cautelar, procedimento de jurisdição voluntária (não contenciosa), que o futuro exequente (credor) poderá se valer em caso de provável insolvência de seu devedor. Essa medida alerta terceiros de boa-fé sobre a possibilidade de perda do imóvel.

Por todo o exposto, há no sistema jurídico brasileiro medidas cautelares que o credor pode adotar para realizar a satisfação de seu crédito, seja no processo de execução ou no processo de conhecimento, adotando a averbação premonitória, a averbação acautelatória ou o protesto contra alienação de bens, para evitar possíveis fraudes perpetradas por devedores contra seus credores ou contra a efetividade de um processo judicial (de execução ou de conhecimento).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fábio Caldas de. **O terceiro de boa-fé** [livro eletrônico]: proteção na aquisição de bens móveis e imóveis. 1ª Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 05 Nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015. **Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios e dá várias outras providências**. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113097.htm>. Acesso em: 05 Nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código**

Civil. Presidência da República. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 05 Nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Institui o Código de Processo Civil.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm. Acesso em: 05 nov 2024.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16015compilada.htm>. Acesso em: 31 Out. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp n. 1.847.105/SP.**

Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. Quarta Turma. Julgado em 12/9/2023; publicado no DJe de 19/9/2023. Disponível em: <www.stj.jus.br>. Acesso em 05 nov. 2024.

BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). **Comentários ao código de processo civil**, v. 3. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASSETTARI, Christiano [Coordenador da Coleção Cartórios]; SERRA, Márcio; SERRA, Monete. **Registro de Imóveis I – Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

EL DEBS, Martha. **Legislação Notarial e de Registros Públicos comentada artigo por artigo**. 6 Ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

ERPEN, Décio Antônio; PAIVA, João Pedro Lamana. A autonomia registral e o princípio da concentração. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, v. 49, p. 46-52, jul./dez. de 2000.

HELENA, Breno de Andrade Zoehler Santa. Os riscos ocultos nas transmissões imobiliárias e o princípio da concentração.

Civilistica.com, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1–25, 2017. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/283>. Acesso em: 31 out. 2024.

KÜMPEL, Vitor Frederico. **Direito Notarial e Registral em Síntese**. 2ª Ed. São Paulo: YK Editora, 2024.

LOUREIRO, Luiz Guilherme. **Registros públicos: teoria e prática**. 12ª Ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**: atualizado até 01.08.1997. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

PAIVA, João Pedro Lamana. **Títulos Judiciais e a sua repercussão registral no RI**. 2019. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/artigopaiva.pdf>>. Acesso em: 05 Nov 2024.

RAMOS, Glauco Gumerato; NEVES, Daniel Amorim Assumpção; FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima; MAZZEI, Rodrigo. **Reforma do CPC 2 – Leis 11.382/06 e 11.341/06**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais – vol. II**. 50 ed. rev., atual., e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A reforma da execução do título extrajudicial: Lei 11.382/06, de 6 de dezembro de 2006**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO: DESAFIOS, ALTERNATIVAS E PROPOSTAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

Cristian Carmo Fontella⁴³

Ivann Carlos Lago⁴⁴

Marjorie Bier Krinski Corrêa⁴⁵

Odair Leandro Krinski Corrêa⁴⁶

Resumo: Este artigo explora o impacto das políticas neoliberais no sistema de mediação de conflitos no Rio Grande do Sul, analisando suas consequências sobre as relações trabalhistas e sociais. A partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica em profundidade, são investigadas as influências do neoliberalismo no enfraquecimento do papel do Estado como mediador, bem como as alternativas para a construção de uma mediação mais justa. Autores como David Harvey, Wendy Brown e Pierre Dardot são mobilizados para expor as transformações econômicas e sociais que têm aumentado as desigualdades no acesso à justiça. Boaventura de Sousa Santos contribui com uma proposta de mediação contra-hegemônica, enquanto John Paul Lederach sugere modelos mais sustentáveis de resolução de conflitos. O artigo propõe que uma abordagem alternativa à mediação de conflitos deve resistir às pressões neoliberais e incluir os grupos vulneráveis, ampliando o acesso à justiça social. A análise considera as dinâmicas específicas do estado, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Palavras-chave: Justiça Social. Desigualdade. Vulnerabilidade. Relações Trabalhistas. Políticas Públicas.

⁴³ Bacharel em Direito e Vereador do município de Santo Ângelo, RS. E-mail: fontella.cristian@gmail.com.

⁴⁴ Doutor em Sociologia. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, *Campus Cerro Largo*. E-mail: ivann@uffs.edu.br.

⁴⁵ Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas na UFFS, *Campus Cerro Largo*. Bolsista CAPES. E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br.

⁴⁶ Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas na UFFS, *Campus Cerro Largo*. Engenheiro Civil. E-mail: odair.correa@estudante.uffs.edu.br

INTRODUÇÃO

O contexto contemporâneo das políticas públicas no Brasil, e particularmente no estado do Rio Grande do Sul, está fortemente marcado pela ascensão do neoliberalismo. Diferente do liberalismo clássico, que visava garantir as liberdades individuais em um Estado de direito, o neoliberalismo tem como princípio central a subordinação de todas as esferas da vida social à lógica de mercado. Essa transformação econômica e ideológica é abordada por diversos autores, sendo uma das contribuições mais importantes a de Foucault (2008), que apresenta uma genealogia do neoliberalismo, explorando como o indivíduo foi reconfigurado em termos de "capital humano". Essa redefinição do papel do indivíduo e do Estado altera profundamente as relações de poder e a mediação de conflitos, sobretudo em um contexto de crescente precarização das relações trabalhistas.

No Rio Grande do Sul, as políticas neoliberais têm impactado o sistema de mediação de conflitos ao desarticular os mecanismos tradicionais de intervenção estatal, enfraquecendo sindicatos e limitando o acesso dos trabalhadores a formas justas e equitativas de resolução de disputas. A distinção teórica entre liberalismo e neoliberalismo, conforme explorada por autores clássicos como Locke (1994) e Smith (1996), e contemporâneos como Harvey (2007) e Brown (2019), é fundamental para compreender o atual panorama. O liberalismo clássico, representado por Locke e Smith, via o Estado como mediador, um mecanismo essencial para garantir a equidade entre as partes em conflito. Contudo, o neoliberalismo, conforme argumenta Harvey (2007), reformula essa função, transformando o Estado em um agente facilitador do mercado, com impactos profundos sobre a justiça social e a mediação de conflitos.

A análise apresentada neste artigo tem como objetivo

compreender os efeitos do neoliberalismo sobre o sistema de mediação de conflitos no Rio Grande do Sul, destacando os impactos econômicos e sociais dessa lógica sobre as esferas trabalhistas e comunitárias. O foco é identificar como a adoção de políticas neoliberais tem afetado o equilíbrio das relações de poder entre empregadores e trabalhadores, sobretudo no que tange à negociação e mediação de conflitos trabalhistas e sociais. A discussão é fundamentada em autores críticos do neoliberalismo, como Harvey (2007), Brown (2019) e Dardot e Laval (2016), que tratam das consequências da subordinação das políticas públicas à racionalidade econômica neoliberal.

A justificativa para o estudo reside na crescente necessidade de alternativas que resistam à lógica neoliberal, promovendo um sistema de mediação de conflitos mais inclusivo e justo. As desigualdades que emergem dessa transformação econômica afetam diretamente a capacidade de grupos marginalizados, como trabalhadores precarizados e comunidades rurais, de acessar mecanismos eficazes de mediação. Boaventura de Sousa Santos (2000) aponta para a necessidade de uma mediação contra-hegemônica, que desafie a estrutura neoliberal e atenda às demandas dos mais vulneráveis. O objetivo central, portanto, é propor alternativas que restabeleçam o papel do Estado como mediador justo e eficiente no contexto gaúcho.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo é a pesquisa qualitativa e bibliográfica em profundidade. Esse método permite uma análise crítica das fontes teóricas selecionadas, possibilitando um estudo aprofundado das consequências das políticas neoliberais para a mediação de conflitos. A ausência de estudo de caso ou pesquisa de campo é justificada pela natureza teórica e crítica da pesquisa, que visa à compreensão de transformações estruturais no sistema de mediação, com base na literatura existente.

O artigo está estruturado em três tópicos principais. O primeiro tópico aborda os impactos do neoliberalismo no sistema jurídico e trabalhista do Rio Grande do Sul, com ênfase na flexibilização das relações trabalhistas e na redução do papel mediador do Estado. O segundo tópico trata da distinção entre liberalismo político e neoliberalismo, com uma análise detalhada do papel do Estado na mediação de conflitos, contrastando as visões de autores clássicos e contemporâneos. No terceiro tópico, são propostas alternativas e soluções para uma mediação de conflitos mais justa e democrática no contexto gaúcho, considerando os desafios impostos pelo neoliberalismo e explorando as possibilidades de uma mediação inclusiva e participativa, conforme sugerido por Lederach (2000) e Sousa Santos (2000).

Assim, ao final da análise, propõe-se que a resistência à lógica neoliberal e a promoção de um sistema de mediação mais justo dependem da implementação de políticas públicas que fortaleçam o papel mediador do Estado e ampliem o acesso à justiça para os grupos mais vulneráveis. A análise comparativa de áreas urbanas e rurais do estado visa permitir uma compreensão mais ampla dos desafios e oportunidades para a mediação de conflitos no Rio Grande do Sul.

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO SISTEMA JURÍDICO E TRABALHISTA GAÚCHO

O avanço do neoliberalismo no sistema jurídico e trabalhista do Rio Grande do Sul promoveu transformações significativas, alterando o papel do Estado enquanto regulador das relações de trabalho. As

políticas de desregulamentação, austeridade e flexibilização impostas por esse modelo econômico, conforme a análise de Harvey (2007), objetivam a redução da interferência estatal e a liberalização do mercado. Esse processo, no entanto, tem gerado a fragilização das instituições de mediação de conflitos, que antes atuavam como moderadoras nas disputas entre capital e trabalho, agora veem sua atuação comprometida diante de um cenário de menor regulação. Esse movimento neoliberal diminui a capacidade de intervenção estatal em disputas trabalhistas, gerando uma estrutura em que as empresas passam a ditar as condições de trabalho de maneira unilateral.

Essa fragilização das instituições de mediação de conflitos é acompanhada pela precarização das condições laborais, especialmente nos setores mais expostos à desregulamentação, como o agronegócio e a indústria. A flexibilização das leis trabalhistas, impulsionada por reformas neoliberais, afeta diretamente os trabalhadores, que se veem submetidos a jornadas exaustivas, contratos temporários e pouca segurança no emprego. Além disso, a redução dos mecanismos de fiscalização e proteção do trabalhador faz com que a mediação de conflitos perca sua efetividade, permitindo que as desigualdades entre empregadores e empregados se acentuem. Nesse contexto, a justiça social, que deveria ser mediada pelo Estado, é progressivamente corroída pela lógica de maximização dos lucros empresariais, onde o capital é priorizado em detrimento dos direitos laborais.

No agronegócio e na indústria, setores estratégicos da economia gaúcha, essas mudanças são particularmente visíveis. O agronegócio, impulsionado pela demanda internacional e pelo capital estrangeiro, torna-se um ambiente altamente competitivo, no qual a busca por maior produtividade acarreta a exploração intensificada da mão de obra. Os trabalhadores, principalmente os rurais, enfrentam

condições laborais precárias, com pouca ou nenhuma proteção legal. A falta de uma mediação efetiva dos conflitos trabalhistas contribui para a ampliação das desigualdades, onde o poder de barganha dos empregados é severamente reduzido. Da mesma forma, o setor industrial, que historicamente conta com maior regulação, também experimenta um processo de desmonte das garantias trabalhistas, tornando os conflitos mais recorrentes e desiguais.

Nesse cenário, o conceito de desigualdade, conforme elaborado por Sen (2010), se torna essencial para entender as consequências mais amplas dessas reformas neoliberais. Para o autor, a desigualdade não pode ser medida apenas por índices econômicos, mas deve ser analisada com base nas capacidades e liberdades reais que os indivíduos possuem. A flexibilização das leis trabalhistas e a precarização das condições de trabalho reduzem as capacidades dos trabalhadores de negociar melhores condições e de se defenderem em conflitos, o que os torna ainda mais vulneráveis à exploração. Assim, o modelo neoliberal, ao desarticular a mediação de conflitos e priorizar as empresas, contribui para o aumento das desigualdades sociais e para a erosão das liberdades econômicas e sociais dos trabalhadores, ampliando a exclusão e a injustiça no mercado de trabalho.

Federici (2019) contribui para o debate ao discutir como o trabalho reprodutivo, em grande parte invisibilizado nas análises econômicas tradicionais, sofre com a precarização promovida pelo neoliberalismo. No contexto gaúcho, essa precarização afeta particularmente as mulheres e os trabalhadores informais, grupos que enfrentam maiores dificuldades de acesso a mecanismos de mediação de conflitos. A autora destaca que "[...] a crise do trabalho reprodutivo, somada à flexibilização das leis trabalhistas, agrava a precariedade vivida pelas mulheres, cujo trabalho é duplamente explorado, tanto no

mercado quanto no âmbito doméstico" (Federici, 2019, p. 45). Essa exploração está diretamente ligada às reformas neoliberais, que desarticulam as redes de apoio estatais, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar e segurança econômica.

A análise de Streeck (2014) complementa essa visão ao argumentar que o neoliberalismo corrompe as instituições democráticas, enfraquecendo o papel do Estado na proteção dos direitos trabalhistas. Segundo o autor, "[...] o processo de desregulamentação neoliberal visa dismantlar a capacidade do Estado de intervir nas disputas entre capital e trabalho, tornando a mediação de conflitos uma prática ineficaz e sujeita às pressões do mercado" (Streeck, 2014, p. 32). Isso se reflete nas reformas trabalhistas que afetam o Rio Grande do Sul, onde o enfraquecimento dos sindicatos e a redução da intervenção estatal criam um ambiente propício para o aumento de conflitos laborais sem soluções justas e equitativas.

Além disso, a privatização e a internacionalização dos setores de agronegócio e indústrias no Rio Grande do Sul intensificam os conflitos, criando um ambiente em que a lógica de maximização do lucro se sobrepõe às condições dignas de trabalho. A desestatização de empresas estratégicas tem resultado na diminuição de direitos trabalhistas e na precarização das condições de trabalho, principalmente em áreas rurais. O agronegócio, em especial, tem se beneficiado da flexibilização das leis trabalhistas e da redução da fiscalização, aumentando as tensões entre empregadores e trabalhadores. Esses trabalhadores, frequentemente com vínculos empregatícios frágeis, encontram-se desprovidos de mecanismos eficazes de mediação de conflitos.

Dardot e Laval (2016) fornecem uma explicação teórica para esse fenômeno, apontando que o neoliberalismo introduziu uma nova

racionalidade econômica, em que o Estado passa a atuar como facilitador do mercado, e não mais como protetor dos direitos sociais. O resultado dessa mudança é uma maior concentração de poder nas mãos de empresas multinacionais e grandes corporações, enquanto trabalhadores são deixados à margem do processo de decisão. A precarização das relações de trabalho no Rio Grande do Sul, portanto, não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto maior de reestruturação neoliberal que visa a desvalorização dos direitos trabalhistas em nome de uma suposta eficiência econômica.

Percebe-se, assim, que os impactos do neoliberalismo no sistema jurídico e trabalhista gaúcho são amplos e complexos, atingindo principalmente os trabalhadores mais vulneráveis. A análise crítica desse processo revela que as reformas neoliberais, ao flexibilizarem as leis trabalhistas e enfraquecerem as instituições de mediação, favorecem o aumento dos conflitos laborais e comprometem a justiça social. A mediação de conflitos, que deveria ser um mecanismo para garantir o equilíbrio entre as partes, é corroída pela lógica do mercado, que privilegia o capital em detrimento do trabalho.

LIBERALISMO POLÍTICO E O PAPEL DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO RS

A transição do liberalismo clássico para o neoliberalismo no contexto do Rio Grande do Sul evidencia uma transformação significativa nas relações entre o Estado, os cidadãos e os conflitos sociais. O liberalismo, conforme exposto por pensadores como Locke (1994) e Smith (1996), é centrado na ideia de um Estado limitado, cuja

função principal é garantir os direitos individuais, com ênfase na proteção da propriedade e na liberdade econômica. Locke (1994), em sua concepção, sustenta que o Estado deve intervir minimamente na economia, atuando apenas para proteger a propriedade privada e assegurar a liberdade dos indivíduos. Para Smith (1996), a "mão invisível do mercado"⁴⁷, que resulta da busca individual pelo lucro, levaria ao bem-estar coletivo, promovendo uma ordem espontânea e eficiente, sem a necessidade de um forte controle estatal.

Porém, no contexto do neoliberalismo, essas premissas foram radicalmente alteradas. O neoliberalismo, como uma reinterpretação do liberalismo clássico, propõe uma ampliação da liberdade econômica individual, mas com um entendimento restrito de liberdade. Ao contrário da concepção liberal clássica, que preza pela igualdade de condições para todos os indivíduos, o neoliberalismo acentua a liberdade no sentido de permitir a livre concorrência, geralmente em detrimento das condições de vida e de trabalho da maioria da população. Nesse cenário, o Estado, ao invés de garantir a igualdade e a justiça social, adota uma postura de não-intervenção, especialmente nas questões econômicas. A função do Estado no neoliberalismo é reduzir suas responsabilidades e promover políticas que favoreçam a desregulamentação, a privatização de bens públicos e a flexibilização das relações de trabalho.

⁴⁷ Nota dos autores: A "mão invisível do mercado" é um conceito introduzido por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776). Ele descreve a ideia de que, em um mercado livre, os indivíduos, ao buscarem seu próprio interesse, promovem, sem querer, o bem-estar coletivo, como se guiados por uma mão invisível. Essa metáfora sugere que, ao tomarem decisões econômicas baseadas em seus próprios interesses (por exemplo, consumidores que compram produtos ou produtores que buscam maximizar seus lucros), os indivíduos, sem qualquer intenção de coordenar suas ações, acabam contribuindo para a eficiência e a prosperidade geral da sociedade. A teoria assume que, quando o mercado opera sem intervenções externas, ele distribui recursos de maneira eficaz, levando a uma harmonia social espontânea.

Isaiah Berlin (1995), em seu famoso conceito de "liberdade positiva" e "liberdade negativa", oferece uma crítica importante ao liberalismo clássico e ao neoliberalismo. A liberdade negativa, entendida como a ausência de obstáculos externos à ação do indivíduo, é uma característica central do pensamento neoliberal, que defende que o indivíduo deve ser livre para agir sem a intervenção do Estado. Para os neoliberais, essa liberdade é essencial para garantir o funcionamento eficiente do mercado. Porém, Berlin adverte que essa concepção de liberdade, ao ignorar as condições materiais e sociais dos indivíduos, pode resultar em desigualdades substanciais, já que a liberdade dos mais desfavorecidos é restringida pelas condições socioeconômicas que não podem ser superadas apenas com a eliminação de barreiras formais.

Por outro lado, a "liberdade positiva" proposta por Berlin enfatiza a capacidade dos indivíduos de realizarem seus próprios objetivos e projetos, o que implica a necessidade de condições sociais adequadas para que todos possam exercer essa liberdade de maneira plena. Nesse sentido, enquanto o liberalismo clássico se preocupava em garantir um equilíbrio entre as liberdades econômicas e os direitos sociais, o neoliberalismo tende a enfraquecer essa dimensão social, deixando a liberdade individual refém de um mercado que privilegia os mais fortes e marginaliza os mais vulneráveis. A lógica neoliberal no Rio Grande do Sul, ao promover uma redução da intervenção estatal e um foco excessivo na liberdade de mercado, intensifica essas desigualdades, afetando diretamente as condições de vida de trabalhadores e comunidades marginalizadas.

O neoliberalismo, como critério de organização social e econômica, reinterpreta o papel do Estado e da mediação de conflitos. Wendy Brown (2019) argumenta que, ao transformar indivíduos em "empresas de si mesmos", o neoliberalismo subordina o direito à livre

concorrência e a liberdade econômica a uma lógica puramente mercadológica, reduzindo as capacidades de mediação e diálogo. Essa perspectiva se reflete diretamente no papel do Estado no Rio Grande do Sul, que, ao adotar políticas neoliberais, contribui para a privatização de serviços essenciais e a redução da intervenção estatal nas disputas sociais e trabalhistas.

A teoria de Jürgen Habermas (1987) oferece uma contribuição significativa para a compreensão do papel da mediação de conflitos em uma sociedade neoliberal. Para Habermas, a ação comunicativa e o espaço público são fundamentais para a construção de consensos e para a resolução pacífica de disputas. Ele argumenta que a comunicação livre e igualitária, que pressupõe a possibilidade de cada indivíduo ter voz no processo de tomada de decisões, é uma condição essencial para a justiça. A mediação de conflitos, sob a ótica de Habermas, deve ser entendida não apenas como uma intervenção técnica, mas como um espaço de construção de entendimento e diálogo, onde diferentes vozes possam se articular e, por meio da argumentação racional, alcançar um consenso que favoreça o bem comum. No Rio Grande do Sul, o enfraquecimento da mediação estatal tem dificultado esse processo de comunicação pública, tornando mais desafiadora a criação de espaços de diálogo genuíno entre os diferentes setores da sociedade.

Para ampliar a análise, a teoria da justiça de Nancy Fraser (2013) também oferece um importante aporte. Fraser, ao discutir a justiça redistributiva e o reconhecimento, propõe que a mediação de conflitos não deve se limitar à redistribuição de recursos materiais, mas deve também contemplar a luta pelo reconhecimento social e cultural. No contexto do Rio Grande do Sul, essa perspectiva se torna crucial, especialmente quando se trata de movimentos sociais e grupos marginalizados, como trabalhadores rurais e quilombolas. Esses grupos

enfrentam não apenas desigualdades econômicas, mas também a falta de reconhecimento de suas identidades e necessidades específicas. A mediação de conflitos, portanto, precisa ser pensada de maneira mais ampla, reconhecendo a pluralidade de identidades e demandas sociais. Nesse sentido, a proposta de Fraser enfatiza a necessidade de um modelo de justiça que vá além da redistribuição econômica, incluindo a valorização das diferenças culturais e sociais.

A resistência à lógica neoliberal também se expressa, no contexto do Rio Grande do Sul, por meio de movimentos sociais que buscam recuperar a centralidade do Estado na mediação de conflitos. Como propõe Fraser (2013), a justiça precisa ser entendida em uma dimensão mais integrada, onde a redistribuição econômica é acompanhada por uma valorização do reconhecimento das diferentes identidades sociais. Essa perspectiva oferece uma maneira mais eficaz de abordar as disputas que surgem, por exemplo, entre trabalhadores rurais e grandes empresas do agronegócio, ou ainda entre as comunidades quilombolas e o Estado, na busca por direitos territoriais. Nesse sentido, a mediação deve ser vista como um processo que articula não apenas a distribuição justa de recursos, mas também o reconhecimento das diversas formas de identidade e cultura que coexistem na sociedade gaúcha.

Portanto, neste contexto, a mediação de conflitos no Rio Grande do Sul deve ser reinterpretada como um espaço dinâmico e plural, onde as lógicas neoliberais são desafiadas e alternativas mais inclusivas e justas podem emergir. A articulação dessas abordagens teóricas, que envolvem tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento das identidades sociais, é crucial para se entender como a mediação pode ser adaptada ao contexto contemporâneo, buscando não apenas a resolução de disputas, mas a transformação das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão.

PROPOSTAS E ALTERNATIVAS PARA A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO RS

O contexto neoliberal no Rio Grande do Sul tem imposto desafios complexos à mediação de conflitos, particularmente no que se refere às profundas desigualdades sociais e econômicas geradas por um modelo que prioriza o mercado em detrimento das demandas sociais. A crescente flexibilização das relações trabalhistas, a precarização do trabalho e o enfraquecimento do Estado, como regulador das relações sociais, contribuem para um cenário em que as disputas se intensificam, especialmente em áreas como o agronegócio e os direitos territoriais de comunidades tradicionais. Nesse contexto, a mediação de conflitos precisa se adaptar e evoluir, superando os modelos tradicionais que, muitas vezes, não conseguem capturar as complexidades das disputas em uma sociedade neoliberal. A teoria da mediação, conforme proposta por Sousa Santos (2000), sugere a necessidade de uma transformação nas práticas tradicionais, enfatizando uma abordagem mais inovadora e crítica. A mediação, assim, não deve ser vista apenas como um mecanismo para alcançar o consenso, mas como um processo que envolve a disputa legítima de direitos e a resistência às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade. Santos, ao discutir a "ecologia dos saberes", propõe que a mediação de conflitos leve em consideração os diferentes tipos de saberes que existem nas sociedades, incluindo aqueles que vêm de comunidades marginalizadas, dos movimentos sociais e dos saberes populares.

A "ecologia dos saberes", como conceito, desafia a centralidade do conhecimento acadêmico e técnico, propondo uma abordagem que reconheça e valorize outras formas de conhecimento, muitas vezes originadas de contextos de resistência e luta. Para Sousa Santos (2000), a

mediação de conflitos precisa se afastar do modelo tradicional que impõe soluções padronizadas, sem considerar as especificidades culturais, sociais e históricas dos grupos envolvidos. Ao incorporar saberes locais, populares e indígenas, a mediação se torna mais inclusiva e democrática, respeitando a pluralidade de vozes e perspectivas, e dando espaço para aqueles que, historicamente, têm sido silenciados ou marginalizados. Em um contexto neoliberal, onde as estruturas de poder tendem a marginalizar as demandas sociais, a ecologia dos saberes oferece uma alternativa importante para o fortalecimento da mediação de conflitos. Ela não busca simplesmente a resolução pacífica das disputas, mas visa a construção de soluções justas e transformadoras, que contemplem as dimensões culturais, históricas e sociais das partes envolvidas. Esse enfoque ampliado da justiça, que transcende a simples redistribuição econômica e se estende ao reconhecimento cultural e histórico, é crucial para enfrentar as desigualdades estruturais e para promover uma mediação mais eficaz, capaz de responder às complexas necessidades das comunidades afetadas pelo neoliberalismo no Rio Grande do Sul.

No debate contemporâneo sobre mediação de conflitos, Chantal Mouffe (2005) propõe uma abordagem radical para a democracia, que desafia os pressupostos tradicionais da resolução pacífica de disputas. Sua teoria de "democracia radical" rejeita a ideia de uma mediação que busca, em última instância, a neutralização do conflito em nome de um consenso superficial. Em vez disso, Mouffe (2005) defende que a mediação deve ser compreendida como um espaço que reconhece e lida com o conflito de maneira construtiva, sem tentar apagá-lo ou ocultá-lo sob o véu da conciliação. A autora argumenta que os conflitos são inerentes à política e, ao invés de serem evitados ou solucionados de forma apaziguadora, devem ser confrontados

diretamente, reconhecendo as divisões e as lutas de poder presentes na sociedade. A mediação, portanto, deve ser um processo dinâmico e pluralista, no qual as tensões e as diferenças ideológicas e sociais possam ser expressas e negociadas, sem que se busque uma solução final que apague essas divergências. Para Mouffe (2005), a verdadeira democracia emerge da capacidade de lidar com o antagonismo de maneira que todas as partes envolvidas possam se ver representadas, respeitando a multiplicidade de vozes e a complexidade dos interesses em jogo.

No contexto específico do Rio Grande do Sul, a proposta de "democracia radical" de Mouffe (2005) se revela particularmente relevante diante dos intensos conflitos agrários e ambientais que caracterizam a região. A tensão entre os grandes proprietários de terra e as comunidades rurais, por exemplo, não pode ser resolvida de maneira simplista ou sem o devido reconhecimento das desigualdades históricas e das lutas de poder que as sustentam. A mediação, nesse cenário, não pode se limitar a uma tentativa de apaziguar os antagonismos entre essas partes, mas deve servir como um espaço legítimo para a expressão das distintas visões de mundo, necessidades e demandas de cada grupo. Mouffe (2005) sugere que a verdadeira mediação se constrói na participação ativa e na inclusão de todos os envolvidos, sem a imposição de uma narrativa hegemônica que favoreça apenas um dos lados do conflito. Nesse sentido, a proposta de "democracia radical" oferece uma abordagem mais profunda e transformadora para a resolução de disputas, sendo crucial para confrontar as desigualdades e promover uma maior justiça social no estado. Ao invés de buscar um consenso vazio, a mediação, segundo Mouffe (2005), deve se empenhar na criação de um espaço democrático e plural, onde os antagonismos não são ignorados, mas sim tratados de maneira respeitosa e construtiva,

possibilitando, assim, uma transformação real nas relações de poder e na distribuição de recursos.

A análise do populismo, conforme discutido por Ernesto Laclau (2005), também é uma contribuição importante para repensar a mediação de conflitos em um contexto neoliberal. Laclau argumenta que a política é fundamentalmente marcada por um "campo de antagonismos", onde as massas podem ser mobilizadas em torno de demandas populares. No caso do Rio Grande do Sul, os movimentos sociais, como os de trabalhadores rurais e indígenas, desempenham um papel essencial na formação de uma contraposição às forças neoliberais. A mediação de conflitos, nesse contexto, não deve ser limitada a um simples processo de pacificação, mas sim incluir esses movimentos como agentes legítimos da política, com a capacidade de transformar as relações de poder e reivindicar mudanças estruturais. A proposta de Laclau exige uma abordagem que considere a organização popular e o papel das identidades coletivas, especialmente no campo agrário, como uma forma de resistência à hegemonia neoliberal.

Por fim, a obra de Judith Butler (2015) sobre a ética da vulnerabilidade traz uma reflexão crucial sobre como a mediação de conflitos pode ser estruturada para atender as demandas dos mais vulneráveis. Butler argumenta que a mediação deve ser sensível às desigualdades que marcam as relações sociais e deve garantir que os mais marginalizados tenham acesso a uma justiça que os proteja da exploração e da violência estrutural. No Rio Grande do Sul, onde as disparidades sociais e econômicas são acentuadas, a mediação de conflitos precisa ser capaz de reconhecer as diferentes formas de vulnerabilidade e construir processos que promovam a dignidade humana. A proposta de uma mediação que proteja os vulneráveis está intrinsicamente ligada à criação de espaços de deliberação onde as

vozes silenciadas pelo neoliberalismo possam ser ouvidas, garantindo que o processo de mediação seja verdadeiramente inclusivo e orientado para a equidade.

Assim, as propostas e alternativas para a mediação de conflitos no Rio Grande do Sul, em um contexto neoliberal, devem considerar a complexidade das relações sociais e as dimensões de poder, vulnerabilidade e resistência. A partir das contribuições dos autores citados neste tópico, é possível vislumbrar formas de mediação que não se limitem à mera resolução de disputas, mas que se alinhem com a busca por justiça social, equidade e reconhecimento das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo no contexto do Rio Grande do Sul, é crucial refletir criticamente sobre a necessidade de uma transformação profunda nas práticas de mediação de conflitos. O neoliberalismo tem trazido mudanças que vão além do âmbito econômico, afetando diretamente as relações sociais, políticas e culturais. A mediação, ao se restringir a uma ferramenta de ajustes econômicos, perde sua potencialidade de enfrentar as desigualdades e os antagonismos que permeiam a sociedade. Nesse sentido, propõe-se uma mediação que seja inclusiva e plural, capaz de ir além da resolução superficial dos conflitos, buscando abordar suas raízes estruturais.

É evidente que as instituições, tanto públicas quanto privadas, precisam ser reconfiguradas para resistir às pressões neoliberais. A mediação de conflitos deve incorporar um papel transformador, funcionando não apenas como um mecanismo de pacificação, mas como

um espaço legítimo para a negociação e o debate das diferentes realidades e interesses que coexistem no Rio Grande do Sul. Para que isso aconteça, é necessário um reposicionamento das pessoas e instituições de mediação, que devem se distanciar da lógica de mercado e se aproximar de uma perspectiva de justiça social. Tal abordagem exige um compromisso com a redistribuição de poder, recursos e direitos, especialmente em comunidades vulneráveis e historicamente marginalizadas.

Outro ponto relevante é a inclusão de vozes diversas no processo de mediação. Os movimentos sociais, as comunidades rurais, os quilombolas e outros grupos historicamente excluídos devem ser reconhecidos como atores legítimos nesse processo. O reconhecimento de suas demandas e suas formas de saber é essencial para que a mediação tenha um impacto real na transformação das desigualdades. Portanto, a mediação deve funcionar como uma plataforma para a expressão dessas vozes, permitindo que diferentes saberes e experiências de vida sejam incorporados às soluções propostas.

Ao olhar para o futuro, é fundamental que o debate sobre mediação de conflitos no Rio Grande do Sul seja expandido. Novos temas e abordagens podem ser investigados para engrossar a pesquisa sobre o assunto. Por exemplo, a interseção entre mediação de conflitos e as mudanças climáticas, que têm um impacto direto sobre as disputas territoriais e os recursos naturais, pode ser um tema frutífero de estudo. Além disso, a relação entre mediação e o direito das minorias, especialmente no que se refere à proteção dos direitos culturais e identitários, merece uma análise mais aprofundada.

A análise aqui apresentada visa propor alternativas viáveis para o fortalecimento das práticas de mediação de conflitos no contexto gaúcho, sem ignorar os desafios impostos pela lógica neoliberal. No

entanto, o trabalho não se esgota neste ponto. Ainda há espaço para o aprofundamento de questões específicas e a sugestão de novos temas de pesquisa que possam enriquecer o debate e, assim, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A mediação, quando bem estruturada e comprometida com a inclusão e a pluralidade, pode se tornar uma ferramenta poderosa para enfrentar os desafios contemporâneos e promover mudanças significativas nas estruturas de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLIN, Isaiah. **Dois conceitos de liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **Escassez e o que mais: A crítica ao neoliberalismo e a reconstrução da justiça**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LEDERACH, John Paul. **Construindo a Paz: Sustentabilidade da Paz em Sociedades Divididas**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2000.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

STREECK, Wolfgang. **Comprando Tempo: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO À CIDADE: UMA UTOPIA CONCEITUAL

Marina Antenow Mattioni⁴⁸

Resumo: Este artigo explora a interconexão entre desenvolvimento regional, cidades médias e direito à cidade. O objetivo é demonstrar que o desenvolvimento regional equilibrado depende da garantia do direito à cidade e da redistribuição populacional, a fim de assegurar qualidade de vida urbana em cidades de diferentes portes. Com base na obra de Henri Lefebvre, o estudo propõe uma reflexão sobre reformas administrativas e urbanas que possibilitem a criação de um novo âmbito na democracia brasileira: a deliberação popular regional. Dividido em seis capítulos, o artigo traça um panorama histórico desses conceitos, culminando na sua integração em uma proposta inovadora. A originalidade desta pesquisa reside na união de diferentes noções em uma abordagem coesa, com o objetivo comum de promover um desenvolvimento regional mais justo e equilibrado.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Direito à Cidade. Cidades Médias. Participação Popular. Reforma Administrativa.

INTRODUÇÃO

Nas ciências sociais, os conceitos não são estáticos; pelo contrário, eles são historicamente densos e exigem redefinições constantes para acompanhar as mudanças estruturais nas relações sociais, econômicas e políticas de sua época. À medida que a sociedade evolui, novas variáveis emergem e demandam abordagens e interpretações distintas. É a partir dessa interpretação que o presente artigo toma liberdade para expandir conceitos há tantas décadas

⁴⁸ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista. Email: marinamattioni@gmail.com.

debatidos.

Sem a pretensão de refutar qualquer que sejam as variadas definições dadas a cada um dos tópicos apresentados, a autora busca expandir seus panoramas históricos até onde cada um se entrelaça, a fim de tecer um raciocínio que se inicia na linha de Amartya Sen em seu livro “desenvolvimento como liberdade” (2018), mas transpassa a liberdade como uma consequência de um conceito de outro autor, o direito à cidade de Henri Lefebvre (2008). E para além, as cidades médias como territórios que, quando foco de desenvolvimento regional, sirvam como ferramentas de redistribuição populacional voluntária, desinchando as metrópoles que, desiguais, mal distribuídas e incapazes de suprir por demandas básicas de sua população, lotam-se de razões para deixá-las.

A lógica desenvolvida ao longo da análise converge para uma proposta administrativa inovadora: a criação de microrregiões cujas gestões sejam exercidas pelos próprios habitantes, de forma deliberativa e decisória, através de conselhos gestores microrregionais.

A pesquisa se justifica por sua relevância na expansão das fronteiras dos conceitos de desenvolvimento regional, direito à cidade, cidades médias e participação popular. Ao fazê-lo, ela explicita a necessidade de novas formas de gestão do território, que sejam democráticas e inclusivas, e que considerem a complexa interação entre estes conceitos e seus atores. Além desta introdução, o texto apresenta quatro capítulos de evolução conceitual e uma conclusão.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A terminologia "desenvolvimento" tem suas raízes na biologia, influenciada pela visão darwiniana de evolução e adaptação, como uma progressão ao mais adequado, ou seja, um progresso em direção à

maturidade biológica. No sentido econômico, teve seu início somente no século XX (Corrêa; Silveira; Kist, 2023). Mesmo antes da noção de desenvolvimento, a economia política clássica já utilizava o conceito de crescimento econômico para entender e explicar a consolidação do sistema capitalista (Santos et al., 2012). Assim, os conceitos passaram a ser frequentemente atrelados, seja como sinônimos ou como interdependentes.

Com as crises da década de 1950, evidenciou-se que o progresso como crescimento econômico não era uma característica inerente a todas as nações, e que novas explicações eram necessárias (Corrêa; Silveira; Kist, 2023). Tanto Schumpeter (1997) quanto Furtado (2001) descreviam o desenvolvimento como uma soma de fatores para além da economia. Este último definiu desenvolvimento como o aumento do nível de vida material, refletindo o equilíbrio de forças predominantes numa sociedade (diminuição da desigualdade entre elas).

Outra evolução foi a preocupação com sua dimensão subnacional. Lima e Simões (2009) destacavam que o desenvolvimento ocorre de forma desigual no território, fortalecendo regiões mais dinâmicas em detrimento de outras. Essa perspectiva impulsionou teorias econômicas e espaciais que buscassem explicar a concentração territorial da produção e as questões mercadológicas da economia em geral. A partir desse momento, surge a noção de desenvolvimento regional, que busca compreender as particularidades e desafios de cada região (Monastério; Cavalcante, 2011).

A região pode ser compreendida como o espaço onde se concentram determinadas funções da sociedade em um dado momento histórico. Mas o território também tem um passado, e as necessidades sociais, econômicas e políticas que delinearam as divisões espaciais do trabalho estabelecidas ao longo de sua história o moldam (Santos *et al*, 1985). Dessa forma, a região se configura como o resultado de suas

potencialidades inerentes, da presença de capitais, que desempenham funções técnicas específicas, e das condições que regem seu funcionamento econômico.

Considerando que o crescimento e o desenvolvimento não ocorrem de forma uniforme e simultânea em todos os lugares, torna-se fundamental conhecer as particularidades de cada região para estimular um desenvolvimento eficaz e superar as barreiras estruturais existentes, embasando ações que impulsionem a dinâmica necessária para a correção de desajustes e a promoção do desenvolvimento regional. Em situações de escassez de recursos ou dificuldades na dinamização da economia, por exemplo, o mercado por si só não é capaz nem interessado em suprir essa necessidade, principalmente em países subdesenvolvidos (Corrêa; Silveira; Kist, 2023).

Com as profundas alterações no sistema capitalista da década de 70, surgiu também uma nova ênfase no desenvolvimento em direção a qualidade de vida, democracia e equidade. Surgem autores como Sen (2000) que questionavam o desenvolvimento *per se*, como um fim, trazendo ao debate maiores complexidades por trás do conceito: “Ver o desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, antes que meramente para os meios, que, *inter alia*, cumprem parte proeminente no processo” (Sen, 2018, p. 3). Para ele, desenvolvimento é sobre a expansão das liberdades concretas de pessoas reais e, mesmo que isso possa incluir o crescimento econômico, é de maior importância evitar fome, doenças e mortalidade precoce enquanto se garante alfabetização e participação política livre e para todos. Quando se tem uma população livre e capaz, o desenvolvimento é uma consequência.

O que se identifica na escala urbana, no entanto, é a desigualdade na distribuição dessas “liberdades”, isso porque o território tomou características de mercadoria no capitalismo, e garantir o melhor

território traz vantagens, tanto econômicas quanto políticas.

GUERRA NO MEIO URBANO

As cidades são espaços multifacetados. Historicamente, e quando de formação natural, tendem a ser consequência do excedente produtivo do campo, servindo como centralidade política, de consumo e de comércio. Com o passar do tempo tornam-se locais permanentes de trabalho, moradia e indústrias, convertendo-se em arranjos cada vez mais complexos, onde passam a concentrar instituições governamentais, escolas, hospitais, entre outros serviços essenciais (Rolnik, 2004).

Entretanto, nenhuma cidade é feita igual: sua localização, capacidade produtiva e poder político influenciam seu crescimento. Isso em função da terra ser uma mercadoria especial, única em suas características, dado que não existem dois espaços com exatamente as mesmas características. Na cidade como ativo financeiro, aqueles com maior capacidade econômica têm também a oportunidade de pagar pelos espaços com os melhores atributos, transformando o espaço urbano e formando regiões hierarquizadas e desiguais (Maricato, 2015).

Seja pela proximidade a infraestruturas de transporte, presença de asfalto ou *shopping centers* e museus, a realidade é que os atributos não são necessariamente inerentes à mercadoria, mas sim advindos dos capitais investidos em seu entorno. Dadas as devidas escalas, a disputa pelas melhores qualidades acontece tanto na malha urbana de uma cidade, quanto de entes federativos e nações.

Em uma luta por espaços de terra com as características mais interessantes para determinado investimento, cria-se uma verdadeira guerra entre capitais, que se contrapõem, a exemplo dos capitais industrial e imobiliário (Rolnik, 2017). Segundo Pereira e Lemos

(2003), essas economias de urbanização e o próprio tecido urbano sofrem efeitos das chamadas forças de aglomeração e desaglomeração, ou seja, atributos interessantes para a localização de um empreendimento e suas consequências adversas.

Isso significa que, enquanto a formação de uma área de concentração de atividades econômicas localiza-se por fatores aglomerativos como baixos custos com transporte, exército de reserva e renda fundiária, também tenderá a sofrer com as consequências da aglomeração, como dificuldade de acesso a terras e recursos naturais (por vezes causando uma descentralização daquelas atividades que necessitam estar próximas a estes recursos), valorização fundiária para além das taxas de lucro interessantes para localização de firmas (consequência da concentração espacial) e deseconomias como congestionamentos, poluição, entre outros (Lemos; Pereira, 2003).

Para além da disputa interna por terra entre firmas, também se efetiva uma entre elas e o mercado imobiliário, na medida em que, com frequência, territórios com características aglomeradoras para um também são para o outro. Suas deseconomias, no entanto, tendem a influenciar em maior grau o setor imobiliário, que tem como produto a venda da qualidade de vida.

Pegos no meio do embate por espaço encontram-se os trabalhadores que, inegavelmente, necessitam de um lugar para viver. Dados do Censo Populacional apontam que, em 2022, o país possuía um déficit habitacional de 6.215.313 domicílios (Silva, 2024), revelando as consequências nefastas da cidade regida pelo capital na vida de pessoas sem poder aquisitivo. Para compreender melhor o que levou o país a um número tão exorbitante, é importante entender como se deu a urbanização brasileira.

Diferentemente dos países desenvolvidos, onde a urbanização foi impulsionada pela atração de trabalhadores rurais para as cidades em

busca de novas oportunidades de emprego nas indústrias, o Brasil experimentou um processo de urbanização marcado pela expulsão da população do campo. Esse fenômeno foi desencadeado por diversos fatores, como as crises dos ciclos produtores e a modernização da produção rural, que trouxeram consigo a mecanização, o latifúndio e a monocultura, reduzindo drasticamente a necessidade de mão de obra campesina (Bonduki, 1994).

Sem empregos no campo e sem acesso à terra, a população rural viu-se empurrada para as cidades, principalmente metropolitanas, que não estavam preparadas para acolher todo esse contingente populacional. Em uma explosão demográfica, a população urbana saltou de 19 milhões em meados do século XX para 138 milhões em seu final, uma média de 2.3 milhões de habitantes a mais na população urbana, todo ano (Silva; Rodrigues, 2018).

Na ausência de uma solução governamental efetiva, a população viu-se em situações de extrema precariedade, seja dividindo cômodos em cortiços sem saneamento básico ou ocupando áreas insalubres de mananciais, encostas e alagados (Maricato, 2015). As elites, salvas pela segregação social do espaço urbano, sofreram os efeitos dessa crise de maneira diferente, apropriadas dos melhoramentos públicos em seus bairros, viviam em suas áreas exclusivas livres de deterioração (Bonduki, 2013).

Assim, marginalidade e pobreza ocorriam paralelamente ao dinamismo industrial e desenvolvimentismo econômico, que configuraram uma situação de dependência do modelo de industrialização por substituição de importações em um capitalismo que se desenvolveu em sua base produtiva, mas se modernizou seletivamente; Nesse cenário, o Brasil cresceu economicamente, mas a distribuição dos benefícios desse crescimento foi desigual, concentrando renda, oportunidades e qualidade de vida nas mãos de uma

minoria, enquanto a maioria da população permanecia à margem em territórios concentrados (Ribeiro, 2018).

AS CIDADES MÉDIAS E O DIREITO À CIDADE

Diante da crescente criminalidade e precariedade dos centros urbanos, a ditadura militar necessitava encontrar formas de moderar a concentração e a superpopulação das metrópoles. Nesse contexto, a promoção de políticas para cidades de porte médio emergiu como uma resposta do regime à crise urbana, que se tornava cada vez mais palpável nas metrópoles, evidenciando a incapacidade do governo de solucionar os problemas de habitação e infraestrutura, intensificados pela industrialização e urbanização aceleradas.

Apesar da terminologia, cidades médias baseia-se menos no tamanho de sua população, e mais com o tamanho de sua área de influência econômica na rede de interação com outras cidades. Leva-se em conta seus fluxos comerciais e de serviços, sua dependência de cidades hierarquicamente acima, e sua influência sobre municípios vizinhos menores (Falcon, 2015).

Nessa conjuntura, as cidades de porte médio ganharam ênfase como solução para descentralizar população e atividades econômicas das metrópoles, buscando aliviar os problemas urbanos e prevenir o fortalecimento de movimentos sociais nos grandes centros urbanos (Nunes; Faria, 2024). Esperava-se que essas cidades crescessem mais rapidamente que as metrópoles, integrando o sistema urbano nacional, barrando o excedente migratório inter-regional e impulsionando o desenvolvimento econômico.

Nos anos de 1980, quando a crise econômica passa a demandar maiores esforços do governo, o programa é descontinuado. Não logrou

êxito também nos planos de enfraquecimento dos movimentos sociais que, com a crise, ganharam maior força. Orientados por ideais republicanos de justiça social e democracia, reivindicavam reabertura política e reformas, entre as quais se incluíam as questões urbanas (Ribeiro, 2018).

A luta pela reforma urbana no Brasil se embasava no conceito de Direito à Cidade do filósofo marxista Lefebvre (2008). Inovador na análise dos poderes do capital sobre a cidade, o autor tomava como inspiração as novas ideias que pairavam por Paris no final da década de 60, com ares de revolução. Sua obra desenvolveu ao mesmo tempo uma ferramenta de diagnóstico da realidade na cidade e uma utopia para sonhar por um espaço urbano que atendesse aos direitos de todos, com pés no chão, testando e aprendendo com a práxis.

Nada mais cabível para alimentar os anseios da população. O “direito à cidade” ganhou destaque no meio político à luz do projeto pela reforma urbana, garantindo espaço na Constituinte de 1988, sob a ambição de um urbanismo redistributivo e democrático, que submeteria o mercado privado à função social da propriedade com mecanismos jurídicos e administrativos de reapropriação e redistribuição de renda urbana e terras. Através de uma gestão democrática e participativa da cidade, a luta por reforma urbana buscava na nova descentralização dos poderes administrativos municipais a garantia da soberania popular nas decisões políticas que afetavam seu dia a dia, expandindo a democracia a um caráter decisório popular (*ibidem*).

No entanto, como nem tudo são flores, apesar das vitórias na inserção de artigos na constituição, da formulação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) e a subsequente criação do ministério das cidades, em 2003, a retomada do neoliberalismo pós redemocratização recobrou seu espaço (Andrade, 2021). Para Maricato (2015), que ajudou a fundar o ministério das cidades, o poder desses

mecanismos se perdeu quando foram institucionalizados. Os movimentos sociais se acalmaram, perderam espaço de demandas e assim, como qualquer lacuna no aparato estatal, foi tomada pelo capital.

Em outra escala, a isonomia dos poderes da união, que garantia a necessária autonomia administrativa e fiscal dos municípios para uma gestão democrática (Arraes; Lopes, 1999) também pesou contra a adoção aprofundada das ferramentas urbanísticas. Com baixo conhecimento técnico, pouco controle tributário e maiores demandas populares sob um orçamento curto, as prefeituras caíram em um ciclo vicioso de dependência do patrimonialismo e clientelismo, transformando-se em currais eleitorais em troca de inserção nos orçamentos secretos e emendas parlamentares por expansão orçamentária. A função social da propriedade virou letra morta (Maricato, 2015).

Ademais, em um sistema tributário que beneficia economias aquecidas, deu-se origem a uma verdadeira guerra fiscal, em que municípios competem por empresas e indústrias em seu território em troca de benesses fiscais (Pereira; Camara, 2020). Municípios mais atrativos acabam se desenvolvendo e arrecadando mais impostos, e assim entram em um ciclo “virtuoso” que polariza o território e gera maior concentração espacial.

Recentemente, para formarem forças nesse embate capitalista, municípios médios e pequenos passaram a organizarem-se em associações onde, juntos, ganham força representativa para conquistar demandas financeiras e administrativas em outras instâncias, que não conseguiriam sozinhas. Juntas, muitas associações conseguiram treinamento técnico, consórcios, convênios, entre outros (Amuplam, 2025).

A PROPOSTA

Guerras fiscais por atratividade comercial, “acordões” realizados no meio da noite (Ribbeiro, 2023), a política urbana definida por empreiteiras e pelo setor automobilístico (Fernandes, 2024). Essas são todas facetas de uma mesma realidade: o aparelhamento do Estado pelo capital econômico.

No entanto, não está no escopo deste artigo finalizar com uma nota de pesar pela jovem democracia brasileira. Pelo contrário, o objetivo é o de apresentar perspectivas que possam incentivar acadêmicos e não acadêmicos a explorarem as verdadeiras fronteiras do que ainda é possível no que se refere à retomada de direitos decisórios pela população, como idealizado por aqueles que tanto lutaram pela reabertura democrática e pelo poder popular sobre o domínio público.

Elogiada internacionalmente (Canário, 2013), a constituição brasileira “cidadã”, como fora chamada, ainda apresenta características avançadas na proteção dos interesses da população e seu poder participativo. Esse avanço somente foi conquistado com lutas populares, mobilizadas por grupos sociais e indivíduos com forte caráter republicano. Ou seja, no momento histórico mais democrático deste país, a população estava organizada, lutando por seus direitos.

Nos anos que se seguiram, diversos governos inovadores entraram na administração pública. Ganharam notoriedade, graças à seu caráter participativo, as experiências nas cidades de Diadema, com propostas de inclusão social e urbana; de São Paulo nas áreas de transporte, cultura, assistência social; Recife com o estabelecimento das primeiras Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS; e Porto Alegre, com seu elogiado orçamento participativo, que representou uma mudança no padrão dos investimentos urbanos, servindo de exemplo a administrações até os dias de hoje (Maricato, 2015).

O que se propõe neste texto é o retorno à utopia com os pés no chão de Henri Lefebvre: *E se* os programas de cidades médias dos anos 70 não estivessem tão errados? *E se* cidades médias pudessem servir como atradoras de novo desenvolvimento, capazes de, em associações com suas cidades irmãs trabalharem de forma cooperativa, ao invés de competitiva? São, afinal, centros urbanos que ainda apresentam economias de aglomeração sem suas respectivas deseconomias. Para Pereira e Lemos (2003), elas poderiam desinchar as metrópoles, potencialmente reduzindo a pobreza urbana e melhor distribuindo o desenvolvimento regionalmente, ampliando o direito à cidade.

E se elas se tornassem sedes dessas associações, que não seriam somente meras entidades privadas de natureza civil como as que já existem hoje (Amuplam, 2025), mas que seriam feitos de espaços deliberativos populares com capacidade político-administrativa?

É sabido que o Rio Grande do Sul tem uma longa experiência com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES, e que estes poderiam servir como os mecanismos aqui propostos, mas sua efetividade está aquém do que poderia apresentar (Siedenberg, 2010). Demo (1991;1993) assinala que a participação, para garantir real emancipação social, deve ser conquistada e construída pela própria população, sem imposição dos governos. Dessa forma os COREDES já nasceram com práticas viciadas de participação (Dallabrida, 2010)

Sob o risco de cair no otimismo regionalista, uma vez que esse artigo somente se propõe a introduzir conceitos, sem espaço para maiores aprofundamentos e críticas, o que aqui se apresenta é ir além desses conselhos, formulando entidades regionais entre os âmbitos municipal e estadual, como as *learning regions* ou regiões inteligentes, defendidas por Florida (1995), regiões administrativas que aprendem a partir da autogestão popular, controlada pelos cidadãos, somente delegando ao governo o financiamento das iniciativas, mas cabendo à

comunidade tarefas como planejamento e instruções para aplicação (Allebrandt *et al*, 2009).

As cidades médias são apontadas como essenciais nesse processo pois, dada suas potencialidades atrativas, têm maior capacidade de desenvolverem-se socioeconomicamente do que as cidades pequenas em seu entorno. Dessa forma, integradas a suas vizinhas sob um mesmo poder administrativo regional, estariam subordinadas às decisões dos atores de toda a região, melhor distribuindo seus recursos e, por consequência, incentivando um desenvolvimento regional mais inclusivo, o que refletiria em melhorias nas condições de vida de todas as pessoas da região. O desenvolvimento regional mais equilibrado incentivaria um fluxo demográfico à procura dessas renovadas áreas de qualidade de vida, desinchando metrópoles e contribuindo para uma melhor distribuição do direito à cidade.

Ainda, esses espaços regionais poderiam agir numa transescalaridade, trabalhando na integração de diversas escalas, nacional, estadual e municipal, construindo o desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais e instâncias de poder. A exemplo das inovações dos anos 90, a história demonstra que a retomada do poder popular sobre decisões públicas, principalmente em espaços de embate entre os diversos interesses e agentes do território regional, teriam potencial criativo para desenvolver planos que jamais seriam possíveis por especialistas trancados em seus escritórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teórico, dividido em seis capítulos, teve como objetivo a elaboração de um referencial teórico para construção de aportes conceituais, a fim de embasar um exercício mental sobre as

possibilidades participativas no país. Assim, buscou apresentar a integração de conceitos que, em seu cerne, difundem os mesmos objetivos: melhoria das oportunidades e qualidade de vida da população a partir do aumento de suas liberdades e tomada de decisões sobre o território que habitam. Seja sob o ponto de vista do desenvolvimento como liberdade; do direito à cidade como expansão dos direitos humanos; ou da redistribuição dos poderes decisórios ao longo de regiões, são todos apoiados na participação e movimentação social.

Aqui não se pretende cair no erro de apresentar soluções mágicas como respostas óbvias. A luta pelo direito à cidade, o redirecionamento de fluxo demográfico a cidades médias e o incentivo ao desenvolvimento regional não são ideias novas, mas a interconexão ainda precisa ser melhor explorada, estudando suas falhas, suas possibilidades e modos de aplicação, como Lefebvre gostaria.

Ainda, é necessário ressaltar que quaisquer reformas administrativas, bem como a participação popular decisória não são capazes de realizar uma verdadeira mudança estrutural por si só, portanto os interesses do capital estarão sempre contaminando espaços participativos, o que requer ainda mais força popular para equilibrar o embate, sob o risco dessa ferramenta cair no já conhecido patrimonialismo e clientelismo do sistema burocrático vigente.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L. *et al.* **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL**. Ijuí: Unijuí, 2009. 146 p. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/311d768e-deab-4b85-9db2-a3ac58b45a6c/content>. Acesso em: 10 fev. 2025.

AMUPLAM (RS). AMUPLAM Convênios e Parceiros. 2025.
Disponível em: <https://amuplam.com.br/convenios-e-parceiros/>.
Acesso em: 13 fev. 2025.

ANDRADE, I. S. M. F. de. A CRÍTICA DO
NEODESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS LULA DA
SILVA (2007-2010). **X Jornada Internacional Políticas Públicas**,
S.L, v. 10, n. 1, p. 1-15, set. 2021. Disponível em:
www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1167_1167612f2b1e5e83f.pdf. Acesso em: 08 fev. 2025.

ARRAES, R. de A. e, & LOPES, C. M. dos M. (1999).
IRRESPONSABILIDADE FISCAL, PACTO FEDERATIVO E AS
FINANÇAS MUNICIPAIS. **Revista Econômica Do Nordeste**,
30(Suplemento Especial), 596–613. Disponível em:
<https://doi.org/10.61673/ren.1999.1970>

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise social**, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:**
arquitetura moderna, lei do
inquilinato e difusão da casa própria. Brasil, Estação Liberdade, 2013.

CANÁRIO, P.. **Terceira Geração:** constituição brasileira é das mais
avançadas do mundo. Constituição brasileira é das mais avançadas do
mundo. 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-out-16/constituicao-brasileira-avancadas-mundo-luigi-ferrajoli/>. Acesso
em: 10 fev. 2025.

CORREA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L. da; KIST, R. B. B.. SOBRE
O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: notas para
debate. In: ALLEBRANDT, S. L. (org.). **Gestão e Controle Social
em Territórios:** elementos teórico-conceituais. Ijuí: Unijuí, 2023.
Cap. 6. p. 161-183.

DALLABRIDA, V. R.. **Desenvolvimento Regional:** por que algumas
regiões se desenvolvem e outras não?. Santa Cruz do Sul: Edunisc,
2010. 212 p.

DEMO, P. Participação e planejamento: um arranjo preliminar. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3. p. 31-54, jul.-set. 1991.

DEMO, P. Estratégias de desenvolvimento. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, v. 10, n. 12, dez. 1993.

FALCÓN, M. L. de O. A rede de cidades e o ordenamento territorial. [Rio de Janeiro]: **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2015. 49 p.

FERNANDES, L.. **Doações milionárias revelam o peso do poder econômico nas eleições municipais**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/05/doacoes-milionarias-revelam-o-peso-do-poder-economico-nas-eleicoes-municipais>. Acesso em: 09 fev. 2025.

FLORIDA, R. Toward the learning region. *Futures*, v.27, n. 5, 1995. p. 527–536.

FURTADO, C. O processo histórico do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, LC;

REGO, J. M. (org.). **A grande esperança em Celso Furtado**: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: 34, 2001.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

RIBBEIRO, L. **Em votação relâmpago, deputados aprovam regra que afrouxa licitações**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-votacao-relampago-deputados-aprovam-regra-que-afrouxa-licitacoes/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2009. (Texto para discussão nº 358).

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONASTÉRIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. O. et al. (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p. 79-112.

NUNES, O. V. R.; FARIA, R. de. O “Primeiro Programa” de cidades médias do Brasil (1976): definições conceituais, institucionalizações e profissionais. **Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 1-16, jan. 2024.

PEREIRA, F. M.; LEMOS, M. B. CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: características e dinâmicas urbano-industriais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 127-165, abr. 2003.

PEREIRA, C. A. M. P.; CÂMARA, L. L.. A GUERRA FISCAL NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS: o fratricídio em torno do issqn. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 13, n. 1, p. 45-64, ago. 2020.

RIBEIRO, L. C. de Q. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. 2a edição revista e ampliada ed. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia : Letra Capital, 2018.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. DRd - **Desenvolvimento Regional em Debate**, a. 2. 1. 1, jul. 2012. p. 44-61.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Ed. Companhia das letras, 2018.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (org.). **Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

SILVA, A. P. N. da (org.). **DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2022**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

SILVA. E. T.; RODRIGUES, J. M. DINÂMICA METROPOLITANA: diversificação, concentração e dispersão. In: RIBEIRO, L. C. de Q. A **Metrópole em questão: desafios da transição urbana**. 2a edição revista e ampliada ed. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia: Letra Capital, 2018.

A PRESENÇA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: AVANÇOS, DESAFIOS E O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Camili Kohl⁴⁹

Eduardo Anschau⁵⁰

Marjorie Bier Krinski Corrêa⁵¹

Edemar Rotta⁵²

Ivann Carlos Lago⁵³

Resumo: A presença feminina no mercado de trabalho passou por transformações significativas, impulsionadas por marcos legislativos e políticas sociais. No entanto, desafios estruturais persistem, manifestando-se na distribuição desigual de oportunidades, na segregação ocupacional e nas disparidades salariais. Este estudo analisa o impacto das políticas públicas na promoção da equidade profissional, considerando avanços e entraves que afetam a trajetória laboral das mulheres. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com revisão teórica, bibliográfica e documental, permitindo uma análise aprofundada dos fatores que sustentam a desigualdade de gênero no universo corporativo. Os resultados indicam que, apesar das conquistas normativas, a efetivação da equidade ainda é limitada por fatores culturais e institucionais, que reforçam barreiras à progressão profissional. A carga desproporcional de atividades não remuneradas, combinada com a segmentação de funções, restringe o alcance de posições estratégicas, perpetuando um cenário de assimetria. A efetividade das políticas de inclusão depende não apenas de diretrizes legais, mas de sua implementação concreta, associada a mecanismos de fiscalização e incentivos estruturais. Conclui-se que a superação desses desafios requer um esforço contínuo, envolvendo Estado, iniciativa privada e sociedade civil, para transformar padrões enraizados e garantir condições equitativas no mundo do trabalho. O estudo sugere que futuras pesquisas aprofundem a interseccionalidade das desigualdades, analisando como fatores como raça, classe e maternidade influenciam as trajetórias profissionais femininas em diferentes contextos.

Palavras-Chave: Empregabilidade. Políticas Públicas. Mulheres. Protagonismo. Regulamentação.

⁴⁹ Graduanda em Administração. UFFS, *Campus* Cerro Largo. Bolsista UFFS. E-mail: camili.kohl@estudante.uffs.edu.br.

⁵⁰ Graduando em Administração. UFFS, *Campus* Cerro Largo. Bolsista CNPq. E-mail: eduardo.anschau@estudante.uffs.edu.br.

⁵¹ Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas. UFFS, *Campus* Cerro Largo. Bolsista CAPES. E-mail: marjorie.bier@estudante.uffs.edu.br.

⁵² Pós-Doutor em Serviço Social (PUCRS). Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da UFFS, *Campus* Cerro Largo. E-mail: erotta@uffs.edu.br.

⁵³ Doutor em Sociologia Política. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, *Campus* Cerro Largo. E-mail: ivann@uffs.edu.br.

INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres no mercado de trabalho passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas, impulsionadas por mudanças legislativas, sociais e econômicas. Apesar dos avanços conquistados, a desigualdade de gênero persiste em diversos aspectos, como a segregação ocupacional, a desigualdade salarial e as barreiras à ascensão profissional. A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao consolidar princípios de igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas sua efetivação depende da implementação de políticas públicas e da superação de desafios estruturais. A participação feminina no mundo do trabalho não se limita a um crescimento numérico; ela envolve a luta pela equidade de condições, pelo reconhecimento do valor do trabalho das mulheres e pela superação de obstáculos institucionais que ainda restringem seu acesso a cargos de liderança e a remunerações justas.

A permanência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho evidencia a complexidade das relações sociais que sustentam a segregação ocupacional e salarial. Embora a presença feminina tenha se ampliado em diversos setores da economia, a divisão sexual do trabalho ainda se manifesta tanto na concentração de mulheres em determinadas ocupações – geralmente associadas ao cuidado e ao suporte – quanto na dificuldade de ascender a posições de maior prestígio e poder. Como destacam Reskin e Roos (1990), esse fenômeno não se deve apenas a fatores individuais, mas a uma estrutura organizacional que perpetua hierarquias de gênero. Além disso, a sobrecarga da jornada dupla, combinando trabalho remunerado e doméstico, limita as oportunidades das mulheres de se dedicarem plenamente ao desenvolvimento profissional, perpetuando desigualdades de forma intergeracional.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a presença feminina no mercado de trabalho, destacando os avanços conquistados, os desafios persistentes e o impacto das políticas sociais na promoção da equidade de gênero. A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, com ênfase em revisão teórica, bibliográfica e documental. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, analisando não apenas dados objetivos, mas também os significados e dinâmicas subjacentes às relações de trabalho e gênero. A revisão bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se em autores que discutem as desigualdades de gênero e as políticas públicas, como Bruschini (1994), Acker (1990), Fraser (2009) e Hirata e Kergoat (2007), garantindo um embasamento teórico sólido para a análise proposta. A pesquisa documental complementa essa abordagem, permitindo uma avaliação crítica da legislação e das políticas implementadas ao longo das últimas décadas para reduzir as disparidades de gênero no mundo do trabalho.

A relevância acadêmica deste estudo reside na necessidade de compreender os fatores que ainda limitam a plena equidade no mercado de trabalho, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre a importância da interseccionalidade na formulação de políticas de inclusão, considerando como fatores como classe social, raça e maternidade influenciam a trajetória profissional das mulheres. O avanço em direção à igualdade de gênero não se dá apenas por meio de mudanças legais, mas também pela transformação das normas culturais e organizacionais que ainda reproduzem barreiras à ascensão feminina. Como argumenta Fraser (2009), a justiça de gênero deve ir além do reconhecimento formal da igualdade, demandando a redistribuição de oportunidades e recursos de forma equitativa.

Assim, compreender os desafios e avanços da presença feminina no mercado de trabalho é essencial para a formulação de estratégias que promovam mudanças estruturais e efetivas. A desigualdade de gênero no trabalho não é um problema isolado, mas um reflexo de relações sociais e históricas que se entrelaçam com dinâmicas políticas e econômicas mais amplas. Nesse sentido, este artigo busca contribuir para a reflexão sobre as condições necessárias para garantir a participação plena e igualitária das mulheres no mundo do trabalho. O texto está estruturado da seguinte forma: a primeira seção discute o impacto das políticas públicas e da Constituição de 1988 na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em seguida, aborda-se a desigualdade salarial e a segregação ocupacional, analisando como esses fenômenos afetam a trajetória profissional feminina. A terceira seção examina o papel das políticas de inclusão e os desafios contemporâneos para a equidade de gênero. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e discutem possíveis caminhos para a superação das barreiras ainda existentes.

O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O IMPACTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco crucial para a promoção da igualdade de gênero no Brasil. Reconhecida como uma das mais inclusivas da história do país, ela consolidou direitos fundamentais para as mulheres, que passaram a ter garantias constitucionais contra a discriminação de gênero, especialmente no campo do trabalho. O artigo 5º da Constituição afirma explicitamente a

igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, o que representou uma ruptura significativa com o passado legal brasileiro, que até então era marcado por legislações protecionistas que, na prática, limitavam as oportunidades femininas no mercado de trabalho (Brasil, 1988).

Antes da Constituição de 1988, a legislação trabalhista era baseada em uma visão patriarcal que enxergava a mulher como um ser frágil, incapaz de exercer funções mais exigentes ou ocupar cargos de liderança (Bruschini, 1994). Essa perspectiva não apenas confinava as mulheres a setores específicos da economia, como o doméstico e o de cuidados, mas também restringia sua ascensão profissional e reduzia suas oportunidades de qualificação. O protecionismo legal funcionava, portanto, como um mecanismo de exclusão, sob o pretexto de proteção à mulher.

Com a promulgação da nova Constituição, o cenário mudou radicalmente. O artigo 7º assegura a proibição de diferenciação salarial por motivo de sexo, a licença-maternidade de 120 dias e a proibição da dispensa arbitrária ou sem justa causa da mulher grávida, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (Brasil, 1988). Esses avanços legais representaram conquistas significativas para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, fortalecendo sua proteção contra discriminações flagrantes e promovendo uma maior inclusão.

O impacto da Constituição de 1988, no entanto, deve ser analisado à luz de um debate acadêmico que envolve múltiplos autores e diferentes perspectivas. Segundo Bruschini (1994), a Constituição representou uma ruptura com a visão patriarcal que dominava as relações trabalhistas até aquele momento, especialmente ao promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para a autora, o avanço

legal não pode ser subestimado, pois trouxe mudanças significativas nas esferas pública e privada, ainda que a efetivação desses direitos tenha encontrado obstáculos. Bruschini (1994) destaca que a legislação anterior limitava as mulheres a ocupações vistas como adequadas à sua suposta "natureza", perpetuando uma divisão sexual do trabalho que reforçava a exclusão feminina de setores estratégicos da economia.

Essa perspectiva é complementada por Aquino, Menezes e Marinho (1995), que analisam a implementação desses direitos sob o prisma da saúde e do trabalho das mulheres. Para os autores, a proteção legal proporcionada pela Constituição foi um avanço significativo, mas a desigualdade estrutural persistiu, principalmente devido à dupla jornada enfrentada pelas mulheres, que continuavam a desempenhar papéis domésticos além de suas funções no mercado de trabalho. Essa sobrecarga, argumentam os autores, compromete a plena participação das mulheres em suas carreiras, pois elas seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que, mesmo após as conquistas constitucionais, limita suas oportunidades de ascensão profissional.

Já Vigano e Laffin (2019) reforçam que, apesar das conquistas da Constituição de 1988, a efetivação das políticas públicas de igualdade de gênero só ganhou fôlego com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo esses autores, a SPM desempenhou um papel crucial ao articular uma série de políticas voltadas para o empoderamento feminino e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho em condições mais justas. As autoras ressaltam que a criação da SPM consolidou um espaço institucional para a promoção dos direitos das mulheres, fortalecendo a capacidade do Estado de implementar políticas públicas que, de fato, pudessem mitigar as desigualdades de gênero.

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres foram

momentos decisivos para o fortalecimento da agenda feminista no Brasil. Durante a Primeira Conferência, realizada em 2004, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que definiu metas e diretrizes fundamentais para o governo federal no que tange à promoção da igualdade de gênero (Vigano e Laffin, 2019). O **Quadro 1** apresenta as cinco diretrizes principais estruturadas no plano, que abrangem desde a autonomia econômica até o fortalecimento da participação das mulheres em espaços de poder. Para os autores, essas conferências consolidaram um plano nacional importante e coerente, com impacto relevante nas áreas de combate à violência contra as mulheres, promoção da autonomia econômica e ampliação do protagonismo feminino em cargos de decisão.

Quadro 1: Diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Diretrizes	O que representa
Autonomia econômica das mulheres e igualdade no mundo do trabalho	Promoção de políticas que garantam a igualdade salarial, melhores condições de emprego e oportunidades de ascensão profissional para as mulheres.
Educação inclusiva e não discriminatória	Criação de programas educacionais que promovam a igualdade de gênero, combatendo estereótipos e preconceitos no ambiente escolar e acadêmico.
Saúde integral e direitos sexuais e reprodutivos	Acesso das mulheres a serviços de saúde que garantam direitos reprodutivos e sexuais, além de cuidados integrais à saúde da mulher.
Enfrentamento à violência contra as mulheres	Implementação de políticas de prevenção e combate à violência doméstica e de gênero, fortalecendo os mecanismos de proteção às vítimas.
Fortalecimento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	Estímulo à presença feminina em cargos de liderança política e empresarial, promovendo a equidade na ocupação de espaços decisórios.

Fonte: Desenvolvido pelos autores com base em Vigano e Laffin (2019)

Nesse sentido, Bruschini e Lombardi (2003) destacam que, embora as políticas públicas tenham sido implementadas em diversas áreas, o mercado de trabalho ainda apresenta desafios significativos para as mulheres, como a desigualdade salarial e a segregação ocupacional. Para as autoras, a Constituição de 1988 criou as bases para o avanço, mas as mudanças culturais e estruturais no mercado de trabalho ainda são lentas. O conceito de “teto de vidro”, que impede a ascensão das mulheres a posições de liderança, permanece uma barreira significativa, mesmo diante dos avanços legais e institucionais promovidos pela Constituição e pelas políticas subsequentes.

Dessa forma, o debate entre esses autores revela que, embora a Constituição de 1988 tenha sido um marco na promoção da igualdade de gênero, a efetividade das políticas públicas depende de uma articulação contínua entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. A criação da SPM e as Conferências Nacionais foram passos importantes, mas, como apontam Bruschini (1994), Aquino *et al.* (1995), e Viganò e Laffin (2019), a desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um problema complexo que exige ações mais profundas e transformações culturais para que se alcance a verdadeira equidade.

DESIGUALDADE SALARIAL E SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL NO MERCADO DE TRABALHO

A desigualdade salarial e a segregação ocupacional são fenômenos interligados que refletem não apenas diferenças econômicas, mas também estruturas sociais e históricas que sustentam a hierarquização de gênero no mundo do trabalho. Embora políticas

públicas tenham promovido avanços formais na legislação trabalhista e ampliado a participação feminina em diversas áreas, as mulheres continuam submetidas a barreiras institucionais que limitam seu crescimento profissional. Fraser (2009) argumenta que a desigualdade de gênero no trabalho não pode ser analisada apenas sob a ótica do reconhecimento formal de direitos, pois envolve uma distribuição desigual de recursos e oportunidades que persiste mesmo diante de reformas legais.

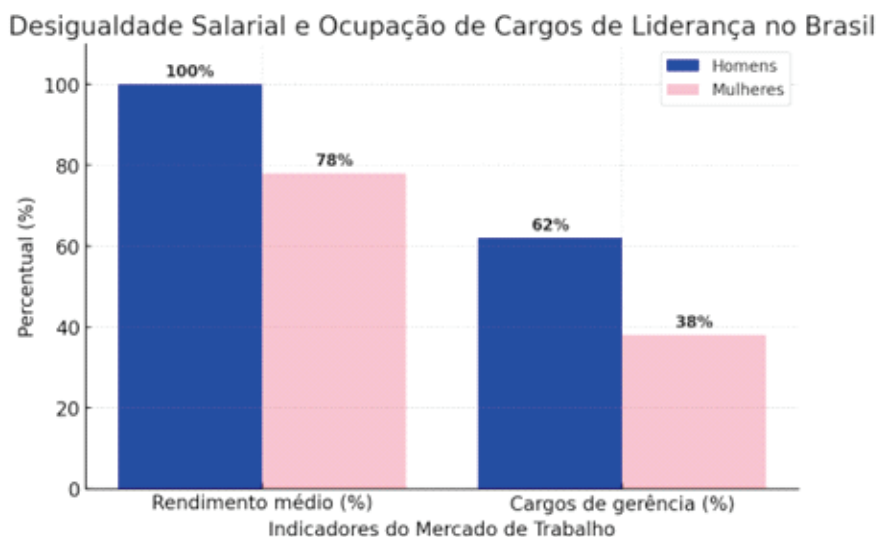
A segregação ocupacional pode ser observada tanto em sua dimensão horizontal quanto vertical. Reskin e Roos (1990) definem a segregação horizontal como a concentração de mulheres em determinadas profissões, geralmente associadas ao cuidado e ao suporte, como educação, enfermagem e assistência social. Esse fenômeno é resultado de processos históricos e culturais que naturalizam a presença feminina em áreas de menor prestígio econômico. Por outro lado, a segregação vertical se manifesta na dificuldade que as mulheres enfrentam para ascender a cargos de liderança e tomada de decisão, mesmo quando possuem qualificação equivalente ou superior à de seus colegas homens. Esse fenômeno, conhecido como “teto de vidro”, foi amplamente estudado por Acker (1990), que demonstrou como as hierarquias organizacionais reproduzem padrões masculinos de poder, excluindo sistematicamente as mulheres dos altos escalões das empresas e instituições públicas.

Dentre os fatores que perpetuam essa desigualdade, destaca-se a divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres uma sobrecarga resultante da jornada dupla – a combinação do trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas. Hirata e Kergoat (2007) analisam como essa divisão se mantém mesmo diante do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, reforçando a

desigualdade salarial e dificultando a progressão profissional das mulheres. Para as autoras, essa estrutura não se sustenta apenas por meio de normas explícitas, mas também por mecanismos simbólicos e culturais que associam a liderança e o desempenho competitivo a atributos tradicionalmente masculinos.

A desigualdade salarial, por sua vez, não se restringe à comparação entre homens e mulheres em cargos equivalentes, mas também à valoração diferenciada das profissões em que as mulheres são maioria. England (1992) argumenta que a depreciação salarial das áreas predominantemente femininas reflete um viés estrutural que associa menor valor econômico ao trabalho realizado por mulheres. Esse processo, segundo Williams (1995), é reforçado pelo fenômeno da “escada rolante de vidro” (*glass escalator*), no qual homens que entram em profissões tradicionalmente femininas ascendem mais rapidamente a cargos de chefia do que suas colegas mulheres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, as mulheres brasileiras recebiam, em média, 78% do rendimento dos homens, mesmo quando ocupavam cargos equivalentes. Esse dado corrobora a análise de England (1992), que aponta para a desvalorização do trabalho feminino como um fenômeno estrutural. Também de acordo com o IBGE (2023), apenas 38% dos cargos de gerência no Brasil são ocupados por mulheres (**Gráfico 1**), disponível na página seguinte), reforçando o argumento sobre a permanência do “teto de vidro” como um obstáculo estrutural à ascensão feminina.

Gráfico 1 – Desigualdade salarial e ocupação de cargos de liderança no Brasil



Fonte: IBGE (2023)

Embora as políticas públicas tenham buscado reduzir essas disparidades, sua efetividade tem sido limitada por fatores institucionais e culturais. Bourdieu (1998) argumenta que a manutenção da desigualdade de gênero não se dá apenas por meio de mecanismos formais, mas também por estruturas simbólicas que naturalizam a posição subalterna das mulheres no mercado de trabalho. Esse conceito se aproxima da crítica feita por Fraser (2009) ao liberalismo contemporâneo, que, segundo a autora, reconhece formalmente a igualdade de gênero, mas não redistribui efetivamente os recursos necessários para garantir condições de equidade real.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a superação da desigualdade salarial e da segregação ocupacional exige mais do que reformas legais pontuais. Como apontam os autores citados neste tópico,

é necessário um esforço articulado entre Estado, empresas e sociedade civil para transformar as estruturas organizacionais e culturais que sustentam a divisão sexual do trabalho. Somente assim será possível garantir a participação plena das mulheres em todas as esferas do mercado de trabalho, rompendo com as barreiras que historicamente as mantêm em posições secundárias.

O PAPEL DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A equidade de gênero no mercado de trabalho não se alcança apenas com a ampliação da participação feminina, mas exige a implementação de políticas públicas capazes de transformar as estruturas que perpetuam desigualdades. Ao longo das últimas décadas, diversas iniciativas foram desenvolvidas com esse objetivo, incluindo políticas afirmativas, programas de incentivo à ascensão profissional feminina e legislações voltadas à proteção da mulher. No entanto, a efetividade dessas medidas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente diante das novas configurações do mundo do trabalho e das resistências institucionais à mudança. Fraser (2009) argumenta que a igualdade de gênero exige não apenas a garantia de direitos formais, mas também a redistribuição efetiva de oportunidades e o reconhecimento das desigualdades estruturais que limitam o acesso das mulheres ao poder econômico.

A relação entre violência de gênero e mercado de trabalho evidencia um dos principais desafios para a efetividade das políticas inclusivas. Segundo Hirata e Kergoat (2007), a desigualdade se reproduz

tanto na esfera profissional quanto na doméstica, o que compromete a autonomia econômica das mulheres e sua permanência no trabalho remunerado. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco no enfrentamento da violência doméstica, mas seu impacto na empregabilidade feminina ainda é limitado. Saffioti e Almeida (1995) apontam que a dependência financeira muitas vezes impede que mulheres em situação de violência rompam com ciclos de abusos, tornando essencial que políticas públicas ampliem as condições de empregabilidade e garantam alternativas concretas às vítimas.

A globalização e as mudanças tecnológicas impõem novos desafios às políticas de inclusão. Castells (2010) observa que a digitalização e a automação alteraram profundamente as relações de trabalho, reduzindo empregos estáveis e favorecendo formas flexíveis de contratação. Esse fenômeno tem impactos diretos sobre as mulheres, que já enfrentam dificuldades para acessar postos de liderança e permanecem sub-representadas nos setores de maior valorização econômica, como tecnologia e engenharia (Williams, 1995). A crescente digitalização do trabalho, apesar de criar novas oportunidades, também aprofunda desigualdades, uma vez que o acesso à capacitação tecnológica e às redes de contatos ainda é desigual entre os gêneros.

A implementação de políticas afirmativas no mercado de trabalho é um passo essencial para corrigir desigualdades históricas, mas sua efetividade apresenta ambiguidades e desafios. A adoção de cotas de gênero e programas de mentoria, conforme argumenta Acker (1990), pode ser uma estratégia importante para romper barreiras invisíveis que impedem a ascensão feminina, como o "teto de vidro". Essas medidas têm o potencial de ampliar a presença das mulheres em espaços de liderança e decisão, reduzindo a concentração feminina em cargos subalternos. No entanto, Fraser (2009) destaca que tais iniciativas,

quando não acompanhadas por mudanças estruturais mais profundas, podem se limitar a um reconhecimento simbólico da desigualdade, sem modificar os mecanismos institucionais que perpetuam a exclusão feminina.

A simples inserção de mulheres em posições estratégicas não é suficiente para garantir equidade se a cultura organizacional permanecer inalterada. Muitas vezes, empresas adotam políticas afirmativas sem revisar seus critérios de promoção, avaliação de desempenho e estrutura de poder, o que faz com que as mulheres enfrentem desafios adicionais ao ocupar cargos tradicionalmente dominados por homens. Além disso, a desigualdade salarial continua sendo um obstáculo significativo, pois mesmo quando alcançam posições de destaque, as mulheres frequentemente recebem remuneração inferior à de seus pares masculinos. Para que as políticas afirmativas tenham um impacto real, é essencial que sejam acompanhadas por ações de fiscalização rigorosa, mudanças na estrutura de oportunidades e iniciativas educacionais que promovam uma cultura corporativa mais inclusiva e equitativa.

A transformação das relações de trabalho exige um compromisso institucional que vá além do cumprimento formal de cotas ou da criação de programas pontuais. A equidade de gênero só será efetiva quando houver uma redistribuição real de recursos e oportunidades, garantindo que as mulheres não apenas tenham acesso a cargos de liderança, mas também consigam permanecer e prosperar neles. Isso envolve a criação de redes de apoio profissional, incentivos à progressão de carreira feminina, ampliação da licença parental para ambos os gêneros e medidas que promovam um equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Como destaca Fraser (2009), a justiça social não pode se limitar ao reconhecimento da desigualdade; ela exige mudanças estruturais profundas que modifiquem a dinâmica do poder e assegurem

condições reais de igualdade para mulheres no mercado de trabalho.

Diante desse panorama, torna-se evidente que as políticas de inclusão, apesar de fundamentais, ainda não são suficientes para garantir a equidade de gênero no mercado de trabalho. Como apontam Connell e Pearse (2015), a luta por igualdade não se restringe à legislação, mas exige uma transformação das normas sociais e organizacionais que sustentam a desigualdade. Isso significa que o Estado, as empresas e a sociedade civil precisam atuar de maneira conjunta para garantir que os avanços formais se traduzam em mudanças estruturais concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da presença feminina no mercado de trabalho revelou um panorama complexo, no qual avanços significativos coexistem com desafios estruturais persistentes. Embora políticas públicas e legislações tenham contribuído para a ampliação da participação das mulheres na economia formal, as desigualdades de gênero ainda se manifestam de diversas formas, como a disparidade salarial, a segregação ocupacional e as dificuldades de ascensão a cargos de liderança. Esses obstáculos não são apenas resquícios de um passado excludente, mas refletem a permanência de barreiras institucionais e culturais que limitam a equidade no mundo do trabalho.

Um dos principais desafios observados ao longo desta pesquisa diz respeito à persistência da divisão sexual do trabalho, que continua a restringir as mulheres a setores historicamente desvalorizados e a sobrecarregá-las com a jornada dupla. Apesar dos avanços legislativos, a responsabilização majoritária das mulheres pelas atividades domésticas

e de cuidado se reflete em sua inserção profissional, dificultando sua progressão na carreira e limitando suas oportunidades de acesso a melhores condições salariais e de trabalho. Nesse sentido, políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar, como a ampliação da licença parental compartilhada, a promoção de jornadas flexíveis e a valorização do trabalho doméstico, são medidas fundamentais para mitigar essas desigualdades.

Outro aspecto crítico identificado é a permanência da desigualdade salarial, que, apesar de proibida por lei, segue sendo uma realidade estrutural. A valorização desigual do trabalho masculino e feminino não apenas compromete a autonomia econômica das mulheres, mas reforça dinâmicas de exclusão que impactam diretamente sua participação em espaços de poder. Estratégias eficazes para combater essa disparidade devem ir além do reconhecimento formal da equidade salarial, exigindo mecanismos rigorosos de fiscalização, transparência salarial nas empresas e incentivos para a contratação e promoção de mulheres em setores tradicionalmente masculinos.

A segregação ocupacional, por sua vez, continua sendo um fator determinante na manutenção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. A predominância feminina em áreas associadas ao cuidado e ao ensino reflete não apenas escolhas individuais, mas uma estrutura social que direciona mulheres e homens para diferentes trajetórias profissionais desde a infância. A reformulação de currículos educacionais e programas de incentivo para a participação feminina em áreas de alta valorização econômica, como ciência, tecnologia, engenharia e matemática, são essenciais para romper com essa lógica de exclusão e ampliar as oportunidades profissionais para as mulheres.

A análise das políticas públicas também demonstrou que, apesar dos avanços institucionais, sua implementação e efetividade

ainda enfrentam desafios significativos. A criação de legislações voltadas à igualdade de gênero representou um passo fundamental, mas sua eficácia depende da articulação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. A ausência de uma fiscalização eficiente e de sanções rigorosas para o descumprimento de normas trabalhistas de equidade enfraquece o impacto dessas políticas, tornando-as, muitas vezes, meras diretrizes sem aplicação prática. Além disso, a descontinuidade de programas voltados à inserção e proteção da mulher no mercado de trabalho compromete os avanços conquistados e reforça a necessidade de uma abordagem de longo prazo, baseada na institucionalização de medidas estruturais e na garantia de recursos para sua manutenção.

Diante dessas constatações, torna-se evidente que a superação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho exige uma abordagem ampla e integrada, que envolva tanto mudanças legislativas quanto transformações culturais profundas. A criação de espaços de liderança para mulheres, a implementação de políticas afirmativas em empresas e órgãos públicos e a promoção de programas de capacitação e empoderamento feminino são caminhos fundamentais para garantir que a equidade de gênero se concretize de forma efetiva. Além disso, é essencial que as discussões sobre esse tema sejam ampliadas e incorporadas de forma transversal em diferentes campos do conhecimento, assegurando que a luta pela equidade no trabalho seja parte integrante de um projeto maior de justiça social.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a ampliação dos estudos sobre a relação entre desigualdade de gênero e as novas configurações do mundo do trabalho, incluindo a precarização das relações laborais e os impactos da digitalização e da automação sobre as mulheres. Além disso, é fundamental aprofundar as análises interseccionais, considerando como fatores como raça, classe e orientação sexual

influenciam a experiência das mulheres no mercado de trabalho. Investigações sobre o impacto de políticas públicas específicas em diferentes contextos socioeconômicos também podem contribuir para um entendimento mais detalhado dos desafios e possibilidades na promoção da equidade de gênero.

Assim, embora os avanços sejam inegáveis, a conquista da equidade de gênero no mercado de trabalho permanece um objetivo inacabado, que demanda esforços contínuos e articulados. As soluções para esse problema não se restringem a medidas isoladas, mas exigem uma reestruturação das bases que sustentam a desigualdade, garantindo que as mulheres não apenas tenham acesso a oportunidades profissionais, mas possam desfrutar de condições justas e igualitárias ao longo de toda sua trajetória laboral. Nesse contexto, faz-se imperativo o fortalecimento de políticas públicas integradas, capazes de enfrentar as múltiplas dimensões que perpetuam as disparidades de gênero.

É essencial fomentar uma cultura organizacional que valorize a diversidade, promova a corresponsabilidade e iniba práticas discriminatórias, de modo a ampliar horizontes de emancipação feminina. Além disso, o engajamento de toda a sociedade civil, aliado a compromissos institucionais robustos, constitui alicerce indispensável para a construção de um ambiente de trabalho verdadeiramente equânime. Somente por meio de transformações estruturais e de uma consciência coletiva amadurecida será possível transcender as barreiras históricas e consolidar uma justiça social que se reflita, de forma concreta, no cotidiano laboral das mulheres.

REFERÊNCIAS

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. **Gender & Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.

AQUINO, Estela Maria Leão; MENEZES, Gilda Maria de Souza; MARINHO, Laura Fonseca Bastos. Women, health and labor in Brazil: challenges for new action. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 11, n. 2, p. 281-290, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1995000200013> Acesso em: 07 mar. 2025. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03//_Ato2004-2006/2006/Lei?L11340.htm Acesso em: 03 Mar. 2025.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 179-199, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-02X1994000200002> Acesso em: 12 mar. 2025.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003. p. 179-204.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação - economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gender: In world perspective**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2015. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa.

ENGLAND, Paula. The failure of human capital theory to explain occupational sex segregation. **Journal of Human Resources**, v. 17, n. 3, p. 358-370, 1992. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa.

FRASER, Nancy. **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. New York: Columbia University Press, 2009. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 02 Mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulheres no mercado de trabalho: indicadores sociais e de desigualdade de gênero**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RESKIN, Barbara; ROOS, Patricia A. **Job queues, gender queues: explaining women's inroads into male occupations**. Philadelphia:

Temple University Press, 1990. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero**. História (São Paulo), v. 38, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 06 mar. 2025.

WILLIAMS, Christine L. **Still a man's world: men who do "women's work"**. Berkeley: University of California Press, 1995. Tradução de Marjorie Bier Krinski Corrêa.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: OUVINDO OS HOMENS AGRESSORES

Adriano Silva da Rosa⁵⁴

Domingos Joaquim Vasco⁵⁵

Talita Raquel Preschadt⁵⁶

Lizete Diegues Pieber⁵⁷

Resumo: O Presente artigo tem como base de a violência de gênero: ouvindo os homens agressores”, busca identificar o número de ocorrências registradas na Delegacia da Mulher (DEAM) nos anos de 2015 e 2016, levantar o número de Femicídio praticados na cidade e na região e as características dos relacionamentos, descrever as faixas etárias e sócio econômicas dos agressores e formas de violências praticadas, descrever a percepção dos agressores sobre violência, histórico familiar e vivências anteriores ao ato violento e compreender as razões que os mesmos atribuem as práticas de violências que cometem. A pesquisa está sendo realizada através do método qualitativo. Na primeira etapa, já encerrada, o delineamento foi o de levantamento, realizado através da análise dos boletins de ocorrências da DEAM, com dados referentes a processos criminais, com todos os autos dos processos em tramitação, modalidade da violência, idade da vítima e do agressor, sexo e gênero de ambos, profissão, local de moradia e do ato agressivo, vínculo entre as partes e nível de escolaridade. A segunda etapa, assume uma análise descritiva e os participantes são homens que cometeram o feminicídio ou outros atos de violência conjugal ou violência de gênero, sendo que não foi constituída amostra. Através da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e do Poder Judiciário, foi obtido o aceite dos homens participantes, com a devida assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a entrevista foi agendada e realizada em local adequado (no Presídio Regional) na forma de entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Femicídio. Violência. Mulheres.

INTRODUÇÃO

O feminicídio representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. (WALKER, 1999). Seu caráter violento

⁵⁴ Mestrando em Desenvolvimento Políticas Públicas (PPGDPP/UFRS), graduado em Psicologia (URI): adrianodaros31@gmail.com

⁵⁵ Livre docente de História vs Geografia e Pesquisador. Moçambique, Tete, E-mail: domingosvasco1@gmail.com

⁵⁶ Graduada em Marketing pela Unijuí. E-mail: talitamkt@yahoo.com.br

⁵⁷ Mestrado em Educação Brasileira, Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: lizeted@santoangelo.uri.br

evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Decorre de outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação, padrão que foi aprendido ao longo de gerações. É possível definir Feminicídio, conforme afirmam Meneghel e Hirakata (2011,) como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade, por parte dos homens sobre as mulheres. Os homens não aceitam a condição de serem deixados pelas mesmas e se apegam a ideias de posse, assumindo comportamentos ainda mais doentios, com perseguições e ameaças de morte para a mulher e mesmo seus familiares.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) os assassinatos de mulheres são geralmente perpetrados por homens e diferem, em diversos aspectos, dos assassinatos de homens. Por exemplo, em sua maioria, há envolvimento de parceiros ou ex-parceiro e ocorrem situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou ainda situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem. (OMS, 2008). O Presente artigo tem como base de estudo “a violência de gênero: ouvindo os homens agressores”, busca identificar o número de ocorrências registradas na Delegacia da Mulher (DEAM) nos anos de 2015 e 2016, levantar o número de Feminicídio praticados na cidade e na região e as características dos relacionamentos, descrever as faixas etárias e sócio econômicas dos agressores e formas de violências praticadas, descrever a percepção dos agressores sobre violência, histórico familiar e vivências anteriores ao ato violento e compreender as razões que os mesmos atribuem as práticas de violências que cometem.

A pesquisa está sendo realizada através do método qualitativo. Na primeira etapa, já encerrada, o delineamento foi o de levantamento,

realizado através da análise dos boletins de ocorrências da DEAM, com dados referentes a processos criminais, com todos os autos dos processos em tramitação, modalidade da violência, idade da vítima e do agressor, sexo e gênero de ambos, profissão, local de moradia e do ato agressivo, vínculo entre as partes e nível de escolaridade. A segunda etapa, assume uma análise descritiva e os participantes são homens que cometeram o feminicídio ou outros atos de violência conjugal ou violência de gênero, sendo que não foi constituída amostra.

Através da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e do Poder Judiciário, foi obtido o aceite dos homens participantes, com a devida assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a entrevista foi agendada e realizada em local adequado (no Presídio Regional) na forma de entrevista semiestruturada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os casos analisados reportam-se à cidade da região noroeste do Rio Grande do Sul e demonstram o machismo imposto pela cultura local e social, no qual os homens se considerarem donos de “suas mulheres”. Em decorrência da Lei nº 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006), denominada Lei Maria da Penha as questões referentes a proteção da mulher vêm obtendo amparo legal e tem sido a base para a criação de outras leis, como a Lei 13.104/2015 (BRASIL, 2015), que define feminicídio como crime hediondo, ou seja, as mulheres agredidas têm mais uma proteção contra situações como estas, de degradação moral e física.

Apresenta-se, na tabela abaixo, informações obtidas junto aos locais onde foram coletados dados da pesquisa. No primeiro momento foi feito contato com a delegada responsável pela DEAM e com o juiz da

1º Vara Criminal (Fórum), que possibilitaram o acesso aos boletins de registro de ocorrências e aos processos criminais.

Quadro 1: Dados estatísticos DEAM 2016

Violência Doméstica	Sto Ângelo	Ijuí	Sta Rosa
2015	1.202	1.200	* 1.744
2016	603	648	* 759
Feminicídio			
2015	01	01	-
2016	05	-	-

* Pode haver casos de crianças e adolescentes

Fonte: Dados DEAM

Conforme observa-se na tabela acima ocorreram seis (6) casos de Feminicídio na cidade de Santo Ângelo no período de abrangência da pesquisa. Até o presente momento foram abordados seis (6) casos dos seis ocorridos no período da pesquisa. Em 4 casos os réus estão presos, sendo que um em presídio de outra cidade. Conforme o Ministério Público (MP) isso ocorre para segurança do homem, bem como dos demais familiares, inclusive para segurança da família da mulher assassinada, no que se refere aos outros 2 casos o feminicidas após cometer o ato cometeu suicídio por enforcamento.

Observa-se que durante o período houve uma diminuição no número de registro de violência contra a mulher, porém os casos de feminicídio apresentaram um aumento, então fica o questionamento, se há realmente uma redução dos casos de violência contra a mulher, ou isso evidencia a continuidade das opressões as quais as vítimas podem estar sofrendo, como privação, vergonha de se expor, tanto no contexto social quanto familiar, ou medo das consequências do ato de fazer a denúncia, como o acirramento da violência.

Segundo Waiselfisz (2015) os dados do mapa da violência no Brasil têm uma crescente muito elevada com relação a outros países da América Latina, sendo que hoje o Brasil ocupa o vergonhoso 5º lugar no mundo relacionado a violência doméstica (VD). A lei do Feminicídio, foi criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI-VCM). É importante lembrar que ao incluir no Código Penal o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio passou a ser adicionado ao rol dos crimes hediondos, Lei nº 0.072/1990, tal qual o estupro, genocídio e latrocínio, entre outros. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

Hoje temos como base o crime de feminicídio íntimo que está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015(BRASIL, 2015), que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Na página que segue, é possível ver a descrição dos casos estudados até a presente fase do projeto. No quadro organizado pelos autores e aqui apresentado para facilitar a compreensão deste estudo, é possível ver a apresentação dos dados referentes aos casos que foram analisados e que serão expostos e discutidos em categorias no decorrer deste texto.

Quadro 2: Demonstrativo das ocorrências

Casos	Tipo de Ocorrência	Modalidade de violência	Idade de Vítima/ Agressor	Sexo/ Gênero	Profissão	Local de moradia	Local ato Agressivo	Vínculo	Escolaridade
Caso I	151509/2016/377	Homicídio Doloso	*V: 26 **A: 30	*V: F **A: M	*V: Do Lar **A: Frentista de Posto de Combustível	*V: Santo Angelo/RS **A: Novo Hamburgo /RS	Bairro: Centro	Ex-companheiro	*V: Ensino Fundamental **A: Ensino Médio
Caso II	606/2016/151509	Homicídio Doloso	*V: 12 **A: 35	*V: F **A: M	*V: Estudante **A: Serviços Gerais	*V: Santo Angelo/RS **A: Santo Angelo/RS	Bairro: Indústrias	Namorado	*V: Ensino Fundamental Incompleto **A: Ensino Fundamental Incompleto
Caso III	029/2.16.0000/651-5	Homicídio Doloso	*V: 19 **A: 26	*V: F **A: M	*V: Empregada Doméstica **A: Outros	*V: Santo Angelo/RS **A: Santo Angelo/RS	Bairro: União	Namorado	*V: Ensino Médio Incompleto **A: Ensino Fundamental
Caso IV	029/2.16.0002626-3	Homicídio qualificado	*V: 37 **A: 41	*V: F **A: M	*V: professora **A: func. Público	*V: Santo Angelo/RS **A: Santo Angelo/RS	Bairro: Braga	Ex-companheiro	*V: ensino médio completo e tec. Enfermagem **A: ensino fundamental
Caso V	029/17000204/002	Homicídio Doloso	*V: 25 **A: 34	*V: F **A: M	*V: DANICARINA **A: industrial	*V: Santo Angelo/RS **A: Santo Angelo/RS	Rincão dos Roratto	Ex-companheiro	*V: ensino médio completo **A:
Caso VI	029/17000204/002	Homicídio Doloso	*V: 27 **A: 34	*V: F **A: M	*V: DANICARINA **A: industrial	*V: Santo Angelo/RS **A: Santo Angelo/RS	Rincão dos Roratto	Nenhum com a vítima	*V: ensino fundamental **A: ensino fundamental

*V: Vítima

**A: Agressor

Caso I: Adolescente de 12 anos moradora de uma cidade da região noroeste, morava com os pais, a mesma estudava em escola pública, mantinha amizades com meninas de sua idade bem como com meninos da mesma idade e com rapazes mais velhos. Segundo consta no processo, a vítima conheceu a seu agressor através de amigos, após conhecer acabou se relacionando durante 2 meses mais ou menos, após terminou seu “namoro”. O agressor não aceitou o fim, passando a assediá-la para reconciliarem-se, porém, a mesma não queria mais e alegou já ter outro namorado, motivo este levou o agressor a pôr fim na vida da vítima. Ele solicitou que ela fosse até um local onde era costume se encontrarem, quando a mesma chegou lá o agressor desferiu 6 tiros na vítima, não permitindo sua defesa. Os familiares da vítima foram embora do bairro para outra cidade vizinha, e não permitiram acesso ao novo endereço.

O agressor natural da cidade tem a idade de 36 anos, sem

profissão, trabalhava como diarista, morava com sua mãe em um bairro da cidade. Conforme consta nos autos do processo já possuía registros de agressão contra outras pessoas, e de acordo com os depoimentos sempre andava com arma de fogo ou arma branca. Era muito calado, de pouca conversa. Em outro relacionamento, anterior, também ocorreram brigas e discussões. Após o assassinato fugiu do local e foi preso no interior do bairro em que morava, pois este localiza-se próximo já a zona rural, local onde estava escondido, foi preso e encaminhado para o presídio local, no qual aguardará, em regime fechado, o julgamento, segundo consta no processo, por segurança do réu.

Caso II: Mulher de 26 anos, mãe de uma menina de 6 anos, morava na cidade de Novo Hamburgo e atualmente a vítima estava na cidade localizada na região noroeste do RS, profissão do lar, condição conjugal é separada do companheiro, segundo os autos do processo mantinham relacionamento conflituoso. O agressor mantinha a vítima em situação de violência doméstica, mantendo controle sobre suas convivências familiares, bem como controle das amizades, tendo forte domínio na relação, muitas brigas e coerções no relacionamento. A relação, que durou treze anos, teve início na adolescência até a idade do Ferminíssimo. Faziam poucos meses que estavam separados. O agressor premeditou o assassinato da mulher, usou da situação para marcar um encontro e nesse encontro deferiu golpes de arma branca, levando a vítima a óbito, fato que se deu próximo à casa da irmã que viu o homicídio e quando chegou até o local já não pode fazer mais nada, a irmã estava já morta, devido à gravidade dos golpes de faca.

O agressor também natural de uma cidade da região noroeste, com idade de 32 anos, com profissão frentista, morador na cidade de

Novo Hamburgo, os pais do mesmo residem juntamente na cidade do agressor. No dia do homicídio acabou fugindo do local e foi preso no interior da cidade onde estava escondido, foi preso e encaminhado para o presídio local, passado uns dias foi transferido para presídio na cidade de Osório, segundo consta no processo por segurança tanto do réu bem como dos familiares da vítima que estavam sofrendo ameaças na rua. Ainda não foi possível acesso ao assassino por estar detido em outro presídio localizado em outra cidade, nem aos membros de sua família, que foram embora da cidade não deixando endereço acessível aos pesquisadores.

Caso III: Mulher de 19 anos, estudante, morava em uma cidade da região noroeste do RS, e mantinha um namoro conturbado com muitas brigas e muitas crises de ciúme tanto da vítima para com o agressor como do agressor com a vítima. Os relatos são bastante contundentes quanto a afirmar que foi um homicídio premeditado e caracterizado pelo fato do homem não aceitar “perder” a namorada. Conforme os autos do processo, as pessoas de convívio mais próximo relatam que a mulher tinha boa relação com a família, sendo ela uma das cuidadoras, junto com uma cunhada, de dois irmãos com deficiência. Familiares relatam que o agressor, na noite no homicídio, disse que iria matar a mesma com um tiro na cara, mas que não deram importância achando que o agressor estaria de brincadeira, pois não imaginavam tamanha barbárie. Na análise do processo fica explícito que a mesma não queria mais o namoro com o agressor, devido as agressões verbais, psicológicas e ameaças de morte constantes.

O agressor tem a idade de 28 anos, morador na cidade localizada na região noroeste do RS, trabalhava em uma empresa local da cidade, relatos de muitas amizades das quais sua mãe não gostava, sendo que a mesma não permitia a entrada no seu pátio dos amigos. O agressor já

possui registros policiais por ameaças, sendo as mesmas oriundas de crises de ciúme com sua ex companheira. O agressor encontra-se preso aguardando julgamento, segundo consta no processo por segurança, tanto do réu bem como dos familiares da vítima, que estavam sofrendo ameaças na rua.

Caso IV: Vitima 01: Mulher 37 anos, ensino médio, solteira, porém manteve união estável com o feminicidas, durante 2 anos, há 3 meses haviam se separado, o mesmo já tinha tentado várias vezes reatar o relacionamento, a seguia em todos os lugares e já tinha lhe agredido; inclusive tentado asfixia e ameaçado lhe jogar da sacada do local que morava, a vítima tinha já feito boletim de ocorrência e pedido de medida protetiva, o agressor também ameaçou os filhos da vítima de morte, bem como demais familiares.

A vítima tinha registrado vários B.O junto a delegacia e mesmo assim o agressor se mantinha agindo de forma persecutória, a vítima não mais tinha liberdade de andar pela cidade nem mesmo de trabalhar. A vítima foi alvejada com 3 tiros sendo um no crânio, no braço e no abdômen, ficou vários dias internada no CTI, e após veio a falecer devido à gravidade dos ferimentos. O agressor a meses atrás tinha tentado contra a vida da vítima com uma arma branca, segundo consta nos autos do processo, só não obteve sucesso porque a mesma conteve o ato assegurando a faca pela lâmina, onde teve cortes nos dedos das mãos, em um posto da cidade a qual residem, bem como várias ameaças de também matar seus filhos.

O agressor também disparou em mais pessoas que estavam próximas, pessoas estas que estavam em sua casa, local que a vítima buscou se refugiar do agressor diante da ameaça de morte efetuado pelo mesmo, as demais vítimas foram Rafaela (nome fictício) 2 anos de idade, foi atingida no abdômen e o qual também atingiu o pulmão a mesma

ficou muitos dias em estado gravíssimo no CTI devido aos ferimentos e joana (nome fictício) 55 anos foi alvejada no braço esquerdo. O agressor tem a idade de 41 anos, morador na cidade localizada na região noroeste do RS, trabalha em uma instituição pública, segundo consta nos autos do processo o mesmo tinha histórico de comportamentos agressivos, pois e um relacionamento anterior de 16 anos e o qual tinha acabado por motivos semelhantes de ameaças, ciúmes e agressões a sua ex-mulher, há 2 anos começou relacionamento com a vítima do feminicídio como consta nos autos do processo sempre apresentou comportamentos de controle, ciúmes e ameaças, sempre buscando controlar suas amizades e por onde andava, a seguia na cidade, conforme descrito também ameaçava seus filhos de morte e depois se matar, relata-se também que o mesmo fazia uso de álcool e drogas, que era de extrema agressividade sobre o efeito das substancias psicotrópicas. Entende-se que pelo fato de se achar dono da pessoa (vitima) não aceitou a fim agindo de forma que não seria de mais ninguém.

Casos V e VI: A vítima V era solteira, tinha 25 anos e teve uma relação com pouco mais de uma ano junto ao seu agressor, a mesma durante o tempo de relacionamento sofria com os ciúmes, brigas constantes, agressões verbais e físicas, chegando em um momento a mesma só não ter falecido devido a chegada de seu irmão, o agressor estava a sufocando onde a vítima já tinha se urinado e defecado nas roupas, após esse episódio, terminaram o relacionamento, 9 meses ficaram separados, mas conforme consta nos autos do processo mantinham encontros as escondidas da família, relacionamento que não era aceito pelos pais e irmãos, a vítima trabalhava em uma boate como dançarina na cidade vizinha, ocasião em que recebeu uma ligação onde o agressor marcava um encontro, onde o mesmo lhe ofereceu uma quantia em dinheiro como presente, que depois iria embora para outra cidade, a vítima convidou uma amiga e foram ao encontro, no processo obtém-se o

relato que as duas foram assassinadas a tiro de arma de fogo, ambas foram atingidas na cabeça morrendo logo a seguir. Foram localizadas no interior do município do interior da região noroeste por pessoas que avistaram carro em atitude suspeita e informaram a brigada militar local.

O agressor tinha 34 anos, solteiro ao qual teve um relacionamento conturbado com a vítima, o mesmo tinha comportamentos estranhos conforme relatam as testemunhas do inquérito policial, nos autos consta também que o mesmo tinha antecedentes criminais, sendo um deles por homicídio, o qual tinha cumprido pena no passado, com a vítima do feminicídio também tinha histórico segundo os depoimentos de muitas brigas e ameaças, onde o agressor tinha já comentado com conhecidos que iria matar a ex-namorada, o mesmo assim o fez, porém matou também a amiga que acompanhava a sua ex-namorada, sendo assim o agressor executou duplo feminicídio, um de forma premeditada e o outro segundo consta afim de não deixar “provas”, após esse fato o agressor evadiu-se do local e cometeu suicídio no dia seguinte na casa de conhecidos através do enforcamento.

A seguir discutem-se os achados da pesquisa através de categorias de análise relacionadas aos objetivos estabelecidos no projeto de investigação.

CATEGORIA A: CARACTERÍSTICAS DOS CASOS DE FEMINICÍDIO

Os casos analisados expressam sempre o desejo de controle do homem sobre a mulher, impedindo ou limitando a mesma de ter opinião ou de tomar decisões. Os 6 casos reportam a homens de idade média de 25 a 45 anos, sendo de classe média e classe média baixa, moradores de uma cidade da região noroeste do RS. Os mesmos já apresentavam traços

de agressividade no que se refere as vítimas, bem como agressões antecessoras ao ato de feminicídio. Pesquisas demonstram que esses perfis são recorrentes, e que as vítimas são reféns de uma sociedade patriarcal cujo homem é detentor do poder sobre a mulher assim se subjugando dono da mesma. (Waiselfisz, 2015)

Na análise dos processos chama a atenção que as vítimas, de uma maneira ou de outra, mantiveram-se ligadas aos seus agressores. No caso I a duração foi mais curta, sendo de aproximadamente 2 meses e já bastou para que tomasse um fim trágico, ressaltando que o agressor tinha antecedentes por agressão a outras pessoas.

No caso II, a vítima esteve em convivência com seu agressor por mais de treze anos. Durante esses anos, o agressor a manteve em restrição de convivência, até mesmo com sua família de origem, assim tomando um caminho de muito sofrimento psicológico, ou seja, a manteve vivenciando uma situação traumática.

No caso III o agressor relacionou-se com a vítima em torno de 3 anos, relacionamento que nunca teve uma relação marital (morar junto), somente de namoro, relação com muitas brigas e crises de ciúmes, ofensas verbais e ameaças constantes, o agressor era muito possessivo e queria impor condições a vítima que se recusava a aceitar.

O caso IV a agressor teve um relacionamento pouco mais de 2 anos e após o fim do relacionamento começou as ameaças constantes e perseguições, segundo consta nos autos do processo a vítima tinha muito medo também pelos seus filhos que eram fruto de chantagem, o mesmo não aceitava o termino e assim foi até que cometesse o feminicídio, junto ao crime também feriu mais 1 mulher e 1 criança as quais conseguiram sobreviver apesar de uma delas ter tido ferimentos graves.

Já caso V o vítima teve relacionamento durante um ano segundo consta no inquérito policial, e a nove meses estavam separados, porém mantinham encontros escondidos, mas o agressor vinha cometendo atos de agressão desde quando mantinham relação amigável (moravam

juntos), brigas, agressões físicas, uma tentativa de estrangulamento, dentre outras ameaças, o mesmo não aceitava o termino do relacionamento, mantinha fantasias de reconquistar a vítima e de morarem juntos novamente, porém não obtendo sucesso com a reconciliação o agressor chegou a dizer a amigos que não aceitava que fosse de outro homem, se assim fosse iria matar a mesma.

Porém o caso VI a vítima não tinha contato com o agressor, era colega de trabalho da amiga, foi junto até o local do encontro, onde a amiga iria receber o “presente” do ex-namorado uma quantia de R\$ 1.000,00 (um mil reais), onde o mesmo através de telefonema tinha prometido, chegando ao local foi assassinada junto.

Importante frisar que todas as vítimas sofriam de ameaças de morte e mesmo assim cederam as falsas promessas dos agressores e os encontraram, o que de certa forma, traz um pouco de sua incapacidade diante das fortes manipulações que fizeram seus agressores, tamanha é sua fraqueza emocional, gerada esta já por causa de tantas sofrimentos psicológicos, Saffioti (2004), traz em seus estudos que muitas vezes as mulheres conseguem superar melhor a violência física, do que as humilhações sofridas ao longo dos relacionamentos, o que não diminui nenhuma forma de violência ao contrário todas são de caráter gravíssimo, ou seja todas coisificam as mulheres.

A literatura sobre o tema observa que as mulheres vítimas de abuso crônico tendem a recorrer a mecanismos de defesa como estratégias de sobrevivência. Os mecanismos acionados são vários, onde a dissociação do pensamento, a negação e a anulação dos sentimentos os representam, ambos exercem um efeito mutilador sobre as capacidades cognitivas e sobre a capacidade de ação efetiva (BANCHS apud NARVAZ e KOLLER, 2006).

A aparente passividade demonstrada por muitas mulheres ao serem violadas, frequentemente, é interpretada como concordância. No entanto, a passividade diante dos fatos, dá início ao sintoma de pânico

frente ao agressor e ao medo da morte, ou seja, as vítimas mantêm-se, sem ações muito efetivas o que geralmente leva a uma fuga geográfica, mas nem sempre há tempo para o mesmo e na maioria dos casos não resulta em sucesso para livrar-se da violência.

CATEGORIA B: CARACTERÍSTICAS ETÁRIA E SOCIOECONÔMICAS DOS AGRESSORES E VÍTIMAS

Na maioria dos casos expostos as vítimas deram início aos seus relacionamentos na adolescência, uma com 12 anos, a outra com 13 anos, no terceiro caso estudado com 16 anos, no quarto caso muda –se o cenário a vítima tinha 37 anos, seus agressores com faixa etária maior que a das mesmas. GARCIA E SILVA (2015), através de pesquisas realizadas entre 2011 e 2013 afirmam que na grande maioria dos relacionamentos que tem início na adolescência, há uma relação de dominação por parte do homem para com a companheira. Os homicídios ocorrem nas mulheres, de modo crescente, da adolescência até os 19 anos. Porém, atinge seu ápice na idade de 18 a 30 anos, sendo os homens os autores dos atos delituosos contra a vida das mulheres.

Quanto a classe social e econômica, até o presente momento os 6 casos estudados são classe média e classe média baixa, tendo os agressores baixa escolaridade, de Ensino Fundamental Incompleto a Ensino Médio, no caso I a vítima (menor de idade) mantinha-se estudando, apesar de, segundo relatos, ter acentuada ausência escolar (faltas), no caso II a vítima, que por iniciar a vida de casal cedo, “amigado”, acabou abandonando os estudos para viver ao lado de seu futuro agressor (assassino), e já no caso III a mesma chegou a ingressar em um curso superior, mas acabou desistindo, no caso IV a vítima era Téc. enfermagem no município da cidade a qual residia vida bem estabelecida financeiramente, a mesma tinha já tido outro casamento

bem como o agressor ambos tinham filhos da outra relação e a 2 anos estavam juntos, findaram a relação a 3 meses antes do crime acontecer.

Dentro do caso I analisado não houve aceitação por parte da família em relação

ao agressor e, segundo o agressor, esse fator lhe fomentou o desejo de acabar com a vida da vítima (adolescente), cabe ressaltar que esse não teve duração de mais de 3 meses de namoro. Segundo o agressor a morte da “menina” ocorreu porque “se não pudesse tê-la, ela não seria de mais ninguém”.

No caso II a mãe da vítima consentiu com relacionamento da mesma com o namorado, sendo que na época tinha 13 anos. Segundo informações obtidas, a mãe teve orientação do conselho tutelar para tal decisão, qual seja, permitir o namoro, tendo em mente que isso evitaria uma fuga de casa. O relacionamento durou 13 anos, porém, sempre houve muitas restrições e ciúmes por parte do esposo, inclusive de não poder conviver com a família e demais amigos.

No caso III o irmão não opinou, segundo consta, a mesma tomava suas decisões e o relacionamento não era “mal visto” pelo familiares, mas sabiam que os mesmos tinham suas discussões, mas que o agressor na frente deles era muito carinhoso, os relatos das brigas sempre chegavam por terceiros, a não ser no dia anterior da morte, em que a vítima relatou para sua cunhada que achava que teria de ir embora da cidade, pois o agressor a estava ameaçando de morte, e já tinha mostrado uma arma de fogo, mesmo assim foi para a casa do agressor passar a noite, conforme sempre ocorria.

No caso IV a vítima tinha 37 anos e o agressor tinha 41 anos, ambos tinham uma vida estável, mantinham um padrão de vida de classe média, empregos no setor público do município ao qual residiam, há relação de início teve a aprovação dos filhos, os conjugues eram colegas de serviço, local onde se conheceram, mantiveram durante 2 anos um relacionamento que chegaram a morar juntos e devido as fortes crises de

ciúmes e agressões verbais e físicas acabaram terminando a 3 meses a relação.

No caso V a vítima tinha 25 anos, classe média baixa, ensino médio completo e atualmente trabalhava e o agressor 34 anos, classe média baixa também, ensino fundamental, e trabalhava de biscate nas casas de conhecidos, relacionamento conturbado desde o início conforme consta nos autos do processo, relação de muita posse por parte do agressor, duração de um ano e findou-se a nove meses, o que de certa forma não foi aceito pelo ex- companheiro, ocasionando a morte da vítima.

No caso VI vítima com 27 anos classe média, ensino fundamental, trabalhava atualmente, o agressor 34 anos, classe média baixa, ensino fundamental e trabalhava de biscate, a vítima nada tinha com o mesmo, porem fazia companhia a sua amiga no momento do encontro e foi morta juntamente.

No contexto da rede de apoio são fundamentais os laços de familiares e amigos, pois estes desenvolvem um importante papel na superação das mulheres vítimas de violência, fato constatado pelo isolamento ocasionado pelo agressor, ou seja, mantem as vítimas sem relacionamos que possibilitem falar de suas emoções, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima. (NARVAZ e KOLLER, 2006; GROSSI, 2012).

CATEGORIA C: FORMAS DE VIOLÊNCIAS PRATICADAS

Em 6 dos casos analisados a violência ocorreu através do uso de arma de fogo e de arma branca (faca). De acordo com Waiselfisz (2015) nos homicídios femininos qualificados como feminicídios a incidência do uso de arma de fogo é de 48,8%, mas cabe ressaltar que 38 % ocorre por uso de arma branca (faca, canivete) cortante/penetrante e objeto

contundente com o concomitante aumento de estrangulamento/sufocação, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais.

Chama a atenção a forma que são executados tais homicídios, pois os agressores, em um primeiro momento da análise dos documentos dos autos dos processos, agem de forma premeditada, ou seja, 4 estavam em locais esperando a vítima, um outro a levou até o local para execução, o ultimo homicídio o agressor foi até a vítima e fez sair com o mesmo de carro, onde situação propicia a vítima desceu afim de efetuar fuga do mesmo e o homicida atirou pelas costas, de forma que todas não pudessem se defender. O que faz pensar que são homens que acabam perdendo o autocontrole e, segundo estudos de GROSSI (2012), muitos desses homens sofreram violência na sua infância ou viram suas mães serem agredidas tanto fisicamente como psicologicamente e acabam reproduzindo, ou seja, acabam dentro da sua ignorância atribuindo a violência como uma maneira de resolver problemas interpessoais.

É inadmissível que em pleno século XXI ainda se vivenciem cenas que remontam ao período da colonização portuguesa no século XVI, que tinha como princípio social a família patriarcal, onde o homem é quem decidia tudo que era relacionado ao financeiro, bem como a vida da conjugue. Ainda existem pessoas que acham toda essa atrocidade com as mulheres algo normal e aceitável. É necessário repensar os modos de abordar os homens agressores no sentido de produzir novas concepções sobre as relações homens e mulheres e novos padrões de relacionamentos amorosos. Grossi (2012) diz que o sistema público é ainda falho na forma de tratar e ressignificar os sujeitos que cometem atos violentos. Para a execução de um programa de acolhimento e ressignificação de comportamentos violentos é necessária uma equipe bem montada e com qualificação adequada para atender a demanda, como já ocorrem em países como o Canadá.

Os homicídios de mulheres ocorrem em locais onde o homem

acredita ter maior domínio sobre a vítima, sendo um desses locais o ambiente domiciliar, indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres e também a rua, considerado um espaço público de “domínio do masculino”. (WASELFISZ, 2015; SAFFIOTI, 1996; NARVAZ e KOLLER, 2006). Nos seis casos abordados cinco ocorreram em espaço público e um na casa do assassino.

CATEGORIA D: HISTÓRICO FAMILIAR E VIVÊNCIAS ANTERIORES AO ATO DE VIOLÊNCIA

Os históricos familiares indicam haver um padrão de transmissão das experiências de violência ao longo das gerações, com o comportamento violento do homem, produzindo uma conduta de subserviência e passividade da mulher. Conforme Marasca et al (2013) muitos estudos relacionados a família apontam que o fenômeno da violência é perpetuado de geração em geração como uma situação naturalizada no seio da família. Essa situação pode trazer reflexos na vida de todo o grupo familiar envolvido, formando uma herança de dor e sofrimento nos laços familiares. As vivências infantis entre irmãos apontam comportamentos violentos considerados, pelos familiares, como corriqueiros, não relevantes. Dois dos casos houve o uso de drogas ilícitas antes do episódio feminicidas e nos 4 casos havia consumo de bebida alcoólica. Um dos homens pesquisados tinha um comportamento retraído, relacionamentos com pessoas bem mais jovens que ele e alguns indicativos de deficiência intelectual ou doença mental (segundo Juiz da Vara Criminal).

Todos os casos supracitados apresentam histórico de violência, tanto família bem como nas suas relações de amizade e familiares mais próximas, chegando em alguns casos já terem respondido por delitos, ou

seja, fazendo uma análise mais crítica os agressores deixam rastros e indícios de seus comportamentos obsessivos e agressivos, porém diante da cegueira causada pela relação doentia estabelecida demora-se para que haja uma percepção de tal risco aos quais as vítimas estão expostas, sem deixar de mencionar que muitas das vezes a lei devido as suas burocracias demora para agir em favor das mulheres que estão em sofrimento, e em muitos dos casos como citados neste relatório de pesquisa quando se pensa em algo é tarde, pois acabaram da pior forma, onde mais uma vez as mulheres são mortas pelo simples egoísmo e machismo doentio do sexo masculino.

CATEGORIA E: COMPREENDER AS RAZÕES DA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA

Segundo Silva (1993) as relações estabelecidas entre homens e mulheres são, quase sempre, de poder deles sobre elas, pois a ideologia dominante tem a tarefa de difundir e reafirmar a supremacia masculina, em detrimento à correlata inferioridade feminina. Desta forma, quando a mulher, que em geral, é o polo dominado desta relação, não aceita como natural o lugar e o papel a ela impostos pela sociedade, os homens recorrem a artifícios, mais ou menos sutis, como a violência simbólica (moral e ou psicológica) para fazer valer suas vontades, e a violência física se manifesta nos espaços lacunares, em que a ideologização da violência simbólica não se faz garantir.

Um dos homens abordados pela pesquisa, caso I, relata que violência, na sua compreensão, está ligada a brigas, relata que nunca foi agredido e que uma vez seu irmão teve uma agressão sofrida por parte de um vizinho, mas que isso tinha ocorrido quando era criança, quando questionado se numa relação amorosa valia tudo expressou a seguinte

fala: *“Olha me sinto mal em responde essa pergunta pelo que fiz, quero não responde isso se pudé”*. Por fim diz que o homem tem sim mais poder que a mulher, que sempre fala mais firme e isso vale mais. Considera o ciúme como causa de violência. *“Sim pode ser sim, no meu causo foi por ciúmes, e por fofoca dos outros também que foram falar mal de mim pros pais dela e daí ela não queria mais comigo ficar”*. Relata que se arrepende muito de que fez como expressa sua fala *“Me lembro sempre do que fiz e me arrependo todos dos dias, não penso só nela, mas também na família dela...se pudesse voltar atrás não faria nada do que fiz”*. Diz que tem se apegado a Deus na prisão e isso está lhe ajudando, mas que sofre muito, chora escondido, porque na prisão é complicado homem chorar, mas que pensa na sua mãe lá fora sozinha e que era seu dever estar cuidando da mesma, traz um discurso de bastante culpa pelo ato cometido, e segundo os carcereiros do presídio o mesmo não causa incomodo nenhum lá dentro, sua mãe o visita toda semana, em dias alternados conforme organização do presídio.

No caso III o agressor relata que *“não sente nenhuma culpa de ter feito o que fez, a não ser de estar preso, sem liberdade de ir e vir”*. Observa-se que tenta, em seu discurso, assumir um papel de vítima, alegando que a vítima também o ameaçava de morte e que fazia joguinhos psicológicos de humilhação na frente das pessoas relatando que o traia. Afirma que *“pode até ficar um tempo preso mas que dentro de 5 ou 6 anos sairá, mas ela, ela nunca mais vai poder andar por ai”*. É evidente o quanto o machismo impera em seu discurso, discurso de superioridade em relação a vítima. Quando questionado como se sente, volta a um discurso de auto piedade: *“Me sinto menos que os “outros”, sempre tentando e agora preso, me sinto inferior, mas a vida e feita de fases”*. O agressor demonstra durante a entrevista uma certa cautela e frieza em falar não esboçando nenhuma expressão de arrependimento, quando perguntado como se sente hoje estando preso o mesmo reafirma *“eu estava sobre efeito do álcool e não pensei só fiz, poucas vezes me*

arrependi do que fiz”.

No caso III não teve-se acesso ao apenado por estar locado em um sistema prisional da grande Porto Alegre, no caso IV o acesso não foi possível, mas diante dos expostos do processo o mesmo teve dentro do sistema prisional tentativas de suicídio, por mais de um vez, apresenta um quadro melancólico, mas nunca traz arrependimento em suas falas, diante de acesso a amigo do agressor ao qual são próximos, o mesmo tinha tudo planejado e um dia antes, tinha comentado que iria fazer uma besteira que iria mudar totalmente sua vida, mas seria para pior, mas que mesmo assim não deixaria de fazer o que já tinha traçado, relata o “amigo” que fez uso nesse dia de muita bebida alcoólica e depois foi embora, quando no outro dia o mesmo fica sabendo do fato (morte), quando questiono sobre o comportamento antes desse fato do agressor, o “amigo” relata que era um cara calmo e amigável, apesar de ser meio quieto, mas afirma que com ele se dava bem nunca teve problemas, mas que sempre andava “*ferrado*” (*armado*). Os casos V e VI o agressor após assassinar as duas moças, evadiu-se do local e no dia seguinte foi achado morto por enforcamento, pendurado em uma árvore, sendo assim dado o processo por concluso, na arrolando tramites processuais.

Bourdieu (1995) diz ser necessário compreender a existência de relações de força assimétricas inseridas nas relações de gênero, expressas por meio da dominação masculina, ou seja, muito dessas podem estar ligados aos órgãos sexuais, onde os corpos são constituídos como objetos simbólicos e valores característicos de uma visão falocêntrica do mundo.

Segundo Miller (1999) as interações violentas de um casal estão vinculadas ao aumento de tensão nas relações de poder estabelecidas e a relação de dominação e subordinação necessita ser confirmada. A situação de violência pode ser então uma tentativa de restaurar o poder perdido ou nunca alcançado, ou ainda a confirmação da identidade por

parte do agressor.

As ameaças de morte têm sido outro artifício bastante utilizado pelos homens, como meio de aprisionar suas companheiras, ou seja, utilizam-se do medo para impedir a desvinculação da mulher a ele e, (MILLER,1999). o que nos casos analisados resultou morte das mulheres.

CONCLUSÃO

Durante o período de agosto de 2016 a fevereiro de 2018 foi executado a pesquisa Violência de Gênero: Ouvindo os homens agressores, consistindo na realização de uma análise documental, busca de dados junto a DEAM, bem como ao ministério público (FORUM). Também se buscou em jornais as matérias pertinentes aos casos de Feminicídios da região noroeste para fins de embasamento na busca por dados mais fidedignos. Foi possível verificar a existência de 6 casos na região noroeste, sendo analisados 6 dos casos. Três ainda estão em tramitação judicial, um está concluso com a condenação do réu em regime fechado, dois conclusos pelo Ministério público devido ao agressor ter cometido suicídio, foi possível o acesso no Fórum da cidade de origem dos processos que estavam tramitando e já conclusos.

A análise dos dados recolhidos proporcionou reflexões importantes acerca dos percentuais na Região Noroeste das Missões do RS, com relação aos boletins de ocorrências dos casos de violência contra a mulher, em um comparativo ao ano anterior houve uma diminuição de registros de ocorrência, porém constatou-se um significativo aumento dos casos de feminicídio. Conforme Gomes (2006) chama a atenção para a masculinidade como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a

serem seguidos. Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos.

Dos 6 casos obtidos junto DEAM e ao ministério público (MP), foram analisados seis. Todos os relacionamentos tiveram início na adolescência e um na idade já adulta, onde um findou se na mesma idade e os outros casos analisados perduraram até a idade jovem adulta, ambos os homicídios foram cometidos por sentimento de posse relacionado à outra pessoa, cinco por arma de fogo e o outro por arma branca/objeto perfurante, se reafirmando a cultura machista de controle do sexo feminino.

Os dados expostos confirmam uma cultura que perdura nas gerações, os históricos familiares indicam haver um padrão de transmissão das experiências, no qual mulheres vítimas de violência conjugal vivenciaram também a vitimização de suas mães.

Referente a compreensões de violência dos participantes buscamos através da análise realizada, demonstrar a compreensão dos homens feminicidas sobre os fatos, bem como, como se sentem com relação aos crimes cometidos. Dos casos analisados, foi possível realizar entrevista, nelas teve-se noção de como os agressores se reportam as vítimas, sendo descrito da seguinte forma: *“um relata ter sentimento de culpa e desejos de mudar de vida, porém o outro não expressou nenhum sentimento de arrependimento com relação a vítima, o outro se manteve calado, mas não negou seu ato premeditado”*, ou seja, tem como um ato que deveria ter feito, tinha sofrido humilhação e isso não poderia passar em branco, ou seja é de extrema necessidade manter e escuta dos agressores, tendo como objetivo mudar concepções e comportamentos dos agressores para com as consequências com relação as vítimas e seus familiares, bem como da sociedade para com os mesmos e entender que sistema prisional não é o melhor veículo de recuperação.

Diante do exposto entende-se o tema do artigo “Violência de Gênero: ouvindo os agressores”, teve êxito no alcance de seus objetivos trazendo à tona a fala dos agressores e possibilitando espaço para serem ouvidos também, pois compreendesse que é necessário ressignificar suas experiências de “macho” para que construam relações futuras mais saudáveis e com direitos verdadeiramente compartilhados.

Diante dos expostos buscamos entender a necessidade do desenvolvimento e das políticas públicas, conforme a autor Amartya Sen, ou seja, as liberdades que os membros de uma sociedade possuem são representadas não somente pelo crescimento econômico, é sim, um importante, porém não o único fator para obtenção e expansão das liberdades humanas, o qual está associado a outras disposições, como a possibilidade de acesso, pelos cidadãos, à educação, saúde, participação política na sociedade, entre outros.

Ainda, assim (SEN, 2000) diz que não há desenvolvimento sem que o ser humano seja o centro desse processo, daí a importância da realização pessoal dos indivíduos e da sua felicidade, pois, *o bem-estar e desenvolvimento* dizem respeito ao fortalecimento de liberdades e à melhora de vida dos indivíduos, assumindo a felicidade humana um importante papel nesse processo. A liberdade pode ser vista como o fim e o meio do desenvolvimento, pois tem papel constitutivo e instrumental. Assim, no que diz respeito ao seu papel constitutivo, a liberdade substantiva assume importância fundamental no melhoramento da vida humana quando afasta a fome, a morte prematura, o analfabetismo, a doença, entre outras mazelas. No que tange ao seu papel instrumental, há várias liberdades e essas são vistas como complementares umas às outras, assim como auxiliam para a capacidade geral dos indivíduos viverem com mais liberdade (SEN, 2000).

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha)**. Disponível em [ttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em: outubro, 2016

BRASIL, **Lei 13104 de 9 de março de 2015**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm Acesso em: outubro, 2016

BOURDIEU, P.; A Dominação masculina. **Educação e realidade**, v.20, n.2.1995.

GARCIA; L.P, SILVA; G.D.M, Mortalidade de Mulheres por Agressões no Brasil: Perfil e Estimativas Corrigidas(2011-2013); Texto para Discussão/ **Instituto de Pesquisa Aplicada**, Brasília, Rio de Janeiro: IPEA 2016.

GRANJA, E; MEDRADO, B; HOMENS VIOLENCIA DE GENERO E ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE, Psicologia e Sociedade /**Associação Brasileira de Psicologia Social**, vol.21.n.1-São Paulo. ABRAPSO, 2009.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, P. K.; JARDIM, A. C. M. G; [et al], **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber** 2 ed.- Porto Alegre, EDIPUCRS,2012.

GOMES, R. A construção social da masculinidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.5, p.1118, maio 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2006000500027&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 fev. 2017.

MARASCA, A. R. et al. Violência Conjugal e Família de Origem: Uma Revisão Sistemática da Literatura de 2006 a 2011. **Temas em Psicologia** – 2013. São Leopoldo, Vol. 21, nº 1, 221 – 243. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413>

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574, jun. 2011.

MILLER, M. S. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres**. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas**, PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação internacional de doenças: Décima Revisão (CID-10)**. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2008. v. 2.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____, **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2000.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992. p. 52-104.

WASELFISZ; J.J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**, Faculdade Latino Americana de Ciências- FLASCO, Brasília, DF, 1 edição, 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso janeiro 2017.

WENTROBA, Jaíne; BOTELHO, Louise de Lira Roedel. **A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação**. Orbis Latina, v. 11, n. 2, p. 04-04, 2021.

SENSO DE HUMOR E O RISO NECESSÁRIO*

Augusto Franke Bier⁵⁸

Os tempos não estão fáceis. Encontrar gente com mau humor no nosso caminho é inevitável no cotidiano. Um cumprimento não respondido ou um atendimento com má vontade é suficiente para azedar o dia de quem já não anda lá muito bem com a vida. E convenhamos: se fosse assim com todo mundo, a Terra iria virar um verdadeiro inferno. O que nos salva é uma cultura muito antiga que se inspira no seguinte ditado: “Rir é o melhor remédio”. Mas passemos da risada, do sorriso e da gargalhada para um conceito adotado no início do Século XX, que olha o riso como um fenômeno cultural.

O fim da Idade Média e a eclosão do Renascimento, a partir do Século XVI, marcam o momento da liberação do riso nos costumes, que antes era reprimido pela Igreja. E as coisas mudaram de tal maneira, que as igrejas de algumas aldeias francesas, por volta de 1608, lotavam porque os padres faziam prédicas engraçadas. A Santa Madre reagiu. Robert Bellarmine, uma importante figura da Contra-Reforma, emitiu uma carta aos clérigos onde advertia o seguinte: “Quae risum potius quam aedificationem pariant”. Para quem não sabe Latim, é o seguinte: “Que o riso não seja mais importante do que a edificação”.

Só que o homem (e a mulher) sempre riu – não só dos outros, mas de si mesmo. Isso já era registrado por Aristóteles, na Grécia, por volta de 400 AC. Ao menos é o que indica Umberto Eco, no filme “O nome da Rosa”, ambientado num mosteiro italiano do século XIV. Nele, o guardião da biblioteca esconde o texto aristotélico sob o pretexto de

*Crônica disponibilizada pelo autor para compor a obra.

⁵⁸ Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS. Jornalista e cartunista premiado no Brasil e no exterior, criador do Alemão Blau. E-mail: afbier@cpovo.net.

que o riso, o deboche, tiram o medo do diabo. E, sem esse medo, a fé e o respeito pela Igreja desaparecem. De fato, há menções ao escrito ao longo da história, mas ele nunca foi encontrado. O guardião da biblioteca, ao que parece, não estava de todo errado sobre o riso questionador.

Esse posicionamento é reforçado por Verena Alberti, doutora e Teoria da Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha), no seu livro “O riso e o risível na história do pensamento”. Diz ela que todo o pensamento humano, organizado ao longo dos séculos – repleto de tabus e verdades definitivas – por meio da filosofia, sofre um cataclisma com a chegada do riso. Por ser iconoclasta, questionador, ele joga a dúvida (e eventualmente o ridículo) sobre a antes inexpugnável fortaleza das razões intocáveis da Humanidade. Ou seja, o riso deixa a filosofia literalmente pelada. Isso é tão libertador quanto assustador.

Num artigo publicado em 1928, Sigmund Freud, o pai da psicanálise, diz que o humor, a piada, a anedota, funcionam como mecanismos contra a dor psíquica e o sofrimento. Ou seja, atuam como uma válvula de escape para as angústias cotidianas e nos colocam criticamente frente à realidade, preservando o aspecto da brincadeira.

Um sociólogo chamado Henri Bergson afirmava que o riso é um ato social. Rimos junto com alguém. Herrera Flores concorda com Bergson quando diz que assim combatemos esse mundo de espaços negados e ainda obtemos uma carga psicológica sã. Com o riso, que exige sempre pelo menos duas pessoas compartilhando, inseridas numa zona comum de entendimento, celebramos o triunfo da pulsão da vida (eros) sobre a pulsão da morte (tanatos).

O publicitário Alfredo Fedrizzi observa que o humor nasce de situações comuns ligeiramente distorcidas ou acidentais, faz relações inusitadas, transgride, é irreverente, brinca com a vida e com qualquer situação ou pessoa, do povo às mais graduadas autoridades, é

politicamente incorreto, surpreende, não tem controle. Assim, provoca o riso espontâneo e faz as pessoas relaxarem das situações mais tensas. O riso desarma, mostra cada um na sua fragilidade e assim fortalece as relações humanas.

Ao rirmos de situações em que estão envolvidos outros seres humanos e, portanto, nós mesmos, colocamos em marcha uma atividade criativa que atenua a tristeza, e nos capacita para enfrentar a realidade sem nos submetermos a ela. Ou seja, o bom humor liberta. E quem diz isso não sou eu, é Joaquim Herrera Flores, autor de “O Nome do Riso – Breve tratado sobre a arte e a dignidade”, da Editora Movimento.

CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA



ANÁLISE DE REAÇÕES DE APOIO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Odair Leandro Krinski Corrêa⁵⁸

Resumo: A análise das reações de apoio em estruturas de concreto armado é fundamental para a segurança e estabilidade das edificações. A literatura especializada destaca que a determinação precisa dessas forças evita subdimensionamentos ou superdimensionamentos, prevenindo falhas estruturais e garantindo o uso eficiente dos materiais. Ghali, Neville e Brown (2009) enfatizam que a análise estrutural deve ir além das equações de equilíbrio, incorporando efeitos como redistribuição de tensões e rigidez relativa dos elementos. O método dos elementos finitos (MEF) tem se consolidado como uma ferramenta essencial para modelagens mais precisas, embora sua confiabilidade dependa de validações experimentais rigorosas. Além disso, normas como a NBR 6118 (ABNT, 2023) estabelecem diretrizes para o cálculo dessas reações, mas devem ser complementadas por análises críticas. A influência de fatores como deformações diferidas e efeitos de segunda ordem, sobretudo em estruturas esbeltas, reforça a necessidade de abordagens avançadas. Este estudo revisa criticamente a literatura sobre o tema, explorando conceitos teóricos e metodologias aplicadas, com o objetivo de aprimorar práticas projetuais e contribuir para soluções estruturais mais seguras e eficientes.

Palavras-chave: Estruturas. Normas Técnicas. Concreto Armado. Cálculo Estrutural.

INTRODUÇÃO

A análise das reações de apoio em estruturas de concreto armado configura-se como um dos pilares fundamentais da engenharia estrutural, dado seu impacto direto na segurança, estabilidade e desempenho das edificações ao longo do tempo. Desde os primórdios da engenharia moderna, a compreensão dos esforços transmitidos aos apoios tem sido objeto de estudo minucioso, influenciando significativamente os métodos de dimensionamento e os critérios

⁵⁸ Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas na UFFS, *Campus* Cerro Largo. Engenheiro Civil. E-mail: odair.correa@estudante.uffs.edu.br.

normativos adotados ao redor do mundo. A literatura especializada demonstra que a negligência na determinação precisa dessas reações pode levar a subdimensionamentos ou superdimensionamentos estruturais, ambos com implicações graves, seja na segurança da edificação, seja na economia dos materiais empregados no projeto. Para Ghali, Neville e Brown (2009), a análise estrutural não pode ser reduzida a uma simples aplicação de equações de equilíbrio, mas deve considerar as interações complexas entre cargas, deformações e a redistribuição de tensões nos apoios, especialmente em estruturas hiperestáticas. Esse pensamento dialoga diretamente com MacGregor e Wight (2012), que enfatizam que, em sistemas de concreto armado, a rigidez relativa dos elementos e os efeitos diferenciais da fluência e retração influenciam significativamente as reações de apoio, tornando inadequadas abordagens excessivamente simplificadas.

A evolução das metodologias de análise estrutural tem permitido uma compreensão mais refinada dos fenômenos que regem as reações de apoio, especialmente com a consolidação de modelos numéricos avançados. O método dos elementos finitos (MEF), amplamente empregado na atualidade, possibilita a modelagem detalhada das interações entre os apoios e os demais elementos estruturais, incorporando aspectos como não linearidade geométrica e material, conforme apontado por Silva e Souza (2010). No entanto, conforme observado por Bastos e Campos (2006), a sofisticação dos modelos computacionais não elimina a necessidade de uma criteriosa validação experimental e de um entendimento profundo das hipóteses envolvidas em cada modelagem. O risco de se confiar cegamente em análises numéricas sem uma fundamentação teórica robusta pode conduzir a interpretações equivocadas e a decisões projetuais inadequadas.

Dentro desse contexto, a normatização desempenha um papel

crucial na padronização dos critérios de cálculo e no estabelecimento de parâmetros de segurança aceitáveis. A NBR 6118 (ABNT, 2023) estabelece diretrizes para a consideração das reações de apoio, impondo requisitos para diferentes condições de vinculação e distribuição de cargas. Contudo, conforme discutido por Leonhardt (1964), a normatização, apesar de essencial, não deve ser interpretada como um conjunto de prescrições absolutas, mas sim como um guia que deve ser complementado por análise crítica e bom senso técnico. A rigidez dos apoios, por exemplo, é muitas vezes tratada de maneira idealizada nas normas, sem levar em conta variações de rigidez decorrentes da interação solo-estrutura, tema amplamente debatido por Pfeil e Pfeil (2009). Essa discrepância entre os modelos normativos e as condições reais da estrutura reforça a necessidade de um olhar atento por parte dos projetistas, que devem avaliar caso a caso a aplicabilidade dos coeficientes e equações padronizadas.

Além dos aspectos normativos e computacionais, a influência de fatores como deformações diferidas e efeitos de segunda ordem deve ser criteriosamente avaliada na determinação das reações de apoio. Costa e Figueiredo (2013) argumentam que estruturas esbeltas estão particularmente suscetíveis a efeitos de instabilidade que podem modificar substancialmente as forças nos apoios, tornando essencial a consideração de análises mais elaboradas para esses casos. Esse ponto é reforçado por Chopra (2012), que destaca a importância da análise dinâmica das estruturas quando sujeitas a cargas variáveis, como as provenientes de vento e sismos. Em tais cenários, a avaliação estática das reações de apoio pode levar a erros significativos, dado que a distribuição de forças não é fixa no tempo, mas sim influenciada pela resposta vibratória da estrutura.

O presente estudo se propõe a revisar criticamente a literatura acerca da análise das reações de apoio em estruturas de concreto armado,

destacando os principais conceitos teóricos, os métodos de análise empregados e as considerações práticas envolvidas no dimensionamento desses elementos. A abordagem adotada busca estabelecer um diálogo entre diferentes autores e perspectivas, contrastando as abordagens clássicas e contemporâneas, de modo a evidenciar as lacunas ainda existentes na modelagem dessas reações e os desafios enfrentados pela engenharia estrutural na busca por soluções mais eficientes e seguras. Ao final, pretende-se contribuir para o aperfeiçoamento das práticas projetuais e para a ampliação do conhecimento técnico sobre esse tema fundamental.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A compreensão das reações de apoio em estruturas de concreto armado é um aspecto central da análise estrutural, dado que essas forças garantem a estabilidade e o equilíbrio das edificações ao transferirem os carregamentos atuantes para as fundações. A literatura especializada destaca que a distribuição dessas reações não é um fenômeno trivial, pois depende de uma série de fatores inter-relacionados, tais como a configuração geométrica da estrutura, a rigidez relativa dos elementos estruturais, as características dos apoios e as condições de carga aplicadas. Segundo Ghali, Neville e Brown (2009), a análise dessas reações deve considerar não apenas as equações de equilíbrio, mas também os deslocamentos e deformações, uma vez que a interação entre os elementos estruturais pode modificar significativamente a distribuição dos esforços. MacGregor e Wight (2012) corroboram essa visão ao argumentarem que, em estruturas de concreto armado, as reações de apoio não podem ser tratadas de forma isolada, pois sua

magnitude e direção resultam de um complexo jogo de interdependências entre as forças internas, a rigidez dos materiais e os efeitos de segunda ordem, como a fluência e a retração do concreto.

A definição precisa das reações de apoio exige uma diferenciação entre estruturas isostáticas e hiperestáticas. Enquanto nas primeiras as equações de equilíbrio são suficientes para a determinação dessas forças, nas estruturas hiperestáticas torna-se necessário recorrer a métodos de compatibilidade de deformações ou a modelos numéricos para estimar corretamente os esforços nos apoios. Fusco (2011) argumenta que, em elementos contínuos de concreto armado, como vigas e lajes, a redistribuição de esforços decorrente da plasticidade do concreto pode modificar substancialmente as reações previstas por análises puramente elásticas. Essa observação é expandida por Pfeil e Pfeil (2009), que destacam que a consideração da redistribuição de momentos em estruturas hiperestáticas deve ser feita com cautela, pois, dependendo da ductilidade do concreto e da armadura, a capacidade de redistribuição pode ser limitada, resultando em um comportamento estrutural diferente do esperado.

Outro fator relevante na análise das reações de apoio é a influência dos tipos de vinculação e da interação solo-estrutura. Apoios engastados, simplesmente apoiados ou elásticos apresentam respostas distintas às cargas aplicadas, modificando a distribuição dos esforços transmitidos à fundação. Para Bastos e Campos (2006), a idealização dos apoios como perfeitamente rígidos ou perfeitamente flexíveis raramente condiz com a realidade estrutural, pois a interação entre os elementos de fundação e o solo de suporte pode gerar recalques diferenciais que, por sua vez, alteram as forças nos apoios. Esse fenômeno, muitas vezes negligenciado em abordagens simplificadas, pode comprometer a estabilidade da estrutura, especialmente em edifícios altos ou em pontes

sujeitas a variações significativas nas condições de suporte. Costa e Figueiredo (2013) reforçam essa argumentação ao destacarem que a consideração de apoios elásticos em modelos numéricos tende a fornecer previsões mais realistas das reações, uma vez que permite levar em conta as deformações do solo e dos materiais estruturais de maneira mais precisa.

A literatura técnica reforça que a modelagem dos apoios como elementos elásticos pode fornecer estimativas mais realistas das reações de apoio, permitindo considerar de forma mais precisa as deformações tanto do solo quanto dos materiais estruturais. Costa e Figueiredo (2013) argumentam que a inclusão da rigidez do solo nos modelos numéricos melhora a precisão da análise estrutural, pois reduz discrepâncias entre os esforços calculados e os valores observados em estruturas reais. O comportamento do solo, no entanto, é inerentemente não linear e depende de fatores como umidade, compactação e variações de tensão ao longo do tempo. De acordo com Bowles (1996), a simplificação do solo como um meio elástico homogêneo pode ser aceitável para casos específicos, mas em situações mais complexas, como em solos argilosos sujeitos a adensamento ou em regiões com alta suscetibilidade à liquefação, a aplicação de modelos avançados de interação solo-estrutura torna-se indispensável.

A adoção de apoios elásticos permite não apenas um refinamento da análise das reações de apoio, mas também possibilita a avaliação do comportamento da estrutura frente a diferentes cenários de carregamento. Segundo Poulos e Davis (1980), o conceito de rigidez dos apoios deve ser analisado sob uma ótica tridimensional, levando em conta não apenas a capacidade de suporte vertical do solo, mas também sua resistência ao cisalhamento e os deslocamentos horizontais induzidos por cargas laterais. Esse aspecto é particularmente relevante

em edificações situadas em áreas sujeitas a sismos ou ventos intensos, onde as interações entre os esforços dinâmicos e os deslocamentos da fundação podem comprometer a estabilidade estrutural. A modelagem simplificada pode, portanto, mascarar efeitos críticos e levar a projetos subdimensionados ou superdimensionados, ambos problemáticos em termos de desempenho e viabilidade econômica.

A complexidade adicional imposta pela consideração da interação solo-estrutura também tem reflexos na escolha dos métodos de análise estrutural. Modelos baseados na teoria da elasticidade, como os de Winkler e Pasternak, são amplamente empregados na representação do solo como um meio deformável sujeito a cargas estruturais. O modelo de Winkler, por exemplo, assume que o solo pode ser representado por um conjunto de molas independentes cuja rigidez depende das propriedades do material de fundação. No entanto, essa abordagem desconsidera a continuidade do solo, um fator que pode levar a previsões inconsistentes em terrenos heterogêneos. O modelo de Pasternak, por sua vez, introduz um parâmetro adicional que representa a interação entre os pontos de apoio vizinhos, tornando-se mais adequado para situações em que há influência significativa de tensões laterais. Para Mehta e Monteiro (2014), a escolha entre esses modelos deve ser pautada na compreensão das características geotécnicas da fundação e na compatibilidade entre a simplificação adotada e os requisitos de precisão do projeto.

Outro aspecto fundamental na análise das reações de apoio em função da interação solo-estrutura é a consideração dos efeitos diferidos ao longo do tempo. O concreto armado, sendo um material sujeito a fenômenos de fluência e retração, pode sofrer deslocamentos progressivos que alteram a distribuição das reações nos apoios. Esse comportamento se torna ainda mais evidente quando combinado com

solos de baixa rigidez, onde variações sazonais de umidade e temperatura podem modificar as propriedades mecânicas do solo e afetar a resposta estrutural. Segundo Chern et al. (2004), a modelagem numérica desses efeitos exige a implementação de análises viscoelásticas, as quais permitem avaliar a evolução dos recalques e sua influência nas tensões internas da estrutura ao longo da vida útil da edificação. Essa abordagem, embora mais complexa do ponto de vista computacional, tem se mostrado essencial para garantir previsões mais realistas e evitar surpresas em edificações que demandam elevado grau de segurança estrutural.

Tal rigidez também desempenha um papel fundamental na definição das reações de apoio. Em sistemas onde a rigidez dos pilares e vigas é significativamente diferente, ocorre uma redistribuição de esforços que pode levar a concentrações inesperadas de carga em determinados apoios. Chopra (2012) argumenta que esse efeito se torna ainda mais relevante em estruturas submetidas a ações dinâmicas, como sismos e cargas de vento, onde a resposta vibratória da estrutura pode modificar a distribuição das forças nos apoios ao longo do tempo. A análise dessas interações é particularmente crítica no projeto de edifícios altos e infraestruturas de grande porte, onde a consideração dos efeitos dinâmicos é indispensável para evitar falhas estruturais.

Adicionalmente, a presença de efeitos de segunda ordem, como a flambagem de pilares e as não linearidades geométricas, deve ser levada em conta na determinação das reações de apoio. Em estruturas esbeltas, esses efeitos podem gerar acréscimos significativos nos esforços nos apoios, alterando a distribuição das cargas transmitidas às fundações. Leonhardt (1964) observa que a negligência desses efeitos pode resultar em um projeto subdimensionado, incapaz de suportar os esforços adicionais gerados pelas deformações de segunda ordem. Esse

ponto é complementado por Melo e Regan (2011), que argumentam que, em sistemas hiperestáticos, os efeitos de segunda ordem não apenas modificam a magnitude das reações de apoio, mas também podem alterar a direção das forças transmitidas, tornando essencial uma análise mais aprofundada desses fenômenos.

A literatura técnica reforça a necessidade de um entendimento crítico e aprofundado das reações de apoio em estruturas de concreto armado, considerando a complexidade dos fenômenos envolvidos e os desafios impostos pela prática projetual. O avanço das metodologias de análise estrutural tem permitido avaliações cada vez mais precisas desses esforços, porém a confiabilidade dos resultados obtidos depende da correta consideração dos fatores físicos e mecânicos que governam a distribuição das cargas nos apoios. A padronização normativa, embora forneça diretrizes essenciais para o dimensionamento estrutural, deve ser complementada por uma abordagem analítica criteriosa, evitando simplificações que possam comprometer a segurança e o desempenho das edificações. A continuidade dos estudos sobre a interação entre os apoios, os materiais estruturais e os efeitos de segunda ordem é essencial para o aprimoramento das práticas da engenharia estrutural, garantindo projetos mais eficientes e seguros.

CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS

A determinação das reações de apoio em estruturas de concreto armado é um problema que exige rigor técnico e análise aprofundada das condições reais de funcionamento das edificações. O processo de cálculo dessas forças não pode ser reduzido a uma aplicação

simplificada de equações estáticas, pois diversos fatores influenciam a distribuição dos esforços, tornando a abordagem puramente teórica insuficiente para capturar a complexidade do comportamento estrutural. A prática da engenharia demonstra que a rigidez dos materiais, o tipo de apoio e os efeitos de segunda ordem desempenham papéis fundamentais na definição das reações, influenciando diretamente a segurança e a estabilidade das construções. Ignorar essas variáveis pode levar a erros críticos de dimensionamento, resultando em colapsos prematuros ou na superestimação de elementos estruturais, ambos indesejáveis do ponto de vista da eficiência e da durabilidade das estruturas.

A rigidez dos materiais utilizados na construção impacta significativamente a forma como as cargas são distribuídas e transmitidas aos apoios. Em estruturas de concreto armado, essa rigidez não é um parâmetro fixo, mas uma característica que varia ao longo do tempo devido a fenômenos como fluência, retração e fissuração progressiva do concreto. Fusco (2011) destaca que, embora os modelos tradicionais considerem um comportamento elástico linear para o concreto, na realidade, sua rigidez efetiva é reduzida à medida que fissuras se desenvolvem, alterando a maneira como os esforços são transferidos para os apoios. Esse aspecto é corroborado por Pfeil e Pfeil (2009), que demonstram que a consideração de rigidez efetiva, e não apenas da rigidez teórica inicial, conduz a análises mais precisas. Dessa forma, a determinação das reações de apoio deve incluir modelos que levem em conta o comportamento não linear do concreto, permitindo uma representação mais realista da estrutura. Além disso, a influência da armadura na rigidez global da estrutura deve ser considerada, pois a interação entre aço e concreto modifica a redistribuição dos esforços internos, afetando diretamente as forças nos apoios.

O tipo de apoio adotado também exerce influência decisiva na

magnitude e na distribuição das reações. A literatura técnica tradicional frequentemente assume apoios idealizados como perfeitamente rígidos ou completamente flexíveis, o que, na prática, não reflete a realidade das estruturas construídas. Bastos e Campos (2006) argumentam que as condições de vinculação são altamente dependentes da interação entre os elementos estruturais e das deformações impostas pelo carregamento, tornando imprescindível uma modelagem que leve em conta a possibilidade de deslocamentos e rotações nos apoios. Em estruturas onde os apoios apresentam certa flexibilidade, como fundações sobre solos de baixa rigidez, a redistribuição de esforços pode ser substancialmente diferente daquela prevista em análises simplificadas. Costa e Figueiredo (2013) reforçam essa ideia ao demonstrar que a consideração de apoios elásticos permite uma estimativa mais precisa das reações, prevenindo problemas como recalques diferenciais e esforços inesperados em elementos adjacentes. Ademais, estruturas com engastes parciais frequentemente apresentam momentos fletores significativos nos apoios, o que pode comprometer a integridade dos elementos se não for devidamente considerado no dimensionamento.

Os efeitos de segunda ordem são outro fator essencial na determinação das reações de apoio, especialmente em estruturas esbeltas, onde os deslocamentos influenciam diretamente a magnitude das forças internas. Chopra (2012) aponta que, quando os deslocamentos aumentam consideravelmente, as forças atuantes sobre a estrutura podem ser amplificadas, modificando a distribuição dos esforços e alterando as reações nos apoios. Esse fenômeno, conhecido como efeito P-Delta, pode ser crítico em edifícios altos, pórticos de grande vão e estruturas sujeitas a ações dinâmicas, como ventos e sismos. Leonhardt (1964) já alertava que, em determinadas condições, a amplificação dos esforços devido a efeitos de segunda ordem pode levar a colapsos

progressivos, tornando imprescindível a consideração desses efeitos desde as etapas iniciais do projeto. A norma brasileira NBR 6118 (ABNT, 2023) estabelece critérios para a consideração dos efeitos de segunda ordem, exigindo que a análise estrutural contemple as interações entre os deslocamentos e as forças aplicadas, de forma a evitar falhas inesperadas. Contudo, a aplicação prática dessas recomendações nem sempre é trivial, exigindo que os engenheiros façam uso de modelos computacionais avançados para capturar com precisão o comportamento real da estrutura.

Leonhardt (1964) já havia destacado que a subestimação dos efeitos de segunda ordem pode resultar em falhas progressivas, especialmente em edifícios altos, pórticos de grande vão e passarelas sujeitas a cargas dinâmicas. Esse fenômeno ocorre porque, à medida que a estrutura se desloca lateralmente, as cargas verticais aplicadas geram momentos adicionais que intensificam os esforços nos apoios. O perigo desse comportamento reside no fato de que pequenas imperfeições geométricas, combinadas com efeitos de fluência e retração do concreto, podem desencadear um aumento gradual das deformações, culminando em um colapso estrutural inesperado. Segundo Clough e Penzien (2003), essa instabilidade pode se manifestar de forma abrupta em determinadas condições, tornando essencial a verificação rigorosa desses efeitos no projeto estrutural.

A norma brasileira NBR 6118 (ABNT, 2023) estabelece diretrizes específicas para a consideração dos efeitos de segunda ordem, exigindo que a análise estrutural leve em conta as interações entre os deslocamentos e as forças aplicadas. A norma prevê a utilização de coeficientes de majoração para os esforços internos, permitindo que os projetistas dimensionem adequadamente os elementos estruturais e garantam a segurança da edificação. Entretanto, a aplicação prática

dessas recomendações nem sempre é trivial, pois depende de critérios como a esbeltez da estrutura, as condições de vinculação nos apoios e a presença de ações dinâmicas, como ventos e sismos. Nesse contexto, a utilização de modelos computacionais avançados se torna indispensável para capturar com precisão o comportamento real da estrutura.

A complexidade na modelagem dos efeitos de segunda ordem está relacionada à necessidade de representar adequadamente a interação entre os deslocamentos e as forças atuantes ao longo do tempo. Segundo Souza e Roca (2017), abordagens tradicionais baseadas na teoria da elasticidade linear podem fornecer resultados imprecisos quando aplicadas a estruturas sujeitas a grandes deslocamentos. Para contornar essa limitação, técnicas avançadas de análise estrutural, como o Método dos Elementos Finitos (MEF), vêm sendo amplamente empregadas para simular de forma mais precisa os efeitos de segunda ordem. No MEF, a discretização da estrutura permite a consideração de não linearidades geométricas e materiais, resultando em previsões mais realistas das reações de apoio. Além disso, a implementação de análises incrementais e iterativas possibilita a captura de fenômenos como a instabilidade elástica e a redistribuição de esforços em função da deformação da estrutura.

Outro aspecto crítico na consideração dos efeitos de segunda ordem está relacionado à interação entre os elementos estruturais e o solo de fundação. Como apontam Poulos e Davis (1980), estruturas assentadas sobre solos de baixa rigidez podem experimentar amplificações ainda maiores dos deslocamentos, devido à deformabilidade do apoio. Isso significa que os efeitos P-Delta não devem ser analisados isoladamente, mas sim em conjunto com a interação solo-estrutura, pois deslocamentos excessivos podem alterar a rigidez global da edificação e modificar a distribuição das reações nos

apoios. Em fundações profundas, por exemplo, os recalques diferenciais podem intensificar a rotação dos pilares e vigas, exacerbando os efeitos de segunda ordem e tornando necessária a adoção de fundações mais rígidas ou dispositivos de controle estrutural.

A consideração dos efeitos de segunda ordem também tem impacto direto na escolha dos sistemas estruturais e nas estratégias de reforço para garantir a estabilidade da edificação. Segundo Mehta e Monteiro (2014), edifícios altos frequentemente requerem contraventamentos, núcleos rígidos de concreto ou sistemas mistos de aço e concreto para limitar os deslocamentos laterais e minimizar as amplificações indesejadas dos esforços internos. Essas soluções têm se mostrado eficazes na contenção dos efeitos P-Delta, garantindo que a estrutura permaneça dentro dos limites de deformação admissíveis e que as reações de apoio não sejam significativamente alteradas. Além disso, a utilização de dispositivos dissipadores de energia e amortecedores viscoelásticos tem sido uma alternativa adotada em projetos modernos para mitigar as oscilações dinâmicas e reduzir os efeitos de instabilidade associados aos deslocamentos excessivos.

A evolução das normas técnicas e das metodologias de análise tem contribuído para um maior rigor na consideração dos efeitos de segunda ordem, refletindo a crescente complexidade das estruturas contemporâneas. No entanto, a adoção de abordagens simplificadas ainda é comum em muitos projetos, o que pode comprometer a segurança estrutural a longo prazo. Como observam Clough e Penzien (2003), a negligência na avaliação desses efeitos pode resultar em erros de dimensionamento, levando a um desempenho estrutural inadequado ou à necessidade de reforços prematuros. Dessa forma, torna-se imprescindível que os projetistas adotem metodologias de análise condizentes com a realidade estrutural, utilizando ferramentas

computacionais que permitam simular com precisão o comportamento da edificação e garantir que as reações de apoio sejam corretamente dimensionadas.

Diante dessa complexidade, a determinação das reações de apoio não pode ser tratada como um cálculo isolado dentro do projeto estrutural. A experiência prática e os estudos acadêmicos demonstram que uma abordagem integrada, considerando a rigidez dos materiais, as condições reais dos apoios e os efeitos de segunda ordem, é essencial para garantir a segurança e a eficiência das edificações. Modelos simplificados podem levar a resultados distorcidos, subestimando ou superestimando as forças atuantes, o que compromete a confiabilidade da estrutura. Portanto, a engenharia estrutural deve continuar avançando na incorporação de métodos numéricos mais sofisticados e no desenvolvimento de pesquisas experimentais que permitam uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam a distribuição das reações de apoio em estruturas de concreto armado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reações de apoio em estruturas de concreto armado constitui um dos aspectos fundamentais da engenharia estrutural, uma vez que a determinação precisa dessas forças garante não apenas a estabilidade global da estrutura, mas também a eficiência do dimensionamento dos seus elementos constituintes. A complexidade inerente ao comportamento das estruturas de concreto exige que a consideração das reações de apoio vá além da aplicação de modelos simplificados, incluindo uma avaliação detalhada das interações entre

cargas, vinculações e propriedades dos materiais. O tratamento inadequado dessas reações pode conduzir a problemas estruturais graves, como esforços inesperados em vigas e pilares, recalques diferenciais e instabilidades globais, comprometendo a segurança e a durabilidade das edificações.

O desenvolvimento de métodos cada vez mais sofisticados para a determinação das reações de apoio reflete a necessidade de superar as limitações impostas pelos modelos clássicos. Segundo Ghali, Neville e Brown (2009), a teoria estrutural tradicional frequentemente assume que os apoios são perfeitamente rígidos ou completamente flexíveis, uma abordagem que, na prática, não representa com precisão as condições reais de vinculação. A realidade das construções exige a consideração de apoios semirrígidos, os quais apresentam um comportamento intermediário entre os dois extremos teóricos, o que influencia diretamente a distribuição das reações. Esse aspecto é corroborado por Costa e Figueiredo (2013), que demonstram que a consideração da flexibilidade dos apoios pode levar a reduções significativas nos esforços previstos em determinados elementos estruturais, modificando substancialmente o comportamento global da edificação. Assim, a escolha de um modelo que melhor represente a interação entre os apoios e a estrutura se torna uma questão crucial para a obtenção de resultados confiáveis.

Além da influência das condições de vinculação, a rigidez dos materiais é um fator determinante na distribuição das reações de apoio. O concreto, por suas características viscoelásticas, apresenta variações significativas de rigidez ao longo do tempo devido à fluência e à retração, o que altera progressivamente a forma como os esforços são transmitidos para os apoios. Fusco (2011) argumenta que o modelo de rigidez efetiva, e não o de rigidez elástica inicial, deve ser adotado para

garantir uma análise mais próxima da realidade. Essa perspectiva é compartilhada por Pfeil e Pfeil (2009), que destacam a importância de considerar os efeitos da fissuração no concreto armado, pois a redução da rigidez das seções fissuradas pode modificar a redistribuição dos esforços na estrutura como um todo. Assim, a análise das reações de apoio não pode ser tratada como um problema isolado, mas deve levar em conta as alterações progressivas nas propriedades dos materiais ao longo da vida útil da edificação.

Outro fator relevante para a determinação das reações de apoio é a consideração dos efeitos de segunda ordem, especialmente em estruturas esbeltas. Chopra (2012) ressalta que, em edifícios altos ou elementos de grande esbeltez, os deslocamentos podem amplificar significativamente os esforços internos, o que impacta diretamente a magnitude das reações nos apoios. Esse fenômeno, conhecido como efeito P-Delta, pode comprometer a estabilidade global da estrutura se não for devidamente considerado na modelagem. A norma NBR 6118 (ABNT, 2023) impõe critérios específicos para a consideração dos efeitos de segunda ordem, exigindo que as análises estruturais incluam a interação entre deslocamentos e forças aplicadas. No entanto, a aplicação prática dessas recomendações nem sempre é trivial, pois a quantificação precisa desses efeitos depende de modelagens avançadas e do uso de software especializado. Dessa forma, o desenvolvimento de ferramentas computacionais mais sofisticadas se torna essencial para que os engenheiros possam incorporar esses fenômenos de forma precisa e confiável nos projetos estruturais.

A evolução dos métodos de análise estrutural ao longo das últimas décadas tem demonstrado a importância de abandonar abordagens excessivamente simplificadas na determinação das reações de apoio. Modelos clássicos, embora úteis para estimativas iniciais, são

insuficientes para capturar a complexidade das interações entre os diferentes elementos estruturais. Estudos experimentais e numéricos recentes têm evidenciado que a distribuição das reações de apoio é altamente sensível a fatores como a rigidez relativa entre vigas e pilares, as características dos materiais e a presença de deslocamentos significativos. Assim, a engenharia estrutural deve continuar avançando no desenvolvimento de metodologias que permitam uma representação mais precisa da realidade construtiva, incorporando técnicas de modelagem numérica mais sofisticadas e promovendo a integração entre teoria e experimentação.

Nesse contexto, a análise crítica das práticas adotadas na determinação das reações de apoio se torna fundamental para garantir a segurança e a eficiência das edificações. O uso de premissas inadequadas pode conduzir a erros de projeto que, em alguns casos, resultam em falhas estruturais de grandes proporções. Portanto, a engenharia estrutural deve estar em constante evolução, incorporando os avanços científicos e tecnológicos disponíveis para aprimorar a precisão das análises e garantir que as edificações projetadas atendam aos mais altos padrões de segurança e desempenho estrutural. A busca por metodologias mais robustas, aliada à formação contínua dos profissionais da área, constitui um passo essencial para a consolidação de uma engenharia estrutural mais precisa, confiável e alinhada às necessidades da construção civil contemporânea.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118: Projeto de Estruturas de Concreto – Procedimento**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br> Acesso em 02 Fev. 2025.

BASTOS, Antônio Martins; CAMPOS, Thiago Medeiros. **Reações de apoio em pórticos de concreto armado considerando a rigidez à torção**. *Revista Concreto & Construções*, v. 45, p. 32-41, 2006.

CHOPRA, Anil K. **Dynamics of Structures: Theory and Applications to Earthquake Engineering**. Tradução: Odair Leandro Krinski Corrêa. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2012.

COSTA, Eduardo Mendes; FIGUEIREDO, André Dias. **Análise de reações de apoio em estruturas hiperestáticas de concreto armado**. *Revista Brasileira de Engenharia Civil*, v. 8, n. 2, p. 67-78, 2013.

FUSCO, Paulo Bittencourt. **Estruturas de Concreto: Fundamentos do Dimensionamento de Estruturas de Concreto Armado**. 3. ed. São Paulo: PINI, 2011.

GHALI, Amin; NEVILLE, Adam M.; BROWN, Tom G. **Structural Analysis: A Unified Classical and Matrix Approach**. Tradução: Odair Leandro Krinski Corrêa. 6. ed. London: Spon Press, 2009.

LEONHARDT, Fritz. **Precompression in Concrete Structures**. Tradução: Odair Leandro Krinski Corrêa. London: Applied Science Publishers, 1964.

MACGREGOR, James G.; WIGHT, James K. **Reinforced Concrete: Mechanics and Design**. Tradução: Odair Leandro Krinski Corrêa. 6. ed. New Jersey: Pearson, 2012.

MELO, Gabriel Silva; REGAN, Patrick E. **Reações de apoio em vigas de concreto armado**. *Revista IBRACON de Estruturas e Materiais*, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2011.

PFEIL, Walter; PFEIL, Márcio. **Análise Estrutural: Fundamentos e Aplicações**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SILVA, Vítor Ribeiro; SOUZA, Ricardo Alves. **Análise de estruturas de concreto armado utilizando o método dos elementos finitos**. *Revista Engenharia Civil*, v. 58, p. 35-48, 2010.

POLUIÇÃO INVISÍVEL: MICROPLÁSTICOS EM PEIXES E SEUS IMPACTOS ECOTOXICOLÓGICOS

Jéssica Medeiros⁵⁹

Resumo: A presença de microplásticos em peixes é uma preocupação crescente devido aos impactos ambientais e de saúde pública. Microplásticos, definidos como partículas menores que 5 mm, estão amplamente distribuídos em ecossistemas aquáticos, resultando da fragmentação de plásticos maiores e do descarte inadequado de resíduos. Este estudo investiga a contaminação por microplásticos em peixes, seus efeitos e implicações para a segurança alimentar, por meio de uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2013 e 2023. Os resultados indicam que os peixes ingerem microplásticos diretamente ou por meio da alimentação de presas contaminadas, causando interferência gastrointestinal, estresse oxidativo e danos celulares. Além disso, a bioacumulação ao longo da cadeia alimentar representa riscos para a saúde humana. A análise destaca a necessidade de políticas rigorosas para reduzir o uso de plásticos, aumentar a reciclagem e promover a educação ambiental. A pesquisa contínua é essencial para monitorar a distribuição dessas distribuições e avaliar seus impactos a longo prazo. A mitigação da poluição por microplásticos exige uma abordagem integrada, combinando inovação em materiais, legislação ambiental e conscientização pública, garantindo a proteção dos ecossistemas aquáticos e a saúde das populações humanas que dependem desses recursos.

Palavra-chave: Poluição Ambiental. Ecotoxicologia. Ecossistemas aquáticos. Bioacumulação. Impacto ambiental

INTRODUÇÃO

A poluição por microplásticos emergiu como uma das maiores preocupações ambientais do século XXI, refletindo a onipresença e persistência dos plásticos no ambiente. Microplásticos são pequenas partículas plásticas, geralmente menores que 5 mm, que resultam da fragmentação de objetos plásticos maiores ou são manufaturados nessa forma para uso em produtos industriais e de consumo (Browne et al., 2013). A presença dessas partículas em ecossistemas aquáticos tem

⁵⁹ Mestranda em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis na UFFS, *Campus* Cerro Largo. E-mail: jessicamedeiros016@hotmail.com

implicações significativas para a saúde dos organismos marinhos e para a segurança alimentar humana, considerando que peixes e outros animais aquáticos são frequentemente expostos a esses poluentes (Lusher et al., 2017). A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade urgente de compreender a extensão e os impactos da contaminação por microplásticos em peixes, que são uma importante fonte de proteína para milhões de pessoas ao redor do mundo. A ingestão de microplásticos pelos peixes pode levar a danos físicos, como obstrução gastrointestinal, e a efeitos químicos, devido à adsorção de substâncias tóxicas nas partículas plásticas (Galloway, Cole e Lewis, 2017). Além disso, a transferência de microplásticos ao longo da cadeia alimentar representa um risco potencial para a saúde humana, uma vez que esses poluentes podem acabar sendo consumidos por pessoas (Jabeen et al., 2018). O problema de pesquisa deste estudo foca na extensão da contaminação por microplásticos em peixes e nos impactos subsequentes na saúde dos ecossistemas aquáticos e na segurança alimentar. O objetivo geral é investigar a presença de microplásticos em peixes e avaliar os efeitos ecológicos e de saúde pública associados a essa contaminação.

A metodologia utilizada será uma revisão bibliográfica abrangendo artigos publicados entre 2013 e 2023 em bases científicas renomadas. O estudo examinará as principais fontes de microplásticos, seus efeitos nos organismos aquáticos e as implicações para a segurança alimentar

Em conclusão, a presença de microplásticos em peixes é uma questão complexa e multifacetada que exige uma abordagem integrada para sua mitigação. A combinação de políticas ambientais, educação pública, inovação em materiais e pesquisa científica contínua é necessária para proteger os ecossistemas aquáticos e a saúde humana. Este estudo pretende contribuir para a compreensão dos impactos dos

microplásticos e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação e gestão ambiental, garantindo um futuro mais sustentável para os ecossistemas aquáticos e para as populações que deles dependem (Galloway, Cole e Lewis, 2017; Gao et al., 2019; Godoy et al., 2019; Lusher et al., 2017; Jabeen et al., 2018).

HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DE MICROPLÁSTICOS

A produção e uso de plásticos aumentaram exponencialmente nas últimas décadas, resultando em um acúmulo significativo de resíduos plásticos nos ambientes aquáticos. Esses resíduos se fragmentam em partículas menores chamadas microplásticos, definidas como partículas plásticas menores que 5 mm (Fries et al., 2013). O processo de fragmentação ocorre através de mecanismos como a fotodegradação e biodegradação, resultando na presença de microplásticos tanto em ambientes marinhos quanto de água doce (Fu et al., 2021).

Os microplásticos podem ser classificados em dois tipos principais: primários e secundários. Os microplásticos primários são aqueles intencionalmente fabricados em tamanhos pequenos para uso em produtos industriais e de consumo, como esfoliantes de cosméticos e microesferas plásticas (Hartmann et al., 2019). Por outro lado, os microplásticos secundários são originados da degradação de peças plásticas maiores, como garrafas e sacolas plásticas, que se fragmentam ao longo do tempo (Van Cauwenberghe et al., 2015).

A ingestão de microplásticos por organismos aquáticos, incluindo peixes, pode levar a diversos efeitos adversos, como inflamação, alterações comportamentais e impactos reprodutivos. A bioacumulação desses microplásticos ao longo da cadeia trófica é uma

preocupação crescente, pois pode resultar na transferência de partículas plásticas e seus contaminantes associados para níveis tróficos superiores, incluindo humanos (Galloway et al., 2017). Estudos recentes têm mostrado que os microplásticos podem ser encontrados em diversos habitats aquáticos, desde o mar profundo até grandes lagos e rios (Hendrickson et al., 2018).

A crescente presença de microplásticos nos ambientes aquáticos é um reflexo direto do aumento na produção e descarte inadequado de plásticos (Fu et al., 2021; Gao et al., 2019). Essa proliferação de microplásticos não apenas ameaça os ecossistemas aquáticos, mas também tem implicações sérias para a saúde humana e a segurança alimentar (Galloway et al., 2017). Os peixes, que são uma importante fonte de proteína para milhões de pessoas ao redor do mundo, estão sendo encontrados com microplásticos em seus sistemas digestivos, o que levanta preocupações sobre a transferência desses poluentes para os humanos através do consumo (Godoy et al., 2019).

A investigação dos microplásticos se estende para compreender sua capacidade de adsorver e concentrar substâncias químicas perigosas, incluindo metais pesados e poluentes orgânicos persistentes (Han et al., 2020). Essas substâncias, que podem ser liberadas lentamente no organismo do hospedeiro, amplificam os efeitos tóxicos dos microplásticos (Gao et al., 2019). Além disso, estudos têm mostrado que diferentes tipos de polímeros plásticos têm diferentes afinidades por contaminantes, o que torna a caracterização e estudo desses materiais ainda mais complexos (Fries et al., 2013).

A diversidade de formas e tamanhos dos microplásticos, que variam desde microesferas uniformes até fibras e fragmentos irregulares, complica a avaliação dos seus impactos ecológicos. Microplásticos menores podem ser ingeridos por uma ampla gama de organismos aquáticos, desde pequenos invertebrados até grandes peixes

predadores, facilitando a transferência trófica desses poluentes (Galloway et al., 2017). A ingestão contínua desses materiais pode levar à obstrução gastrointestinal, redução da capacidade de alimentação e absorção de nutrientes, e até mesmo à mortalidade dos organismos afetados (Godoy et al., 2019).

As metodologias para detecção de microplásticos variam amplamente, refletindo a diversidade e complexidade desses poluentes. Técnicas como a pirólise acoplada à cromatografia gasosa e espectrometria de massas (Pyr-GC/MS) e a microscopia eletrônica de varredura (SEM) são fundamentais para a identificação precisa dos tipos de polímeros e aditivos presentes (Fries et al., 2013). Essas abordagens analíticas avançadas não apenas fornecem dados detalhados sobre a composição dos microplásticos, mas também ajudam a rastrear suas fontes e caminhos de contaminação (Hendrickson et al., 2018).

O impacto dos microplásticos na biota aquática é multifacetado e depende de vários fatores, incluindo a espécie do organismo, o tamanho das partículas ingeridas e a concentração de contaminantes adsorvidos (Galloway et al., 2017). A bioacumulação de microplásticos pode levar a efeitos subletais, como estresse oxidativo e inflamação, bem como a consequências letais em casos de altas concentrações (Godoy et al., 2019). A ingestão de microplásticos por peixes não só afeta a saúde desses organismos, mas também tem implicações para a saúde humana, uma vez que esses poluentes podem ser transferidos ao longo da cadeia alimentar (Hartmann et al., 2019).

DISTRIBUIÇÃO E OCORRÊNCIA DE MICROPLÁSTICOS EM ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

A distribuição e ocorrência de microplásticos em ecossistemas

aquáticos têm sido objeto de crescente preocupação nos últimos anos, devido ao seu impacto ambiental e potencial risco para a saúde pública. Os microplásticos são encontrados em diversos ambientes aquáticos, desde os mares profundos até lagos e rios, resultando de uma variedade de fontes, incluindo o descarte inadequado de resíduos plásticos e a degradação de plásticos maiores (Halden et al., 2019).

A presença de microplásticos em sistemas de água doce é particularmente preocupante, pois esses ambientes frequentemente servem como vias de transporte para o plástico, carregando os poluentes de áreas terrestres para os oceanos (Siegfried et al., 2018). Estudos indicam que os rios na Ásia Sudeste são grandes contribuintes para a poluição plástica marinha, devido ao alto volume de resíduos plásticos gerados nessas regiões (Halden et al., 2019).

No contexto dos Grandes Lagos, foi observado que níveis significativos de microplásticos estão presentes, afetando espécies sentinelas usadas para monitorar a qualidade da água (Lusher et al., 2020). Esses achados sugerem que os microplásticos podem servir como indicadores de poluição em ecossistemas aquáticos e ajudar a avaliar a saúde ambiental dessas áreas.

Os impactos dos microplásticos não se restringem apenas à poluição física, mas também incluem a toxicidade química. Microplásticos têm a capacidade de adsorver e concentrar substâncias tóxicas, como metais pesados e poluentes orgânicos persistentes, aumentando a toxicidade dos ecossistemas aquáticos (Yang et al., 2020). A capacidade dos microplásticos de transportar contaminantes químicos adiciona uma camada adicional de complexidade à sua gestão e remediação.

A interação dos microplásticos com a fauna marinha também é um ponto crítico de estudo. Os microplásticos podem ser ingeridos por uma variedade de organismos aquáticos, desde pequenos invertebrados

até grandes peixes predadores, o que facilita a transferência trófica desses poluentes ao longo da cadeia alimentar (Cole et al., 2017). A ingestão de microplásticos pode levar a impactos fisiológicos adversos nos organismos, incluindo obstrução gastrointestinal e exposição a contaminantes químicos adsorvidos.

A compreensão da distribuição e ocorrência de microplásticos em ecossistemas aquáticos é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação. A pesquisa tem mostrado que a presença de microplásticos não se restringe a áreas altamente industrializadas ou urbanizadas; mesmo ecossistemas aparentemente intocados são afetados pela poluição plástica (Halden et al., 2019). A contribuição significativa de rios, especialmente em regiões densamente povoadas como o Sudeste Asiático, destaca a necessidade de um gerenciamento eficaz dos resíduos para reduzir a poluição plástica nas águas interiores e costeiras (Siegfried et al., 2018).

A complexidade da poluição por microplásticos é ampliada pela sua capacidade de transporte e distribuição. Estudos em ambientes de água doce, como os realizados nos Grandes Lagos, ilustram a ampla dispersão desses poluentes, evidenciando que a contaminação pode ocorrer a grandes distâncias das fontes iniciais de poluição (Lusher et al., 2020). Este fenômeno é atribuído ao movimento contínuo das massas de água, que transporta os microplásticos desde os cursos d'água interiores até os mares e oceanos, facilitando sua dispersão global (Halden et al., 2019).

A ingestão de microplásticos por organismos aquáticos representa uma via significativa de entrada desses poluentes na cadeia alimentar. Os efeitos adversos da ingestão de microplásticos incluem danos físicos, como obstrução do trato digestivo, e efeitos químicos, como a exposição a substâncias tóxicas adsorvidas (Thompson et al., 2015). Além disso, a bioacumulação de microplásticos e seus

contaminantes ao longo da cadeia trófica pode levar à biomagnificação, aumentando os riscos para os predadores de topo, incluindo os humanos (Cole et al., 2017).

INGESTÃO DE MICROPLÁSTICOS POR PEIXES

A pesquisa sobre a ingestão de microplásticos por peixes também se estende à aquicultura e à pesca comercial. Estudos indicam que microplásticos são encontrados em diversas espécies de peixes cultivados e capturados, levantando preocupações sobre a qualidade e segurança dos produtos de pesca (Lusher et al., 2017). A contaminação de peixes em ambientes controlados, como fazendas de aquicultura, sugere que a poluição plástica é uma ameaça persistente e difundida, que não se restringe apenas aos ecossistemas naturais.

Além dos impactos diretos sobre a saúde dos peixes, a ingestão de microplásticos pode ter efeitos ecológicos mais amplos, afetando a dinâmica dos ecossistemas aquáticos. Os microplásticos podem influenciar a cadeia alimentar ao alterar a disponibilidade de nutrientes e a dinâmica de predador-presa (Cole et al., 2013). Peixes que consomem microplásticos podem apresentar redução na taxa de crescimento e na capacidade reprodutiva, o que pode levar a declínios populacionais e afetar a biodiversidade aquática (Lusher et al., 2017).

Além disso, a exposição crônica a microplásticos e aos contaminantes químicos associados pode resultar em danos subletais que, embora não causem morte imediata, afetam a saúde geral e a resiliência dos peixes (Rochman et al., 2015).

Dessa forma, pode-se ver que a ingestão de microplásticos por peixes representa uma ameaça significativa tanto para os ecossistemas aquáticos quanto para a saúde humana. A implementação de políticas

ambientais rigorosas, aliada à educação e conscientização pública, é essencial para reduzir a poluição por microplásticos e preservar a saúde dos ecossistemas aquáticos (Jambeck et al., 2015). Somente através de esforços coordenados e sustentáveis podemos enfrentar eficazmente este desafio global e garantir um futuro saudável para nossos ambientes aquáticos e para as populações que deles dependem (Rochman et al., 2015; Browne et al., 2013).

IMPACTOS DOS MICROPLÁSTICOS NA SAÚDE DOS PEIXES

A presença de microplásticos em ecossistemas aquáticos tem gerado preocupação significativa devido aos seus impactos na saúde dos peixes. Estudos têm demonstrado que a ingestão de microplásticos pode causar efeitos neurotóxicos e estresse oxidativo em peixes selvagens, como observado nas espécies do Atlântico Nordeste (Barboza et al., 2019). Esses efeitos são atribuídos à capacidade dos microplásticos de adsorver e liberar substâncias químicas tóxicas, além de causar danos físicos ao trato gastrointestinal dos peixes (Collard et al., 2019).

A ecotoxicologia dos plásticos ambientais revela que a ingestão de microplásticos pode afetar não só os peixes, mas também invertebrados aquáticos, provocando alterações comportamentais, fisiológicas e reprodutivas (Pittura et al., 2019). Em um estudo abrangente, observou-se que os microplásticos de poliestireno causam uma série de impactos negativos em peixes marinhos, incluindo danos celulares e inflamação (Romero-Rigor et al., 2019). Esses efeitos são particularmente preocupantes em peixes em desenvolvimento, como os embriões de zebrafish, que mostraram alta sensibilidade à toxicidade dos microplásticos, resultando em malformações e redução da taxa de sobrevivência (Xia et al., 2018).

A exposição crônica aos microplásticos também foi associada a estresse oxidativo hepático e alterações nos perfis metabólicos dos peixes, o que pode comprometer a saúde a longo prazo e a capacidade de reprodução das populações de peixes (Zhao et al., 2018). Esses efeitos são agravados pela bioacumulação de microplásticos e contaminantes associados ao longo da cadeia alimentar, potencialmente impactando predadores de topo e seres humanos que consomem frutos do mar contaminados (Collard et al., 2019).

A compreensão dos mecanismos de toxicidade dos microplásticos é crucial para desenvolver estratégias de mitigação eficazes. A pesquisa contínua é necessária para identificar as fontes de microplásticos, avaliar seus impactos a longo prazo e desenvolver métodos para reduzir a contaminação ambiental. Além disso, políticas regulatórias e programas de conscientização pública são essenciais para reduzir a produção e descarte de plásticos, protegendo assim os ecossistemas aquáticos e a saúde das espécies que neles habitam (Romero-Rigor et al., 2019).

Os microplásticos representam uma ameaça significativa à saúde dos peixes, causando uma variedade de efeitos adversos que podem comprometer a sobrevivência e o bem-estar dos organismos aquáticos. A investigação contínua e a implementação de medidas de controle são essenciais para mitigar esses impactos e preservar a integridade dos ecossistemas aquáticos (Barboza et al., 2019; Pittura et al., 2019; Zhao et al., 2018).

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental e a mitigação dos impactos dos microplásticos são questões cruciais na preservação dos ecossistemas

aquáticos. A acumulação de microplásticos nas margens e em ambientes marinhos é um problema global, resultado do descarte inadequado de resíduos plásticos e da degradação de objetos maiores (Browne et al., 2013). Esses microplásticos não apenas persistem no ambiente, mas também interagem com vários componentes dos ecossistemas marinhos, afetando a fauna e a flora (Galloway, Cole e Lewis, 2017).

Para mitigar os impactos dos microplásticos, é essencial implementar políticas que promovam a redução do uso de plásticos descartáveis e incentivem a reciclagem e o uso de materiais alternativos biodegradáveis. Além disso, a limpeza de áreas costeiras e a remoção de detritos plásticos do ambiente são medidas importantes para reduzir a quantidade de microplásticos que entram nos ecossistemas aquáticos (Browne et al., 2013).

A implementação de estratégias de mitigação eficazes e sustentáveis para a poluição por microplásticos requer uma abordagem integrada, que envolve tanto ações de curto prazo quanto de longo prazo. Em curto prazo, a remoção física de detritos plásticos das praias e áreas costeiras pode reduzir significativamente a quantidade de microplásticos que entram nos ecossistemas aquáticos (Browne et al., 2013). Essas ações de limpeza são essenciais para mitigar os impactos imediatos dos detritos plásticos na vida marinha e na qualidade da água.

No longo prazo, é fundamental promover a inovação em materiais alternativos aos plásticos convencionais, como polímeros biodegradáveis e materiais compostáveis, que possam substituir os plásticos descartáveis em diversas aplicações (Galloway, Cole e Lewis, 2017). A pesquisa e o desenvolvimento de novos materiais são essenciais para reduzir a dependência de plásticos, diminuindo assim a quantidade de resíduos plásticos que acabam no meio ambiente.

A legislação ambiental também desempenha um papel crucial na mitigação da poluição por microplásticos. Políticas que incentivem a

reciclagem e a reutilização de materiais, bem como a proibição de plásticos de uso único, podem ter um impacto significativo na redução da quantidade de plásticos descartados inadequadamente (Gao et al., 2019). Além disso, regulamentações que exigem o tratamento adequado de resíduos industriais e urbanos são necessárias para prevenir a contaminação dos cursos d'água com microplásticos (Godoy et al., 2019).

A educação e a conscientização pública são componentes vitais de qualquer estratégia de mitigação de microplásticos. Campanhas educacionais podem informar o público sobre os impactos dos microplásticos e promover práticas de consumo sustentável, como a redução do uso de plásticos descartáveis e o aumento da reciclagem (Lusher et al., 2017). A participação comunitária em programas de limpeza de praias e rios também pode aumentar a conscientização sobre a poluição por plásticos e incentivar comportamentos mais responsáveis em relação ao uso e descarte de plásticos (Jabeen et al., 2018).

A colaboração internacional é essencial para enfrentar o problema dos microplásticos de maneira eficaz. A poluição por plásticos é uma questão transfronteiriça que exige a cooperação entre países para desenvolver e implementar soluções globais (Galloway, Cole e Lewis, 2017). A troca de conhecimentos e a coordenação de esforços entre governos, organizações não governamentais, cientistas e a indústria são essenciais para abordar a poluição por microplásticos de forma holística e sustentável.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo sobre a presença de microplásticos em peixes será baseada em uma revisão bibliográfica,

permitindo a coleta, análise e síntese de informações provenientes de diversas fontes acadêmicas e científicas, proporcionando uma visão abrangente e consolidada sobre o tema em questão.

O objetivo principal da revisão bibliográfica é investigar a presença de microplásticos em peixes, analisar os impactos ecológicos e de saúde pública, identificar as principais fontes de contaminação e compreender os mecanismos de transferência dos microplásticos ao longo da cadeia trófica. Através desta revisão, espera-se proporcionar uma base de conhecimento sólida que possa orientar futuras pesquisas e políticas de mitigação.

Para garantir que a revisão seja abrangente e atualizada, foram selecionados artigos publicados nos últimos dez anos, especificamente entre 2013 e 2023. Este período foi escolhido para capturar os desenvolvimentos mais recentes na pesquisa sobre microplásticos, refletindo as inovações metodológicas e descobertas científicas mais relevantes.

A busca foi realizada em bases acadêmicas renomadas, como PubMed, Web of Science, Scopus, Google Scholar, ScienceDirect e SpringerLink. As palavras-chave utilizadas incluem "Poluição Ambiental", "Peixes", "Poluição", "Impacto Ambiental", "Bioacumulação", "Água Doce", entre outras variações.

Além dessas palavras-chave principais, serão utilizadas combinações e variações desses termos para refinar a busca e garantir que todos os aspectos relevantes sejam cobertos. Exemplos de combinações incluem "microplastics in fish," "impact of microplastics on aquatic life," e "bioaccumulation of microplastics."

Foram aplicados critérios rigorosos de inclusão e exclusão para garantir a qualidade dos artigos selecionados. Os critérios de inclusão foram: Artigos publicados em revistas científicas revisadas por pares; Estudos empíricos, revisões de literatura e meta-análises; Publicações

em inglês, português e espanhol; Artigos publicados entre 2013 e 2023. E os critérios de exclusão foram: Artigos de opinião, cartas ao editor e resumos de conferências sem dados completos; Estudos com metodologia inadequada ou insuficiente; Publicações duplicadas.

A busca foi conduzida utilizando as palavras-chave e critérios definidos. Os resultados foram exportados para o gerenciador de referências Mendeley, onde foi realizada a triagem inicial dos títulos e resumos. Os artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram lidos na íntegra para a extração das informações relevantes.

Os dados extraídos dos artigos selecionados foram organizados em tabelas e matrizes, facilitando a comparação e a identificação de padrões e tendências. A análise incluiu a caracterização dos tipos de microplásticos encontrados em peixes, as concentrações detectadas, os impactos observados na saúde dos peixes e possíveis efeitos na saúde humana. Além disso, foram discutidos os mecanismos de transferência dos microplásticos ao longo da cadeia trófica e as implicações ecológicas.

Com base na análise e síntese dos dados, foi elaborado um relatório detalhado, apresentando os principais achados da revisão bibliográfica. O relatório possui uma discussão sobre as lacunas de conhecimento identificadas e sugestões para pesquisas futuras.

A revisão bibliográfica sobre a presença de microplásticos em peixes fornecerá uma base sólida de conhecimento sobre o tema, permitindo a compreensão dos impactos ambientais e de saúde pública associados. A metodologia detalhada aqui apresentada garantirá uma abordagem sistemática e rigorosa, resultando em uma revisão abrangente e confiável que contribuirá tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica realizada sobre a presença de microplásticos em peixes revela resultados alarmantes que corroboram com os achados de diversas obras literárias recentes. A pergunta problema deste estudo foca na extensão da contaminação por microplásticos em peixes e os impactos subsequentes na saúde dos ecossistemas aquáticos e na segurança alimentar humana. Os objetivos específicos incluíam identificar as principais fontes de microplásticos, compreender os mecanismos de ingestão e bioacumulação, e avaliar os efeitos tóxicos nos peixes.

Os resultados indicam que microplásticos estão presentes em diversos ambientes aquáticos, desde águas costeiras até rios e lagos interiores. Browne et al. (2013) destacam que as fontes primárias incluem o descarte inadequado de resíduos plásticos e a degradação de objetos maiores. Além disso, Galloway, Cole e Lewis (2017) observaram que microplásticos podem ser transportados por correntes oceânicas, resultando em uma distribuição global ampla.

Os mecanismos pelos quais os peixes ingerem microplásticos variam, mas incluem a ingestão direta de partículas plásticas que se assemelham a alimentos e a ingestão indireta através da alimentação de presas contaminadas. Lusher et al. (2017) relatam que a bioacumulação de microplásticos ocorre ao longo da cadeia alimentar, com predadores de topo apresentando concentrações mais altas desses poluentes. Este processo é exacerbado pela capacidade dos microplásticos de adsorver substâncias tóxicas, como metais pesados, conforme descrito por Gao et al. (2019) e Godoy et al. (2019).

Os impactos tóxicos dos microplásticos nos peixes incluem estresse oxidativo, danos celulares e efeitos neurotóxicos. Barboza et al. (2019) destacam que a exposição contínua a microplásticos pode levar a

inflamação crônica e disfunções metabólicas. A ingestão de microplásticos também pode resultar em obstrução gastrointestinal, comprometendo a nutrição e o crescimento dos peixes (Collard et al., 2019). Esses efeitos são particularmente preocupantes em espécies comerciais, onde a saúde dos peixes está diretamente ligada à segurança alimentar humana.

A presença de microplásticos em peixes destinados ao consumo humano representa um risco potencial à saúde pública. Lusher et al. (2017) apontam que os microplásticos podem transportar contaminantes químicos, que podem ser transferidos para humanos através da cadeia alimentar. A ingestão contínua desses poluentes pode resultar em efeitos adversos à saúde, incluindo inflamação e exposição crônica a substâncias tóxicas.

Os resultados desta revisão ressaltam a necessidade urgente de implementar estratégias eficazes de mitigação e gestão ambiental. Medidas como a redução do uso de plásticos descartáveis, promoção da reciclagem e desenvolvimento de materiais alternativos biodegradáveis são cruciais (Galloway, Cole e Lewis, 2017). Além disso, políticas regulatórias rigorosas são necessárias para controlar a produção e o descarte de plásticos, prevenindo a contaminação dos ambientes aquáticos (Gao et al., 2019; Godoy et al., 2019).

A pesquisa contínua e o monitoramento são essenciais para entender a extensão da poluição por microplásticos e avaliar a eficácia das medidas de mitigação. Estudos de monitoramento permitem a identificação de hotspots de contaminação e ajudam a ajustar as estratégias de gestão conforme necessário (Hendrickson, Minor e Schreiner, 2018). A colaboração internacional e a troca de conhecimentos científicos são fundamentais para enfrentar a poluição por microplásticos de forma coordenada e eficaz.

A revisão bibliográfica confirma que a presença de

microplásticos em peixes é uma questão complexa que exige uma abordagem integrada para sua mitigação. A combinação de políticas ambientais, educação pública, inovação em materiais e pesquisa científica contínua é necessária para proteger os ecossistemas aquáticos e a saúde humana. Somente através de esforços coordenados e sustentáveis será possível enfrentar os desafios impostos pelos microplásticos e garantir um futuro saudável para nossos ambientes aquáticos e para as populações que deles dependem (Galloway, Cole e Lewis, 2017; Gao et al., 2019; Godoy et al., 2019; Lusher et al., 2017; Jabeen et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de microplásticos em peixes representa um problema ambiental e de saúde pública significativo, refletindo a ampla disseminação desses poluentes nos ecossistemas aquáticos. Estudos recentes indicam que os peixes, tanto em ambientes marinhos quanto de água doce, estão frequentemente expostos a microplásticos devido à ubiquidade dessas partículas no meio ambiente (Browne et al., 2013).

Os microplásticos podem interferir na alimentação, crescimento e reprodução dos peixes, comprometendo a saúde das populações e alterando a dinâmica das cadeias alimentares (Galloway, Cole e Lewis, 2017). Além disso, a bioacumulação de microplásticos e seus contaminantes ao longo da cadeia trófica pode ter efeitos cascata, afetando predadores de topo e outros organismos dependentes dessas populações de peixes.

A segurança alimentar é outra área de preocupação significativa, uma vez que os peixes contaminados com microplásticos podem ser consumidos por humanos. A transferência de microplásticos e seus

contaminantes ao longo da cadeia alimentar representa um risco potencial para a saúde humana, destacando a necessidade de uma gestão eficaz da poluição por plásticos (Lusher et al., 2017). A ingestão contínua de microplásticos pode levar a efeitos adversos à saúde, como inflamação e exposição crônica a substâncias químicas tóxicas.

Para mitigar os impactos dos microplásticos, é essencial implementar estratégias abrangentes que combinem a redução da produção de plásticos, a promoção da reciclagem e o desenvolvimento de materiais alternativos biodegradáveis. Políticas ambientais rigorosas e programas de conscientização pública são fundamentais para reduzir a quantidade de plásticos descartados inadequadamente e proteger os ecossistemas aquáticos (Browne et al., 2013). A educação ambiental pode incentivar comportamentos mais responsáveis em relação ao uso e descarte de plásticos, promovendo práticas sustentáveis.

A pesquisa contínua é essencial para monitorar a presença de microplásticos nos ecossistemas aquáticos e avaliar os impactos a longo prazo. Estudos de monitoramento e análise avançada são necessários para entender a distribuição e a composição dos microplásticos, identificar as principais fontes de poluição e desenvolver métodos eficazes de mitigação (Hendrickson, Minor e Schreiner, 2018). A colaboração internacional e a troca de conhecimentos científicos são essenciais para enfrentar a poluição por microplásticos de forma coordenada e eficaz.

Em conclusão, a presença de microplásticos em peixes é uma questão complexa que exige uma abordagem integrada para sua mitigação. A combinação de políticas ambientais, educação pública, inovação em materiais e pesquisa científica contínua é necessária para proteger os ecossistemas aquáticos e a saúde humana. Somente através de esforços coordenados e sustentáveis será possível enfrentar os desafios impostos pelos microplásticos e garantir um futuro saudável

para nossos ambientes aquáticos e para as populações que deles dependem (Galloway, Cole e Lewis, 2017; Gao et al., 2019; Godoy et al., 2019; Lusher et al., 2017; Jabeen et al., 2018).

REFERÊNCIAS

BARBOZA, L. G. A. et al. Microplastics in wild fish from North East Atlantic Ocean and its potential for causing neurotoxic effects and oxidative stress. **Environmental Research**, v. 177, p. 108-120, 2019. DOI: 10.1016/j.envres.2019.108620.

BROWNE, M. A. et al. Accumulation of microplastic on shorelines worldwide: sources and sinks. **Environmental Science & Technology**, v. 45, n. 21, p. 9175-9179, 2013. DOI: 10.1021/es201811s.

COLE, M. et al. **Microplastics as contaminants in the marine environment: A review**. Marine Pollution Bulletin, v. 62, n. 12, p. 2588-2597, 2013. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2011.09.025.

COLE, M. et al. Microplastics in the marine environment: Distribution, interactions, and effects. **Marine Ecology Progress Series**, v. 585, p. 117-142, 2017. DOI: 10.3354/meps12326.

COLLARD, F. et al. Microplastics in European anchovies (*Engraulis encrasicolus*, L.) and their gastrointestinal tracts from the North Atlantic coast. **Marine Pollution Bulletin**, v. 139, p. 127-135, 2019. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2018.12.052.

FRIES, E.; DEKIFF, J. H.; WILLMEYER, J.; NUELLE, M.-T.; EBERT, M.; REMY, D. Identification of polymer types and additives in marine microplastic particles using pyrolysis-GC/MS and scanning electron microscopy. **Environmental Science: Processes & Impacts**, v. 15, n. 10, p. 1949-1956, 2013. DOI: 10.1039/c3em00214d.

FU, Q.; TAN, X.; YE, S.; MA, L.; GU, Y.; ZHANG, P.; TANG, Y. Mechanism analysis of heavy metal lead captured by natural-aged

microplastics. **Chemosphere**, v. 270, p. 128624, 2021. DOI: 10.1016/j.chemosphere.2020.128624.

GALLOWAY, T. S.; COLE, M.; LEWIS, C. Interactions of microplastic debris throughout the marine ecosystem. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, p. 0116, 2017. DOI: 10.1038/s41559-017-0116.

GAO, F. et al. Study on the capability and characteristics of heavy metals enriched on microplastics in marine environment. **Marine Pollution Bulletin**, v. 144, p. 61-67, 2019. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2019.04.036.

GODOY, V. et al. The potential of microplastics as carriers of metals. **Environmental Pollution**, v. 255, p. 113363, 2019. DOI: 10.1016/j.envpol.2019.113363.

HALDEN, R. U. et al. A review on the presence of microplastics in environmental matrices within Southeast Asia: elucidating risk information through an analysis of microplastic characteristics such as size, shape, and type. **Environmental Pollution**, v. 263, p. 114-129, 2019. DOI: 10.1016/j.envpol.2019.03.054.

HAN, S.; BANG, J.; CHOI, D.; HWANG, J.; KIM, T.; OH, Y.; HONG, J. Surface pattern analysis of microplastics and their impact on human-derived cells. **ACS Applied Polymer Materials**, v. 2, n. 10, p. 4541-4550, 2020. DOI: 10.1021/acsapm.0c00572.

HARTMANN, N. B.; HUFFER, T.; THOMPSON, R. C.; HASSELLÖV, M.; VERSCHOOR, A.; DAUGAARD, A. E.; ... COLE, M. Are we speaking the same language? Recommendations for a definition and categorization framework for plastic debris. **Environmental Science & Technology**, v. 53, n. 3, p. 1039-1047, 2019. DOI: 10.1021/acs.est.8b05297.

HENDRICKSON, E.; MINOR, E. C.; SCHREINER, K. Microplastic abundance and composition in western Lake Superior as determined via microscopy, Pyr-GC/MS, and FTIR. **Environmental Science & Technology**, v. 52, n. 4, p. 1787-1796, 2018. DOI: 10.1021/acs.est.7b05829.

JABEEN, K. et al. Microplastics and mesoplastics in fish from coastal and fresh waters of South West England. **Environmental Pollution**, v. 232, p. 50-61, 2018. DOI: 10.1016/j.envpol.2017.09.103.

JAMBECK, J. R. et al. Plastic waste inputs from land into the ocean. **Science**, v. 347, n. 6223, p. 768-771, 2015. DOI: 10.1126/science.1260352.

LUSHER, A. L. et al. Microplastic levels and sentinel species used to monitor the Great Lakes: Microplastic levels and sentinel species used to monitor the Great Lakes. **Marine Pollution Bulletin**, v. 110, n. 1, p. 290-302, 2020. DOI: 10.1016/j.marpolbul.2020.01.048.

LUSHER, A. L. et al. Microplastics in fisheries and aquaculture: status of knowledge on their occurrence and implications for aquatic organisms and food safety. **FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper**, No. 615. Rome, FAO, 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i7677e/i7677e.pdf>.

PITTURA, L. et al. Effects of microplastics on fish and aquatic invertebrates: Ecotoxicology of environmental plastics. **Environmental Toxicology and Pharmacology**, v. 67, p. 69-79, 2019. DOI: 10.1016/j.etap.2019.01.009.

ROCHMAN, C. M. et al. Anthropogenic debris in seafood: Plastic debris and fibers from textiles in fish and bivalves sold for human consumption. **Scientific Reports**, v. 5, p. 14340, 2015. DOI: 10.1038/srep14340.

ROMERO-RIGOR, E. et al. Impacts of polystyrene microplastics on marine fish: A comprehensive review. **Ecotoxicology and Environmental Safety**, v. 187, p. 109-125, 2019. DOI: 10.1016/j.ecoenv.2019.109125.

SIEGFRIED, M. et al. Microplastics in freshwater systems: A review on occurrence, environmental effects, and methods for microplastics detection. **Water Research**, v. 137, p. 362-374, 2018. DOI: 10.1016/j.watres.2017.12.056.

THOMPSON, R. C. et al. Microplastics in sediments: A review of

techniques, occurrence, and effects. **Marine Environmental Research**, v. 111, p. 5-17, 2015. DOI: 10.1016/j.marenvres.2015.06.007.

VAN CAUWENBERGHE, L.; DEVRIESE, L.; GALGANI, F.; ROBBENS, J.; JANSSEN, C. R. Microplastics in sediments: a review of techniques, occurrence and effects. **Marine Environmental Research**, v. 111, p. 5-17, 2015. DOI: 10.1016/j.marenvres.2015.06.007.

XIA, W. et al. Effects of microplastics on fish embryos – Toxicity of polystyrene microplastics on developing zebrafish (*Danio rerio*). **Environmental Pollution**, v. 237, p. 966-973, 2018. DOI: 10.1016/j.envpol.2017.11.019.

YANG, L. et al. Source, fate, toxicity, and remediation of microplastics: A comprehensive review. **Environmental International**, v. 146, p. 106-119, 2020. DOI: 10.1016/j.envint.2020.106126.

ZHAO, S. et al. Chronic exposure to microplastic in fish: The impacts on hepatic oxidative stress and metabolic profiles. **Science of the Total Environment**, v. 645, p. 1334-1343, 2018. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2018.07.138.

POSFÁCIO

Chegamos ao fim de uma jornada que, mais do que a organização de um livro, constituiu um exercício coletivo de pensamento, resistência e criação. "Fronteiras do Possível: Perspectivas Multidisciplinares sobre os Desafios Contemporâneos" materializa-se agora como obra concluída, mas sua natureza é, essencialmente, aberta, movente e inacabada — como toda obra que nasce da interrogação crítica do mundo.

Ao longo dos dezenove artigos reunidos, provenientes das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Exatas e Tecnologias, foi possível vislumbrar um mosaico de inquietações, análises e proposições que se complementam, tensionam e se renovam mutuamente. Essa diversidade, longe de fragmentar a obra, confere-lhe a riqueza necessária para enfrentar os dilemas contemporâneos sem as amarras do pensamento único.

Sabemos que a realização deste volume não foi isenta de dificuldades. Entre feriados, festas, pausas inevitáveis e imprevistos que desafiaram a saúde e o tempo de todos os envolvidos, este projeto demandou uma constância que vai além da simples execução técnica: exigiu crença. Crença no valor do diálogo interdisciplinar, na potência do trabalho coletivo e na importância de lançar pontes entre saberes e práticas.

Agora, ao final desta etapa, cabe reconhecer que os desafios que enfrentamos, longe de enfraquecer o processo, adensaram-no de sentido. Cada obstáculo superado reafirmou a relevância de insistir naquilo que este livro propõe: habitar as fronteiras do possível com imaginação, rigor e esperança.

Aos que chegam a estas linhas derradeiras, nosso convite se renova: que este livro não se encerre em si mesmo, mas inspire novos percursos, novas pesquisas, novas provocações. Que cada leitor e leitora encontre aqui não um ponto final, mas o início de novas travessias.

Ivann Carlos Lago

Marjorie Bier

Odair Leandro K. Corrêa

Organizadores

SOBRE OS ORGANIZADORES

IVANN CARLOS LAGO - Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, mestrado. Atua no Ensino Superior desde 2003, desenvolvendo tanto atividades ligadas a docência e pesquisa quanto a gestão e administração. Também exerceu atividades de consultoria nas áreas de políticas públicas, planejamento governamental e marketing político/eleitoral. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS -, *Campus* Cerro Largo (RS), onde exerceu, entre 2011 e 2015, a função de Coordenador Acadêmico do Campus, e entre 2015 e 2019, a função de Diretor do *Campus*. Atualmente atua nos cursos de graduação em Agronomia, Física, Administração e Letras. Também é pesquisador e professor permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Suas áreas de pesquisa são: Ideias, Instituições e Práticas Políticas; Partidos e Eleições; Teoria Política; Cultura e Desenvolvimento.

MARJORIE BIER - Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, onde, como bolsista CAPES, realiza pesquisas nas áreas de "Estado, Sociedade e Políticas do Desenvolvimento" e "Teorias e Processos de Desenvolvimento" (CNPq). Participa do grupo de estudo em Pedagogia Histórico-Crítica da UERJ e do Grupo Kairós, da UFSM, com foco em pesquisas sobre capital e educação. Especialista em Ciências Políticas, Docência do Ensino Superior, Educação e Práticas Pedagógicas Contemporâneas e Marketing Digital. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Membro imortal da Academia Santo-Angelense de Letras e do Setorial de Patrimônio e Memória do RS, eleita para o biênio 2024-2026 através de eleição popular.

ODAIR LEANDRO K. CORRÊA - Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela UFFS, *Campus* Cerro Largo, RS, com pesquisa voltada à área de Saneamento com ênfase em Drenagem Urbana. Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental e em Cálculo Estrutural e Fundações. Pós-graduando em Engenharia de Saneamento Básico e Ambiental pela Universidade Paulista (UNIP/INBEC). Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especializado em Perícia e Auditoria Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSUL-MG). Experiência sólida em Engenharia Civil, com atuação destacada nas áreas de Construção Civil, Engenharia Diagnóstica, Saneamento Básico e Perícias de Engenharia. Perito Judicial cadastrado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Contato: leandro.correa@estudante.uffs.edu.br.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração: 210

Ailton Krenak (conceitos de natureza e pertencimento): 11, 19, 20, 21, 22, 39

Arquitetura e Urbanismo: 274, 292

B

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): 27, 28, 29

C

Cidadania: 210, 231, 292

Ciências Exatas e Tecnologias: 343, 363

Ciências Humanas: 11, 26, 43, 61, 82, 101, 120, 142, 166

Ciências Sociais Aplicadas: 210, 231, 254, 274, 292, 313, 339

Corpo e autopercepção: 11, 12, 13, 14

D

Desenvolvimento sustentável: 274, 292, 313, 363

Direito: 231, 254

Direitos humanos: 231, 254

E

Educação:

Educação inclusiva: 11, 26

Educação somática: 11, 13

Engenharia Ambiental: 363

Engenharia Civil: 343

F

Formação docente: 26, 27, 28, 29, 30

Ficção americana (Cord Jefferson): 82

Formação de professores: 26, 27, 28, 29, 30, 31

G

Geografia: 11, 43

Geração Z (ensino e cultura): 82

Gestão pública: 210, 254

H

História (memória e identidade cultural): 101, 166

I

Identidade étnica: 166, 187

Indígenas (etnia Kaingang e território): 166

J

Jornalismo: 61, 82

L

Literatura:

Literatura afro-brasileira: 101

Literatura moçambicana: 120

M

Memória cultural: 101, 142

Mercado de trabalho: 210, 292

N

Neoliberalismo (impactos sociais e econômicos): 231, 254

Novas tecnologias (impactos sociais): 339

P

Paulo Freire (obras e ideias sobre emancipação): 11, 26, 27, 29, 31, 39

Políticas públicas:

Equidade de gênero: 210

Mercado de trabalho e políticas sociais: 210, 292

Direito à cidade: 274

Psicologia (educação e violência): 313, 339

R

Registro de imóveis (direito registral): 231, 254

Rotação de estações (educação ambiental): 43

S

Sustentabilidade ambiental: 274, 363

T

Território indígena (direitos e relações): 166, 187

U

Urbanismo sustentável: 274, 292

V

Violência de gênero: 313, 339

Violência digital: 61

